

crônos

ISSN 1982-5560

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

v. 24 n. 1
jan./jun. 2023



Dossiê

COVID-19: SOCIEDADE
E COMUNICAÇÃO

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

SUMÁRIO

v. 24, n. 1 (2023 – Janeiro/Junho)

DOSSIÊ COVID-19: SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO

EDITORIAL	5-6
APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ	7-10
APRESENTAÇÃO DA CAPA DA EDIÇÃO	11

DOSSIÊ

A MENTIRA NA POLÍTICA: REFLEXÕES QUANTO ÀS *FAKE NEWS* CONTEMPORÂNEAS À LUZ DE ENSAIO DE HANNAH ARENDT SOBRE OS DOCUMENTOS DO PENTÁGONO. AS LIÇÕES DA HISTÓRIA.

THE LIE IN POLITICS. REFLECTIONS ON CONTEMPORARY FAKE NEWS IN THE LIGHT OF AN ESSAY BY HANNAH ARENDT ON THE PENTAGON DOCUMENTS.

THE LESSONS OF HISTORY.

Carlos Botazzo

12-37

DESIGUALDADES SOCIAIS E COVID-19 NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS PRODUZIDAS NAS MÍDIAS SOCIAIS EM 2020

SOCIAL INEQUALITIES AND COVID-19 IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF NARRATIVES PRODUCED IN SOCIAL MEDIA IN 2020

Fernando Miramontes Forattini

Livia Clarete

38-66

NECROPOLÍTICA E BIOPODER: A POSTURA ANTIVACINA CONTRA A COVID-19 DO GOVERNO BOLSONARO

NECROPOLITICS AND BIOPOWER: THE BOLSONARO GOVERNMENT'S ANTI-VACCINE POSTURE AGAINST COVID-19

Carlíjaniele dos Santos Silva

Luan Amador de Assis

Márcia Andrea Coelho

67-76

SUS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: APONTAMENTOS PARA ESTIMULAR INICIATIVAS DE RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

SUS AS A BRAZILIAN CULTURAL HERITAGE: NOTES TO ENCOURAGE RECOGNITION AND PRESERVATION INITIATIVES

Elizabeth Cristina Fagundes de Souza

Renata Montechiare

77-94

TRABALHO INTERPROFISSIONAL E PRÁTICAS COLABORATIVAS EM SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

INTERPROFESSIONAL WORK AND COLLABORATIVE PRACTICES IN HEALTH DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Graciela Soares Fonseca

Bernarda Cesira Cassaro

Emanoeli Rostirola Borin

Maurício Lanzini

Viridiane Klabunde Carabagialle

Carolina Rogel de Souza

Fabiana Schneider Pires

95-115

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM PAULO SÁVIO ANGEIRAS DE GOES (UFPE) E PAULO CESAR MIGUEZ DE OLIVEIRA (UFBA) - A PANDEMIA DA COVID-19 E AS [ATRIBULADAS] RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO

Carlos Botazzo

116-120

ARTIGOS COM TEMÁTICA LIVRE

IMAGENS BASTARDAS DE UM SANTO HÍBRIDO: APROPRIAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DA ICONOLOGIA DE SÃO SEBASTIÃO NA CULTURA VISUAL LATINO-AMERICANA

BASTARD IMAGES OF A HYBRID SAINT: APPROPRIATION AND SURVIVAL OF THE ICONOLOGY OF SAINT SEBASTIAN IN LATIN AMERICAN VISUAL CULTURE

Dieison Marconi

121-142

NEOLIBERALISMO E REFORMA DO ENSINO MÉDIO

NEOLIBERALISM AND SECONDARY EDUCATION REFORM

Gentil Lúcio dos Santos Júnior

Rafael Bruno da Costa Santos

143-157

POIESIS

NISE QUE CURA, UM LEGADO A CELEBRAR
NISE THAT HEALS, A LEGACY TO CELEBRATE

Marcelo Calderari Miguel

158

RESENHAS

CULTURA: TRAGÉDIA, GRANDEZA E NEGATIVIDADE
CULTURE: TRAGEDY, GREATNESS AND NEGATIVITY

Tadeu de Oliveira Silva

Anne Carolina Araújo de Maria

159-163

**A POLÍTICA MACROECONÔMICA EM DESCOMPASSO: DO BOOM DOS GOVERNOS
LULA AO CAOS PROLONGADO NO GOVERNO TEMER – UMA LEITURA DE VALSA
BRASILEIRA DE LAURA CARVALHO**

*THE MACROECONONMIC POLICY OUT OF STEP: FROM THE BOOM OF THE LULA
GOVERNMENT TO THE PROLONGED OF CHAOS IN THE TEMER GOVERNMENT –
A READING OF VALSA BRASILEIRA BY LAURA CARVALHO*

Hugo Feitosa Gonçalves

164-168

EXPEDIENTE

EXPEDIENTE

169-170

EDITORIAL

A Revista Cronos faz um novo lançamento dedicado a abordar o tema da pandemia da covid-19, que já havia sido objeto de um volume recentemente publicado. O Prof. Carlos Botazzo (Faculdade de Saúde Pública da USP), um dos organizadores do Dossiê, cujo título é “Covid-19: Sociedade e Comunicação”, faz uma competente Apresentação, que chama a atenção do leitor para a contribuição dos artigos que se oferecem à leitura.

Como é parte da tradição da Cronos, ao Dossiê segue um robusto conjunto: uma entrevista, artigos de temática livre, uma *poiesis* e resenhas de obras recentemente publicadas no campo das Ciências Sociais.

A entrevista desta edição, com os professores Paulo Sávio Angeiras de Goes (UFPE) e Paulo Cesar Miguez de Oliveira (UFBA), também é relacionada ao tema da covid-19. Diz o Prof. Botazzo, na apresentação da entrevista: “Eles discorreram sobre temas cruciais da contemporaneidade, como o são *fake news* e as problemáticas relações entre Ciência e Sociedade, sobretudo no que concerne à comunicação científica”.

O primeiro artigo de temática livre, “Imagens bastardas de um santo híbrido: apropriação e sobrevivência da iconologia de São Sebastião na cultura visual latino-americana”, de autoria de Dieison Marconi (UFRJ), “analisa as sobrevivências das iconologias clássicas de São Sebastião na cultura visual latino-americana”. O segundo artigo, “Neoliberalismo e reforma do ensino médio”, de autoria de Gentil Lúcio dos Santos Júnior (UFRN) e Rafael Bruno da Costa Santos (UFRN), insere-se no debate sobre o papel da escola na sociedade, como uma decorrência da recente reforma do Ensino Médio, que procurou atender as “demandas neoliberais de formação de mão de obra para um mercado de trabalho precarizado”.

A *poiesis* é de autoria de Marcelo Calderari Miguel, professor da UFES, pesquisador na área de Saúde Mental e poeta. O poema de Calderari apresentado, “Nise que cura”, guarda ressonâncias com o tema do Dossiê. Fechando este volume, duas resenhas: uma, de Tadeu de Oliveira Silva (UFRN) e Anne Carolina Araújo de Maria (UFRN), intitulada “Cultura: tragédia, grandeza e negatividade”, sobre o livro “A tragédia da cultura: cultura, grandeza negativa”, com textos de Georg Simmel e Teixeira Coelho, publicado pela Itaú Cultural/Iluminuras, em 2020. A outra resenha, de Hugo Feitosa Gonçalves (UFPI), intitulada “A política macroeconômica em descompasso: do boom dos governos Lula ao caos prolongado no governo Temer – uma leitura de Valsa Brasileira”, é sobre o livro de Laura Carvalho, “Valsa brasileira: do boom ao caos”, publicado pela Editora Todavia (2021).

Queremos, a essas alturas, agradecer à Profa. Sílvia Bastos, do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e ao Prof. Carlos Botazzo, da Faculdade de Saúde Pública da USP, que estiveram conosco organizando dois Dossiês (Dossiê “Covid-19 – Saúde e Sociedade”, v. 22 n. 2 e Dossiê “Covid-19 – Sociedade e Comunicação”, v. 24, n. 1 – este que agora é publicado) com entrevistas muito importantes para o campo da Saúde, além de trazer a colaboração de inúmeros pesquisadores da área da Saúde Pública.

Os professores Botazzo e Sílvia Bastos foram inextinguíveis em seu apoio, demonstrando uma empatia que muito nos comoveu.

Estendemos esses agradecimentos a outros colegas de instituições diversas, a exemplo da Profa. Constância Duarte (UFMG), que organizou o dossiê “Literatura de autoria feminina” (v. 23, n. 1); da Profa. Maria do Livramento Miranda Clementino (Instituto das Metrópoles, UFRN), que organizou o dossiê “Reforma urbana e direito à cidade” (v. 23, n. 2); das professoras Anna Christina Freire Barbosa (UNEB) e Lore Fortes (UFRN), pela organização de dois dossiês sobre “Gênero e sexualidades” (v. 21, n. 2 e v. 22, n. 1); dos professores Orivaldo Pimentel Lopes Júnior (UFRN) e José Antonio Spinelli (UFRN), pela organização do dossiê “Democracia, conflito político e hegemonia” (v. 21, n. 1) e do dossiê “Imaginário, imigração, subjetividade e conflito face aos desafios do contemporâneo” (v. 13, n. 2 – volume lacunar, que havia sido “esquecido”, publicado em julho de 2022); e do Prof. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior (UFRN) pela organização do dossiê “Cibersfera & Cybercultura” (v. 20, n. 2).

Foram nove (9) volumes publicados nestes dois anos de gestão (2021 a 2023), um esforço considerável, intenso, que recuperou em larga medida o atraso que a publicação da Cronos acumulou no período anterior. A publicação do presente volume (v. 24, n. 1, jan./jun. de 2023) coloca a Revista Cronos às portas de sua atualização completa, que deverá ocorrer ao final do primeiro semestre de 2024.

A Cronos foi criada no ano de 2000 como publicação oficial do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. São 24 anos de história, em contextos muitas vezes adversos, sem contar, em momentos cruciais, com a compreensão e o apoio de setores responsáveis. A Cronos sobrevive e ocupa lugar importante no cenário nacional dos periódicos científicos da área das Ciências Sociais. O Prof. Gabriel E. Vitullo, o novo editor designado da revista, assume esta frente e, com certeza, ele a conduzirá ao lugar que lhe cabe pela tradição, pela persistência, pelo arrojo e pela competência de sua produção – obra coletiva de seus editores, de seus colaboradores, de chefes de departamento, de diretores do CCHLA, reitores e pró-reitores, dos técnicos e diretores da Secretaria de Educação a Distância (Sedis), dos técnicos do Portal de Periódicos da UFRN, de colegas professores e técnico-administrativos, do nosso multiartista Geovane Almeida, conhecido como Gigio Almeida, que nos presenteou com capas belíssimas em todas as nossas últimas edições, de alunos da pós e da graduação, de bolsistas e voluntários que fizeram o trabalho cotidiano e de todos esses e muitos outros que tornaram sonhos e desejos em realidades.

Porém, uma última palavra teima em aflorar: desde aquele nosso primeiro volume histórico, inaugural, do ano 2000, com um dossiê dedicado à obra de Luís da Câmara Cascudo, sob a responsabilidade da nossa primeira Editora, a Profa. Vânia Gico, vimos mantendo uma tradição que singulariza a Cronos: suas belíssimas capas, suas entrevistas e suas *poiesis*, que já compõem um acervo admirável.

Por tudo isso, temos justificado orgulho de fazer a Cronos!

José Antonio Spinelli (Editor) e Lore Fortes (Coeditora)

APRESENTAÇÃO

A pandemia do SARS-Cov-2, que [ainda] assola o mundo desde novembro de 2019 e a nós brasileiros desde fevereiro de 2020, com seu rastro de sofrimento e morte, vem significando desafios para as diferentes esferas da vida social; diretamente para as pessoas, mas também para as instituições públicas, em particular os sistemas de saúde. A velocidade com que o vírus se disseminou em pouco tempo fez com que a doença se tornasse global, restando escassos ou nenhum lugar a salvo. Desta forma, um dos axiomas mais robustos da moderna epidemiologia foi outra vez confirmado: as epidemias e seus agentes seguem o percurso dos homens; estes, vão à frente, os agentes etiológicos vêm logo atrás. Naturalmente num mundo globalizado, também as novas formas de contaminação são globais. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), difundidos em diferentes mídias, indicam mais de 770 milhões casos e perto de 7 milhões de mortes¹, enquanto no Brasil ultrapassamos 38 milhões de casos e, em novembro de 2023, atingimos 707.470 óbitos². Sem nenhuma dúvida, a maior catástrofe sanitária da nossa história.

As consequências desse desastre humanitário podem ser observadas em diferentes direções. Ao longo do período, desde o anúncio da Emergência em Saúde em 2020 até seu término em 2022, a pobreza e o desemprego dispararam, com quase 50% da população exposta à insegurança alimentar enquanto mais de 30 milhões de pessoas acham-se em pobreza extrema, fazendo com que nosso país retornasse ao mapa da fome. Ao lado disso, a condução desastrosa da pandemia – ou propositadamente ineficiente – acentuou os limites de um sistema público de saúde cronicamente subfinanciado e, mais que tudo, expôs as rachaduras do sistema de proteção ou seguridade social definido na Constituição Federal de 1988. Ao lado disso, o anterior governo federal não adotou medidas que visassem à proteção do emprego e da renda, potencializando a crise econômica que já se anunciava forte em decorrência das políticas ultraliberais adotadas na condução da política econômica. Esse quadro conjuntural na economia, aliado a determinantes diretamente políticos, erodiu o tecido social permitindo a eclosão de situações iníquas nas mais diferentes esferas das relações sociais.

É neste contexto que a Revista Cronos lança a presente edição, com o dossiê Covid-19: Sociedade e Comunicação, no qual se recortam as diferentes estratégias adotadas pelos atores sociais para efetivar a transferência de informações, com troca de mensagens e conteúdo organizativo, com possibilidade de oferecer alternativas práticas à reorganização dos processos vitais coletivos e, com isso, gerar aderência a projetos de sociedade ou de poder.

Os cinco artigos que compõem o dossiê debruçaram-se sobre essa perspectiva. O primeiro artigo – “A mentira na política: reflexões quanto às *fake news* contemporâneas à luz de ensaio de Hannah Arendt sobre os Documentos do Pentágono. As lições da

¹ Cf https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia_de_COVID-19_por_pa%C3%ADs

² Cf https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html

história” – incide criticamente sobre o panorama contemporâneo da comunicação de massa, cujo grande salto foi dado no período de intensificação da pandemia do Covid-19. Como podemos ler logo no Resumo, o autor declara ter se dedicado “à escansão de conceitos e categorias relacionadas a este tema, entre as quais notícias falsas (*fake news*), discursos de ódio, sistemas de crenças, negacionismo científico, massa, povo, destituição de direitos e relações políticas e de poder, entre outras”. A explanação é iniciada com a apresentação de eventos contemporâneos relacionados a essas categorias e, posteriormente, utilizando a técnica de escansões sucessivas; os conceitos e as categorias são decompostos e rearranjados em outra ordem de sentido, de modo a ressignificar termos e categorias originais. Podemos observar, ao longo do texto, a emergência dos dispositivos de realidade paralela como dispositivos narrativos paralógicos. A teoria social, dirá o autor, “deve ser modelada pela observação da realidade social contemporânea vivida pelo pesquisador no trabalho de investigação, seja ao expor o entendimento sobre as novas realidades impostas pelo mundo digital ou as realidades criadas como sociedade de informação, seja ao apresentar novas possibilidades de interpretação do que foi vivido”. E conclui afirmando que “a trama política na qual estamos enredados expressa uma ideia potente de comunicação, que torna as situações objetivas apreensíveis como valores simbólicos e modos de ver compartilhados por meio da transformação da complexidade do real em categorias binárias simples”.

O segundo artigo – “Desigualdades sociais e covid-19 no Brasil: uma análise das narrativas produzidas nas mídias sociais em 2020” – examina as narrativas das mídias sociais durante a pandemia de covid-19 no Brasil, focando em narrativas socioeconômicas e raciais e na importância da comunicação precisa e confiável. Foram coletados milhões de textos na internet, exatamente 28,1 milhões deles, segundo informam os autores, explicitando que “essas narrativas refletiam interesses e perspectivas distintas da sociedade brasileira, enquanto algumas destacavam a responsabilidade individual na prevenção do vírus, outras enfatizavam a necessidade de políticas públicas para mitigar seus efeitos sobre as populações mais vulneráveis”. Tais narrativas em parte reforçavam posicionamentos políticos e econômicos, e muitos refletiam as disputas no âmbito do Estado, seja para reforçar intervenções de cunho neoliberal seja para promover desinformação e narrativas falsas, resultando em deslegitimação do impacto da pandemia”. A esse respeito, os autores complementam que “os representantes de um modelo estatal mais participativo reconheciam a importância das medidas de prevenção e o reforço do sistema de saúde pública para combater a pandemia”. Finalizam explicitando que o estudo visou a contribuir para a “compreensão das dinâmicas sociais e políticas em tempos de crise, mostrando como as narrativas presentes na arena pública, como as mídias sociais, foram usadas tanto como meio de ataque como de resistência ao desmonte do sistema de saúde, à desigualdade social exacerbada pela pandemia e como modo de disseminação de informações precisas para combater o vírus e a desinformação”.

O terceiro artigo – “Necropolítica e Biopoder: a postura antivacina da covid-19 do governo brasileiro” – aborda a necrofilia das sociedades contemporâneas, exacerbada, outra vez, no período da pandemia da covid. Por necrofilia, podemos entender essa tendência neoliberal em promover, a um só tempo, a destruição de corpos, tanto da espécie humana quanto de outras espécies, e de recursos naturais. Esse binômio é também

conhecido como economia extrativista. No artigo, os autores deixam clara a posição teórico-política que os animou na escrita, a saber: a análise do poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Essa expressão, cunhada por Achille Mbembe, seguramente um dos mais conceituados teóricos africanos da contemporaneidade, ajudaram os autores “a pensar sobre como se construíram e se legitimaram os discursos *antivacinas* do governo brasileiro” durante a pandemia. Não por acaso, foi intenção deles “apresentar os conceitos de necropolítica e biopoder diretamente relacionados ao cenário pandêmico” então vivenciado. Concluem afirmando que, das matérias selecionadas, “percebemos que o então chefe do executivo federal [brasileiro] adotou ações que incentivaram a população (principalmente os seus apoiadores) à exposição ao vírus, ou seja, direcionou à morte. O impacto dessas ações repercutiu na proliferação da síndrome, afetando inclusive aos que não compactua[va]m com esse posicionamento”.

Já o quarto artigo – “SUS como patrimônio cultural brasileiro: apontamentos para estimular iniciativas de reconhecimento e preservação” – expressa a necessidade do reconhecimento social da importância do sistema público de saúde brasileiro, o SUS. Tal reconhecimento pode ser percebido como um evento ou acontecimento, e antes impensável, produzido no âmbito da pandemia, sem dúvida involuntário, “na perspectiva de vir a ser patrimônio cultural”, como dizem as autoras. Para muitos que acompanharam, elas explicitam uma surpreendente reviravolta da anterior posição midiática de permanente ataque ao sistema público: “ Fizemos algumas pontuações sobre sua trajetória [a do SUS] e, particularmente, evidenciamos seu papel no enfrentamento da pandemia de covid-19 quando demonstrou grande capacidade de cuidar de pessoas e de salvar vidas, ganhando visibilidade positiva na sociedade e nas mídias”. Então destacam o que parece ser o cerne do manuscrito em tela: o de desencadear o debate na sociedade para difundir e pleitear junto às instituições competentes o reconhecimento e a preservação do SUS como patrimônio cultural brasileiro. Para isso, evidenciam a necessidade de articular memória, com vista a perceber a história, quiçá como história do tempo presente, e a um só tempo evidenciar os diferenciais sociais e políticos que circunstanciaram as conquistas sociais (ainda insuficientes, sabemos) que desaguaram na construção do sistema público de saúde no Brasil. O texto, afirmam as autoras, funciona como trilhas “para compor o quadro de referências argumentativas que dê base a uma possível proposta de reconhecimento e preservação do Sistema Único de Saúde como patrimônio cultural brasileiro”. Um desafio do tamanho, não há de haver dúvida!

Finalmente, o quinto e último artigo – “Trabalho Interprofissional e Práticas Colaborativas em Saúde durante a pandemia de covid-19” – investiga um problema dos mais relevantes nesse mesmo sistema público, sem dúvida, um grande patrimônio, que é a questão do trabalho em equipe ou, mais exatamente, o do trabalho interprofissional. Com o uso de grupos focais, ferramenta consagrada em estudos qualitativos, as autoras aprofundaram o conhecimento acerca dessa modalidade de trabalho colaborativo. Ele é imensa e urgentemente requerido nas unidades de saúde, em face de uma antiga constatação: a de que a saúde não se esgota numa única disciplina. Como uma imanência, essa afirmação imediatamente indica o caminho do inter e do transdisciplinar. Se essas são categorias já consagradas na teoria do conhecimento, nem por isso passaram despercebidas aos teóricos da Saúde Coletiva. Ao contrário, são abundantes as referências que

indicam que o trabalho em saúde precisa ser “desmedicalizado”, ou seja, nunca um especialista atuando isoladamente conseguirá lograr êxito na recuperação integral do paciente e, menos ainda, na manutenção da qualidade de vida no nível coletivo, vale dizer como categoria do social. Por isso, no desvelamento dessa problemática, o artigo insiste em considerar que “as dificuldades apontadas para a concretização do trabalho interprofissional durante a pandemia de covid-19 foram aquelas relacionadas às fragilidades pré-existentes no próprio trabalho em saúde (falta de profissionais, estrutura física debilitada, má comunicação entre os diversos atores em saúde)”, aos quais vieram se somar os novos entraves trazidos pela pandemia. Concluindo, o trabalho nos conduz a pensar sobre “as necessidades em saúde que advêm de um período trans ou mesmo pós-pandêmico é um desafio para os serviços de saúde, para pesquisadores e gestores”, nas diferentes esferas da gestão pública. Finaliza com uma boa dose de otimismo ao indicar o bom e possível caminho, à moda de um manifesto:

“As ações e o trabalho colaborativo, interprofissional, formam um conjunto de competências que pode oportunizar aos profissionais e à rede de serviços outras formas de abordar os problemas de saúde, tanto no nível coletivo, nos territórios, como no nível individual. Desse modo, é possível identificar necessidades de saúde próprias desse período histórico caracterizado pela carga global de doenças resultante de fatores contextuais, como desemprego e diminuição de renda, violências, isolamento social; e de fatores individuais, como adoecimento mental, complicações sistêmicas pós-covid, covid longa, entre outros agravos que crescem nos diferentes territórios no país”.

Desejamos a todos e a todas uma boa leitura.

Carlos Botazzo (USP)

APRESENTAÇÃO DA CAPA

Nos confins do caos que a covid-19 lançou sobre o mundo, surgiu um farol de esperança, uma odisseia de arte e resistência traçada por pincéis vibrantes, mentes inquietas e caudalosas gupoéticas. Gigio Almeida, o multiartista versátil e atemporal, desvela sua obra-manifesto em um épico visual intitulado “Vacina-Máscaras-Arte-Milagres”. Essa obra vibrante e didática, que agora se ergue imponente na capa da revista Cronos, é mais do que uma mera expressão artística; é uma narrativa crua e bela da luta contra a pandemia, da busca pela saúde e comunicação em tempos de desafio.

Na tela de Gigio Almeida, as cores dançam em um balé delicado, revelando o intricado tecido da esperança entrelaçada com a dor. A vacina, símbolo de luz em meio às trevas, emerge como uma flor que desabrocha nos jardins da resiliência humana. Cada traço, meticulosamente desenhado, é uma ode à ciência, à inovação e à união global para enfrentar um inimigo invisível.

As máscaras, agora mais do que nunca, são metamorfoses de identidade. Em seu olhar penetrante, Gigio retrata não apenas a necessidade física mas trata a metamorfose psicológica que a humanidade sofreu. Máscaras tornam-se escudos e expressões de solidariedade, cobrindo rostos, mas revelando a força interior que une almas em um abraço simbólico de proteção mútua.

Então, a arte surge como a essência da resiliência, a musa que inspira a sobrevivência e a transformação. As pinceladas digitais e digitalizadas de Gigio Almeida contam histórias de artistas e comunidades que, em meio ao caos, encontraram, na expressão artística, uma cura para a alma. As galerias vazias tornaram-se testemunhas silenciosas do renascimento de uma criatividade indomável, desafiando as sombras da pandemia.

Não podemos esquecer os milagres, os momentos de transcendência que rompem as correntes da adversidade. Gigio captura esses instantes efêmeros, em que a humanidade se eleva acima da tragédia, como fênix emergindo das cinzas. O milagre é a ressurreição da esperança, a celebração da vida que persiste apesar das provações.

“Vacina-Máscaras-Arte-Milagres” é um convite à reflexão, um portal para a contemplação profunda sobre nossa jornada coletiva. Gigio Almeida, com tenacidade e muita empatia, tece uma tapeçaria de emoções que ecoaram através das páginas da revista Cronos. Que esta obra sirva não apenas como um monumento visual mas também como um farol que guia a humanidade em direção a um amanhã mais seguro, mais saudável e mais consciente, mais criativo e sustentável.

Gigio Almeida – O Poeta dos espaços e Editores

A MENTIRA NA POLÍTICA. REFLEXÕES QUANTO ÀS *FAKE NEWS* CONTEMPORÂNEAS À LUZ DE ENSAIO DE HANNAH ARENDT SOBRE OS DOCUMENTOS DO PENTÁGONO. AS LIÇÕES DA HISTÓRIA.

THE LIE IN POLITICS. REFLECTIONS ON CONTEMPORARY *FAKE NEWS* IN THE LIGHT OF AN ESSAY BY HANNAH ARENDT ON THE PENTAGON DOCUMENTS. THE LESSONS OF HISTORY.

Carlos Botazzo¹

<http://orcid.org/0000-0002-8646-1769>

RESUMO

O artigo é resultado de investigação feita entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023 que tomou o tema do Tradicionalismo e da emergência da extrema-direita ou direita alternativa (*alt right*) tanto no Brasil quanto nos países do hemisfério ocidental, sobretudo Europa e América do Norte. Procedeu-se à escansão de conceitos e categorias relacionadas a esse tema, entre as quais notícias falsas (*fake news*), discursos de ódio, sistemas de crenças, negacionismo científico, massa, povo, destituição de direitos e relações políticas e de poder, entre outras. A explanação é iniciada com a apresentação de eventos contemporâneos relacionados a essas categorias e, posteriormente, utilizando a técnica de escansões sucessivas, os conceitos e as categorias são decompostos e rearranjados em outra ordem de sentido, de modo a ressignificar termos e categorias originais. As considerações finais reforçam a proposição de que a teoria social deve ser modelada pela observação da realidade social contemporânea vivida pelo pesquisador no trabalho de investigação, seja ao expor o entendimento sobre as novas realidades impostas pelo mundo digital ou as realidades criadas como sociedade de informação, seja ao apresentar novas possibilidades de interpretação do que foi vivido. Do mesmo modo, expôs-se a articulação entre categorias como massa, multidão, manada e gado como componentes básicos da trama política na qual estamos enredados. Esse componente grupal expressa uma ideia potente de comunicação que torna as situações objetivas apreensíveis, como valores simbólicos e modos de ver compartilhados por meio da transformação da complexidade do real em categorias binárias simples.

Palavras-chave: Tradicionalismo; extrema-direita; política; comunicação; teoria social.

¹ Professor Associado Sênior. Departamento de Política, Gestão e Saúde, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. E-mail: botazzo@usp.br

ABSTRACT

This article is the result of an investigation carried out between September 2022 and February 2023, which addressed the theme of Traditionalism and the emergence of the extreme right or alternative right (alt right) both in Brazil and in the countries of the western hemisphere, especially Europe and North America. Concepts and categories related to this topic were scanned, including fake news, hate speech, belief systems, scientific denialism, mass, people, destitution of rights and political and power relations, among others. The explanation begins with the presentation of contemporary events related to these categories and later, using the technique of successive scansions, the concepts and categories are decomposed and rearranged in another order of meaning, in order to re-signify terms and original categories. The final considerations reinforce the proposition that social theory should be modeled by observing the contemporary social reality experienced by the researcher in the investigation work, either when exposing the understanding about the new realities imposed by the digital world or the realities created as an information society or by presenting new possibilities of interpretation of what was experienced. Likewise, the articulation between categories such as mass, crowd, herd and cattle was exposed as roots components of the political fabric in which we find ourselves entangled, and this group component expresses a powerful idea of communication, which makes objective situations apprehensible as symbolic values and points of view shared by transforming the complexity of the real into simple binary categories.

Keywords: Traditionalism; extreme right; policy; communication; social theory.

1. PRÓLOGO

Em 13 de junho de 1971, o *The New York Times* divulgou a primeira de uma série de reportagens com um assunto que, desde essa edição, mexeu com a opinião pública norte-americana e com os nervos da comunidade de informações ianque. Tratava-se, simplesmente, de material confidencial subtraído dos arquivos do Departamento de Defesa com revelações estarrecedoras sobre a guerra que as forças armadas norte-americanas, desde 1955, vinham conduzindo no Vietnã.

Naquele momento, a guerra já entrava na rota final que, poucos anos depois, em abril de 1975, resultou no completo colapso das forças de ocupação, com as cenas dramáticas da evacuação de Saigon sendo rerepresentadas nas telas dos televisores em todo o mundo. A guerra, ela mesma, havia sido o assunto principal em todos os noticiários internacionais durante duas décadas e, como nenhuma outra, mobilizou e galvanizou governos, organismos internacionais, movimentos sociais e grupos políticos em escala mundial. Jovens norte-americanos preferiam a prisão a servir em uma guerra inglória e ilegal, mantida nessa condição enquanto durou, pois que jamais o Congresso norte-americano se manifestou

quanto a isso, ou seja, tratou-se de uma guerra não declarada, pois o governo a conduziu por mais de uma década sem que houvesse autorização formal do parlamento, condição inicial para o reconhecimento de uma situação de beligerância entre os dois Estados. Mesmo sem esse “detalhe”, os norte-americanos mobilizaram mais de 2.500.000 homens entre 1965 e 1975 (sem contar os dez anos precedentes), com quase 60.000 mortos, e uma quantidade de armamentos e de maquinário bélico jamais vista desde a grande guerra de 1939-1945. À guisa de comparação, o bombardeio aéreo do Vietnã do Norte, entre 1965 e 1968, consumiu mais bombas que tudo o que havia sido utilizado nos bombardeios aéreos contra as forças do Eixo – Alemanha, Itália e Japão –. Assim, afirmar que “nunca existiu em nenhum nível do governo tal desejo de destruição em larga escala, a despeito do aterrorizante número de crimes de guerra cometidos durante a guerra do Vietnã” (Arendt, 2018, p. 22) pode soar equivocado.

O relatório com o qual o *Times* iniciava a série foi elaborado por determinação de Robert McNamara, então Secretário de Defesa da administração Nixon, e cobria o largo período desde o fim da segunda guerra, em 1945, a 1968, no auge do envolvimento norte-americano na Indochina. Como posteriormente revelado, tratava-se de um estudo maciço, feito pelo Pentágono durante três anos, e demonstra que

[...] quatro administrações progrediram desenvolvendo um senso de compromisso com um Vietnã não comunista, uma prontidão para lutar contra o Norte para proteger o Sul. [...] [o relatório sugere] que o interesse americano predominante era em primeiro lugar a contenção do comunismo e, mais tarde, a defesa do poder, influência e prestígio dos Estados Unidos, em ambas as etapas, independentemente das condições do Vietnã (Mattos; Carpes; Tessari, 2020, p. 3).

O vazamento deveu-se a Daniel Ellsberg, alto funcionário do Pentágono, um *falcão* que se convertera ao pacifismo na onda dos gigantescos protestos internos e mundiais contra a barbárie que aquilo tudo representava. O caso é que os *papéis* não apenas apontavam o envolvimento dos norte-americanos na Indochina mas também revelavam as origens desse envolvimento, desde 1945, relatando a ajuda à França, finalmente rendida em 1954 na batalha de Diem Bien Phu, e daí em diante, a despeito de todas as tentativas de afirmar o contrário, o progressivo aumento da presença militar dos Estados Unidos na península, afetando a situação de outros países, com bombardeios no Laos e no Camboja e o aumento das tensões com China, União Soviética e Coreia do Norte. Além disso,

A divulgação dos documentos do Pentágono agitou a controvérsia nacional e, de fato, internacional, porque ocorreu após vários anos de crescente dissensão sobre a justificativa legal e moral da intensificação das ações dos EUA no Vietnã. As divulgações e sua publicação continuada, apesar da classificação secreta, foram embaraçosas para a administração do Pres. Richard M. Nixon, que estava se preparando para buscar a reeleição em 1972. Tão angustiantes foram essas revelações que Nixon autorizou esforços ilegais para desacreditar Ellsberg, esforços que vieram à tona durante a investigação do escândalo de Watergate (Romano, 2019).

Os documentos revelavam mais: fraude e conspiração, ocultação de fatos que podiam ser constrangedores e que, no fundo, poderiam comprometer a posição dos Estados Unidos no mundo, mas que antes de mais nada comprometiam a posição dos sucessivos presidentes norte-americanos em sua companhia para a afirmação da hegemonia militar norte-americana no plano internacional.

De certo, Hannah Arendt (2018) fez um dos melhores estudos sobre os Documentos do Pentágono. Nesse caso, tal como antes ocorrera com *Eichmann em Jerusalém* (Arendt, 1999), livro no qual a autora desenvolve seu controvertido conceito de *banalidade do mal*, houve críticas e polêmicas quanto ao modo como tratou o escândalo dos “papéis”. Ademais, é preciso ressaltar suas principais contribuições na discussão do tema, um dos mais espinhosos na análise do desempenho de governos, tanto antes como agora.

Em síntese, ela explica que o material foi elaborado tendo em vista os seguintes propósitos: 1) convencer o inimigo de que ele não poderia vencer; 2) [já que o inimigo permaneceu não convencido] evitar uma derrota humilhante [para os USA]; 3) [mas, em caso de retirada das tropas] embora difícil, retirar as tropas sem admitir a derrota; 4) [a meta é] mostrar ao mundo até onde é possível ir para defender um país amigo. Dirá ainda a autora que “todos esses objetivos existiam juntos, de um modo muito confuso”. Ela conclui que os *Documentos do Pentágono* “relatam exatamente o apavorante medo do impacto da derrota, não para o bem-estar da nação, mas para a reputação dos Estados Unidos e seu presidente” (Arendt, 2018, p. 23).

Na introdução da longa análise que se seguirá, a autora argumenta no sentido de confrontar o crédito dos agentes públicos em face do uso deliberado de mentiras e informações falsas, promovido pelo grupo de intelectuais – 18 civis e 18 militares – implicados na elaboração do enorme relatório. Ela apontará o dedo:

O redemoinho de declarações falsas de toda ordem, embustes e mesmo autoembustes, está pronto a engolir qualquer leitor que pretenda pesquisar este material, o qual, infelizmente, deve ser reconhecido como tendo sido a infraestrutura da política interna e externa norte-americana por quase uma década (Arendt, 2018, p. 14).

Naturalmente, não há como não associar essa afirmação com os eventos observados na história recente do Brasil, quando o governo e seus membros desmentiam pela manhã o que havia sido falsamente afirmado na noite anterior e, antes que terminasse o dia, nova catadupa de invectivas era disseminada nas redes sociais. No Brasil, também, “a falsidade deliberada e a mentira descarada” foram usadas como se fossem “meios legítimos para alcançar fins políticos” (Arendt, 2018, p. 14). A verdade, ela completará, “nunca esteve entre as virtudes da política” (Arendt, 2018, p. 15).

Na sequência, será visto como a aceleração da história, própria destes tempos neoliberais e de máxima fragmentação, impôs novas realidades e veio a colocar o mundo de cabeça para baixo. Inicia-se com a explanação das categorias que formam o arcabouço discursivo da contemporaneidade, e, na sequência, proceder-se-á à escansão das

categorias principais – notícias falsas, realidade paralela, extrema-direita e Tradicionalismo –, escansões que, de certo modo, aparecem neste estudo “como trabalho de transformação teórica” (Foucault, 1985, p. 6-7).

2. A ACELERAÇÃO DA HISTÓRIA

Os dias que correm são turbulentos. Pode-se julgar se são muito ou pouco e qual a significação, mas é inegável haver turbulência em nossas vidas, vórtices que agitam o ar que respiramos, que a tudo impregna e nos impressiona de modo permanente. Sentimos como se houvesse contaminação ao redor, um som, um cheiro que sai do ralo da existência e que gruda na pele e dimensiona o subconsciente, pois nossos sonhos passaram a ser habitados com mais frequência por seres estranhos, os mesmos que nos causam sobresaltos quando estamos em vigília e, agora, também fazem-se presentes mesmo quando estamos desatentos ou dormindo.

Assim, cada vez mais parece haver concretude na proposição derradeira de Eric Hobsbawm: a de que vivemos em tempos fraturados. Ele inicia seu último livro considerando a transformação sísmica global “que a humanidade tem vivido desde que a Idade Média terminou bruscamente [...] quando as regras e convenções que governavam as relações humanas se desmancharam para todo o resto” (Hobsbawm, 2013, p. 9). Então, prossegue afirmando que o livro que acabara de escrever “se refere a uma época da história que perdeu o rumo e que, nos primeiros anos do novo milênio, com mais perplexidade do que lembro ter visto numa já longa vida, aguarda, desgovernada e desorientada, um futuro irreconhecível” (Hobsbawm, 2013, p. 10).

Proféticas palavras, se posso assim dizer, e isso vindo da pena de um autor que já antes se caracterizara por diminuir ou aumentar a frequência do tempo em consonância com eventos históricos, ele que, como historiógrafo, fez encurtar o século XX e nos colocou face a face com revoluções e outras grandes rupturas na enganadora “marcha incoercível” da sociedade humana em direção ao progresso.

Então se, perplexos, perdemos o rumo, haveria de se buscar ou ao menos compreender o conteúdo de tal perplexidade, do que se compõe ou de como veio a ser como é, sua própria condição de possibilidade. Em primeiro lugar, acreditamos ser relevante realçar que o “mundo” não perdeu o rumo por inteiro, ou seja, nem todo o planeta deu-se ao luxo de perder a cabeça, pois parece que, outra vez, estamos lidando com fenômenos circunscritos ou que têm uma localização geopolítica definida e que são tratados como se fossem *universais*.

Estender um conteúdo *local* e lhe dar um caráter *universal* é a base das culturas imperiais ou imperialistas. Foi assim com o Império Romano e antes, e de certo modo, com os gregos. Contemporaneamente, confirma uma tendência ocidental pela afirmação incessante de que por estas paragens tudo se desenvolveu por completo e que nada do que existe em outras latitudes ou pertence a outros povos e culturas pode ser comparado

ao que se encontra por aqui, numa longa lista de coisas ou situações, que inclui desde a ciência e as artes até a economia e, naturalmente, o poder militar. Esses componentes, afirmados como qualitativamente superiores, vieram a configurar aquilo que Weber (1992), incisivamente, denominou de “Ocidente”, no fundo, o lugar onde o sol se põe. Como se houvesse uma “ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar seu poder”, desse modo, o hemisfério de cá considera-se o “centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade” (Mbembe, 2022, p. 29).

Wallerstein (2007), por sua vez, caracteriza o Ocidente como um conceito construído no processo de conquista dos povos da América – que obviamente não respondia por essa alcunha mais tarde criada – pelos espanhóis e portugueses, e logo a seguir por holandeses, franceses e ingleses. Todavia, para Wallerstein, foram os espanhóis e os portugueses que deram o delineamento e as condições geopolíticas que definiram, no tempo, como se conformariam os novos territórios deste lado do mundo ou a *banda occidentalis* de um planeta agora redondo.

É certo que a espoliação da América, de seus povos e suas terras foi marcada nessa condição até meado do século XIX, quando então se acelerou o processo de ocupação do continente africano pelas potências europeias, concluída a partilha imperial na conferência de Berlim, em 1875, e, um pouco antes, a conquista de novos territórios no Oriente, particularmente a Índia e a China. Foi depois das Guerras do Ópio, entre 1842 e 1860, que a divisão do mundo em Ocidente e Oriente foi introduzida no léxico da geografia ou, mais especificamente, da geopolítica, completando e fixando a supremacia política, econômica e militar da Europa em relação ao resto do mundo.

A independência americana, em 1776, iria tornar os Estados Unidos um novo membro da confraria, mas isso só tomaria rumo quase um século mais tarde, terminada a Guerra de Secessão (1861-1865). Os países de um lado e do outro do Atlântico Norte viriam a formar a aliança que, nestes últimos 80 anos, estendeu a presença e a hegemonia militar incontestada dos norte-americanos para todos os continentes e mares, secundados pelas antigas potências europeias, e todos em conjunto se apresentam como Ocidente e é com essa roupagem que aparecem como polo dominante ou como Império, conforme – desde o colapso da União Soviética – se convencionou denominar os Estados Unidos da América, “um momento interpretado por muitos como a vitória final da democracia liberal do Ocidente” (Teitelbaum, 2020a, p. 50). Ou seja, trata-se de vitória do livre mercado, da livre empresa e do livre empreendedorismo, política liberal antes e neoliberal depois.

De todo modo, esta parte do mundo – que Losurdo (2020, p. 215) chama de “mundo de língua inglesa” ou “povo branco de língua inglesa” – tem por característica apresentar-se como cristã, o que define a um só tempo sua cultura e a civilização que pretende exportar para o resto do mundo. De longe, este é o único lugar em que os povos que nele habitam têm como dispositivo organizador e fundante de sua subjetividade o princípio da culpa originária, a Queda ou pecado original, e este enxerto psíquico, oriundo de escritos de antigos povos nômades da Mesopotâmia e do Egito, teve e continua tendo particular influência nas inclinações de homens e mulheres que contemporaneamente habitam

esta banda do planeta. Embora as culturas locais e outras civilizações continuem vivas e pulsantes ao redor do mundo, esta, do Ocidente, tem a pretensão de ser a “verdadeira”, porque “universal” (*catholcus* ou *katholicós*), e já de pronto superior a todas as demais. Dito de outro modo, o que está em causa é a caracterização da expansão do Ocidente a partir de sua matriz religiosa, por meio da justificativa ideológica de que a missão ocidental, mais especificamente a do mundo latino e cristão (Sacro Império Romano e sucedâneos), é a difusão da fé. Ao início das “descobertas”, era sob o manto da religião de Roma e, logo depois, no início do século XVI, em 1531, com Lutero, o eixo deslocou-se para o Norte.

A partir desse raciocínio, pode-se perceber que muito daquilo que nossa cultura contemporânea afirma, define ou difunde, antes, diz respeito familiarmente a coisas “nossas”, portanto, ocidentais, e por isso mesmo de escassa ou mesmo duvidosa existência em outras latitudes. As políticas neoliberais ou a economia política global, aqui assentadas faz quatro décadas, elevaram o tom discursivo de líderes e comunicadores sociais que entendem que as nações deveriam seguir todos os postulados que as democracias ocidentais professam, sob pena de não saírem do seu milenar atraso. Enfim, é fato que de um modo ou de outro aumentou a exploração dos povos do Sul político e epistêmico (Santos; Meneses, 2010), com aumento da pobreza e, concomitantemente, da concentração de riqueza, o que tornou esta quadra humana, em nível planetário, particularmente pródiga em produzir quantitativo espantoso de bilionários, talvez em número maior que em toda a história econômica anterior (O Estado de São Paulo, 2023). A recente pandemia do Sars-CoV-2, a covid-19, apenas confirmou que se acumula muito, e tanto melhor ou indiferente se for à custa do sofrimento do outro.

A globalização, de que se vangloriam as elites políticas do Ocidente, e segundo sua ótica particular, veio para ficar. É forma superior de relação internacional – assim o afirmam – porque tem na potência hegemônica força suficiente para impor suas regras sem contestação. Ao menos até agora. No entanto, o próprio Ocidente tem pagado um preço elevado para manter o bloco coeso. Melhor dito, os países e os povos que se acham conscritos nesta geopolítica vivem hoje uma crise sem precedentes: crise de representação, de identidade, financeira, crise de credibilidade, de valores (Hardt; Negri, 2014, p. 21). As velhas regras da solidariedade social foram rompidas em nome da eficiência do modelo, e isso levou milhões no caminho do desamparo.

Finalmente, a desconfiança nas instituições e nos governantes conduziram regimes ocidentais a formas de autoritarismo que muitos julgavam banidas. A democracia liberal, que emergiu forte no pós-segunda guerra, com base numa política de defesa das instituições, das eleições regulares, da livre iniciativa e das finanças, tudo isso sob a proteção do Estado, acha-se colapsada. Enfrentam-se guerras atrozes, violência de gênero, comunicação social dominada pela mentira (o nome real da pós-verdade), transformação dos cidadãos comuns em números, a cultura dominada por formas chulas de entretenimento, “construída sobre o estímulo de nossos baixos instintos e a comercialização de nossos demônios”. Manuel Castells aponta o dedo:

Uma crise ainda mais profunda, que tem consequências devastadoras sobre a (in)capacidade de lidar com as múltiplas crises que envenenam nossas vidas: a ruptura da relação entre governantes e governados. A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum. [...]. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo (Castells, 2018, p. 7-8).

Autores de diferentes colorações sociopolíticas caracterizam esse novo tempo cataclísmico: 1) ponto zero apocalíptico (Zizek, 2012); 2) neoliberalismo como crise do homem contemporâneo (Hardt; Negri, 2014); 3) desintegração do sujeito (Klein, 2007); 4) critérios objetivos para propagar a pós-verdade ou formas sistemáticas de convencimento pela desinformação (Chomsky, 2014). As diferentes perspectivas apontam uma única direção: o colapso da democracia liberal não pode ser compreendido sem que se leve em conta o colapso da União Soviética e o correspondente bloco do “socialismo real”. Sem esse contrapeso, ou seja, sem o oponente, o bloco ocidental dominante passou a funcionar como uma biruta de aeroporto. A crença no fim da história resultou no agravamento das tensões intracapitalistas e a um só tempo criou condições profícuas para o aprofundamento do desmonte da política social que havia sido a marca da Europa Ocidental desde o fim da grande guerra de 1945. Agora, não apenas foram para o lixo os sistemas de seguridade social como também o capital privado pôde avançar sobre ativos públicos, sem exceção leiloados a bom preço. O custo do financiamento do Estado tornou-se matéria relevante e do mesmo modo incessantemente foram criados os dispositivos de convencimento – midiáticos sobretudo, mas igualmente igrejas e círculos sociais de influência –, de que o *custo dos pobres* era insuportável diante de um mundo em crise. Assim, o caminho para finanças sadias passava em geral pelo corte dos recursos da seguridade, o que implicou a redução de recursos para educação e saúde e, mais do que nunca, a redefinição dos contornos dos sistemas de aposentadoria e pensões quanto a tempo e valor das contribuições, idade mínima para se aposentar, valores da aposentadoria e outros. Os sindicatos acabaram devastados ou reduzidos a insignificâncias. Em todos esses casos, a massa trabalhadora saiu perdendo. O sistema financeiro produziu novos bilionários como nunca antes na história, sinal mais que evidente da enorme concentração de renda que o neoliberalismo provocou. Ou seja, transferência acelerada da renda dos países pobres para os países centrais, e mesmo de suas populações marginalizadas e a cada vez mais espoliadas.

Assim, longe de resolver a grande crise de 2008, sobretudo a que se abateu sobre o Ocidente (mas que de tantos outros modos atingiu igualmente o mundo globalizado), as providências adotadas foram como que gasolina na fogueira. A crise se aprofundou e veio a causar mais devastação. É nesse contexto que a confiança das massas no sistema erodiu, sem que as esquerdas conseguissem oferecer opções válidas que não fosse a de tornar legítima justo esse mesmo sistema que é, no fundo, o causador da crise. Ou seja, os partidos de esquerda, sem perspectiva possível depois do colapso do *socialismo real*, têm conseguido, no máximo, defender um modelo de Estado que já não mais pode responder por qualquer tipo de proteção nem oferecer opções válidas ao conjunto da sociedade,

salvo a guerra, uma das poucas atividades que pode gerar renda direta ao complexo industrial-militar e garantir a manutenção de uma ordem que cada vez é mais contestada.

A onda mundial de protestos de massa, iniciada com a *primavera árabe* de 2010, veio para marcar a época. A ela se seguiram muitas outras, e com variedade de motivos, como as de França, Espanha, Itália e Alemanha; as da Inglaterra na questão do Brexit; as do Brasil em 2013; as da Ucrânia em 2014. O desemprego, o empobrecimento e o aumento real ou percebido da insegurança social conduziram as massas nesses países a ocuparem as ruas, onde puderam expressar seu desencanto com um sistema político que já não as representava nem podia apresentar qualquer proposta que funcionasse como alternativa válida. Alguns autores, como o próprio Castells (2018), reforçam a ideia de que esses protestos tiveram nítido caráter contra o *establishment*, embora também seja provável – no sentido de poder ser provado – que nem de longe tiveram a marca do espontâneo, como se quis divulgar nas mídias. Muitos desses protestos foram organizados, influídos ou suportados por instituições civis conservadoras dos EUA (Students for Democracy, Rand Corporation, National Endowment for Democracy e outras) como formas de intervenção indireta em assuntos internos de países, caso nítido de Egito, Líbia, Tunísia e, mais recente, da Ucrânia. De qualquer maneira, em todos eles, as palavras de ordem exprimiam a ideia de que a *velha política*, ou seja, a que veio desde 1945, havia se esgotado. Em países específicos, caso do Brasil e da Ucrânia, pode-se argumentar que não se tratava de pôr fim à velha política e sim de impedir mudanças em curso.

3. O AGRAVAMENTO DAS CRISES E A EMERGÊNCIA DA NOVA DIREITA

A ideia de que é possível impor à sociedade a redução de direitos gerais e mesmo de direitos políticos clássicos como informação, opinião, palavra, ir e vir e, por estranho que possa parecer, o de presunção de inocência e o *habeas corpus*, tomou concretude logo mal decorridos os primeiros meses do século XXI. O controverso atentado às torres gêmeas de Nova York produziu o efeito esperado (se era esperado algum efeito de evento tão imprevisível quanto inimaginado) e que tem um único axioma: em determinadas circunstâncias, traduzidas como ameaça à segurança individual e coletiva, os cidadãos estão dispostos a perder direitos se essa perda for compensada com a afirmação do governo em garantir a estabilidade social, em geral, a garantia da propriedade e de outros bens materiais. Se de fato ou fantasia, é questão diversa.

O Estado policial ou Estado de segurança instala-se com poucas coisas além do arcabouço legal previamente existente. No caso dos EUA, naquele episódio, o presidente Bush fez passar o *Patriotic Act*, que simplesmente autorizava prisões ilegais e suspendia o *habeas corpus*, um retrocesso à luz do direito internacional antes impensável. Basta haver medo na sociedade, difuso, incerto, impalpável, e basta usar as palavras corretas: terrorismo, islamismo, africanos, imigrantes, crise, desemprego. Traduzindo: política de segurança nacional ou Estado de Exceção.

Em *Doutrina do Choque*, Naomi Klein aposta nisso. Ela afirma que quando os governos desejam adotar regras fortemente impopulares, tipo a retirada de direitos trabalhistas ou corte nos salários, ou ainda a supressão de direitos civis, as novas normas serão aceitas desde que, previamente, a sociedade tenha sido sacudida por eventos de violência cataclísmica, em face aos quais são produzidos vínculos ou relações de causalidade com as novas políticas. Dizendo de outra maneira, choque. Assim seriam os golpes de Estado sangrentos, tipo a derrubada de Allende no Chile, em 1973; o processo de dissolução da União Soviética, em 1991; a invasão da Iugoslávia, em 1999; a guerra das Malvinas (ou Falklands), em 1982, que ofereceu a Thatcher o *leitmotiv* para esmagar sindicatos no Reino Unido; ou a Reagan as condições de endurecimento interno e externo nos Estados Unidos) ou a invasão do Iraque em 2003 (Klein, 2007). Em todos esses casos, as novas autoridades implementaram políticas neoliberais extremas, com a “privatização de quase tudo”, o que fez aumentar a insegurança social para graus jamais vistos no Ocidente e a pôr em risco a saúde pública, com aumento expressivo nos indicadores de morbimortalidade, ou seja, aumento de doenças e da mortalidade geral, particularmente a infantil e a de idosos (Stuckler, 2013).

Todo esse período, enfim, é marcado pela introdução da comunicação digital, expressivamente manifesta na vida cotidiana das pessoas desde a década de 1990. Onipresentes na produção, nos serviços, no entretenimento e nas relações interpessoais, a digitalização é a marca por excelência deste novo tempo e as redes o modo preferente de organização de gigantescos fluxos de informação em todos os lugares, cidades, países e continentes. Tal tempo é caracterizado como *cultura das mídias* e também *era digital*, percebida como “uma formação cultural [que] está nos colocando não só no seio de uma revolução técnica, mas também de uma sublevação cultural cuja propensão é se alastrar tendo em vista que a tecnologia dos computadores tende a ficar cada vez mais barata” (Santaella, 2003, p. 28).

Essa sublevação cultural veio a significar novos processos de comunicação e informação que emergiram e se tornaram cotidianos em velocidade espantosa, tendo penetrado em todos os âmbitos das relações sociais, e isso por uma simples razão: o fato de que a unidade-informação, diferentemente da unidade-mercadoria ou unidade-dinheiro, não é uma *quantidade conservada*, ou seja, acumulável. Como diz Santaella, “Uma diferença significativa entre informação e bens duráveis está na replicabilidade. Informação não é uma quantidade conservada. Se eu lhe dou informação, você a tem e eu também. Passa-se aí da posse para o acesso” (Santaella, 2003, p. 28).

A posse vasculha presenças – estar conectado – enquanto o acesso vasculha padrões, que significa, contemporaneamente, formação de aglomerados de informação com base em algoritmos. Essa qualidade, digamos assim, é que sustenta a formidável replicabilidade ou o amplo acesso de informação, configurado por um novo atributo de organização: a formação de redes. Mas não se trata apenas de redes de comunicação em sentido estrito de meios, pois estas que vieram a se formar foram rapidamente semeadas por processos de produção, distribuição e consumo de comunicação, como consumo de massa.

Tais processos puderam finalmente expressar uma nova realidade social com base na linguagem ou em novas linguagens, ultrapassando a leitura estreita que afirmava o meio como equivalente à mensagem. Em outras palavras,

[...] creio que devemos tirar a ênfase que se costuma colocar nos meios e nas mídias em si para trazer à baila outras determinações que tendem a ser ocultadas pelo fetiche das mídias. Entre essas determinações, aquela que é central à comunicação e à cultura é a determinação da linguagem. [...] McLuhan insistia na impossibilidade de se separar a mensagem do meio, pois a mensagem é determinada muito mais pelo meio que a veicula do que pelas intenções de seu autor. Portanto, em vez de serem duas funções separadas [meio e mensagem] [...] considerar que as mediações sociais vêm das mídias em si é incorrer em uma ingenuidade e equívoco epistemológicos básicos, pois a mediação primeira não vem das mídias, mas dos signos, linguagem e pensamento, que elas veiculam [...] (Santaella, 2003, p. 24-25).

Mais adiante, retoma-se o problema das redes, mas agora vale manter-se nesse aspecto da comunicação e na emergência de novas linguagens – a própria comunicação sendo sempre linguagem – para focar numa das questões básicas desta investigação: a autoinformação e o autoconhecimento. Trata-se de saber que, neste novo mundo, as pessoas passaram a ter acesso a informações a que antes não tinham e, no caso, trata-se de informação sobre praticamente tudo! O intelectual de antes foi substituído pelo sujeito simples, o homem comum, desde que dotado de um computador conectado e um mínimo de curiosidade, e que passou a dominar assuntos antes exclusivos das camadas cultas e, sobretudo, a dos “formadores de opinião”, como antes eram conhecidos não apenas os que sabiam das coisas, mas, acima de tudo, os que tinham cultura. Uso aqui o termo *cultura* com o sentido que lhe deu Norbert Elias, a saber, o sujeito dotado de conhecimentos e atitudes próprias da sua educação formal e refinamento no trato das coisas cotidianas, um sujeito cultivado ou civilizado. Na origem, ou antes do advento da internet, tais atributos também indicavam um pertencimento ou uma situação de classe, pois acesso a informações, tanto quanto a formas “civilizadas” de existência, indicavam condição social ou, como diz o próprio Elias (1990, p. 34), “o vínculo com a estratificação social é muito claro no juízo estético”. Assim, as formas do juízo estético, a diferença do que é arte ou a apreciação do belo eram atributos das classes cultas e, por extensão, também das abastadas.

De certo modo, o enfoque dessa abordagem corresponde àquilo que Manguel (2018, p. 85) define como intelectual, “palavra que adquire seu significado moderno na época de Shakespeare”: um sujeito dedicado aos livros e apartado do mundo, que tem conhecimento, que vive a vida entre conhecimentos e produzindo conhecimento, junto de outros socialmente iguais e que, por isso, acha-se em posição privilegiada e de certo modo a única na condição de interpretar o mundo para si e para os demais. Daí o costume na cultura ocidental de denominar esse específico sujeito como elite ou vanguarda – intelectual ou científica, – e assim o situar no conjunto das relações sociais e políticas. Como vanguarda, é um homem das luzes; não apenas sabe das coisas, mas antes está à frente dos demais, quase “uma desculpa para se diferenciar das massas” (Manguel, 2018, p. 101).

De fato, esse sujeito veio a ocupar um lugar especial no seio ou ao lado das classes governantes – um pertencimento de certo tipo, digamos – das quais, segundo Gramsci, tornou-se orgânico. A despeito de que todos os humanos podem ser vistos como intelectuais, posto não haver atividade humana da qual se possa excluir a participação do intelecto (ou do pensamento), praticamente todo o conhecimento produzido nos últimos duzentos anos foi derivado da organização racional da ciência e da educação formal, a ciência como específica forma de produzir verdades e, sobretudo, aquelas para a produção econômica e a guerra, alijando outras formas do saber ou outras maneiras de perceber e refletir sobre o mundo. Com isso, foram criadas eficazes barreiras sociais e políticas para impedir ou dificultar a presença do mundo “não intelectual” nas esferas decisórias ou na condução da sociedade (Gramsci, 2001).

No entanto, a condição de intelectual, antes da enorme expansão do ensino superior própria do século XX, dizia respeito a um grupo demograficamente pequeno. Hobsbawm (2013) estima que o conjunto de estudantes com participação ativa na política e nos acontecimentos revolucionários do século XIX não era superior a 10.000 pessoas (4.000 na Prússia). De todo modo, trata-se de um número que excedia as necessidades de “curadoria” intelectual às classes governantes, causando o surgimento do intelectual livre (*freelancer*). Sem dúvida, era um grupo “cultivado”, composto por artistas, escritores, maestros de vários matizes, filósofos, livres pensadores e ativistas políticos, gerando a identificação desse tipo de pessoa com a oposição socialista.

Saber das coisas ou delas ter conhecimento, das coisas grandes da sociedade e do país, da cultura e das artes, da economia e da política, saber opinar ou ter opinião relevante, o que significava *entender* das coisas, era próprio das camadas cultas ou intelectualizadas. A massa, isto é, o conjunto do povo não tinha opinião própria nem fruição dessas coisas. Um gosto popular, de certa forma, continha um juízo estético específico e recolhido na simplicidade da sua expressão, e era reproduzido na mesma extensão e condição de reprodução das classes trabalhadoras. Cores e formas, modos de ser – incluindo o vestuário –, e a apropriação da língua tinham as marcas dessa massa trabalhadora ou proletária (Boltanski, 1989; Caldas, 1988; Hobsbawm, 1987).

Naturalmente, isso nunca significou que as pessoas ou os componentes da massa não se expressassem nem tivessem opinião fosse sobre o que lhes pudesse interessar, somente que tal opinião não aparecia em público ou não era dada como representação adequada aos termos da *doxa* que regia os comportamentos socialmente aceitos e tornados válidos. Quando apareceriam, sobretudo na TV, como antes havia sido no cinema e no rádio, em geral, era na forma da anedota. Quaisquer que fossem eles, o posicionamento não interessava, pois estavam ali em confirmação ao *desajuste* da opinião culta.

O final do século XX, e particularmente este primeiro quartil do XXI, veio a encontrar profunda e radicalmente modificado esse cenário. Os intelectuais ou pessoas nessa posição já não são vistos como exclusivos emuladores das pautas da oposição ou da esquerda e, recuados, passaram a dividir a cena política com artistas e celebridades, e, mais recentemente, com *influencers* ou *youtubers*, como são denominados contemporaneamente

os agitadores nos meios digitais de massas. Tal declínio dos “grandes intelectuais prestativos”, disse Hobsbawm (1987, p. 231), deve-se principalmente “à despolitização de cidadãos ocidentais num período de crescimento econômico e ao triunfo da sociedade de consumo”. Só mais recentemente, em razão da pandemia do SarsCov-2, é que cientistas e acadêmicos em geral foram reentronizados nas mídias, tendo alguns alcançado grande popularidade.

Nesse caso, devemos considerar as condições dadas para o surgimento de grupos radicais de extrema-direita ou direita alternativa, a *alt right* ou *far-right*, como denomina Teitelbaum (2020a). Eles não são a transformação da velha política conservadora; ao contrário, são coisa distinta dos grupos de direita tradicionais e, nestes tempos, aparecem como a marca registrada na política do Ocidente. É movimento internacional, ironia para quem advoga com veemente violência a dissolução dos mecanismos de governança mundial e os acordos multilaterais. São relativamente recentes. Surgiram na esteira da crise de 2008 e devem sua popularidade ao fato de terem conseguido catalisar a insatisfação generalizada na sociedade com relação ao estado de coisas promovido pelo neoliberalismo. O empobrecimento foi uma delas. Mas, antes, vieram a desestruturação das relações de trabalho e produção, com o conseqüente desemprego; o enfraquecimento do sistema previdenciário e da seguridade social em conjunto; e a volatilização da poupança pública. Acrescente-se a isso, no caso europeu, a grave questão dos enormes deslocamentos populacionais, particularmente os de países africanos, permanentemente atingidos pelas políticas belicistas dos antigos senhores coloniais. Enfim, as políticas neoliberais são isto: produzem empobrecimento, miséria, doença e morte precoce (Barr *et al.*, 2012; Chang *et al.*, 2013; Karanikolos *et al.*, 2013; Kentikelenis *et al.*, 2011, 2014; Stuckler; King; McKee, 2009, 2011, 2013). O filme *Eu, Daniel Blake* é o retrato eloquente desses tempos neoliberais, a cristalização da famosa frase de Margareth Thatcher quanto a não haver sociedade, apenas indivíduos.

Além de fatores *objetivos* ou estruturais, podem ser elencados outros de tipo *subjetivos*, culturais ou ideológicos, de certo mais importantes, originados em reação aos movimentos de afirmação identitária que surgiram depois da década de 1970, principalmente de sexo e gênero, mas também relacionados à cor da pele ou a qualquer outro que se queira e que se apresente sob esse rótulo. Igualmente, as pautas originadas no movimento dos direitos humanos, a crescente ênfase em processos educacionais emancipadores e a tendência em afirmar a autonomia de específicos grupos sociais deram origem a reações escandalosamente assemelhadas ao nazismo e ao fascismo. Algo em comum entre a perspectiva histórica ultrapassada e a contemporânea estava acontecendo. Uma nova era estava sendo determinada: “Foi a crise de valores e perspectivas tradicionais, talvez, acima de tudo o abandono da velha crença no progresso global da razão, da ciência e da possibilidade de melhorar a condição humana” (Hobsbawm, 2013, p. 231).

Em outros termos, tudo o que foi construído no Ocidente desde o grande movimento conhecido como Renascimento (Iluminismo, Esclarecimento ou Ilustração), inaugurado com Da Vinci, Bruno, Galileu e outros, com base no racionalismo e, portanto,

na ciência – nova forma de conhecer o mundo dispensando os recursos da metafísica –, esse arranjo tecnológico que imaginou poder dominar as forças do universo e que em tudo era a afirmação crescente da razão e do progresso, esse mundo começava a ruir. Ou, ao menos, a ser fortemente contestado como nunca fora antes, mundo que então começa a bater em retirada

[...] diante dos poderes antiuniversais de “sangue e solo” e das tendências radical-reacionárias que se desenvolvem em todas as religiões mundiais. Mesmo no Ocidente assistimos à ascensão de uma nova irracionalidade hostil à ciência, enquanto a crença num progresso irresistível dá lugar ao medo de uma inevitável catástrofe ambiental (Hobsbawm, 2013, p. 232).

Se a educação formal superior funcionou durante décadas ou, melhor dizendo, durante praticamente todo o século XX, como forma de propiciar ascensão às classes médias, por meio de empregos bem remunerados e valorizados socialmente, transformando assim esses novos emergentes em parte das camadas superiores da sociedade, aos olhos da massa, eles passaram a ser vistos como presunçosos e moralmente insatisfatórios, detentores de privilégios econômicos, de certo modo parasitas que ascenderam com o recurso de instituições duvidosas, particularmente as universidades, que nada mais seriam senão antros de propaganda marxista. Tais leituras, a de que estamos submetidos a formas ditatoriais com base no marxismo cultural, com intervenção e controle cada vez maior do Estado, passaram a ser reiteradamente comunicadas nas novas mídias em canais de novos formadores de opinião. É possível que o abismo criado entre essas camadas médias e a base da sociedade, a saber, a massa, apareça agora como uma nova forma de divisão de classes “entre aqueles cujo diploma universitário é um infalível bilhete de entrada para carreiras de prestígio e sucesso, e o ressentido resto” (Hobsbawm, 2013, p. 233).

É relevante insistir no fato concreto de que o estruturante desses eventos, parte não menos importante da economia política contemporânea, vem a ser as novas formas de comunicação e a emergência do ciberespaço, pois é igualmente fato que

[...] o mundo digital nasceu e cresce no terreno das formações socioeconômicas e políticas do capitalismo globalizado [...] *o espaço virtual* [...] [tem a ver] *com a turbulência social e política do nosso tempo – o conflito étnico, o ressurgimento do nacionalismo, a fragmentação urbana, a miséria e a fome nas periferias do mundo* (Santaella, 2003, p. 29, grifo nosso).

Todavia, esse enfoque ainda demanda compreender a emergência de dois importantes sujeitos, em íntima relação de dependência, a saber, as formas ideológicas do Tradicionalismo, como força política nova (e não apenas extensão dos velhos partidos de direita ou conservadores), em oposição ao cosmopolitismo da esquerda (ou a dos socialistas em geral) e as novas manifestações de religiões pentecostais ou evangélicas, que Hobsbawm denomina de “espetacular ressurgimento”, que faz delas “uma importante força política, muito embora não intelectual” (Hobsbawm, 2013, p. 233). Ambas encontram

nas mídias digitais o substrato mais que necessário para organizar a nova direita radical e, antes, a de conduzir a propaganda e a difusão em escala de informações de todo tipo, preferentemente as que cumprem a função de manter ocupadas as mentes e os corpos na guerra franca contra as mazelas do modernismo.

4. O MUNDO VIRADO DO AVESSO

As primeiras décadas do século XXI vieram a fornecer informações espantosamente inquietantes. O número de países invadidos ou de guerras pós-modernas crônicas aumentou, aumentando em escala a sensação de fragilidade coletiva no plano mundial. De um lado, houve colapso na confiança das forças do livre mercado e em sua propalada capacidade de propiciar um futuro melhor para todos. De outro, passou da expressão de ressentimento econômico na polaridade entre ricos e não ricos para a desconfiança e o ressentimento intelectual nos processos da vida cotidiana cada vez mais complexos, ou seja, entre o senso comum da vida diária e a incompreensibilidade das operações intelectuais que movimentam as estruturas em que repousa o funcionamento da sociedade. A crença no progresso com base na razão se esgarçou. Na África e na América Latina, teve início um processo de reconfiguração das antigas teorias da dependência, avançando para a compreensão dos impactos mais profundos do colonialismo (Dilger; Lang; Pereira-Filho, 2016; Santos; Meneses, 2010). No caso brasileiro, emergiram duas vertentes importantes: a do escravismo-racismo estrutural e a do patriarcalismo-machismo-sexismo-corpo. Verdade que esta última formação teórico-política emergiu em grupos minoritários também e antes na América do Norte e Europa Ocidental (Bourdieu, 2019; Butler, 2003; Goldberg, 2005; Preciado, 2022).

No entanto, esses movimentos teórico-políticos não tiveram a força de para impedir as diferentes sociedades em diversos países de caírem no abismo ideológico em que iriam se meter. Desemprego e recessão, com aumento da pobreza e de ameaças à segurança e ao bem-estar públicos fizeram recrudescer a simpatia de importantes setores do eleitorado pela extrema-direita. O nacionalismo, a xenofobia e a pauta de costumes, sobretudo coisas como casamento, família e sexualidade, ou a crença descabida e extemporânea na ameaça comunista ou no *perigo chinês*, ou, ainda, a cultura, a universidade e a ciência, em conjunto esses avatares tiveram forte apelo na mobilização de milhões de manifestantes em diversos países. Para muitos no Ocidente em crise, essa era uma perspectiva aterrorizante de um capitalismo que se transmutara, sendo agora “uma encarnação de compadres patrocinada pelo Estado” e enriquecidos por suas conexões políticas, e as formas aparentemente libertárias de egoísmo “que não se importava com a comunidade” (Teitelbaum, 2020a, p. 42).

Todo esse movimento não tem um único centro irradiador, um partido claramente identificável, por exemplo, nem mesmo pode ser compreendido com recursos de análise da ciência política convencional. São múltiplos e aparentam confusão, embora

compostos por diferentes vertentes e apresentando colorações e enfoques também distintos, merecendo destaque a organização política chamada *Movement* [ou Internacional Nacionalista] liderada por Steve Bannon, que se reúne com líderes mundiais da extrema-direita, promove eventos e investe na edição de livros e revistas.

Em conjunto, envolve a participação de milionários que financiam organizações, gente presente na política ou em posição no aparelho de Estado, editoras especialistas nesses temas, centros de espionagem tanto estatais quanto privadas, políticos e partidos de extrema-direita surgidos a não mais que duas décadas (Teitelbaum, 2020a, p. 103). Apesar disso, e como visto no recente caso brasileiro, os participantes desses movimentos atuam no particular, expressando individualidades e, a um só tempo, sentindo-se acolhidos “no geral”, não importando o quanto venham a parecer díspares, pois “todos encontram abrigo sob o manto difuso das novas crenças, um lugar agora habitado pela ideologia em estado puro” (Botazzo, 2021, p. 15).

Resumidamente,

[...] o Tradicionalismo acrescenta uma motivação espiritual para o que poderia ser simplesmente uma agenda política do populismo de direita, antiglobalista, antiprogressista. As pessoas podem aderir a isso por diferentes razões, como ressentimento econômico, racismo, antifeminismo... Mas o Tradicionalismo oferece uma motivação religiosa [...] um certo mandato espiritual, com o desejo de destruir grandes organizações [pois] a seus olhos, a destruição é uma coisa boa (Teitelbaum, 2020b).

De certa maneira, o novo tipo de ativismo político aposta em formas aprimoradas e inovadoras, não exatamente na política e sim por meio da cultura, cuja estratégia toma como material “as artes, o entretenimento, o intelectualismo, a religião e a educação”, pois são nessas esferas em que “os nossos valores são formados, e não na cabine de votação. Quem conseguir alterar a cultura de uma sociedade terá criado a oportunidade política para si mesmo” (Teitelbaum, 2020a, p. 62).

Dito de outro modo, a política move-se com a cultura, o que ajuda a compreender eventos recentemente observados entre nós². A diferença, portanto, está naquilo em que as pessoas acreditam. Nesse processo, novas crenças se misturam às antigas, e as redes sociais, o mundo digital e as realidades nele criadas se encarregam de manter a legião desses novos crentes conectados entre si, sem nenhum centro que possa ser ou identificado como *direção*, num processo que Hardt e Negri (2012) definem como *inteligência de enxame*. Em outras palavras,

De uma perspectiva externa, o ataque em rede é apresentado como um enxame porque parece informe. Como a rede não tem um centro que determine a ordem [...] apresenta-se como algo

² “nos encontramos em um momento em que as pessoas estão buscando ideologias que parecem destoar tanto do padrão. E essa ideologia não é o comunismo, não é liberalismo, não é fascismo. O Tradicionalismo é tão fora do mapa que nenhum cientista político, nenhuma *think tank* em Washington, ninguém no Congresso e nenhum candidato à presidência jamais ouviu falar dele. E esse movimento ainda assim se sustenta. Há tanto desencanto, tanta frustração com o *status quo*, que nós vemos atores buscando alternativas radicais” (Teitelbaum, 2020b).

semelhante a um enxame de pássaros ou insetos num filme de terror, uma multidão de atacantes irracionais [...]. Se analisarmos o interior de uma rede, no entanto, veremos que é efetivamente organizada, racional e criativa. Tem a inteligência do enxame (Hardt; Negri, 2012, p. 130-131).

Assim, são definidas as novas “verdades”, as que irão “libertar”³ o povo e “colapsar o sistema”: “é um movimento muito mais ágil e barato ... não precisa ter sedes e escritórios ... e todas essas coisas que criam obstáculos para ser um partido de extrema direita bem-sucedido” (Mulhall, 2022).

Uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação, construção de algoritmos com base em milhões de perfis capturados na internet, mensagens apropriadas a cada grupo, deformação da realidade, construção de narrativas que consolidem nas pessoas suas incertezas ou angústias, apontando caminhos (a verdade liberta), tudo isso amalgamado num movimento verdadeiramente transnacional (Empoli, 2020). Séries nas plataformas de *streaming* têm retratado isso de modo explícito, não bastassem estudos bem fundamentados que apontam para a manipulação da vontade popular em eleições recentes, do Brexit às campanhas de Presidência no Brasil em 2018 e 2022.

Nesse processo, entra o combustível mais novidadeiro dessas novas realidades: a produção e a disseminação em massa de conteúdos falsos, com *bombardeio* midiático feito com o uso de programas automáticos de envio de mensagens, uma novidade que se convencionou chamar de *fake news*. Notícias falsas, literalmente.

Nada a ver com possibilidades individuais ou ganhos pessoais, salvo nos conteúdos carismáticos ou evangélicos, de certo modo como teologia da prosperidade, e, todavia, apresentando valores éticos e espirituais e a perspectiva de regeneração moral num mundo corrompido. Falam em povo, ao “falar ao coração das pessoas”, e criam identidade comunitária, com base em coisas imateriais, como pátria, honra, liberdade. Isso quando toda a esquerda no Brasil hoje usa a categoria “população”, copiada da demografia, que simplesmente quer dizer o número de indivíduos que habitam determinado território. Isso é fortemente impessoal e nada sociológico, para não dizer reacionário.

Autores classificam as *fake news* em três categorias, de acordo com o tipo de mensagem que elas carregam: *a*) as que desinformam (informação inapropriada ou falsa, sem intenção explícita de mentir); *b*) as que são mentirosas (informação falsa, divulgada com o intuito de prejudicar); e, *c*) as que deformam uma informação verdadeira, divulgada com intuito de causar prejuízo. Para esses mesmos autores, é preciso distinguir entre propaganda, desinformação e notícia falsa propriamente. Claro que essas definições têm significações aproximadas ou que acabam se sobrepondo, e talvez apenas propaganda e

³ Cf. o discurso de posse de Ernesto Araújo, como ministro-chefe do Itamaraty, em 2 de janeiro de 2019. A passagem do evangelho de João – conhecereis a verdade e a verdade vos libertará – foi feita com citação do original em grego [*gnosesthe ten aletheian kai he aletheia eleutherosei humas*]. Nesse discurso fica destacada com clareza a filiação do então ministro aos princípios ideológicos do Tradicionalismo, particularmente nas críticas que faz ao globalismo e na elegia aos princípios cristãos (“amor”) que guiaram a “colonização” do Brasil. Ao lado disso, ele se manifestou em ocasiões cerimoniais e em artigos quanto à defesa intransigente da “cultura judaico-ocidental”, para ele significada pelos Estados Unidos da América. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=11Ze3oZ_ryo. Acesso em: 22 jan. 2023.

fake news expressem um campo semântico claramente mais bem definido. Em conjunto, podem determinar comportamentos e estilos, influir em escolhas e levar a manifestações políticas de amplos grupos que, em situação anterior, não o fariam, no mais das vezes se limitando a observar (Michael; Breaux, 2021; Council of Europe, 2023; Ferreira-Filho; Nascimento; Sá, 2012; Fonseca; Dias, 2021; Ibarra, 2022; Lima, 2022; Thijssen, 2017; Wardle; Derakhshan, 2017).

Como se encontra em um boletim do Conselho Europeu,

Propaganda, desinformação e notícias falsas têm o potencial de polarizar a opinião pública, promover o extremismo violento e o discurso de ódio e, em última análise, minar as democracias e reduzir a confiança nos processos democráticos.

Eles são usados para se referir a uma variedade de maneiras pelas quais o compartilhamento de informações causa danos, intencionalmente ou não – geralmente em relação à promoção de uma determinada causa ou ponto de vista moral ou político (Council of Europe, 2023).

Concernente a essa questão, é preciso salientar que as mídias, tradicionais ou não, expressam modos de ver comprometidos com a filiação política e ideológica do “proprietário da empresa”, como diria Fernando Morais (1994), e que a capacidade objetiva do jornalismo não passa de um cacoete da propaganda contemporânea. A esse respeito, e em consonância com o conceito relativo de “verdade” na informação, pesquisas indicam que o julgamento do que é verdadeiro ou falso nas edições acha-se em relação com a filiação ou a tendência política do leitor (Michael; Breaux, 2021).

5. EPÍLOGO

Neste artigo, procedemos, como recomendado, a explicações sociológicas segundo as quais a teoria social deve ser modelada pela observação da realidade social contemporânea vivida pelo pesquisador no trabalho de investigação. Dito de outro modo, “nosso entendimento deve adaptar-se ao mundo social contemporâneo, mudando, portanto, com a história” (Hardt; Negri, 2012, p. 189). Foi assim que inicialmente expusemos o entendimento sobre as novas realidades impostas pelo mundo digital ou, como vem sendo afirmado, pelas realidades criadas como sociedade de informação. Quanto à investigação, esta foi realizada no tempo em que o texto foi sendo escrito. Essas novidades digitais, antes apontadas como a revolução tecnológica que mudaria a face do mundo – quem poderia prever? –, indicam o ressurgimento de categorias já um pouco gastas, sociologicamente falando, a saber, o conceito de massa e o retorno da própria ideia do uso de mentiras na política.

É preciso realçar que massa não é um conceito moderno. Embora subsista uma afirmação quantitativa no que diz respeito ao número – uma quantidade massiva –, o termo existe nos textos políticos da antiguidade, os do Império Romano, seja quando são recriminadas

pelo seu comportamento turbulento, seja na condenação do seu gozo com os jogos no Coliseu, seja nas consequências que advêm das suas escolhas insensatas. Manguel dirá:

Já no século I, Sêneca vituperava o populacho ou as massas ignorantes: “os melhores deveriam ser preferidos e, no entanto, a massa escolhe os piores [...] Nada é tão pernicioso quanto ouvir as massas, considerando certo o que é aprovado pela maioria, e moldando nossa conduta pela dos que, em vez de viver de acordo com a razão, meramente se acomodam (Manguel, 2018, p. 80).

Essas massas aparecem como rebeldes e, todavia, identificadas com movimentos totalitários; ainda quando massa e multidão se confundem, que é como Le Bon dirá da multidão e de seu “comportamento irracional” e o fato [para ele] que a multidão “é a uniformização dos homens” [porque identifica constantemente a massa com o proletariado moderno e porque desejava diminuir o valor revolucionário das multidões que haviam sacudido a Europa]; ou, mais uma vez, o correspondente contemporâneo com Freud, que avançou na compreensão desse fenômeno justo quando da consolidação do nazi-fascismo na década de 1930 (Manguel, 2018, p. 80).

Seja como for que interpretemos, é preciso

Ter em conta a contradição pelas quais as massas possuem, por um lado, a qualidade de união, de comunhão irrefletida [...] e, por outro lado, *costumam ser formadas por indivíduos que não se conhecem ou que só se conhecem superficialmente uns aos outros* [...] E, de um modo geral, sempre que se trata de comportamentos específicos das massas, é possível descobrir neles um momento de irracionalidade, que vai desde o pânico numa sala de teatro até, segundo parece, as pretensas sublevações de um povo inteiro (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 78-79, grifo nosso).

Agora recentemente, quando Hardt e Negri (2012) recuperam o conceito de multidão e o fazem na esperança de que ela seja a condutora da revolução do nosso tempo, temos a oportunidade de ler sobre o comportamento alucinado das massas na parábola do louco exorcizado por Jesus, cujos espíritos que o atormentavam são transferidos para uma vara (de porcos) e, a seguir, para os animais, que, em perdição, precipitam-se num abismo. Com esses autores, pode-se dizer que “a multidão tem um lado sombrio”, e a um só tempo, em conformidade com o demônio, podemos dizer que “somos muitos”⁴ (Hardt; Negri, p. 186).

Massa e multidão, manada e gado: nesse caso, entram os componentes finais dessa trama, pois, de certo modo, esse componente *grupal*, como temos observado, expressa uma ideia potente de comunicação, já que é sempre *atividade simbólica*, como se fosse um estar-em-comum, “no qual entram em jogo diversas interpretações do existente, isto é, das situações objetivas, valores simbólicos e pontos de vista mais ou menos compartilhados”.

⁴ “Jesus encontra um homem possuído por demônios e pergunta-lhe o nome, pois é necessário um nome para o exorcismo. O demônio responde, enigmaticamente: ‘Legião é o meu nome, porque somos muitos’. Os diabos pedem a Jesus que os transfira do homem para uma manada de porcos que está próxima. Os porcos, já agora possuídos, atiram-se de um penhasco e se afogam nas águas lá embaixo, num ato de suicídio em massa”. (idem, p. 186)

Isso ocorre justamente porque “na experiência comunicacional” se estabelecem processos de interlocução e interação, além de se criarem laços sociais entre os indivíduos que partilham as mesmas experiências e ressonâncias comuns (Santos, 2006, p. 214).

É assim que conteúdos ideológicos, vastamente as crenças dos sujeitos, não apenas são compartilhadas mas também *materialmente* têm reforçado seu processo de internalização, isto é, de estar em correspondência com as estruturas primárias do psiquismo, no sentido mesmo que lhe atribui Althusser, quando faz coincidir a crença [ideologia] com os dispositivos do inconsciente ao afirmar que “nossa proposição de que a ideologia não tem uma história pode e deve ser diretamente relacionada com a proposição freudiana de que o inconsciente é eterno, isto é, não tem história”, e, mais claramente, “a ideologia é eterna, exatamente como o inconsciente” (Althusser, 1996, p. 125). Essa proposição vem a ser justamente o centro da análise sobre a psicologia das massas em Freud, quando diz que

O mecanismo da identificação tem um lugar decisivo no processo de formação social, na cultura e na civilização [tendo início] ‘a sublimação dos impulsos sexuais’ [...] e a identificação com o líder, com os símbolos ou com a horda de seus próprios semelhantes [...] (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 84-85).

É desse modo que as crenças que os grupos extremados professam se tornam convicções inabaláveis, e é por esse mesmo motivo que as tentativas “racional” de convencimento são inúteis. Tudo aparece como coisas simples, faladas em frases curtas, repetidas à moda das ladainhas, que surpreendem pela facilidade da expressão das categorias do complexo agora transformadas em dispositivos linguísticos binários do tipo bom-mau/bem-mal, à moda de Maniqueu, o profeta persa (cerca de 216-276 a. C.). Para a multidão, essa possibilidade é irresistível, pois agora todos podem falar ou se pronunciar sobre qualquer coisa. Se são verdades ou mentiras, esse é um detalhe desprezível, tendo em vista o fato absurdo de ser “uma ferramenta organizacional mais eficaz que a verdade” (Empoli, 2020, p. 24). Nesse caso, são inúteis as tentativas de classificação em alguma ordem conhecida, como saber se são nazistas ou fascistas, porque, como demonstraram Araújo e Pereira, que analisaram sete vertentes ideológicas ligadas ao fenômeno, a pleora semântica indica apenas exuberância classificatória e qualquer categoria que se busque, ou nada explica ou é insuficiente, sendo, na maior parte dos casos, prontamente ultrapassada por novas manifestações “discursivas” ou daquilo que é falado, quer dizer, enunciado (Araújo; Pereira, 2016).

É preciso ainda caracterizar a natureza institucional do enunciado, *pois é como instituição* que ele se dá a perceber. A materialidade do enunciado é, na opinião de Machado (1988), *função institucional*: nesse sentido, um mesmo enunciado que seja formulado por sujeitos distintos (ou o mesmo sujeito) em lugares e circunstâncias diversos não resulta a mesma coisa. Assim, não apenas é coisa falada, se certa ou errada, mas antes a trama de significados e sentidos se acha na dependência de quem fala, de que lugar fala e por qual meio, que podemos denominar de *contextos significantes* (Machado, 1988, p. 168-169).

Isso também significa que nem tudo do observado é dizível, e nem sempre *dizer tudo* é melhor estratégia que sigilo ou discrição, seja nas relações políticas e nas questões do governo, seja – com igual razão – nas interpessoais.

Duas palavras mais ao ensaio de Arendt. É surpreendente que ela se manifeste com eloquência quanto às fraudes do Pentágono, mostrando-se ingenuamente escandalizada. Não precisava tanto, pois sabidamente o governo norte-americano mentiu tanto antes quanto depois da guerra do Vietnam. A lista é longa. Como exemplo, basta lembrar das supostas armas químicas de Saddam Hussein, que funcionaram como justificativa para a invasão do Iraque em 2003; ou as da Síria; ou ainda as manifestações “populares” contra Muammar al-Gaddafi da Líbia, em 2011. Por fim, a diferença entre o contemporâneo e o assunto que no século passado mereceu a atenção de Hannah Arendt é que a mentira, na política, hoje, navega pelas ondas eletromagnéticas e não tem pertencimento nem autoria definidos. São criadas, e a um só tempo acessadas em um toque por milhões. Ou seja, todos estão potencialmente na condição de ser formadores de opinião, de produzir ou divulgar *fake News*; governos, inclusive, se desejarem.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. *In*: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.
- ARAÚJO, Enoque Fernandes; PEREIRA, Antonio Carlos. **A pandemia nas teias da política**. Piracicaba: Ed. dos Autores, 2021.
- ARAÚJO, Ernesto. **Discurso de posse - 02 de janeiro de 2019**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Ei7lGXLSYg>. Acesso em: 5 jan. 2023.
- ARENDT, Hannah. **Crises da República**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates [Política]. 2018.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BARR, Ben; TAYLOR-ROBINSON, David; SCOTT-SAMUEL, Alex; MCKEE, Martin; STUCKLER, David. Suicides associated with the 2008-10 economic recession in England: time trend analysis. **BMJ**, v. 345, p. e5142, 2012.
- BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC)/BBC BRASIL. **40 anos depois**: dez coisas que você talvez não saiba sobre a Guerra do Vietnã. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150430_vietna_guerra_fatos_pai. Acesso em: 5 jan. 2023.
- BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- BOTAZZO, Carlos. Prefácio. *In*: ARAÚJO, Enorque Fernandes; PEREIRA, Antonio Carlos. **A pandemia nas teias da política**. Piracicaba: Ed. dos Autores, 2021. p. 9-18.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 19.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 22. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- CALDAS, Waldenyr. **Uma utopia do gosto**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura** - A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHANG, Shu Sen; STUCLKER, David; YIP, Paul; GUNNELL, David. Impact of 2008 global economic crisis on suicide: time trend study in 54 countries. **BMJ**, v. 347, p. f5239, set. 2013.

CHOMSKY, Noam. **Mídia** - Propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

COUNCIL OF EUROPE. **Dealing with propaganda, misinformation and fake news**. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/campaign-free-to-speak-safe-to-learn/dealing-with-propaganda-misinformation-and-fake-news>. Acesso em: 5 jan. 2023.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA-FILHO, Jorge. (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1990. v. 1.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. Trad. Arnaldo Bloch. 1. ed. e 1. reimp. São Paulo: Vestígio, 2020.

FERREIRA-FILHO, Edson PINTO; NASCIMENTO, Marthan Francisquini do; SÁ, Reginaldo José de. **Redes Sociais Digitais**: uma Nova Configuração no Estilo de Vida da Contemporaneidade. 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/26116205.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FONSECA, Alexandre; DIAS, Juliana. (coord.). **Caminhos da desinformação**: evangélicos, fake news e WhatsApp no Brasil: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, 2021.

FOUCAULT, Michel. **La arqueología del saber**. 11. ed. México: Siglo Veintiuno; 1985.

GOLDBERG, Miriam. Gênero e corpo na cultura brasileira. **Psicol. clin.**, v. 17, n. 2, 2005. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652005000200006>

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). v. 2.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração. Isto não é um manifesto**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão** - Guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos fraturados**: cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HORKHEIMER, Max ADORNO, Theodor W. (org.). **Temas básicos da Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978.

IBARRA, Carlos Figueroa. **Derecha valiente y derecha cobarde**. México Política. 2022. Disponível em: https://iela.ufsc.br/derecha-valiente-y-derecha-cobarde/?fbclid=IwAR1yHWfzkwZj5tdgIJhKF6ofQViMk-32NHXxuvrnDF_3T5n0la_xDrBuQ; 2022. Acesso em: 20 jan. 2023.

KARANIKOLOS, Marina; MLADOVSKY, Philipa; CYLUS, Jonathan; THOMSON, Sarah; BASU, Sanjay; STUCKLER, David; MACKENBACH, Johan P. P; MCKEE, Martin. Financial crisis, austerity, and health in Europe. **The Lancet**, v. 381, n. 9874, p. 1323-1331, 2013.

KENTIKELIS, Alexander; KARANIKOLOS, Marina; REEVES, Aaron; MCKEE, Martin; STUCKLER, David. Greece's health crisis: from austerity to denialism. **The Lancet**, v. 383, n. 9918, p. 748-753, 2014.

KENTIKELIS, Alexander; KARANIKOLOS, Marina; PAPANICOLAS, Irene; BASU, Sanjay; MCKEE, Martin; STUCKLER, David. Health effects of financial crisis: omens of a Greek tragedy. **The Lancet**, v. 378, n. 9801, p. 1457-1458, 2011.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine**: The Rise of Disaster Capitalism. New York: Metropolitan Books, 2007.

LIMA, Francisco Rohan. **Os laços revelados entre "austeridade" e fascismo**. 2022. Disponível em: https://controversia.com.br/2022/12/02/os-lacos-revelados-entre-austeridade-e-fascismo/?fbclid=IwAR2z15v6veYagnf4j0j7igcp4XcfqPd8uZWXD0n-Zw_MXn0_pYwI1LxI_H0. Acesso em: 20 jan. 2023.

LOSURDO, Domenico. **Stalin**: História crítica de uma lenda negra; com um ensaio de Luciano Canfora. 2. ed. 3. impr. Rio de Janeiro: Revan, 2020.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal; 1988.

MANGUEL, Alberto. **O leitor como metáfora** - A Torre de Marfim e a traça. São Paulo: SESC, 2018.

MATTOS, Alexandra; CARPES, Ataliba; TESSARI, Cláudio. United States (1971) – The Pentagon Papers: a liberdade de imprensa pode sofrer restrições? **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, v. 117, p. 265-282, jan. 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2022.

MICHAEL, Robert B.; BREAUX, Brooke O. The relationship between political affiliation and beliefs about sources of “fake news”. **Cognitive Research: Principles and Implications**, [s. l.], v. 6, n. 6, 2021. Disponível em: <https://cognitiveresearchjournal.springeropen.com/track/pdf/10.1186/s41235-021-00278-1.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o Rei do Brasil** - A vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos do século XX. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

MULHALL, Joe. “A extrema direita finca raízes no poder”. Entrevista a Luis Costa. **Revista Cult**, n. 287, nov. 2022.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Brasil tem 54 bilionários em 2023 na lista da Forbes**. Disponível em <https://einvestidor.estadao.com.br/mercado/brasil-tem-54-bilionarios-2023-forbes/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: Zahar, 2022.

ROMANO, Rogério T. Pentagon papers: um conflito entre a verdade e a mentira. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 24, n. 5830, jun. 2019. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/74714>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SANTAELLA, Lucia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista FAMECOS**, n. 22, dez. 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3229/2493>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço** - Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

STUCKLER, David; KING, Laurence; MCKEE, Martin. Mass privatisation and the post-communist mortality crisis: a cross-national analysis. **The Lancet**, v. 373, n. 9661, p. 399-407, 2009.

STUCKLER, David. Recessions can hurt, but austerity kills. Entrevista. **The Guardian**, maio 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2013/may/15/recessions-hurt-but-austerity-kills>. Acesso em: 8 jan. 2023.

STUCKLER, David; BASU, Sanjay, COUTTS, Adam; MCKEE, Martin. Effects of the 2008 recession on health: a first look at European data. **The Lancet**, v. 378, n. 9786, p. 124-125, 2011.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade** - O retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Unicamp, 2020a.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Entrevista a El País**. 2020b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-12/benjamin-teitelbaum-destruicao-e-a-agenda-do-tradicionalismo-a-ideologia-por-tras-de-bolsonaro-e-trump.html>. Acesso em: 18 jan. 2023.

THIJSSSEN, Yori. **Breaking the news**: the effects of fake news on political attitudes. Master Thesis. Faculty of Behavioural, Management and Social Sciences. Master Communication Studies. University of Twente. Disponível em: https://essay.utwente.nl/72995/1/Thijssen_MA_BMS.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu** - A retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information Disorder Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. **Council of Europe Report**, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. 2017. Acesso em: 18 dez. 2023.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1992.

ZIZEK, Slavoj. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

DESIGUALDADES SOCIAIS E COVID-19 NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS PRODUZIDAS NAS MÍDIAS SOCIAIS EM 2020

SOCIAL INEQUALITIES AND COVID-19 IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF NARRATIVES PRODUCED IN SOCIAL MEDIA IN 2020

Fernando Miramontes Forattini¹
<http://orcid.org/0000-0002-8431-8555>

Livia Clarete²
<http://orcid.org/0009-0004-7188-4808>

RESUMO

Este artigo examina as narrativas das mídias sociais durante a pandemia de covid-19 no Brasil, focando em narrativas socioeconômicas e raciais e na importância da comunicação precisa e confiável. Para isso, foram coletadas mais de 28,1 milhões de postagens no Facebook, Instagram e Twitter, entre 13 de março e 16 de outubro de 2020. Essas narrativas refletiam interesses e perspectivas distintas da sociedade brasileira: enquanto algumas destacavam a responsabilidade individual na prevenção do vírus, outras enfatizavam a necessidade de políticas públicas para mitigar seus efeitos sobre as populações mais vulneráveis. Essas narrativas também estavam relacionadas a questões políticas e econômicas, refletindo disputas entre diferentes modelos político-econômicos. Representantes de um modelo neoliberal defenderam menor intervenção estatal e foram incapazes de lidar com os efeitos da pandemia, promovendo a desinformação e narrativas falsas visando à deslegitimação do impacto desigual da pandemia como resposta defensiva. Já os representantes de um modelo estatal mais participativo reconheciam a importância das medidas de prevenção e o reforço do sistema de saúde pública para combater a pandemia. Este estudo busca contribuir à compreensão das dinâmicas sociais e políticas em tempos de crise, mostrando como as narrativas presentes na arena pública, por exemplo, nas mídias sociais, foram usadas tanto para ataque quanto para resistência ao desmonte do sistema

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Doutorado Sanduíche pela Universidade de Chicago. Cofundador e Pesquisador do Corruption in the Global South Research Consortium (EUA). Email: fernandomiramontes@yahoo.com.br

² Mestre em Análise de Dados e Modelos de Linguagem pela City University of New York e bacharel em Ciências Sociais pela UFMG. Email: lclarete@gradcenter.cuny.edu

de saúde, à desigualdade social exacerbada pela pandemia, com a disseminação de informações precisas para combater o vírus e a desinformação.

Palavras-chave: covid-19; mídias sociais; desigualdade social; políticas públicas; resistência.

ABSTRACT

This article examines social media narratives during the Covid-19 pandemic in Brazil, focusing on socioeconomic and racial narratives and the importance of accurate and reliable communication. For this, more than 28.1 million posts were collected on Facebook, Instagram, and Twitter, between March 13 and October 16, 2020. It was seen that these narratives reflected different interests and perspectives of Brazilian society, while some highlighted the responsibility of individuals in preventing the virus, others emphasized the need for public policies to mitigate its effects on the most vulnerable populations. These narratives were also related to political and economic issues, reflecting disputes between different political-economic models. The study identifies the actions of representatives of a neoliberal model that advocated less state intervention, being unable to deal with the effects of the pandemic and, as a defensive response, adopting the delegitimization of the unequal impact of the pandemic by promoting false narratives and misinformation. Representatives of the other model, on the other hand, defended greater state intervention, recognizing the importance of preventive measures and the strengthening of the SUS to combat the pandemic. This study seeks to contribute to the understanding of social and political dynamics in times of crisis, showing how the narratives present in public arenas such as Brazilian social media were used both as a means of attack and resistance to social inequality exacerbated by the pandemic and as a means of dissemination of accurate information to combat the virus and misinformation.

Keywords: Covid-19, social media, inequality, fake news, resistance.

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento em Wuhan, na China, em dezembro de 2019, do primeiro caso conhecido do vírus SARS-CoV-2, responsável pela covid-19, a doença se espalhou rapidamente pelo mundo, tornando-se uma das mais graves crises de saúde pública do século XXI. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a covid-19 como uma pandemia devido ao significativo número de mortes. Desde então, ela tem impactado não somente a saúde, mas também a economia, a política e a sociedade em escala global. Países implementaram medidas de distanciamento social, com fechamento de fronteiras,

restrições de viagem e lockdowns para conter a propagação do vírus; enquanto cientistas buscavam desenvolver vacinas. Diante de tal cenário, a comunicação e o papel das mídias sociais tornaram-se cruciais à disseminação de informações precisas e confiáveis, bem como para a luta contra a desinformação e as *fake news*, que podem gerar pânico e prejudicar os esforços de controle da doença.

A literatura acadêmica tem se debruçado sobre o tema da desinformação e sua relação com as narrativas socioeconômicas e raciais, especialmente no contexto da pandemia de covid-19. As principais produções focaram na desinformação sobre a pandemia vinculada a narrativas raciais e xenófobas, como a marginalização de grupos asiáticos devido a teorias conspiratórias sobre a produção e disseminação do vírus (Zhou *et al.*, 2021). Outra importante vertente de pesquisa focou em narrativas socioeconômicas e políticas que disputavam o papel de políticas públicas restritivas para diminuir a disseminação do vírus, vistas como um ataque à liberdade individual e, logo, taxando-as de antidemocráticas (Van Bavel *et al.*, 2021). Além disso, surgiram pesquisas que estudaram as redes sociais e seu impacto na disseminação da desinformação sobre a covid-19, considerando a capilaridade que essas redes possuem e a sua capacidade de segmentar conteúdo para públicos específicos, o que pode levar à maior segmentação identitária e a amplificar narrativas raciais e socioeconômicas (Allington *et al.*, 2020).

As redes sociais possuíram ainda maior relevância no caso da pandemia, pois se tornaram um dos principais meios de receber informação e de realizar comunicação na sociedade, tanto na micro quanto na macroestrutura. Assim, a ação individual angariou impacto ainda mais acentuado que em outros problemas globais, tornando a qualidade de informação mais relevante para a sociedade como forma de proteção e contenção da curva de contágio. Entretanto, esse meio está repleto de desinformação (Lazer *et al.*, 2018; Vosoughi; Roy; Aral, 2018; Singer; Brooking, 2018), especialmente em relação a um vírus a respeito do qual pouco se sabia em 2020 (Hale *et al.*, 2021). No caso da pandemia, a desinformação adveio de influencers digitais, personalidades com cargos públicos e mesmo pesquisadores da própria área da Saúde que, intencionalmente ou não, criaram ou repassaram informações erradas ou pesquisas duvidosas (Pennycook *et al.*, 2020). Essa forma de desinformação teve consequências graves na saúde pública, como a recusa de massivo número de pessoas em seguir as orientações de saúde pública, como usar máscaras, manter distanciamento social, bem como a disseminação de informações falsas sobre tratamentos e curas, levando à adoção de práticas perigosíssimas à saúde (Roozenbeek; van der Linden 2019). Pesquisas sobre a disseminação de informações falsas sobre a covid-19 identificaram que, em muitos casos, as informações falsas eram compartilhadas por uma rede de perfis com o intuito de desacreditar a gravidade da pandemia e promover tratamentos ineficazes e perigosos, como a ingestão de Ivermectina e Hidroxicloroquina (Falcão; Souza, 2021).

Com base na revisão da literatura acadêmica acima mencionada, identificamos uma lacuna na análise das primeiras narrativas no primeiro ano da pandemia, especialmente em relação às suas implicações em políticas públicas de saúde e em narrativas sobre

desigualdade racial e socioeconômica no Brasil. Enquanto estudos anteriores fornecem informações importantes sobre a disseminação de informações falsas, este artigo se propõe a preencher essa lacuna, examinando a relação entre notícias falsas e narrativas socioeconômicas e raciais que possuem intencionalidade econômica e/ou discriminatória, bem como as narrativas opostas que funcionam como forma legítima de resistência, com alto grau de disseminação e aceitação.

Esta análise é especialmente relevante para orientar políticas públicas de saúde e de comunicação, já que nosso estudo abrange a representação e a abordagem da covid-19 em seu primeiro ano no Brasil, levando em consideração a conexão entre desinformação e desigualdades socioeconômicas e raciais. A originalidade e a contribuição deste estudo residem, portanto, na combinação desses dois fatores: a análise das primeiras narrativas e a conexão entre desinformação e desigualdades socioeconômicas e raciais, o que pode oferecer um panorama mais completo e abrangente da maneira como a pandemia foi abordada e representada no Brasil.

Para analisar as narrativas relacionadas à covid-19 no primeiro ano de pandemia no Brasil, foram consideradas postagens no Twitter e Facebook de empresas no campo midiático e de indivíduos, coletadas por meio da ferramenta *BuzzMonitor*³. A pesquisa utilizou a “análise de conteúdo” como método para extrair significado do texto, de forma a criar abstrações para identificar as principais narrativas relacionadas aos posts coletados. A coleta de dados ocorreu entre 13 de março, quando a covid-19 foi caracterizada como pandemia pela OMS, e 16 de outubro de 2020, tido como o mês menos letal da pandemia, quando o vírus perdeu boa parte de sua evidência nas redes sociais. No total, foram examinados mais de 28,1 milhões de tuítes, além de milhões de postagens no Facebook e Instagram, passando por análise de sentimento, recepção e engajamento. Trata-se de um método de sistematização qualitativo, em que se buscam identificar o sentido e as relações entre temas, conceitos e narrativas, utilizando técnicas de *text mining*⁴ e *data scraping*⁵ nas postagens de mídia social.

É importante destacar que, embora tenha havido uma narrativa sobre a liderança das mídias sociais na pauta pública e na disseminação de informações acerca da pandemia de covid-19, a maioria das notícias no início da pandemia veio de canais oficiais midiáticos com foco em *fact checking* e na busca por informações precisas. Apesar da existência de sensacionalismo e de algumas falhas na faturabilidade, a dificuldade em obter

³ Essa ferramenta possui várias vantagens sobre os métodos de coleta de dados tradicionais, incluindo a coleta e análise de grandes quantidades de dados em tempo real, de modo a automatizar o processo de coleta e triagem e fornecer insights sobre esses dados correlacionando-os com variados dados e diferentes redes sociais. Essa ferramenta foi utilizada pelos autores graças ao empréstimo generoso da empresa ELIFE – uma consultoria global especializada em inteligência de mercado e gestão de relacionamento digital que, entre outros serviços, faz análise do comportamento social a partir do monitoramento de redes sociais e sua jornada digital.

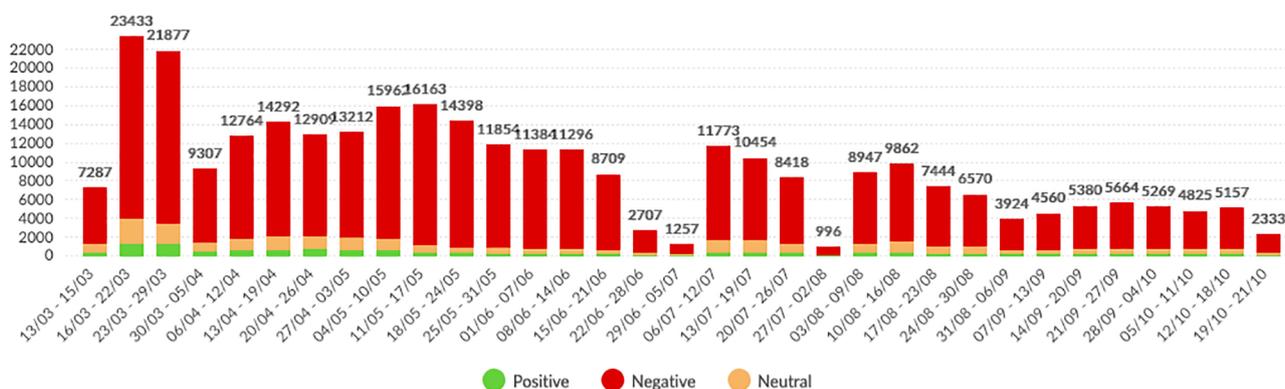
⁴ *Text Mining*: análise automatizada de grandes volumes de texto para extrair informações deles. Envolve o uso de técnicas de processamento de linguagem natural e mineração de dados para identificar padrões, tendências em documentos de texto. Seu objetivo principal é transformar dados não estruturados em informações estruturadas, permitindo a análise e a tomada de decisões com base nesses dados.

⁵ *Data scraping*: prática de extrair automaticamente dados de sites da web. Isso envolve o uso de programas ou scripts para coletar informações de páginas da web e convertê-las em um formato utilizável. Geralmente, é usado para fins de pesquisa, análise de dados e agregação de informações de várias fontes online.

informações confiáveis e precisas acerca de um vírus desconhecido com alto impacto de contaminação e mortalidade pode ter contribuído para a predominância de notícias negativas no período analisado.

A esse respeito, a Figura 1, a seguir, revela que, no período de 13 de março a 21 de outubro de 2020, os canais midiáticos oficiais inundaram as mídias sociais com notícias predominantemente negativas (indicadas pela faixa em vermelho), apresentando poucas notícias positivas que enalteciam as ações de combate, prevenção ou desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas para a cura do vírus. Além disso, a Figura 1 indica que, durante as três primeiras semanas do período analisado, os canais midiáticos oficiais foram reconhecidos como fonte de informação confiável sobre um tema desconhecido e preocupante. Esses resultados evidenciam a relevância dos canais midiáticos oficiais na disseminação de informações em meio à abundância de desinformação que circulou nas redes sociais.

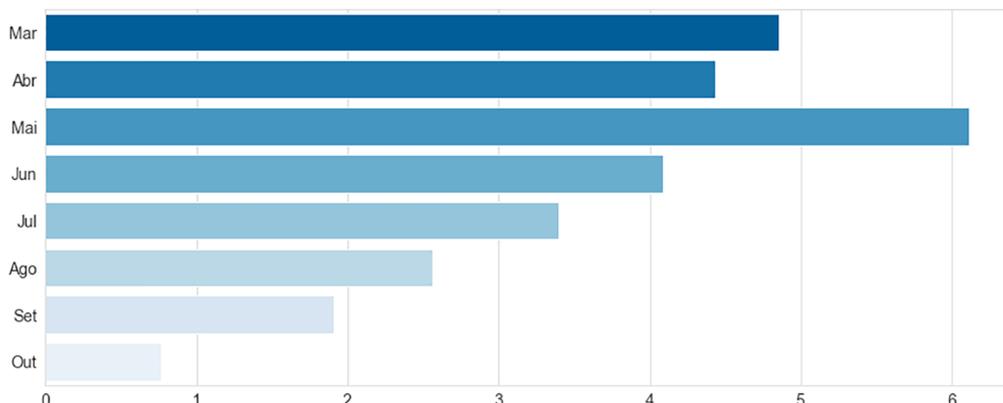
Figura 1 – Publicações de canais oficiais de notícias sobre o coronavírus



Fonte: Twitter, Instagram e Facebook, Buzzmonitor, *Empresa Elife* (2020).

Ao todo, foram coletadas mais de 311.353 notícias nas redes sociais, com uma variação interessante na quantidade de publicações ao longo das semanas, indicando interesse variável sobre o tema, que foi quase inexistente em pelo menos três semanas, mesmo em período de alto número de mortes e contaminações, perdendo preponderância, por exemplo, por pautas sobre a recuperação da economia global em junho de 2020. Porém, quando correlacionamos a Figura 1 com as publicações feitas por indivíduos nas redes sociais (Figura 2, a seguir), podemos observar uma forte conexão de interesse sobre o tema. Isso reforça a conclusão que tiramos da Figura 1 sobre a capacidade dos canais midiáticos oficiais em pautar o debate nas mídias sociais, o que relativiza a narrativa de que essas mídias não possuem mais a influência necessária para pautar o debate na arena pública. Essas impressões podem estar arraigadas em desconhecimento quantitativo da realidade atual e, por isso, merecem uma análise mais cuidadosa.

Figura 2 – Tweets por mês sobre coronavírus (em milhões)



Fonte: Twitter, Buzzmonitor, Empresa Elife (2020).

Os tweets individuais analisados apresentaram predominantemente um caráter negativo, seguindo a tendência global, e abordaram diversos temas como forma de interação com as mídias tradicionais, mostrando certa independência do usuário após a recepção da informação. Essa variação de temas e opiniões permite uma análise mais ampla das narrativas que surgiram sobre a pandemia no ano de 2020, foco deste artigo.

Dentre as principais vertentes observadas, destacam-se aquelas relacionadas às questões socioeconômicas e raciais, que podem ser divididas em duas narrativas e formas de resistência discursiva a elas: a) a covid-19 seria uma “doença de rico” que afetaria mais os “pobres”; b) pessoas de baixa renda possuem “maior resistência fisiológica que os ricos” devido à sua condição de vida.

A PERCEPÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL EVIDENCIADA PELA PANDEMIA NO BRASIL

As primeiras narrativas sobre a covid-19 nas mídias sociais brasileiras seguiram o contexto internacional e a expansão do vírus, apresentando pouco engajamento sobre a situação da saúde pública na China. Entretanto, quando o vírus atingiu a Europa, o tema ganhou relevância nas mídias sociais brasileiras, especialmente quando o setor de turismo e locomoção foram afetados com medidas restritivas. Durante o período compreendido entre a segunda semana de fevereiro e a última de março de 2020, foram registradas mais de 250 mil publicações relacionadas ao tema, um salto de 75% em relação ao interesse com a China.

Uma análise mais aprofundada dessas narrativas iniciais revela a existência de desigualdades socioeconômicas que permeiam as percepções e respostas dos usuários das mídias sociais. As publicações descreviam realidades distintas das vivenciadas pelas

classes mais pobres e mais vulneráveis da população brasileira. Essas distorções invariavelmente trouxeram problemas quanto à gravidade do vírus, à importância da prevenção e sobre quem realmente deveria se preocupar com a pandemia, em ambos os lados do espectro socioeconômico.

Por exemplo, a notícia sobre a entrada do vírus no Brasil, supostamente trazido ao país por um turista de 61 anos recém-chegado da Itália, começou a circular a partir de fevereiro de 2020 (“Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Brasil”, G1 26/02/2020)⁶. Essa notícia recebeu alto engajamento nas mídias sociais, com mais de 110 mil interações no Facebook. O debate orgânico nas mídias sociais utilizava-se, muitas vezes, do sarcasmo para expressar a conclusão de que o vírus seria um “souvenir” trazido na mala da classe mais abastada ao Brasil com impacto na saúde dos trabalhadores que entravam em contato com elas, mas que não possuíam acesso a um sistema de saúde privado.

Esse fenômeno pode ser visto como uma forma de resistência e crítica social, mas também como uma forma de contribuição à desinformação e uma minimização da gravidade do problema. Um exemplo dessa narrativa é o tuíte apresentado na Figura 3, a seguir.

Figura 3 - Twitter, usuário preservado, publicação de 20/03/2020

@eitobis Vi não 😞😞😞 quem tem dinheiro vai p/ Europa e traz o corona na bagagem e nos pulmões passa pro porteiro, doméstica e depois vai se cuidar num Albert Einstein da vida, enquanto quem trabalha pra sobreviver leva o vírus pra sua família e periferia.

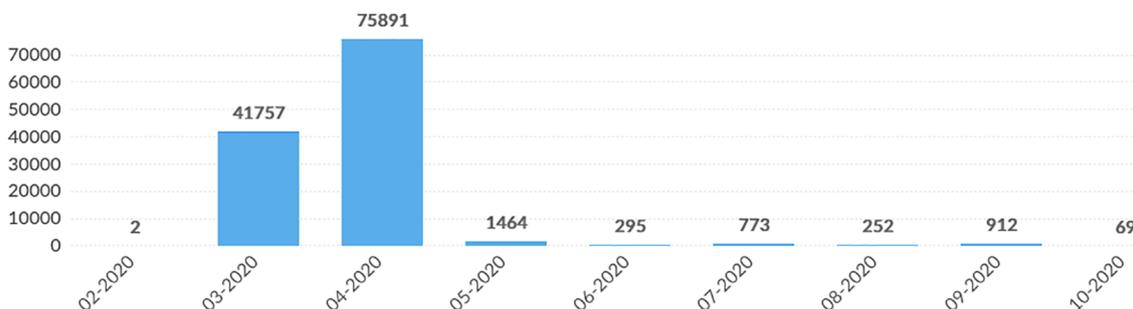
Fonte: Twitter, Buzzmonitor, Empresa Elife (2020).

A narrativa ganhou ainda mais importância após as críticas direcionadas à influenciadora digital Gabriela Pugliesi (com quase 6 milhões de seguidores), que contraiu o vírus em fevereiro e, posteriormente, foi acusada de promover uma festa durante a pandemia e de influenciar negativamente seus seguidores. Diante das críticas, Pugliesi chegou a dizer que havia um “lado positivo” no vírus, por ter contribuído com o crescimento de sua empatia em relação à desigualdade social no país. No entanto, essa declaração foi vista por muitos usuários como uma tentativa de “romantizar” a pandemia, especialmente considerando o aumento alarmante no número de mortes globalmente, bem como na desigualdade ao acesso aos cuidados de saúde. Outros influenciadores e a imprensa criticaram o comportamento da influenciadora, já que isso poderia contribuir para a disseminação de desinformação, dada a grande quantidade de seguidores que ela possui em suas redes sociais. Durante o período de março a abril, foram monitoradas cerca de 117.000 postagens sobre a influenciadora neste estudo.

⁶ Essa notícia foi acompanhada pela mídia, por exemplo, pelo sítio G1 São Paulo, que fez matéria seis meses após o primeiro caso. O sítio também aproveitou para reiterar informação sobre a primeira vítima da covid-19 no país, Rosana Aparecida Urbano, de 57 anos, que teria acontecido no dia 12 de março e não 16 de março, como antes se acreditava (*Primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil ocorreu em SP e completa seis meses nesta quarta*, G1, 26/08/2020).

A Figura 4 mostra o número de publicações relacionadas a Gabriela Pugliesi e o alto impacto que seus atos e falas suscitaram, sendo a fala mais comentada sobre a doença no Brasil advinda de pessoa pública, antes de março de 2020.

Figura 4 – Número de publicações sobre Gabriela Pugliesi



Fonte: Twitter, Instagram e Facebook, Buzzmonitor, Empresa Elife (2020).

O tweet da Figura 5, a seguir, exemplifica a narrativa anteriormente descrita, ao dar enfoque ao impacto desigual do vírus na situação socioeconômica do Brasil. É interessante notar que essa narrativa difere das postagens disponíveis em países europeus, que se concentravam principalmente na prevenção. Essa discussão evidencia uma conscientização por parte significativa do público brasileiro nas redes sociais que se engajou sobre as condições de acesso e de aparelhamento do sistema público de saúde brasileiro.

Figura 5 - Twitter, usuário preservado, publicação de 19/03/2020

RT @isaacdeoli: Segundo a blogueira Pugliesi, alcançamos a "igualdade social" nesta crise do coronavírus. Para ela, ricos e pobres lutam com as mesmas armas neste momento.

Fonte: Buzzmonitor/Twitter (2020).

A flexibilização das normas de segurança e o distanciamento social em prol do comércio de luxo e dos privilégios das classes mais abastadas também contribuíram para reforçar essa narrativa. Uma matéria publicada pelo G1, em 5 de setembro de 2020, destacou o desrespeito às normas de segurança contra a covid-19 em Jericoacoara, que contava com ocupação hoteleira de 100%. Essa matéria teve destaque ao gerar 22.655 interações no Facebook, com uma análise de sentimento prioritariamente negativa.

A vertente, que Pugliesi e tantos outros buscaram disseminar, de que a covid-19 era um “vírus democrático” e não faria distinção entre cor de pele, gênero ou classe social, também recebeu, após algum tempo, suas críticas e logo perdeu a importância – visto ter chegado a ser a segunda mais citada inicialmente por posts de ambos os vieses

ideológicos. Tais discursos podem ser interpretados como tentativas de “união contra o vírus”, visando a um inimigo comum em um discurso dissociado de políticas sectaristas na busca da construção de um “nós contra eles”. Normalmente, esses discursos criticam a polarização política, argumentando certa “objetividade do vírus”. A Figura 6, a seguir, corrobora esse posicionamento.

Figura 6 - Tuíte de usuário preservado sobre narrativas

Aviso: o coronavirus é democrático e ataca pobre, rico, politico, médico, jornalista etc.. Quando você torce para o vírus para proteger seu lado politico é bom lembrar que você pode ser a próxima vitima. Essa luta é de todos os brasileiros. Casa dividida, não próspera!

Fonte: Buzzmonitor/Twitter (06/04/2020).

Tais narrativas rapidamente perderam força, especialmente após os primeiros relatórios sobre os afetados pela pandemia (“Nas periferias cai o mito da ‘doença democrática’” El País, 06/05/2020)⁷. Assim, pesquisadores, cientistas e jornalistas logo contestaram essa posição na medida que os dados de pacientes foram publicados. O principal argumento ressalta que a crise na saúde pública e os contínuos ataques à restrição de contato e movimento iriam agravar as desigualdades sociais vivenciadas pelo país. Destaque para o impacto da postagem do jornalista Leonardo Sakamoto afirmando que o vírus, em sua essência, não diferencia a condição social do hospedeiro, mas as políticas públicas, sim, tornam certas camadas da sociedade mais vulneráveis que outras. Duas publicações do jornalista somaram 65 mil interações no Facebook: “Coronavírus não prefere pobre ou rico. Mas governos e suas políticas, sim” e “Coronavírus: Brasil mostra que é projetado para matar pobre em pandemia” (UOL, 15/03/2020).

UMA DISPUTA ENTRE DOIS MODELOS POLÍTICO-ECONÔMICOS: ATAQUES E RESISTÊNCIAS

A cronologia do vírus no Brasil disposta pela mídia nas redes sociais, segundo a qual a primeira leva de infectados seriam turistas expostos ao vírus na Europa, seguida pela sua expansão por denúncias de festas de luxo e resorts cheios, ajudou a consolidar nos

⁷ Essa afirmação foi também atestada pelo importante Relatório Conectas/CEPEDISA (2021), que fez um extenso mapeamento e análise da política pública governamental federal durante a pandemia, seus erros e a conseqüente violação de direitos feita pelo governo.

primeiros meses, essa narrativa de uma doença espalhada por ricos aos mais pobres. Essa narrativa se desdobrou em duas vertentes como respostas ou formas de resistência.

A primeira, em menor escala, via um “lado positivo” na pandemia, pois ela forçaria o sistema capitalista a realizar alguma forma de redistribuição econômica. Essa narrativa advinha de análises de filósofos e cientistas políticos que, na época, diziam que o vírus iria reafirmar a importância do redesenho do capitalismo e da globalização, além da necessidade de um sistema de seguridade social eficiente em todos os países. Em um dos casos mais extremos, e não extremados, temos o lançamento do livro do filósofo Slavoj iek (“Pandemic! COVID-19 Shakes the World”) em abril de 2020. Nessa obra, iek argumenta que a pandemia estaria testando os limites do capitalismo e que pedia por um novo sistema político-econômico com um governo de Estado direcionador dos recursos econômicos. Nas redes sociais, pudemos notar os extrapolações ou variantes dessa teoria.

O ex-ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro Ernesto Araújo foi um dos principais críticos das ideias do filósofo esloveno iek. Araújo alertava sobre o risco de emergência de uma sociedade totalitária como consequência da pandemia, defendendo uma forma de mínimo Estado e liberdade individual apoiada na visão entre uma disputa entre neoliberalismo e comunismo. Com isso, ele criticou a visão de iek, que chamou de “infame”. Em um post no Twitter, que se tornou um dos mais retuitados positivamente da discussão, com mais engajamento que os posts do próprio iek, Araújo afirmou que o filósofo “traz os campos de concentração como referência quando fala da sociedade totalitária que, em sua teoria, pode emergir da pandemia e pela qual ele torce” (Twitter, 29/04/2020).

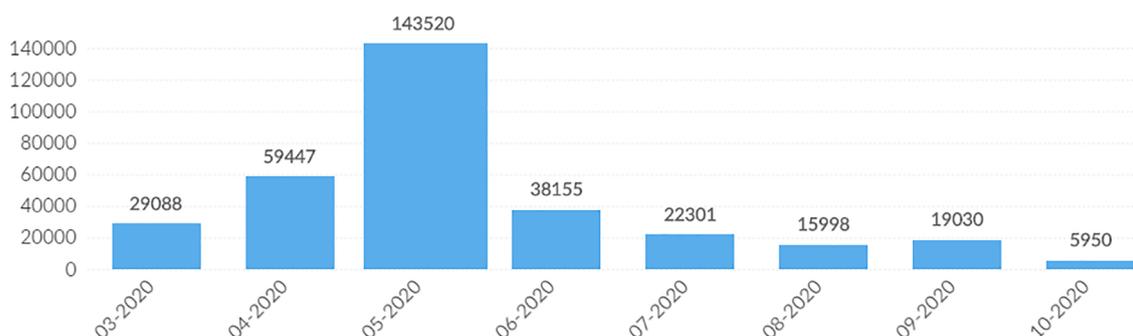
A discussão sobre o “lado positivo” da pandemia gerou um intenso debate nas redes sociais e teve reflexos políticos significativos no Brasil. Os defensores da liberdade individual argumentaram que era preciso enfrentar a crise sanitária e econômica por meio da flexibilização das medidas de isolamento social e da abertura dos negócios, enquanto os críticos do governo Bolsonaro e defensores de políticas sociais mais abrangentes questionaram a efetividade do modelo político-econômico de vertente neoliberal diante dos desafios impostos pela pandemia, ressaltando o quanto ele é assimétrico e pune os mais pobres, especialmente em épocas de urgência, como no caso da pandemia.

Apesar disso, pudemos notar o quanto apontar o “lado positivo” da pandemia gerou massivo engajamento negativo, de forma que pessoas que denunciavam essa fala recebiam forte apoio nas redes sociais. Nesse contexto, a crítica de Araújo a iek serviu como elemento de coesão a grupos de direita que apoiavam Bolsonaro e buscavam respostas à pandemia que mostrava as falhas de um sistema econômico que privilegiava ações individuais como o neoliberal e a falta de assistência à seguridade social. As posições de Araújo e iek foram apoiadas e contestadas por diferentes grupos, gerando um debate sobre o papel do Estado, a importância da liberdade individual e os riscos de uma sociedade totalitária.

Considerando as discussões sobre o impacto social assimétrico da pandemia e a necessidade de reavaliar a relação entre Estado, mercado e seguridade social, a polarização política intensificou-se e teve reflexos nas redes sociais, o que dificultou a adoção de medidas consensuais para prevenção e controle da doença. A polarização gerou diferentes

percepções sobre declarações de líderes políticos, como no caso da fala do ex-presidente Lula, que afirmou que “ainda bem que a natureza, contra a vontade da humanidade, criou esse monstro chamado coronavírus. Porque esse monstro está permitindo que os cegos comecem a enxergar que apenas o Estado é capaz de dar solução a determinadas crises” (UOL, 20/05/2020). Essa frase gerou críticas contundentes em que o recorte “ainda bem que a natureza criou o coronavírus” ganhou relevância sobre o resto de sua frase, sendo colocado em um contexto pelos seus adversários de desdém com um cenário de milhares de mortes diárias, desemprego e outros graves problemas sociais. Embora muitos considerassem que essa declaração evidenciava a necessidade de um Estado mais presente na solução da crise sanitária e econômica, as palavras escolhidas por Lula tiveram alto nível de engajamento negativo nas mídias sociais, com sua presença quase triplicando em relação ao mês anterior, como mostrado na Figura 7.

Figura 7 – Número de publicações sobre a declaração de Lula



Fonte: Buzzmonitor, Empresa Elife (2020).

Pode-se dizer que esse debate sobre o “lado positivo” da pandemia e as diferentes visões sobre o papel do Estado e do neoliberalismo na crise mostram como questões políticas e ideológicas se sobrepuseram a aspectos técnicos e científicos, urgentes, da pandemia, aumentando a polarização e dificultando o consenso em relação a medidas de prevenção e controle da doença, pois facilitou a mobilização de grupos refratários às políticas de prevenção, adotadas no Brasil graças à pressão interna e externa, que se encontravam dispersos nas redes sociais quando confrontados com o despreparo da saúde pública e a necessidade de seu melhoramento e expansão.

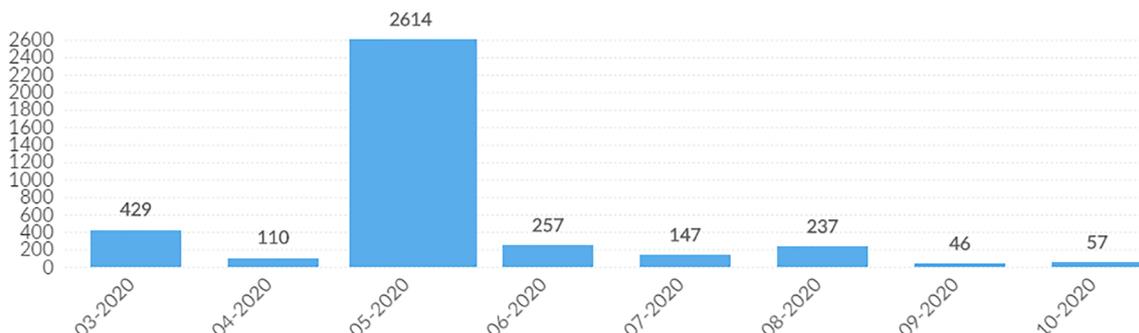
Finalmente, a segunda vertente narrativa sobre a pandemia no Brasil divergia da primeira, pois não via um lado positivo na disseminação do vírus. Ao contrário, acreditava-se que os ricos estavam impondo um flagelo às pessoas mais pobres, que estavam mais expostas ao contágio devido ao contato inevitável com seus empregadores, especialmente em ocupações como a de empregadas domésticas, que se tornou o exemplo mais citado nas redes sociais. Um caso noticiado em março de 2020 por diversos canais ilustrou

essa narrativa: a “Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon” (UOL 19/03/2020), bairro habitado por pessoas de alto poder aquisitivo.

Nas redes sociais, a discussão em torno dessa vertente tomou diferentes ângulos. Além do fato de ser considerada “uma doença de rico afligindo os mais pobres”, discutia-se quais seriam os direitos da classe trabalhadora. Para surpresa de muitos, a tendência das autoridades foi a de, no máximo, considerar o contágio como simples “acidente de trabalho” (decisão da Justiça do Trabalho e do STF em 29 de abril de 2020). Embora essa decisão tenha facilitado a reivindicação de benefícios, ainda assim, chocou pela banalização do tema e da preocupação com a vida do trabalhador em um contexto em que contrair covid-19 significava não ter acesso a hospitais – lotados – e poderia resultar em mortes ou sequelas graves.

O gráfico da Figura 8, a seguir, mostra o tamanho do engajamento nas redes sociais sobre o tema, especialmente em relação às trabalhadoras domésticas. Esse gráfico representa mais de 28 milhões de impactos em cerca de 4 mil publicações, indicando que essa narrativa tomou significativo corpo a partir do mês de maio, logo após a decisão do STF. Maio foi o mês com maior número de postagens que discutiam tanto as responsabilidades do Estado para com os mais pobres quanto a desigualdade social evidenciada durante a pandemia. Nesse momento, o vírus se espalhava com força pelo Brasil, não mais restrito às notícias de viajantes de classe média ou alta que voltavam ao país com o vírus. Assim, a realidade de que o coronavírus se instalara em todos os estratos sociais do país se deu em meados de abril, e as discussões sobre seu impacto cresceram realmente em maio de 2020.

Figura 8 - Número de postagens sobre coronavírus e trabalhadoras domésticas



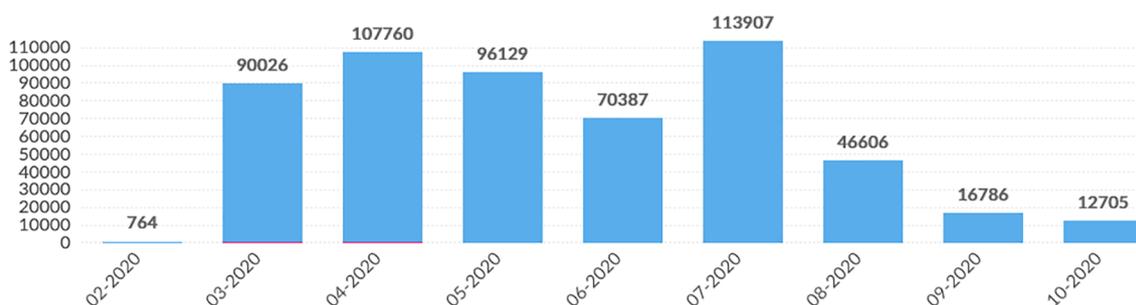
Fonte: Buzzmonitor, Empresa Elife (2020).

Ainda assim, a visão anterior, que compartimentalizava a pandemia como se fosse possível setorizar e associar as origens de um vírus a uma única pessoa ou classe social, somada às falas de personalidades públicas como o Presidente da República, Jair Bolsonaro, que tratava a pandemia como uma “gripezinha” (G1 20/03/2020), fizeram com que a doença fosse tratada com menor gravidade do que a pandemia realmente demandava,

reforçando a percepção da não necessidade de que medidas de prevenção e cuidados, especialmente em relação ao trabalhador, fossem adotadas e apoiadas por boa parte da classe empresarial, contrária às restrições à economia.

O número de menções ao termo “gripezinha” (Figura 9) foi altíssimo em mais de 555 mil postagens monitoradas, com relevância especialmente durante o mês de junho, em que a economia voltou a dar sinais de aquecimento. Isso demonstra, por um lado, tanto intencionalidade em minimizar a pandemia para diminuir as restrições e forçar o trabalhador a voltar a se locomover normalmente, quanto, por outro lado, resistência a essa narrativa em forma de denúncia por parte da classe empresarial contrária às restrições à economia.

Figura 9 – Número de postagens contendo o termo “gripezinha”



Fonte: Buzzmonitor, Empresa Elife (2020).

Apesar da propagação de *fake news* sobre a covid-19, é importante ressaltar as personalidades que ganharam lugar na mídia ao trazer ao público informações comprovadas cientificamente sobre o coronavírus. O *Science Pulse*⁸ e o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD) divulgaram, em dezembro de 2020 (SciencePulse, IBIPAD 2020), os resultados de um estudo que buscou analisar interações no Twitter com o objetivo de identificar os influenciadores que mais tiveram interações na comunidade científica sobre a pandemia e o vírus da covid-19. Entre os influenciadores estão cientistas, instituições e influenciadores e acadêmicos, como a jornalista Luiza Caires, a biomédica Melanie Fontes-Dutra e os médicos Otavio Ranzani e Márcio Bittencourt, conforme gráfico da Figura 10, a seguir.

⁸ O Science Pulse é um projeto para monitorar o engajamento científico de milhares de perfis brasileiros e estrangeiros, considerando cientistas, organizações e iniciativas científicas no Twitter, destacando, em tempo real, os cinco assuntos mais comentados nesses perfis via *hashtags*.

Figura 10 – Principais pesquisadores científicos e instituições científicas brasileiras

**PRINCIPAIS
INFLUENCIADORES¹**

GRUPO - I

PESQUISADORES E INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

#	NOME / USUÁRIO	PERFIL	SEGUIDORES
1.	Atila Iamarino (@oatila)	Divulgador científico	1.085.123
2.	Luiza Caires (@luizacaires3)	Jornalista / Divulgadora científica	33.078
3.	Otavio Ranzani (@otavio_ranzani)	Epidemiologista / Médico	16.091
4.	Mellanie Fontes-Dutra (@mellziland)	Neurocientista / Divulgadora científica	9.003
5.	Marcio S Bittencourt (@MBittencourtMD)	Cardiologista / Editor científico / Professor	6.014

DIVULGADORES CIENTÍFICOS SÃO DESTAQUE QUANDO O ASSUNTO É COVID-19

A lista mostra que as vozes mais influentes sobre Covid-19 no Twitter são profissionais que usam a rede com o objetivo claro de divulgação científica.

Quase todos os principais influenciadores utilizam também outros espaços para compartilhar conteúdo sobre ciência (site, blog, youtube etc.).

¹ Os principais influenciadores foram selecionados levando em consideração os fatores de autoridade e articulação na rede, sendo popularidade o último critério de desempate. Para mais informações sobre essas medidas, conferir a [Metodologia](#).

Fonte: Science Plus, IPBAD (2020).

Um dos nomes citados na pesquisa é o do biólogo Atila Iamarino, importante voz na divulgação científica sobre o vírus e medidas protetivas. Desde o início da pandemia, o pesquisador se manifestou no Twitter e em seu canal no Youtube, buscando informar a população sobre a evolução da pandemia, divulgando atualizações sobre as descobertas a respeito do vírus. Iamarino também foi convidado a participar do programa de TV Roda Viva e aumentou ainda mais seu público, o qual atualmente consta de 1,2 milhões de seguidores no Twitter e mais de 1,5 milhões no Youtube (Dados: Twitter e Youtube, 2020).

As redes sociais impulsionaram o acesso à informação, de modo que o conhecimento científico ficou mais acessível, saindo de artigos acadêmicos para informações mais didáticas sobre o tema, conseguindo alcançar ainda mais pessoas, nas mais diferentes classes sociais e com diversos índices de escolaridade. Uma análise do Núcleo sobre esse estudo constatou que os picos de engajamento nas contas desses principais divulgadores identificados pelo Science Pulse têm relação com o agravamento dos números da pandemia no país (Science Plus, IBPAD 2020).

NARRATIVAS HIGIENISTAS E A DESIGUALDADE NA PANDEMIA: REFLEXÕES A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE SAÚDE DE PESSOAS DE BAIXA RENDA

A página “Pobre Fazendo Pobrice”, com mais de 10 milhões de curtidas no Facebook, retrata estereótipos sobre pessoas consideradas “pobres” e sua relação com hábitos alimentares e de consumo. Embora haja uma disparidade socioeconômica entre os

grupos, os “pobres” são retratados como criativos e resistentes, capazes de enfrentar adversidades. Isso tem relevância para entender como a identidade social e as relações de poder afetam a percepção da própria saúde e o comportamento em relação a doenças, incluindo a covid-19. A influência da distinção de heterotípicos biológicos baseados na renda pode ser observada na forma como os usuários percebem sua própria saúde e seu comportamento na prevenção e no tratamento de doenças, especialmente na pandemia da covid-19. A existência de nichos de conteúdo especializado nas mídias sociais, criados por influenciadores digitais e administradores de comunidades, reflete essa influência.

É importante notar que essa distinção baseada na renda também afeta a percepção da própria saúde e do comportamento em relação à prevenção e ao tratamento de doenças durante a pandemia. Em tais nichos, observa-se que os discursos dos pacientes enfatizam a falta de acesso ao sistema de saúde. Algumas teorias, como a “hipótese higienista” (Liu, 2007), surgiram para justificar essa suposta diferença entre “pobres” e “ricos”, em vez de questionar a falta de acesso dessa população marginalizada a testes e ao sistema de saúde adequado. A subnotificação de casos nessas regiões também foi evidente em publicações científicas, como Silva (2021) e o relatório da OXFAM “O Vírus da Desigualdade” (2021).

Ademais, essa falácia foi reproduzida por pessoas públicas, como o deputado federal Celso Russomanno, que afirmou que moradores de rua e usuários de drogas eram mais resistentes à covid-19 (G1, 13/10/2020).

Todo mundo esperava que a Covid tomasse conta de todo mundo, até porque, eles não têm o afastamento que foi pré-estabelecido pela OMS. E eles estão aí, nós temos casos pontuais, e não temos uma quantidade imensa de moradores de rua com problema de Covid. Talvez eles sejam mais resistentes do que a gente, porque eles convivem o tempo todo nas ruas, não tem como tomar banho todos os dias etc.

Grande parte da narrativa em torno do mito de que pessoas de baixa renda são mais fortes e mais resistentes física e emocionalmente se restringe a uma falácia no contexto da covid-19, que tenta ocultar tanto as falhas estruturais e pontuais do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua constante falta de financiamento quanto a ineficiência e negligência do sistema de saúde em atender a população de baixa renda. Apesar disso, o SUS ainda é um serviço essencial na contenção e no salvamento de vidas durante essa pandemia.

A alta transmissibilidade da covid-19, somada à densidade demográfica em áreas urbanas, criou um ambiente favorável ao crescimento dos índices de disseminação da doença entre a população vulnerável. Nesse processo, narrativas higienistas e a falta de acesso à informação, à saúde pública e a itens básicos, como água e saneamento básico tornaram a doença ainda mais grave à população de baixa renda no Brasil.

Estudos sobre o impacto da covid-19 em países de baixa e média renda já previam que as desigualdades sociais seriam escancaradas pela crise de saúde pública (Bong *et al.* 2020). No entanto, nas mídias sociais, como vimos, as primeiras narrativas defendiam que a doença afetaria apenas as pessoas mais vulneráveis em termos fisiológicos, como idosos e pessoas com doenças preexistentes.

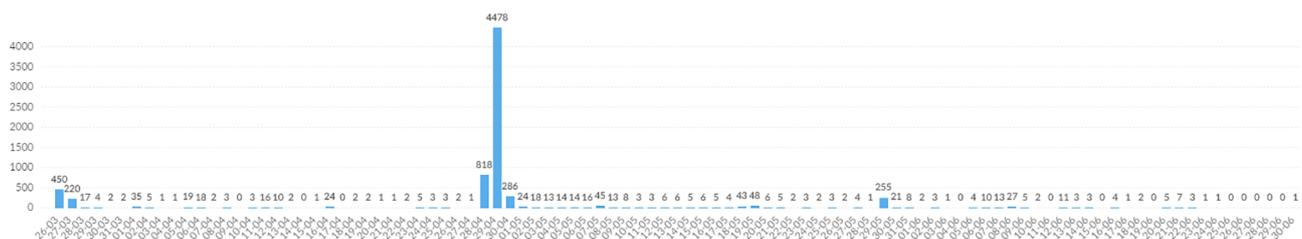
Desse modo, a ideia de que o vírus seria apenas uma “gripe mais forte” ganhou força e diminuiu o impacto de políticas de prevenção. Nas mídias sociais, publicações muitas vezes ligadas a canais de personalidades importantes afirmavam que pessoas que sobreviveram à realidade das favelas estariam supostamente imunes ao vírus (como denunciou reportagem do El País 05/04/2020).

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi acusado de negacionismo na gestão da pandemia no Brasil (“Afastado até de Trump, Bolsonaro lidera negacionismo do coronavírus no mundo e incentiva fake news”, El País, 30/03/2020). O discurso de que a doença estaria restrita às classes abastadas foi implicitamente estimulado pela fala do presidente em março de 2020, quando afirmou que “brasileiro precisa ser estudado ... Você vê o cara pulando no esgoto e não acontece nada com ele” (Folha de S. Paulo 26/03/2020). Em outros momentos, como visto, o presidente já havia comentado que se tratava de uma “gripezinha”, o que também reforçou a ideia de que a doença seria menos perigosa do que o argumentado por médicos e pesquisadores.

Em entrevista para explicar a crise humanitária pela qual passava o município de Manaus, o ex-prefeito Artur Neto explicitamente criticou essa visão de que “se não morreu na favela e pelo contato com água suja, não vai morrer de COVID”, apontando como uma das principais causas a baixa adesão ao isolamento social na cidade, dado que muitos entendiam que “doença de rico não pega em pobre”. Nessa entrevista, o ex-prefeito explicitamente criticou Jair Bolsonaro por contribuir com a manutenção desse mito.

Embora a fala de Bolsonaro sobre a imunidade do “pobre que pula em esgoto” tenha gerado mais de 23 milhões de interações no Twitter, é preciso relativizar esse número pois somente cerca de 700 publicações foram imediatamente favoráveis, sendo que o pico de publicações desfavoráveis ocorreu apenas um mês depois de ela ter sido emitida (28/04), graças a posts denunciando Bolsonaro e sua política negacionista. O gráfico da Figura 11, a seguir, ilustra a repercussão das declarações do presidente nas redes sociais.

Figura 11 - Repercussão à fala de Bolsonaro sobre a relação entre “pobre” e “esgoto”

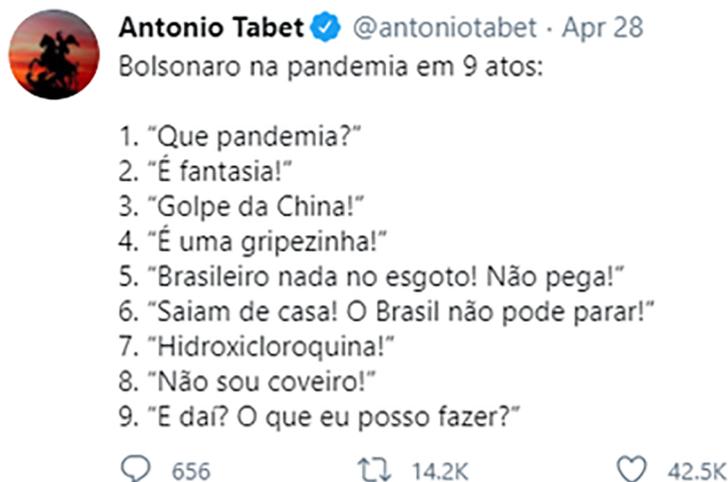


Fonte: Twitter, Buzzmonitor, Empresa Elife (2020)

Assim, o aumento significativo de tweets contrários à fala de Bolsonaro, com impacto muito maior do que a sua própria declaração, destaca a influência de personalidades nas mídias sociais. Nesse caso, essas personalidades auxiliaram a criar um efeito

desagregador em grupos favoráveis ao ex-presidente na arena pública das mídias sociais. O humorista Antonio Tabet é um exemplo desse fenômeno, pois em um único post crítico motivou todo o pico de reação que vimos no gráfico acima, com engajamento total de mais de 17 milhões, mais de 5,5 mil publicações mencionando-o e grande número de retuites, acima de 14 mil⁹.

Figura 12 - Tuíte de Antonio Tabet sobre os “atos de Bolsonaro” durante a pandemia.



Fonte: Twitter (2020).

A percepção de que os “pobres” são mais resistentes à covid-19 não é uma opinião exclusiva de Bolsonaro. Em outubro de 2020, o candidato à prefeitura de São Paulo, Celso Russomanno, utilizou a mesma narrativa e recebeu críticas semelhantes, indicando possível consolidação do rechaço dessa linha por boa parte da sociedade. No entanto, acreditamos que esses dados são indicativos de fenômeno mais amplo. Durante a pandemia, várias campanhas foram criadas nas redes sociais para informar sobre a gravidade do vírus, especialmente entre os mais pobres, focando na desconstrução da ideia de que a covid-19 era “doença de rico” e de que os mais pobres seriam mais imunes a ela. Influenciadores e usuários do Twitter se mobilizaram para conscientizar sobre os cuidados básicos de prevenção, como o isolamento social. Uma dessas campanhas, promovida pelo Esporte Clube Bahia (Figura 13), ganhou destaque devido à sua popularidade e adesão de influenciadores, com a divulgação da hashtag #EsseJogoSeGanhaEmCasa.

⁹ É importante observar que o engajamento de mais de 17 milhões mencionado anteriormente se refere apenas à narrativa específica da fala de Bolsonaro que relaciona pobre, esgoto e imunidade. Se considerarmos as outras declarações do presidente em relação à pandemia, a reação negativa nas mídias sociais é ainda maior.

Figura 13 – Publicação no Facebook do Esporte Clube Bahia



Fonte: Facebook, Página Esporte Clube Bahia (2020).

Assim, o mito de que pessoas de baixa renda possuem maior imunidade foi uma falácia utilizada para tentar ocultar as falhas do Sistema Único de Saúde e a incapacidade do sistema de saúde em atender a população de baixa renda devido, principalmente, a políticas que visavam a desestruturar. Nesse sentido, é vital reconhecer as narrativas apresentadas, e como foram apresentadas e desenvolvidas no primeiro ano da pandemia, para se entender influência das identidades sociais e das relações de poder na percepção da própria saúde e no comportamento para prevenção e tratamento de doenças, bem como para se mensurar possíveis meios de mitigar esses males no futuro e criar formas de resistência.

A REAÇÃO AO ISOLAMENTO SOCIAL E AOS DADOS SOBRE A DESIGUALDADE DO IMPACTO DO COVID-19: DOENÇA DE RICO, MAS QUEM SOFRE SÃO OS POBRES

A discussão sobre a reabertura econômica ganhou destaque a partir de maio, impulsionada pelo aumento do desemprego e pela redução da renda. Nas mídias sociais, algumas postagens que incentivavam o distanciamento social foram respondidas com a argumentação de que a situação financeira das famílias as obrigava a voltar ao trabalho. A narrativa “doença de rico, mas quem sofre são os pobres” perdeu espaço para a discussão sobre o perfil dos afetados pela doença. Nesse contexto, alguns usuários comentaram sobre o aumento da inflação, principalmente em relação a alimentos como o arroz. Outro

discurso que emergiu e ganhou força entre a classe empresarial e apoiadores do ex-presidente Bolsonaro para contestar as medidas de prevenção foi o que afirmava que “ou se morre de Covid ou se morre de fome”, destacando o impacto econômico da pandemia, mas ignorando a desigualdade social e os riscos que a pandemia trazia à vida das pessoas convocadas a “voltar à normalidade” enquanto milhares morriam diariamente¹⁰.

Nesse ponto, ativistas e influenciadores comentaram nas mídias sociais sobre as condições urbanas nas favelas e grandes aglomerações, o que tornava o distanciamento social um privilégio das classes abastadas (Figura 14). Movimentos que advogavam pela abertura do comércio foram, dessa forma, criticados e classificados como elitistas.

Figura 14 – Tuíte, usuário preservado, sobre a impossibilidade de isolamento nas favelas

É muito louco olhar o quanto uma parcela da sociedade está preocupada com as aglomerações em espaços privilegiados da cidade, quando em muitas favelas e periferias o distanciamento social era algo quase que impossível, pensando na geografia delas.
Mas nós fizemos o possível!

Fonte: Buzzmonitor/Twitter (06/09/2020).

Assim, a participação do presidente Jair Bolsonaro em manifestações e carreatas contra o isolamento social e em favor da reabertura econômica também teve um impacto significativo no debate. A *Folha de S. Paulo* publicou uma série de publicações destacando o conteúdo dessas manifestações, que gerou mais de 150 mil interações no Facebook marcadas por pedidos de abertura do comércio e críticas ao prefeito de São Paulo, João Doria, e ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (Folha de S. Paulo, 19/04/2020).

Uma das principais críticas à reabertura econômica foi em relação à diferença no acesso à saúde entre os sistemas público e privado, especialmente em relação às taxas de ocupação de UTIs. A falta de acesso à saúde da população vulnerável somada às altas taxas de contaminação em áreas densamente povoadas, como favelas, foram argumentos para manter o isolamento social em vez de optar pela reabertura. Nesse contexto, perfis progressistas defenderam a criação de uma fila única de leitos de UTIs que incluísse tanto o sistema público quanto o privado. Eles argumentaram que a reabertura econômica estaria sendo forçada porque os hospitais particulares ainda estavam aptos a absorver a demanda entre os privilegiados. Caso contrário, diziam, a classe mais rica ainda estaria pedindo por

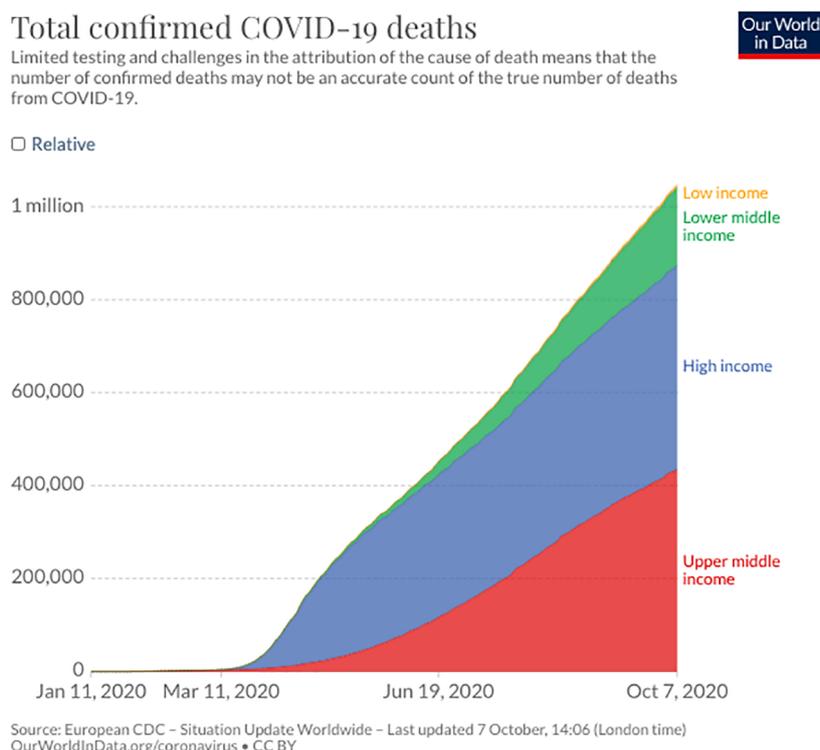
¹⁰ Em pesquisa sobre o impacto econômico da pandemia em 2020 foi mostrado que os mais pobres foram os que mais sofreram no quesito econômico com a pandemia, perdendo em torno de 33% de sua renda, enquanto os mais ricos perderam cerca de 3%. (Folha de S. Paulo 21/10/2020).

restrições. Manchetes como “Ricos fretam jatinhos para tratar Covid. Pobres sofrem nos hospitais” foram divulgadas por jornais, como o *Correio Braziliense* (05/07/2020).

QUEM FOI REALMENTE AFETADO PELA COVID-19?

As primeiras narrativas sobre o perfil dos pacientes da covid divulgaram estudos do Banco Mundial sobre sua renda que indicavam que o perfil desses pacientes era predominantemente de alta renda, mostrando tendência seletiva global. A Figura 15, a seguir, mostra o número de mortes por covid confirmadas no ano de 2020 (de janeiro a outubro).

Figura 15 – Total de mortes confirmadas por covid (jan. a out. de 2020)



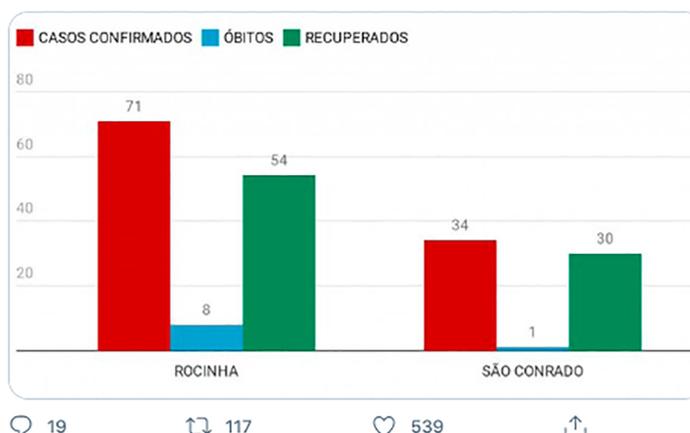
Fonte: Our World in Data (2020).

Entre os meses de abril e maio de 2020, jornalistas da grande mídia, da mídia independente e pesquisadores acadêmicos passaram a questionar tais dados. Eles apresentaram dados epidemiológicos regionais sobre os pacientes afetados pela doença, associados às taxas de letalidade da doença entre as diferentes classes sociais. Assim, começou-se a questionar se esses dados estariam encobrendo uma subnotificação dos casos de covid-19 devido à falta de acesso a testes.

A divulgação de resultados de análise de dados por pesquisadores e pela mídia independente foi responsável por aprofundar o debate sobre o perfil epidemiológico e de expansão da covid-19 e para se fazer maior pressão ao governo pela falta de transparência na divulgação de dados. Entre os perfis de mídia independente, vale citar a jornalista Michele Silva, cofundadora do canal “Fala Roça”, sobre a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Sua publicação no dia 2 de maio de 2020 foi importante para aprofundar o debate, pois a jornalista apresentou resultados comparativos entre o número de casos confirmados na Rocinha e no bairro de classe alta de São Conrado (Figura 16). Enquanto o número de óbitos em São Conrado somou 34 casos, a Rocinha chegou a mais do que o dobro, com 71 mortes.

Figura 16 – Tuíte da pesquisadora Michele Silva

 **Michele Silva** @micheleps89 · May 2
Covid ã escolhe alvo, dizem... 😞 Comparando a proporção de casos entre a Rocinha e S. Conrado, bairro rico ao lado, dá pra ver q a doença pode até não escolher, mas os anos de abandono social pesam nessa hora. Ñ dá pra duvidar q o covid é muito mais severo com a população pobre.



Fonte: Buzzmonitor/Twitter (02/05/2020).

A partir de agosto de 2020, narrativas questionando a covid-19 como uma “doença de rico” ganharam peso empírico com a divulgação de dados da pesquisa do Ibope Inteligência, Grupo Fleury, Semeia e Todos Pela Saúde (Veja, 10/08/2020). De acordo com o estudo, cerca de 1,5 milhão de adultos foram infectados pela covid-19 na cidade de São Paulo, indicando que a maior parte dos infectados tem baixa renda e baixa escolaridade (“22% dos paulistanos de baixa renda pegaram a doença; entre os mais ricos, o índice é de 9,4%”, Revista Veja São Paulo, 10/08/2020).

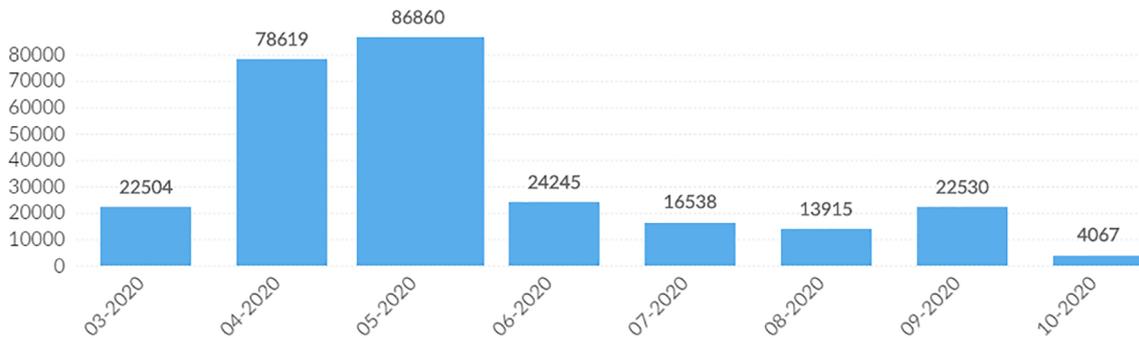
A partir de setembro, o tema ganhou relevância nas redes sociais pela repercussão de publicações da imprensa, após veicular pesquisa de que Manaus seria a primeira cidade no mundo a alcançar imunidade coletiva. O estudo atraiu a atenção de diversos virologistas

em todo o mundo, aumentando as discussões sobre o tema também nas mídias sociais. Em meados de outubro, a virologista espanhola Margarita del Val, do Conselho Superior de Pesquisas Científicas (CSIC) da Espanha, questionou a ideia da imunidade de rebanho, destacando a desigualdade social, em entrevista ao El País:

Agora os ricos não estão se beneficiando da imunidade coletiva que talvez os mais pobres tenham adquirido. [Em todo caso, a cientista alerta:] tentar conseguir essa imunidade coletiva, como a Suécia parecia estar tentando no início, não é uma estratégia, é selvageria. Não é ético nem realista (El País 12/10/2020).

Manaus foi uma das cidades mais atingidas pela pandemia da covid-19, e isso se refletiu em um grande volume de postagens nas redes sociais. Um exemplo disso foi uma publicação do G1 Amazonas sobre o aumento recorde no número de enterros coletivos na cidade, que gerou quase 40 mil interações no Facebook (Figura 17).

Figura 17 – Covid e Manaus no Twitter.

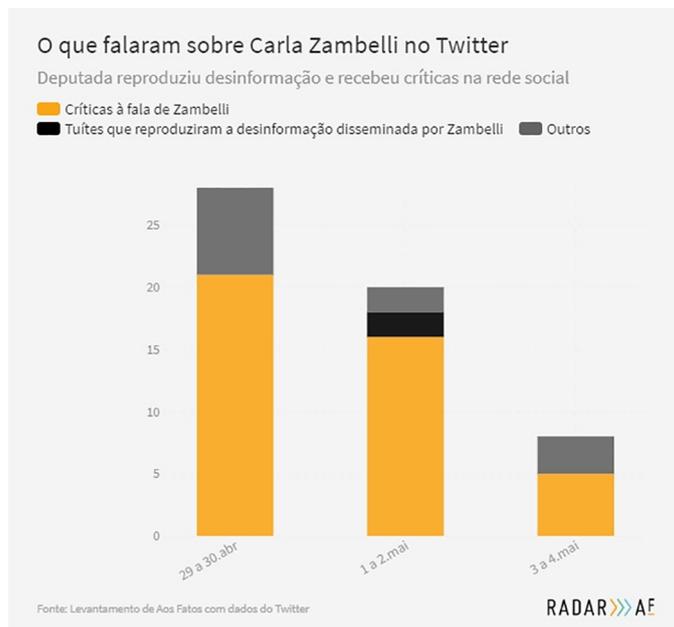


Fonte: Buzzmonitor, Empresa Elife (2020).

Além disso, no Twitter, ocorreram mais de 2,3 bilhões de interações e quase 87 mil publicações. A fala da deputada Carla Zambelli questionando a autenticidade dos caixões utilizados nos enterros coletivos e mencionando o aumento no número de mortes¹¹ gerou grande destaque, sendo que, em sua grande maioria, as pessoas condenaram essa fala e se solidarizaram com as famílias, lamentando o número de mortes na cidade (Figura 18).

¹¹ O perfil da deputada está suspenso no Twitter, porém, é possível encontrar falas de Zambelli em entrevistas com a hipótese de que caixões estariam sendo enterrados vazios (Twitter, @jairmearrependi, 02/08/2020)

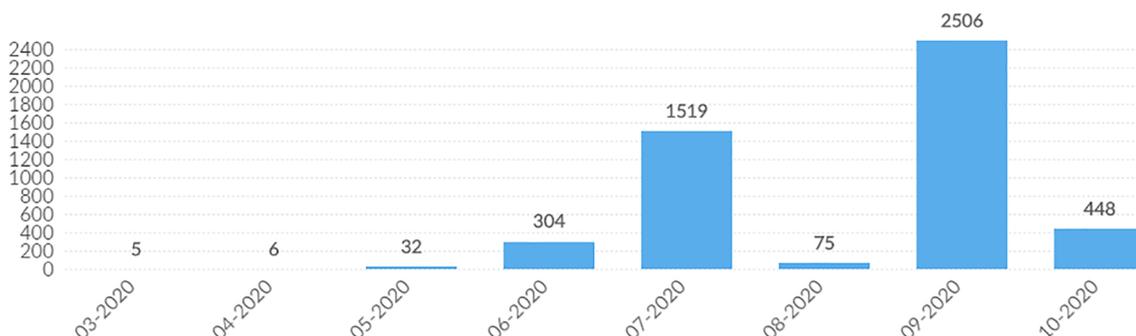
Figura 18 – O que Falaram da Carla Zambelli no Twitter



Fonte: Twitter, Radar Aos Fatos (07/05/2020).

Apesar de ter tido um impacto menor, ainda assim bastante relevante (com cerca de 116 milhões de interações), a narrativa sobre “imunidade de rebanho”¹² em Manaus também teve popularidade nas redes sociais. Embora a maioria dos tuítes tenha sido negativa em relação a essa afirmação, alguns expressaram esperança em um possível “retorno à normalidade”. No entanto, essa esperança logo foi descartada, devido à sua ineficácia e aos custos de mortes e danos irreparáveis à saúde pública que essa estratégia, ineficaz em uma pandemia, demanda. O assunto rapidamente perdeu relevância em outubro, como mostra a Figura 19 a seguir.

Figura 19 – Manaus e a imunidade de rebanho.



Fonte: Mídias Sociais, Buzzmonitor (2020).

¹² A imunidade de rebanho é um conceito que se refere à proteção indireta contra doença infecciosa quando parte da população se torna imune a ela, por vacinação ou infecção prévia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos abordar o impacto da desinformação e das narrativas socioeconômicas e raciais na pandemia da covid-19, bem como a importância da comunicação e do papel das mídias sociais na disseminação de informações precisas e confiáveis. As redes sociais têm desempenhado um papel fundamental na disseminação da desinformação sobre a covid-19, pois se tornaram um dos principais meios de comunicação e informação na sociedade, especialmente durante as políticas de restrição. Em relação à pandemia, a literatura acadêmica tem se dedicado a estudar a desinformação e suas implicações nas políticas públicas e na constituição do cenário político e suas redes de apoio. Entretanto, existe lacuna sobre as narrativas formadas no primeiro ano da pandemia e seu impacto nas percepções de classe econômica e raça e, principalmente, os objetivos político-econômicos por trás dessas narrativas e suas implicações em políticas de saúde e nas relações de trabalho.

Mostramos que havia uma racionalidade por trás da desinformação, que é compartilhada por pessoas que têm o claro intuito de desacreditar na gravidade da pandemia, mesmo que isso implique a promoção de tratamentos ineficazes e perigosos. Isso ocorre como forma de resposta à falha de seu projeto político-econômico de desidratação do Estado e desmonte do Sistema Único de Saúde em favor da iniciativa privada e da não restrição à produção econômica. Essas publicações descrevem realidades distintas das vivenciadas pelas classes mais pobres e mais vulneráveis da população brasileira, trazendo problemas quanto à gravidade do vírus, à importância da prevenção e sobre quem deveria se preocupar com a pandemia, em ambos os lados do espectro socioeconômico, com alto impacto no número de mortes e contaminados.

Também buscamos apresentar exemplos das diversas narrativas e como elas foram utilizadas nas mídias sociais brasileiras e seu alto engajamento social. Mostra também que as mídias sociais dependem, em grande parte, dos canais oficiais midiáticos para conteúdo e que, depois, essas informações são interpretadas e repassadas por novas narrativas. A pesquisa identifica três principais vertentes discursivas relacionadas ao vírus e seus impactos na sociedade brasileira, com foco no impacto assimétrico entre as distintas classes sociais. É demonstrado que houve predominante preocupação em divulgar e combater principalmente os discursos que buscavam minimizar o impacto assimétrico do vírus em relação a sua disseminação, letalidade, para além dos impactos socioeconômicos. Notou-se que boa parte da resistência digital ao discurso de um “vírus democrático” consistiu – principalmente após alguns meses, com a disseminação de dados concretos – em mostrar que a população majoritariamente impactada foi de classes mais prejudicadas economicamente.

Além disso, foi analisado o impacto das declarações de governantes como o ex-presidente Jair Bolsonaro, que buscou minimizar os efeitos da pandemia e da letalidade do vírus ao utilizar preconceituosa classificação pretensamente “científica” que dizia que a classe mais pobre possuiria maior imunidade, colocando a maior parte da

população em risco. Em contrapartida, pode-se constatar que, apesar do normalmente alardeado pela mídia, o impacto dessas declarações nas redes sociais foi maior quando essa narrativa era contestada.

A pandemia da covid-19 destacou a importância da comunicação precisa e confiável, especialmente nas mídias sociais. A desinformação e as narrativas falsas tiveram consequências graves na saúde pública, incluindo a recusa de muitas pessoas em seguir as orientações de saúde pública e a adoção de práticas perigosas à saúde. As desigualdades socioeconômicas também afetaram a percepção e a resposta das pessoas à pandemia, destacando a importância de políticas públicas para proteger as populações mais vulneráveis. As mídias sociais têm um papel fundamental na disseminação de informações precisas e confiáveis, mas também são uma fonte significativa de desinformação e narrativas falsas. É importante que as autoridades, as organizações de saúde, a sociedade civil e as empresas de mídia social trabalhem juntas para combater a desinformação e promover a conscientização sobre a importância da prevenção e do cuidado com a saúde pública.

REFERÊNCIAS

- ALLINGTON, Daniel. *et al.* Health-protective behavior, social media usage and conspiracy belief during the COVID-19 public health emergency. **Psychological Medicine**, n. 51, v. 10, 2021, pp. 1-7.
- BBC. **Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo**. 12 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- BONG, Choon-Looi. *et al.* The COVID-19 Pandemic: Effects on Low and Middle-Income Countries. **Anesth Analg.**, v. 131, n. 1, 2020, pp. 86-92.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Ricos fretam jatinhos para tratar covid. Pobres sofrem nos hospitais**. 05 jul. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/impresso-/2020/07/28-41608-ricos-fretam-jatinhos-para-tratar-covid--pobres-sofrem-nos-hospitais.html>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- DATAFAVELA. **Coronavírus nas Favelas**. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1vxyxbewYAX-HiV1KZbDXla6G9qLWcX7v/view>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- EL PAÍS. **Afastado até de Trump, Bolsonaro lidera negacionismo do coronavírus no mundo e incentiva "fake news"**. 30 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-31/afastado-ate-de-trump-bolsonaro-lidera-negacionismo-do-coronavirus-no-mundo-e-incentiva-fake-news.html>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- EL PAÍS. **Coronavírus chega às favelas brasileiras com impacto mais incerto que nas grandes cidades**. 05 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-05/coronavirus-chega-as-favelas-brasileiras-com-impacto-mais-incerto-que-nas-grandes-cidades.html>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- EL PAÍS. **Nas periferias, cai o mito da "doença democrática"**. 06 maio 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/nas-periferias-cai-o-mito-da-doenca-democratica/>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- EL PAÍS. **Onda de casos de covid-19 em Manaus coloca em xeque a sonhada imunidade de rebanho**. 12 out. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-12/onda-de-casos-de-covid-19-em-manaus-coloca-em-xeque-a-sonhada-imunidade-de-rebanho.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- FALCÃO, Paula; SOUZA, Aline Batista de. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 15, n. 1, 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Brasileiro mergulha no esgoto e não acontece nada, diz Bolsonaro ao minimizar coronavírus.** 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/pode-r/2020/03/brasileiro-mergulha-no-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-ao-minimizar-coronavirus.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ricos ficam mais ricos em quase metade das regiões metropolitanas do Brasil durante a pandemia.** 21 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/mais-pobres-nas-metropoles-perdem-32-da-renda-na-pandemia-e-ricos-3-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FORATTINI, Fernando Miramontes. “The Black Death (March 13, 2020)”. In **Revista Leituras da História**, São Paulo: Editora Escala, n. 133, mar. 2020., Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3636282>

G1. **Em meio à pandemia de coronavírus, Bolsonaro diz que ...gripezinha% não vai derrubá-lo.** 20 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2020/03-/20/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-bolsonaro-diz-que-gripezinha-nao-vai-derruba-lo.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2023.

G1. **Jericoacoara tem 100% de ocupação hoteleira e desrespeito às normas de segurança contra Covid-19.** 09 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020-/09/05/jericoacoara-no-ceara-tem-feriado-com-rede-hoteleira-lotada-e-turistas-desrespeitand-o-as-medidas-de-protecao-contr-o-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2023.

G1. **Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Brasil.** 26 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/26/ministerio-da-saude-fala-sobre-caso-possivel-paciente-com-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2023.

G1. **Primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil ocorreu em SP e completa seis meses nesta quarta.** 26 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil-ocorreu-em-sp-e-completa-seis-meses-nesta-quarta.ghtml>. Acesso em: 01 set. 2023.

G1. **Russomanno diz que moradores de rua e da Cracolândia podem ser mais resistentes à Covid-19 por não tomarem banho.** 13 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/10/13/russomanno-diz-que-mo-radores-de-rua-e-da-cracolandia-podem-ser-mais-resistentes-a-covid-19-por-nao-tomarem-b-anho.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2023.

HALE, Thomas. *et al.* A global panel database of pandemic policies. **Oxford COVID-19 Government Response Tracker: Nature Human Behavior**, n. 5, v. 4, 2021, pp. 529-538.

LAZER, David. *et al.* The science of fake news. **Science**, n. 359, 2018, pp. 1094-1096.

OXFAM. **O vírus da desigualdade**. 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

PENNYCOOK, Gordon. *et al.* Fighting COVID-19 Misinformation on Social Media: Experimental Evidence for a Scalable Accuracy-Nudge Intervention. **Psychological Science**, v. 31, n. 7, 2020, p. 770-780.

PORTAL GELEDÉS. **Coronavírus**: o que está por trás da aparente resistência da África à pandemia. 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/coronavirus-o-que-esta-por-tras-da-aparente-resistencia-da-africa-a-pandemia/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

ROOZENBEEK, Jon; VAN DER LINDEN, Sander. The fake news game: actively inoculating against the risk of misinformation. **Journal of risk research**, n. 22, 2019, pp. 570-580.

SCIENCE PLUS, IBPAD. **Principais vozes da ciência no Twitter**: Mapeando a conversa de cientistas e especialistas sobre a COVID-19. 2020. Disponível em https://ibpad.com.br/wp-content/uploads/2020/12/relatorio_vozesdacienciacovid_ibpad2020.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

SILVA, Eliaidina Wagna Oliveira da. O. O covid-19 e as vísceras da necropolítica brasileira sobre a saúde dos corpos negros. **Revista de Políticas Públicas**, v. 25, n. 2, 2021, pp. 636-655.

SINGER, Peter; BROOKING, Emerson. **LikeWar**: The weaponization of social media. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2018.

UOL. **Coronavírus** não prefere pobre ou rico - Mas governos e suas políticas, sim. 15 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/03/15/c-oronavirus-nao-prefere-pobre-ou-rico-mas-governos-e-suas-politicas-sim.htm>. Acesso em: 19 abr. 2023.

UOL. **Lula**: Ainda bem que a Natureza Criou o Coronavírus. 20 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2020/05/20/lula-ainda-bem-que-a-nature-za-criou-o-coronavirus.htm>. Acesso em: 13 abr. 2023.

UOL. **Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon**. 19 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/pri-meira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em: 15 abr. 2023.

VAN BAVEL, Jay. *et al.* Using social and behavioral science to support COVID-19 pandemic response. **Nature Human Behaviour**, v. 5, n. 4, 2021, pp. 460-471.

VEJA SÃO PAULO. **22% dos paulistanos de baixa renda pegaram a doença; entre os mais ricos, índice é de 9,4%**. 10 ago. 2020. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/saude/coronavirus-pobres-ricos-sao-paulo-pesquisa/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science**, n. 359, 2018, pp. 1146-1151.

ZHOU, Fei. *et al.* Clinical course and risk factors for mortality of adults in patients with COVID-19 in Wuhan, China: a retrospective cohort study. **The Lancet**, v. 395, 2021, pp. 1054-1062.

NECROPOLÍTICA E BIOPODER: A POSTURA ANTIVACINA CONTRA A COVID-19 DO GOVERNO BOLSONARO

NECROPOLITICS AND BIOWEIGHT: THE BOLSONARO GOVERNMENT'S ANTI-VACCINE POSTURE AGAINST COVID-19

Carlíjaniele dos Santos Silva¹

<http://orcid.org/0000-0003-2589-1893>

Luan Amador de Assis²

<http://orcid.org/0000-0001-6757-5077>

Márcia Andrea Coelho³

<http://orcid.org/0000-0001-9485-0599>

RESUMO

O presente trabalho propõe uma discussão sobre a necropolítica relacionando-a ao biopoder a partir de uma reflexão sobre a obra *A História da Sexualidade* [1976 (1999)] de Michel Foucault. O poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer trabalhado por Achille Mbembe, em *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (2018), ajuda a pensar sobre como se construíram e se legitimaram os discursos *antivacinas* do governo Bolsonaro no Brasil. Para isso, são propostas uma revisão bibliográfica e a análise de discursos disponíveis nas redes on-line, jornais e revistas de grande circulação. Este estudo objetiva apresentar os conceitos de necropolítica e biopoder diretamente relacionados ao cenário pandêmico recentemente vivenciado. A reflexão acerca da atuação dos gestores no tocante não só a tomada de decisões, mas principalmente à forma como essas ações foram postas em prática torna-se indispensável na análise sociológica a que nos propomos.

Palavras-chave: necropolítica; biopoder; covid-19.

¹ Mestra (2023) e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: carlijaniele@hotmail.com.

² Mestre (2023) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: luan16psico@gmail.com.

³ Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: marciafuturo@hotmail.com.

ABSTRACT

The present work proposes a discussion on necropolitics relating it to biopower based on a reflection on the work *The History of Sexuality* [1976 (1999)] by Michel Foucault. The power to dictate who can live and who must die worked on by Achille Mbembe, in *Necropolitics. Biopower, sovereignty, state of exception, politics of death* (2018), helps us think about how the Bolsonaro government's *anti-vaccine* discourses are constructed and legitimized. To this end, a bibliographical review and analysis of speeches available on online networks, newspapers and magazines with large circulation are being proposed. This study aims to present the concepts of necropolitics and biopower directly related to the recently experienced pandemic scenario. Reflection on the performance of managers regarding not only decision-making but mainly the way in which these actions were put into practice becomes indispensable in the sociological analysis we propose.

Keywords: necropolitics; biopower; Covid-19.

APRESENTAÇÃO

O mundo enfrentou uma das mais avassaladoras Emergências em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPI) já registrada na história da humanidade. Países no mundo todo mobilizaram especialistas em epidemiologia e infectologia, direcionando recursos na busca pelo conhecimento, prevenção, controle e cura da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) provocada pela covid-19. Políticas públicas voltadas para prevenção da proliferação da síndrome foram desenvolvidas paulatinamente pelos estados e municípios brasileiros que, apesar de não receberem o apoio federal do governo anterior a que fazem jus, mantiveram uma postura de enfrentamento aos direcionamentos da presidência da República.

Os discursos presidenciais em torno da gravidade da covid-19 apontaram para o não reconhecimento da gravidade da doença que culminou com a morte de mais de seiscentos mil⁴ brasileiros. Sua postura com relação à pandemia que assolou a população mundial se pautou na compreensão de que estávamos lidando com uma doença que não precisava de tantos cuidados a ponto de comprometer a economia brasileira com o fechamento do comércio e de outros setores produtivos devido ao isolamento social proposto pelo Ministério da Saúde e acatado pelos governadores estaduais.

1. BIOPODER: O PODER DO ESTADO NA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Michel Foucault, em a *História da Sexualidade*, formula o conceito de biopoder que se refere ao cálculo que o poder faz sobre a vida. Nesse sentido, a vida passa a ser objeto de poder. Como objetivo de sua investigação, Foucault (1999, p. 142) procura “mostrar de

⁴ Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

que modo se articulam dispositivos, de poder diretamente ao corpo a corpo, a funções, a processos fisiológicos, sensações, prazeres”. O autor deteve-se em conhecer porque certos discursos são legitimados e quais suas repercussões. A partir da elaboração dos conceitos de biopoder e biopolítica, que posteriormente foram utilizados por Mbembe, Foucault vai discorrer sobre os dispositivos de poder que controlam os sujeitos por meio das técnicas utilizadas pelas instituições, e da força que regula as massas. Os discursos e ações presidenciais no período de alta incidência da covid-19 incentivaram um elevado número de pessoas a desconsiderar a gravidade da situação, fazendo motins, aglomeração em vias públicas, legitimando o posicionamento do então presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), que assumiu uma postura antivacina por meio de críticas à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e manifestações contra a vacina, especialmente contra imunização contra a covid-19 em crianças de cinco a onze anos de idade⁵. O biopoder se detém na administração da saúde, da alimentação, dos costumes, etc., na medida em que isso se torna pauta política. Ao tratar sobre os dispositivos de poder, Foucault o aponta como um:

[...] conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 1979, p. 244).

O termo biopoder, presente em “A vontade do saber” primeiro volume da *História da Sexualidade*, foi um termo criado por Foucault para se referir à prática dos estados modernos e sua regulação dos que a ele estão sujeitos por meio de uma “explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações” (Foucault, 1999, p. 289). Biopoder é uma forma de governar a vida, que está em vigor desde o século XVII, que busca otimizar um estado de vida na população para criar corpos economicamente ativos. Segundo Foucault:

A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas — escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações (Foucault, 1999, p. 131).

Somos incessantemente atravessados e influenciados pela lógica que rege a biopolítica. Discursos veiculados nos meios de comunicação de massa são fruto do cálculo racional direcionado à construção de sujeitos destituídos de criticidade e reflexividade, e, portanto, aptos a legitimar posturas que propõem ações e movimentos antivacinas.

⁵ Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/01/06/em-live-antivacina-bolsonaro-diz-que-anvisa-virou-um-outro-poder.ghml>. Acesso em: 27 jan. 2022.

Tais discursos são provenientes de sujeitos que exercem o controle e o gerenciamento dos dispositivos de poder.

Assumindo uma posição distinta da posição dos contratualistas, Foucault propõe conceitos muito utilizados pelas Ciências Sociais. O autor considera que o poder é disperso, está em todas as camadas sociais incluindo as mais baixas. Nesse sentido, ele rompe com a ideia de que o poder estaria concentrado nas mãos das lideranças e autoridades, tais como o rei, o parlamento, governadores, promotores e juízes.

O biopoder situa-se entre as mais diversas esferas sociais incluindo diversas áreas do conhecimento. A estatística e a biologia são algumas delas e estão diretamente relacionadas ao monitoramento e tratamento dos problemas de saúde pública que vivenciamos. Durante a pandemia, percebemos a administração da morte na medida em que, quando o governo vacina a população, está protegendo-a da morte; já quando assume uma postura de não vacinar, está fazendo morrer. De acordo com Foucault (1999, p. 133): “A pressão biológica sobre o histórico fora, durante milênios, extremamente forte; a epidemia e a fome constituíam as duas grandes formas dramáticas desta relação que ficava, assim, sob o signo da morte”.

2. NECROPOLÍTICA: MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL

O conceito de necropolítica surge não para refutar o conceito de biopolítica e, sim, como complementação, como forma de observar a realidade social. Podemos verificar que o processo de controle social observado por Foucault transcorre algumas perspectivas sobre a produção da morte. Essas perspectivas foram expandidas e detalhadas pelo teórico camaronês Achille Mbembe com o conceito de necropolítica. O que podemos destacar em Mbembe (2018) é baseado em uma visão de morte em grande quantidade, sendo ela concreta ou simbólica, dentro da lógica econômica capitalista em uma sociedade de consumo, levando a esse complemento do pensamento de Foucault, já que seu olhar foi baseado em experiências no contexto europeu.

Para Mbembe (2018), o controle social das populações é reproduzido na anulação, sendo ela de forma concreta e simbólica, de indivíduos e grupos humanos taxados como supérfluos pelo sistema capitalista. Podemos dizer que esses indivíduos e os grupos humanos encontram-se na parcela tida como mais empobrecida da sociedade. Segundo o autor:

[...] o poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. Daí a sua indiferença aos sinais objetivos de crueldade. Aos seus olhos, o crime é parte fundamental da revelação, e a morte de seus inimigos, em princípio, não possui qualquer simbolismo. Este tipo de morte nada tem de trágico e, por isso, o poder necropolítico pode multiplicá-lo infinitamente, quer em pequenas doses (o mundo celular e molecular), quer por surtos espasmódicos – a estratégia dos pequenos massacres do dia-a-dia, segundo uma implacável lógica de separação, de estrangulamento de vivissecação, como se pode ver em todos os teatros contemporâneos do terror e do contraterror (Mbembe, 2017, p. 65).

Um exemplo da forma concreta da necropolítica que podemos apresentar no cenário de pandemia da covid-19 vivenciado no Brasil foi a alta taxa de mortalidade de brasileiros. Como morte simbólica, podemos considerar as superlotações nos hospitais, em que os indivíduos são esquecidos; em outros momentos, também ficando à espera de uma vaga no leito do hospital para ser internado. Podemos ainda citar a falta de investimento nas áreas de saúde, assistência social, educação, entre outros, o que ocasiona estado de precariedade ou calamidade e faz com que um sistema social permita a escolha de suas vítimas.

O então governo brasileiro e sua falta de políticas públicas para o enfrentamento da pandemia da covid-19 acabou decidindo enunciar a morte ou deixar morrer centenas de milhares de brasileiros. A pandemia da covid-19 no Brasil destacou ainda mais que a prioridade do governo Bolsonaro, governo de extrema-direita neoliberal, a partir do que ele expressava em suas declarações e ações, é cada vez mais dar destaque à necropolítica e minimizar o espaço da biopolítica, adotando e buscando medidas que desconsiderassem a vida das populações mais vulneráveis.

3. POSTURA DO PRESIDENTE BOLSONARO COM RELAÇÃO À PANDEMIA DE COVID-19

A pandemia de covid-19 chegou ao Brasil em 26 de fevereiro de 2020, após ser confirmado que um homem de 61 anos, que retornou da Itália para São Paulo, teve teste positivo para o SARS-CoV-2, causador da covid-19. Desde esse início até a data de 3 de fevereiro de 2022, confirmaram-se 26.091.520 casos, conforme o Ministério da Saúde, causando 630.001 mortes (Brasil, 2022).

Nesse período, como foi a postura do então presidente Bolsonaro, frente à mídia nacional, com relação à pandemia e aos brasileiros vítimas de covid-19? Para responder a essa pergunta, foram pesquisadas no Google reportagens de jornais por meio de uma combinação de palavras-chave como: Bolsonaro; covid-19; antivacina; imunidade de rebanho; negacionismo; mortes; entre outras. A partir disso, foram selecionadas as manchetes com maior repercussão na mídia digital e que podem ser relacionadas com os conceitos abordados nas seções anteriores: biopoder e necropolítica. Segue o resultado, que traz os nomes das mídias digitais, datas de publicação, manchete da notícia, seguido da fala do ex-presidente que foi destacada na notícia – nos casos em que houve declarações.

Segundo manchete publicada no Jornal *BCC News Brasil*, publicada em 20 de setembro de 2020: “2 momentos em que Bolsonaro, minimizando a pandemia por COVID-19, chamou-a de ‘gripezinha’: ‘Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, tá ok?’”. Esse discurso foi posteriormente negado, mesmo tendo sido divulgado em rede nacional.

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão⁶.

A edição da Revista *Veja*, publicada em 24 de janeiro de 2022, apresenta a seguinte manchete: “Sete vezes em que Bolsonaro foi insensível ao comentar mortes por COVID-19”, mostrando comentários insensíveis sobre a morte de brasileiros por covid-19, quando, ao ser questionado sobre a vacinação de crianças, o então presidente respondeu que o número de mortes na faixa etária de 5 a 11 anos de idade era “insignificante”. “Algumas morreram? Sim, morreram. Lamento profundamente, tá? Mas é um número insignificante e tem que se levar em conta se ela (sic) tinha outras comorbidades também” (Veja, 2022).

Na mesma notícia, a revista relembra outros comentários do então presidente: “Infelizmente, algumas mortes terão (sic). Lamento, essa é a vida”, dito no dia 27 de março de 2020; ao defender que o país não pare por causa da pandemia: “Eu não sou cozeiro, tá certo?”, pronunciado no dia 20 de abril de 2020; ao interromper um repórter que perguntara sobre o que ele achava das 2.575 mortes registradas até então: “E daí, lamento. Quer que faça o quê?”, falado no dia 28 de abril de 2020; após uma jornalista informar que o Brasil havia ultrapassado a China em número de mortos: “Eu lamento todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”, dito no dia 2 de junho de 2020; ao responder a uma apoiadora que, com uma Bíblia na mão, pediu “uma palavra de conforto nessa hora”: “Todo mundo vai morrer um dia, não adianta fugir disso. Tem que deixar de ser um país de maricas”, proferido no dia 10 de novembro de 2020; ao criticar as políticas de isolamento social e ao ser questionado por uma repórter sobre as 600.000 mortes, durante visita ao Guarujá (SP): “Qual (sic) país não morreu gente? Eu não vim aqui para me aborrecer”, dito no dia 11 de outubro de 2021 (Veja, 2022).

No Jornal *Globo*, publicado em 27 de janeiro de 2022, tem destaque a seguinte manchete: “CPI da COVID: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina” (Guedes, 2021). Ao passo que recusava a compra de vacinas, seus discursos enfatizavam e incentivavam a população brasileira ao uso de medicações sem comprovação científica no tratamento da covid-19. De acordo com a Revista *UOL*, publicada em 15 de janeiro de 2021, Bolsonaro diz que não, mas cloroquina tem efeito colateral.

O médico pode receitar o tratamento precoce. Se o médico não quiser, procure outro médico. Não tem problema. Repito o tempo todo aqui: no meu prédio, mais de 200 pessoas pegaram a COVID-19, se trataram com cloroquina e ivermectina, ninguém foi para o hospital. E assim vocês veem exemplo no país todo (Alves, 2021).

Yahoo Notícias publicou em 13 de janeiro de 2022 a seguinte manchete, com afirmação do ex-mandatário durante a entrevista (Farah, 2022):

⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 03 fev. 2022.

Checamos: Bolsonaro ignora vacina e faz afirmação sem fundamento sobre imunidade de rebanho. A imunidade de rebanho é uma realidade, a pessoa que se imuniza com o vírus tem muito mais anticorpos que aquela que se imuniza com a vacina.

Segundo o *Correio Brasiliense*, publicado em 26 de janeiro de 2021, Bolsonaro questionava número de mortos por covid-19: “Muitos laudos são forçados”. “Até que pesem, muitos laudos (de mortes pelo novo coronavírus) são forçados, dados como se covid fossem. Na verdade, nós sabemos que não é. Mas vamos supor que todos os laudos fossem verdadeiros”, opinou o então presidente (Fernandes, 2021).

Essa postura negacionista tinha como objetivo minimizar a gravidade da covid-19 a fim de deslegitimar as políticas públicas de enfrentamento à síndrome. O Jornal *UOL Notícias* publicou em 14 de maio de 2020: “Bolsonaro diz que lockdown ‘não dá certo’ e volta a criticar governadores”.

Não precisa dessa gana toda para conter a expansão [do coronavírus]. Conter por um tempo, porque o vírus vai atingir pelo menos 70% da população. Essa maneira radical de proporcionar lockdown... Eu não falo inglês, como é? Lockdown. Não dá certo, e não deu certo em lugar algum do mundo. A Suécia está bem com sua economia. Se morrem 100 pessoas aqui e 100 no Uruguai, há uma diferença enorme. Lá a população é 30 ou 40 vezes menor do que a nossa, afirmou⁷.

Na Revista *Isto é*, publicada em 19 de dezembro de 2020, temos a seguinte manchete: “Bolsonaro sobre vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’”.

Lá no contrato da Pfizer, está bem claro nós (a Pfizer) não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema seu. Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles (Pfizer) não têm nada a ver com isso. E, o que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas⁸.

A mesma revista publica em 13 de maio de 2021 a manchete: “Bolsonaro diz que máscaras são “ficção” e ataca medidas de proteção contra COVID-19”.

Falam tanto em máscara. O tempo todo essa mídia pobre falando: “o presidente sem máscara”. Não encheu o saco ainda, não? Isso é uma ficção. Quando é que nós vamos ter gente com coragem, que eu não sou especialista no assunto, para falar que a proteção da máscara é um percentual pequeno? A máscara funciona para o médico, que está operando, uma máscara específica. A nossa aqui, praticamente zero, disse Bolsonaro⁹.

⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/14/bolsonaro-diz-que-lockdown-nao-da-certo-e-volta-a-criticar-governadores.htm>. Acesso em: 04 fev. 2022.

⁸ Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

⁹ Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-que-mascaras-sao-ficcao-e-ataca-medidas-de-protecao-contra-covid/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme aponta Foucault, o dito e o não dito, vindo do governo, são elementos da rede de controle populacional. O biopoder utilizado em estratégias políticas (a biopolítica) pode ser usado também para a morte (necropolítica). As manchetes trazidas neste artigo reproduzem declarações do então presidente Bolsonaro que minimizaram a gravidade da pandemia por covid-19, e muitos comentários insensíveis com relação à morte de brasileiros nessa pandemia. Ele incentivou, inúmeras vezes, o uso de medicamento sem comprovação científica (hidroxicloroquina), inventou possíveis efeitos colaterais da vacina, posicionou-se a favor da estratégia de imunidade de rebanho, questionou a eficácia do uso de máscara e duvidou sobre o número de mortes por covid-19. Colocou-se contra a estratégia do *lockdown* adotada por muitos países e indicada pela Organização Mundial de Saúde; e, principalmente, colocou-se contra a aquisição das primeiras opções de vacina que surgiram, o que poderia ter salvado milhares de vidas.

Analisando as matérias selecionadas, percebemos que o então chefe do executivo federal adotou ações que incentivaram a população (principalmente os seus apoiadores) à exposição ao vírus, ou seja, direcionou-os à morte. O impacto dessas ações repercutiu na proliferação da síndrome, afetando, inclusive, os que não compactuam com esse posicionamento devido à elevação no número de pessoas infectadas. Desse modo, vivemos no Brasil o conceito desenvolvido por Mbembe: a necropolítica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna. Bolsonaro diz que não, mas cloroquina tem efeito colateral; saiba quais são. **Revista Uol**, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/01/15/bolsonaro-cloroquina-e-ivermectina-nao-tem-efeito-colateral-veja-varios.htm>. Acesso em: 03 fev. 2022.

BOLSONARO diz que lockdown ‘não dá certo’ e volta a criticar governadores. **UOL Notícias**. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/14/bolsonaro-diz-que-lockdown-nao-da-certo-e-volta-a-criticar-governadores.htm>. Acesso em: 04 fev. 2022.

BOLSONARO diz que máscaras são “ficção” e ataca medidas de proteção contra Covid. **Revista IstoÉ**, 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-que-mascaras-sao-ficcao-e-ataca-medidas-de-protecao-contra-covid/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

BOLSONARO sobre vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’. **Revista IstoÉ**, 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce- virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **COVID-19 no Brasil**. 2022. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 03 fev. 2022.

FARAH, Caroline. Checamos: Bolsonaro ignora vacina e faz afirmação sem fundamento sobre imunidade de rebanho. **Yahoo Notícias**, 2022. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/checamos-bolsonaro-ignora-vacina-e-faz-afirmacao-sem-fundamento-sobre-imunidade-de-rebanho-160650966.html>. Acesso em: 03 fev. 2022.

FERNANDES, Augusto. Bolsonaro questiona número de mortos por covid-19: “Muitos laudos são forçados”. **Correio Brasiliense**, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/01/4902690-bolsonaro-questiona-numero-de-mortos-por-covid-19-muitos-laudos-sao-forcados.html>. Acesso em: 03 fev. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade volume 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. *In*: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUEDES, Octavio. CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. G1.com, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

VEJA. Sete vezes em que Bolsonaro foi insensível ao comentar mortes por Covid-19. **Revista Veja**, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/sete-vezes-em-que-bolsonaro-foi-insensivel-ao-comentar-mortes-por-covid-19/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

SUS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: APONTAMENTOS PARA ESTIMULAR INICIATIVAS DE RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

SUS AS A BRAZILIAN CULTURAL HERITAGE: NOTES TO ENCOURAGE RECOGNITION AND PRESERVATION INITIATIVES

Elizabethe Cristina Fagundes de Souza¹
<http://orcid.org/0000-0001-6283-2759>

Renata Montechiare²
<http://orcid.org/0000-0003-2466-5843>

O SUS é de todos, todos usam o SUS. A presença diária na vida da população pode passar despercebida exatamente porque o serviço prestado funciona. O paradoxo do sucesso! Lembre-se do SUS da próxima vez que sair para jantar, que for viajar ou que tomar um copo de água. Acima de tudo lute pelo SUS. Você depende dele ainda que não se dê conta disso.

(Márcia Castro, professora na Escola de Saúde Pública de Harvard)

RESUMO

Este ensaio apresenta alguns elementos para justificar a importância do reconhecimento social do Sistema Único de Saúde na perspectiva de vir a ser patrimônio cultural. O estudo apresenta pontuações sobre sua trajetória e, particularmente, evidencia seu papel no enfrentamento da pandemia de covid-19 quando demonstrou grande capacidade de cuidar de pessoas e de salvar vidas, ganhando visibilidade positiva na sociedade e nas mídias. Recupera, na literatura, alguns aportes conceituais sobre patrimonialização a partir da Constituição Federal de 1988, que ampliou a noção de patrimônio ao abranger diversas tipologias, recortes temporais e sociais. Destaca a importância de desencadear o

¹ Doutora em Saúde Coletiva. Professora titular aposentada pelo Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Brasil. E-mail: betcris2013@gmail.com

² Doutora em Antropologia Social. Coordenadora do Programa Estudos e Políticas de Cultura e Diversidade da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO Brasil. E-mail: renatamontechiare@flacso.org.br

debate na sociedade para difundir e pleitear junto às instituições competentes o reconhecimento e a preservação do Sistema Único de Saúde como patrimônio cultural brasileiro, articulando memória, história e conquistas sociais, com ênfase nos diferenciais culturais e políticos que permeiam a construção do sistema de saúde brasileiro. Por fim, apresenta algumas anotações que podem servir de trilha para compor o quadro de referências argumentativas que dê base a uma possível proposta de reconhecimento e preservação do Sistema Único de Saúde como patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: patrimônio; memória; Sistema Único de Saúde; covid-19.

ABSTRACT

This essay presents some elements to justify the importance of social recognition of the Brazilian Unified Health System, also called as SUS, from the perspective of becoming a cultural heritage institution. We make some points about its trajectory and, in particular, highlight its role in tackling the Covid-19 pandemic, when it demonstrated a great capacity for caring for people and saving lives, gaining positive visibility in society and in the media. We have retrieved from the literature some conceptual contributions on heritagization based on the Federal Constitution of 1988, which broadened the notion of heritage by encompassing different typologies, temporal and social clippings. We highlight the importance of triggering a debate in society in order to disseminate and plead with the competent institutions for the recognition and preservation of the SUS as a Brazilian cultural heritage, linking memory, history and social achievements, with an emphasis on the cultural and political differences that permeate the construction of our health system. Finally, we present some notes that could serve as a framework for argumentative references to support a possible proposal for recognizing and preserving the Unified Health System as Brazilian cultural heritage.

Keywords: Heritage, Memory, Unified Health System, Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) pode ser considerado um patrimônio cultural nacional? Com essa pergunta, nós nos debruçamos a escrever este ensaio. A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, define como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, incluindo as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados

às manifestações artístico-culturais, aos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

O SUS é fruto da luta pela Reforma Sanitária brasileira desencadeada pelo Movimento Sanitarista desde os anos 1970. Foi assegurado na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em conjunto com outras conquistas de direitos sociais. Desde então, a saúde passou a ser considerada direito de cidadania e dever do Estado e foi incorporada sua noção ampliada, que condiciona sua presença a determinado modo de viver numa sociedade que desfrute de políticas econômicas e sociais.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

[...]

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade (Brasil, 1998, p. 133).

Apesar de ser denominado único, o SUS é constituído de vários subsistemas – o suplementar (planos de saúde), o privado, o militar, o filantrópico e o Sistema Público. Fruto de acordos políticos durante o processo constituinte, essa fragmentação é permeada por disputas em torno de recursos financeiros e de interesses conflituosos entre os diversos atores que os constituem. Se, por um lado, aqueles acordos viabilizaram a própria criação do SUS; por outro, contribuíram para manter em disputa permanente, na sociedade, as garantias constitucionais da equidade, universalidade e integralidade, a começar por sua regulamentação, em 1990, com a Lei Orgânica de Saúde (LOS) – a Lei nº 8.080 –, que teve aspectos importantes vetados pelo então presidente Fernando Collor de Melo, enfraquecendo o arcabouço constitucional no que tange à participação da sociedade, ao financiamento e à gestão do trabalho em saúde.

A Lei nº 8.142 buscou recuperar parte desses vetos, mas deixou de assegurar o financiamento adequado e a carreira SUS. A Lei Orgânica de Saúde (LOS) ficou composta, então, por duas leis: as de números 8.080 e 8.142, ambas sancionadas no ano de 1990. Essa rasura desde a regulamentação legal fragilizou o sistema, impondo a convivência com problemas estruturais que se evidenciam ao longo dessas décadas, além de abrir brechas para emendas legislativas insuficientes. Lembramos que, em 2023, o SUS completa 35 anos de criação constitucional e 33 anos de regulamentação legal pelas leis citadas.

A ausência de uma carreira SUS tem gerado várias distorções na gestão do trabalho em saúde, sobretudo pela dupla vinculação de servidores públicos a mais de um subsistema, com nítidos conflitos de interesses e sobrecarga de trabalho. A precarização de contratações, em especial, na atenção básica, identificada em modalidades variadas, dificulta ou impede o vínculo profissional-usuário de forma longitudinal para assegurar o cuidado

integral e gera alta rotatividade da força de trabalho em serviços de saúde. Vale salientar que a atenção básica, principal porta de entrada do sistema, com os serviços de urgências, emergências e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), fragiliza-se em sua finalidade.

Passadas mais de três décadas da CF-1988 e da criação legal do SUS pela LOS, tivemos avanços e retrocessos ao longo desse percurso. Evidenciam-se nas disputas em torno do SUS posicionamentos diferentes e divergentes que trazem como pano de fundo interesses econômicos e políticos nas respostas às necessidades e demandas da população por ações e serviços de saúde. De um lado, estão defensores da saúde como direito de cidadania e dever do Estado, afirmando o sistema de acesso universal conforme o arcabouço constitucional; e, de outro, estão interesses diversos para adequar tais necessidades assistenciais e cobertura universal do sistema às regras do mercado, concebendo saúde como bem de consumo, isto é, uma mercadoria regradada por interesses mercantilistas.

Nessa disputa histórica, o mercado teve a grande mídia como aliada para reforçar a imagem do SUS público inoperante e ineficiente, de filas quilométricas, falhas e negligências, pondo em evidência algumas situações que, mesmo sendo verdadeiras, são apresentadas de forma descontextualizada da complexidade de construção histórica do SUS brasileiro. A maioria das informações sobre o SUS na mídia enfatizou, ao longo dessas décadas, seus aspectos frágeis e omitiu ou deu pouco destaque às experiências positivas de acolhimento, tratamento e respostas efetivas às demandas das pessoas, desde uma vacina ou curativo até emergências, procedimentos e cirurgias de média e de alta complexidade, como hemodiálise e transplantes.

Vale salientar que esse quadro midiático negativo se reverteu a partir da situação vivenciada na pandemia de covid-19. Em meio à tragédia pandêmica, tornaram-se visíveis as potencialidades assistenciais do SUS e, sobretudo, sua força de trabalho engajada e comprometida com a defesa e a proteção da vida que, em muitas situações diante do sofrimento e morte das pessoas, teve protagonismo heroico de solidariedade e empatia. Situações cotidianas mostradas pela mídia contrastaram com a postura negacionista de autoridades nacionais que apostaram na necropolítica como enfrentamento da pandemia.

As dificuldades enfrentadas ao longo da existência do SUS mostraram-se ser também vetores de resistência ao seu desmantelamento. Esse sistema tem sido reconhecido por organismos internacionais pelas iniciativas, como o enfrentamento da epidemia de HIV/aids com acesso universal e gratuito ao tratamento, transplantes de órgãos e o robusto programa de vacinação consolidado na rede de atenção primária. Esse fato tornou possível a vacinação durante a pandemia de covid-19 e possibilitou que a vacina, mesmo tendo chegado com atraso ao país, pudesse ser distribuída a tempo de evitar que fosse aumentada a tragédia de mortes evitáveis que poderia ter sido bem maior no enorme número de óbitos registrado (Brasil, 2021; Gomes; Bentolila, 2021; Costa; Rizzotto; Lobato, 2021). Certamente, a experiência no enfrentamento da pandemia de covid-19 contribuiu para demonstrar a importância do sistema de saúde brasileiro e obter o reconhecimento social da sua capacidade de resposta sanitária.

1.1 A PANDEMIA DE COVID-19 COMO JANELA DE VISIBILIZAÇÃO DO SUS QUE DÁ CERTO

O enfrentamento da pandemia de covid-19, no Brasil, teve características singulares pelo fato de o governo federal se negar ao enfrentamento coordenado de iniciativas e medidas que deveriam ser implementadas e contextualizadas em cada território (Brasil, 2021; Tribunal Permanente dos Povos, 2022; Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2022). Coube aos municípios e estados buscarem suas formas de enfrentamento cooperadas ou individualizadas, demonstrando o compromisso de gestores e trabalhadores da saúde com o cuidado e a defesa da vida das pessoas.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em novembro de 2022, publicou dossiê amplo sobre a pandemia da covid-19 (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2022). Em uma das análises, considera que essa tentativa do então governo federal de rompimento com o federalismo cooperativo no setor saúde, no momento de uma crise sanitária severa, fez parte de uma estratégia política de ataque frontal aos cânones democráticos estabelecidos na Constituição, em prol de uma prática de poder unilateral que tenta submeter estados, municípios, Legislativo e Judiciário ao comando do Executivo Federal. Essa tentativa de usurpar as competências da federação obrigou os estados e os municípios a recorrer ao Legislativo e ao Judiciário, demonstrando ativismo com iniciativas recorrentes.

Desse modo, considera-se que o negacionismo do governo federal frente à pandemia afetou o papel de coordenação nacional do sistema de saúde, com a ausência da liderança do Ministério da Saúde na promoção das ações preventivas e na disponibilidade de leitos, produzindo diferenças na capacidade de resposta dos entes subnacionais à emergência da pandemia. O excesso de mortes por covid-19 ocorridas no país, em 2020, pode ser associado a essa descoordenação nacional deliberada (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2022).

As características organizativas do SUS contribuíram para diminuir os efeitos do negacionismo institucional da União, graças a essa capilaridade e ao reconhecimento do seu valor advindo do aprendizado institucional de enfrentamento bem-sucedido em outras emergências sanitárias, como o controle da H1N1, por exemplo (Barifouse, 2021; Temporão, 2009). Creditam-se, pois, à experiência anterior do SUS frente a outras epidemias, somada a sua organização capilarizada, territorialmente, as principais razões pelas quais a ausência de coordenação nacional no enfrentamento da pandemia de covid-19, no Brasil, não imobilizou os demais entes federados (estados e municípios). Nesse caso, eles buscaram articulação e iniciativas para dar respostas rápidas, mesmo sob grande tensão, nos mais diversos recantos do país.

Vale enfatizar a dedicação e o engajamento dos profissionais de saúde que tiveram papel fundamental no enfrentamento da pandemia e a mobilização solidária da sociedade (Alves, 2021; Brasil, 2021; Massaú; Mamede, 2022; Petra *et al.*, 2022; Portella; Reis; Lima, 2022; Sodré, 2020). Muitas lições podem ser tiradas da experiência nacional durante o enfrentamento da pandemia. Tais lições exigem análises que possibilitem encontrar

rumos para o setor saúde e para o SUS, especificamente, reformando-o naquilo que seja necessário e mantendo seus valores de sistema público universal, equânime e de atenção integral, que possa ser assegurado com financiamento estatal adequado.

2 POR QUE O SUS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO?

Compreendemos que a pandemia de covid-19 tornou mais evidente a importância do SUS brasileiro pelas suas características de sistema universal presente em todo o território nacional e demonstrou sua grandiosidade como um patrimônio nacional que deve ser preservado, aperfeiçoado e valorizado. Nesse sentido, faz-se necessário abrir o debate na sociedade para difundir e pleitear junto às instituições competentes o reconhecimento e a preservação do SUS como patrimônio cultural brasileiro, articulando memória, história e conquistas sociais, com ênfase nos diferenciais culturais e políticos que permeiam a construção do nosso sistema de saúde.

Ao nos remetermos ao percurso histórico de construção e desenvolvimento do SUS, identificamos, desde seus antecedentes, as peculiaridades de sua construção, inspirada em ideário de outras reformas sanitárias internacionais e sistemas universais, mas, sobretudo, muito atrelada à luta da sociedade brasileira pela redemocratização política do país durante a ditadura civil-militar instituída com o Golpe de 1964. A insígnia Saúde é Democracia, que simbolizou a VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, resumiu e inspirou o conceito ampliado de saúde, materializando-o no direito de acesso a bens e serviços a ser assegurados por políticas públicas, como define o Artigo 3º da Lei 8.080, com redação modificada pela Lei nº 12.864 de 2013.

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (Brasil, 2013).

Outra característica marcante é a diretriz organizativa de participação comunitária, cuja regulamentação na Lei nº 8.142 de 1990 estabeleceu instâncias de participação e controle social, os conselhos e as conferências de saúde, como requisitos para os sistemas municipais e estaduais serem criados (Costa; Vieira, 2012; Gomes; Orfão, 2021; Oliveira; Ianni; Dallari, 2013). Formou-se, assim, uma grande rede de conselhos municipais e estaduais de saúde, com representação paritária de 50% usuários em relação aos 50% restantes da composição distribuída entre representantes da gestão e de trabalhadores da saúde. Mesmo que a participação social seja ainda insuficiente, identificam-se avanços advindos da atuação dessas instâncias, seja na ampliação do debate público sobre questões da saúde pública, seja na articulação e mobilização social para conquistas junto aos parlamentos e aos executivos – municipal, estadual e federal.

Verifica-se ainda que a trajetória do SUS tem marcas muito peculiares de sua construção coletiva, de invenção cotidiana no trabalho de profissionais e gestores de saúde, de participação popular e de reconhecimento social, mesmo diante de todas as dificuldades vivenciadas por quem trabalha e por quem é usuário do sistema, exclusivo ou pontual, à revelia das tentativas de sua destruição ou sua distorção constitucional para adequá-lo ao mercado. A convivência com o pouco financiamento e sua gradativa insuficiência ao longo dessas décadas (Fernandes; Pereira, 2020; Mendes, 2013) configura um dos grandes desafios para sua resistência e sobrevivência como sistema público com acesso universal, equitativo e integral.

Quando destacamos que o SUS tem potencial para vir a ser declarado patrimônio cultural brasileiro, a intenção é buscarmos, no seu passado, caminhos para compreender o presente e fortalecer o seu reconhecimento social. Resgatar a memória do sistema de saúde construído de forma vinculada ao Movimento da Reforma Sanitária brasileira, cuja insígnia, “Saúde é Democracia”, norteou as proposições de um sistema que, por si e isoladamente, não asseguraria o direito à saúde no seu sentido ampliado, mas, que se propôs a assegurar o acesso universal à atenção à saúde, com integralidade e de forma equitativa, considerando as necessidades de assistência, proteção e promoção da saúde, e prevenção de doenças e agravos. Vale ressaltar que o SUS nasceu numa precária e limitada rede de serviços existente até então, ampliando-a em escopo e em escala a partir da proposta de atenção integral e acesso universal e equânime, assegurando sua presença nos diversos recantos do país, mesmo com os reduzidos aportes de financiamento já referidos.

Tendo apresentado alguns elementos para justificar a importância do reconhecimento social do SUS na perspectiva de vir a ser patrimônio cultural, fizemos algumas pontuações sobre sua trajetória e, particularmente, evidenciamos seu papel no enfrentamento da pandemia de covid-19, quando demonstrou grande capacidade de cuidar de pessoas e de salvar vidas, ganhando visibilidade positiva na sociedade e nas mídias.

Vale destacar, ainda, o recente caso que ocupou as mídias sobre o famoso beneficiário de doação de órgãos na lista do SUS – o transplante de coração realizado pelo apresentador Fausto Silva, o Faustão. Entre insinuações de furar fila e desinformação nas redes sociais, o fato oportunizou alguns esclarecimentos junto à sociedade sobre o funcionamento do Sistema Nacional de Transplantes, reconhecido internacionalmente pelo seu caráter público e universal. Algumas autoridades e profissionais de saúde emitiram opiniões esclarecedoras nas redes sociais em vários formatos que tiveram caráter educativo para toda a sociedade sobre a doação e a lista de espera de órgãos compatíveis para a realização de transplantes (Brasil, 2023; Narvai, 2023; Padilha, 2023)

O apresentador ganhou um coração novo e segue bem até o momento de escrita deste ensaio. O SUS ganhou um novo defensor a propagandar o benefício de sua própria vida graças à eficiência e à efetividade do reconhecido sistema (Faustão, 2023). De polêmica e *fake news*, o caso tornou-se, então, oportunidade de esclarecer os critérios da lista de espera de órgãos, estimular doadores e dar visibilidade às estatísticas de transplantes realizados pelo SUS, nem sempre visibilizadas no cotidiano pelo anonimato de seus

beneficiários. Segundo Márcia Castro (2023), são mais de 23 mil transplantes ao ano pelo Sistema Nacional de Transplante brasileiro, quantitativo que o coloca em segundo lugar em relação aos Estados Unidos da América. A diferença é que, no Brasil, 90% desse quantitativo são realizados pelo SUS, destaca a autora.

Portanto, não restam dúvidas da grandiosidade do SUS como sistema universal. Na epígrafe deste ensaio, destacamos um trecho do recente artigo de opinião publicado pela professora Márcia Castro, da Escola de Saúde Pública de Harvard. Seu argumento parte da relevância do Dia Nacional de Doação de Órgãos (27 de setembro) para lembrar a celeuma nas redes sociais sobre o coração de Faustão e, de forma sintética e contundente, apresenta a abrangência e a presença do SUS não apenas na assistência que engloba vacinação, consultas, exames, internações, serviço de urgência e emergência (o SAMU), cirurgias e transplantes de órgãos, mas também no cotidiano de toda a população. O SUS é responsável por todas as ações da vigilância – epidemiológica, sanitária e ambiental – que alcançam um leque amplo, como a fiscalização e segurança dos alimentos, medicamentos, cosméticos, produtos de higiene; de ambientes de lazer como bares, restaurantes; de circulação como aeroportos, portos, rodoviárias; até serviços de saúde públicos e privados, entre outras ações. Destaca ainda programas de referência internacional como é a rede de bancos de leite humano, considerada a maior do mundo em doadoras e receptoras (Castro, 2023).

Além disso, o enfrentamento da pandemia de covid-19 descortinou essa grandiosidade e favoreceu o reconhecimento social da importância do SUS, suas fortalezas e fragilidades, colocando-o em evidência na pauta das políticas públicas a ser priorizada. Ao mesmo tempo, passou a ser fortalecido pelo aporte de investimentos emergenciais realizado naquele momento. Tornou também evidente a necessária valorização da saúde pública como política estratégica, no Brasil e no mundo. Apesar disso, ao se olhar de forma mais atenta para o conteúdo do aparente consenso social formado em torno da importância do SUS, percebem-se diferenças quanto aos interesses econômicos e políticos que atravessaram sua trajetória, com avanços e recuos em torno do preceito constitucional do direito à saúde como dever do Estado. A disputa histórica entre mercado e Estado, público e privado em torno do SUS atualiza-se nesse novo contexto que se apresenta favorável à valorização e ao reconhecimento social do sistema de saúde brasileiro.

3 ALGUNS APORTES PARA A PATRIMONIALIZAÇÃO DO SUS

Apesar de a Constituição Federal de 1988 ter ampliado a noção de patrimônio, ao abranger diversas tipologias, recortes temporais e sociais, a natureza da maioria dos bens continuou relacionada a uma ideia de monumentalidade com referências, sobretudo, ao passado colonial e imperial do país, vinculado às elites, à Igreja, às forças armadas ou à administração pública (Serres, 2015). Para José Reginaldo Santos Gonçalves (2007), em toda e qualquer moderna sociedade nacional, identifica-se a existência de modalidades

de discursos de patrimônio em disputa para representar, com autenticidade, a identidade e a memória da coletividade. No contexto brasileiro, o autor esquematiza dois modos de discurso – o da monumentalidade e o do cotidiano –, em que cada um desses traz consigo uma concepção da relação que estabelece com a nação, seu passado, sua identidade e seu futuro. Esses dois discursos têm coexistido dos anos 1920 e 1930 até a atualidade (Gonçalves, 2007). Para esse autor, o patrimônio aparece sob o signo do cotidiano em narrativas que configuram uma zona de máximo contato com a realidade contemporânea, em que os diversos gêneros de discursos transpõem as fronteiras entre narrativa e realidade cotidiana, o que possibilita pensar em várias modalidades de patrimônio.

O patrimônio aparece, então, como uma primeira narrativa na forma de monumentos cujo destino é permanecer em um tempo transcendente, associado a eventos históricos fundadores e a heróis nacionais. De uma segunda narrativa, destacam-se os objetos, espaços usados e atividades exercidas pelos segmentos sociais no seu cotidiano que, marcados pela transitoriedade, são postos no tempo contingente das relações cotidianas. Desdobra-se daí a passagem de “monumentos” (de pedra e cal) a “bens culturais” (estruturas arquitetônicas, urbanísticas, objetos, atividades), estes com existência sempre ligada a uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais. Desse modo, a narrativa do patrimônio tem como ponto básico a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos e categorias sociais em seu cotidiano (Gonçalves, 2007).

Por sua vez, Juliane Conceição Primon Serres (2015) argumenta que o predomínio da noção de patrimônio como monumentalidade ocorreu também em relação às escolhas patrimoniais para o tombamento na saúde, que continuou limitada a um conjunto muito particular de bens vinculados à saúde apenas indiretamente, na maioria das vezes. Algumas possíveis razões estariam relacionadas à dificuldade de tornar bens patrimoniais aqueles que são usados em situações associadas à geração de sofrimento, bens não vinculados a construções monumentais e o envolvimento incipiente de agentes sociais na identificação e no reconhecimento desse patrimônio específico (Serres, 2015).

Até 2005, havia poucas referências ao patrimônio cultural da saúde, em especial, em âmbito federal. Nesse mesmo ano, foi constituída a Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde, em Salvador, na Bahia, patrocinada pelo Ministério da Saúde do Brasil por meio da Fundação Oswaldo Cruz, pelo Ministério da Saúde do Chile e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde. Entre os objetivos está o de contribuir com a formulação e implementação de políticas de identificação, recuperação, conservação e valorização do patrimônio cultural da saúde (Serres, 2015).

O projeto mapeou instituições de diversas capitais do Brasil e ainda estariam sendo realizados outros inventários a ser concluídos e publicados. Entre as publicações originadas desses trabalhos, estão listados seis volumes, a saber:

História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958), publicado em 2008, organizado por Ângela Porto, Gisele Sanglard, Renato Gama-Rosa Costa e Maria Rachel Fróes; Patrimônio cultural da saúde: inventário das instituições de Porto Alegre

(1808-1958), organizado por Beatriz Weber e Juliane Primon Serres, publicado em 2008; História da saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808- 1958), organizado por Rita de Cássia Marques, Anny Jackeline Torres Silveira e Betânia Gonçalves Figueiredo, publicado em 2011; em 2011 também foram publicados História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958), com organização de Maria Lucia Mott e Gisele Sanglard; História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958), organizado por Christiane Maria Cruz de Souza e Maria Renilda Nery Barreto; História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico (1808- 1958), organizado por Ana Albano Amora, publicado em 2012 (Serres, 2015, p. 1.421).

Roberto Segre (2013) considerou essa iniciativa como a mais ambiciosa sobre o tema da saúde desenvolvida no Brasil no século XXI, que visa a elaborar em profundidade uma tipologia arquitetônica e o seu relacionamento com a história social e urbana. A maior contribuição da coleção se baseia no fato não somente de ser livros especializados em arquitetura mas também de procurar interpretar a significação das doenças, as intervenções da iniciativa privada e do estado na construção dos conjuntos assistenciais, a participação dos políticos e dos médicos na definição dos projetos hospitalares, a resposta dos engenheiros e arquitetos às novas funções exigidas pelo sistema nacional da saúde, e o relacionamento dos edifícios com o contexto urbano e rural (Segre, 2013).

Gisele Sanglard e Renato Gama-Rosa Costa (2019), em artigo sobre um balanço dos dez anos em que o patrimônio cultural brasileiro da saúde se estabeleceu como tema de pesquisa em instituições de ensino e pesquisa, trazem breve apanhado historiográfico acerca dos estudos sobre o patrimônio cultural da saúde nacional e os organizam em três grandes eixos complementares que têm na história das instituições o ponto de convergência. O primeiro, relacionado à história das instituições, enfatiza estudos sobre as instituições de ciência e de saúde e os hospitais. O segundo, sobre história, memória e patrimônio, tem enfoque predominante na preservação e conservação de acervos. Já o terceiro, sobre arquitetura e saúde, destaca a história da arquitetura e das instituições.

Mais recentemente, foi aprovado o Projeto de Lei nº 2.077/19 na Câmara e no Senado, de autoria do Deputado Jorge Solla e outros, que criou o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública com inserção de emenda, concedendo-o à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Butantan (Câmara, 2021; Senado, 2021). Com a aprovação do projeto no ano de 2021, foi sancionada a lei no mesmo ano – Lei nº 14.196, de 26 de agosto de 2021 (Brasil, 2021). Essa lei possibilita que o Congresso Nacional outorgue o título de Patrimônio Nacional de Saúde Pública à Fiocruz e ao Instituto Butantã, e a entidades cuja trajetória tenha indiscutível e notório reconhecimento público e social de atuação, no mínimo, há 70 anos, em áreas voltadas ao trabalho científico, educacional, assistencial, de participação social ou promoção, proteção e recuperação da saúde nas esferas pública e comunitária (Brasil, 2021a).

As instituições detentoras do título terão preferência em processos seletivos de compra de bens e serviços, em concessão de fomento social em sua área de atuação, atendidos os requisitos necessários na obtenção de linhas de crédito público e, também, na liberação de emendas parlamentares que lhes tenham sido concedidas. Todas essas

preferências deverão ser realizadas em igualdade de condições e de acordo com a legislação vigente (Brasil, 2021a).

A esse respeito, Lia Calabre destaca que as políticas e as decisões em torno do patrimônio cultural dizem respeito ao poder público e à sociedade civil, e o maior risco para o patrimônio está na forma e no objetivo final das ações. A autora sublinha: “o fundamental é que os princípios do respeito aos direitos dos cidadãos sejam preservados, as pactuações das ações respeitadas e o sentido de patrimônio para o conjunto dos envolvidos, preservado” (Calabre, 2015, p. 166).

Por sua vez, José Reginaldo Santos Gonçalves (2005) apoia-se na noção de ressonância sugerida pelo historiador Stephen Greenblatt quando este se refere ao poder de um objeto evocar, no espectador, as forças culturais complexas e dinâmicas das quais o objeto emergiu e é seu representante (Greenblatt, 1991 *apud* Gonçalves, 2005). Desse modo, os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto ao seu público. No entanto, no processo de construção das instituições situadas entre a memória e a história, tais como o patrimônio, as coleções, os museus, entre outros, buscam-se eliminar as ambiguidades a partir de um trabalho cuidadoso no qual são substituídas categorias sensíveis como, por exemplo, cheiro, paladar, tato, audição, por categorias abstratas e com fronteiras nitidamente delimitadas com a função de representar memórias e identidades.

Para Gonçalves (2005), isso colocaria em risco o seu poder de ressonância. Junto a essa noção de ressonância e ainda no mesmo artigo, o referido autor aborda duas outras noções – materialidade e subjetividade – para argumentar a importância em considerar o papel fundamental que desempenha a categoria do patrimônio na formação de subjetividades individuais e coletivas, pois “não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito de determinadas modalidades de autoconsciência individual ou coletiva” (Gonçalves, 2005, p. 27).

A partir do exposto, consideramos importante reconhecer o SUS como bem cultural brasileiro, desde a sua história – antecedentes e desenvolvimento de seus princípios doutrinários e organizativos, suas práticas e ações, seus efeitos na vida das pessoas que o constroem (usuários, trabalhadores, gestores) e suas repercussões na saúde coletiva. Trata-se de um reconhecimento social na perspectiva de valorização patrimonial, em seu conjunto, ou de forma parcial, em alguns programas ou políticas específicas identificadas ao longo de sua existência social. Tal esforço poderá resultar em um rol de argumentos para compor uma peça que indique a sua patrimonialização com respaldo social e, ao mesmo tempo, contribuir para o reconhecimento de sua importância histórica e social junto a quem o constrói (trabalhadores e gestores) e a quem o utiliza (usuários diretos e familiares), com efeitos educativos à medida que possa estimular sua valorização e preservação pela sociedade.

4 ALGUMAS TRILHAS PARA BUSCAR O RECONHECIMENTO PATRIMONIAL DO SUS

Para tornar factível a patrimonialização do SUS, faz-se necessário buscar elementos que destaquem e valorizem suas práticas, o trabalho de profissionais e gestores de saúde e as experiências acumuladas que possam compor referências que a justifiquem. Com a realização de trabalho de conclusão de especialização (Souza, 2022) realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso-Brasil), traçamos algumas trilhas com o intuito de contribuir com a elaboração de uma possível proposta de reconhecimento e preservação do SUS como patrimônio cultural brasileiro. A seguir, nós as apresentaremos com o desejo de que possam estimular iniciativas de instituições de pesquisa, de parlamentares, movimentos sociais e gestores da saúde.

- a) Identificar argumentos, na literatura e em documentos disponíveis, para preservação do SUS como patrimônio cultural brasileiro. Espera-se compor quadro de referências argumentativas com destaque para as potencialidades e os desafios identificados para viabilizar elaboração de proposta.
- b) Na pesquisa documental, como sugestão, considerar artigos identificados em periódicos, tendo a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) como principal referência de busca, e também obras artísticas, jornalísticas e pedagógicas, por exemplo, material disponível no Canal Saúde/Fiocruz e outras produções audiovisuais como a Série Unidade Básica (série de TV de Helena Petta e Newton Cannito inspirada em casos reais) e os documentários “Saúde tem cura” (longa-metragem do cineasta Silvio Tendler) e “Se não fosse o SUS” (produzido pelo Conselho Nacional de Saúde), ambos do ano de 2022.
- c) Identificar e analisar visões de atores sociais sobre argumentos para a preservação do SUS como patrimônio cultural brasileiro. Sugerem-se pesquisas que desencadeiem escuta de memórias e debate entre atores sociais, constituindo-se também em ação educativa desse devir-patrimonial do SUS na sociedade brasileira.
- d) Identificar pessoas-chave potenciais. Nesta pesquisa, identificamos, inicialmente, aquelas que tenham participado do Movimento da Reforma Sanitária (pesquisadores e ativistas) ou que participaram ou estejam em atuação em conselhos de saúde, em instâncias de gestão e em movimentos populares de saúde, contemplando as vozes diversas que defendem e dependem do sistema, sobretudo as que são exclusivamente usuárias do SUS.
- e) Considerar o amplo campo de abrangência do SUS (conceitual, programático e territorial). Desse modo, o quadro de referências a ser construído a partir de pesquisa documental e da interação com os atores sociais poderá ser no sentido do reconhecimento do SUS em seu conjunto e ou em aspectos de seu desenvolvimento e de

identificação de pertencimento social, por exemplo, políticas e programas específicos como o de vacinação e o enfrentamento da pandemia de covid-19, em que a visibilidade social gerada poderá ser considerada elemento importante de ressonância (Gonçalves, 2005) para o reconhecimento e a valorização do SUS e que dê sustentação argumentativa para desencadear o processo de patrimonialização.

O exercício de propor tais trilhas se deu com a intenção de contribuir com reflexões sobre a viabilidade de valorização do SUS público e seu arcabouço constitucional, no sentido ampliado da preservação patrimonial imaterial e material que o constituiu em suas práticas, concepções, nos valores, ações, serviços e atores sociais que o fazem existir no cotidiano. Por fim, consideramos que o reconhecimento e a valorização do SUS pela sociedade poderão ampliar as possibilidades para corrigir lacunas e consolidar o seu arcabouço jurídico-legal, com respaldo social. Assim, fica a provocação a instituições de pesquisa e órgãos de preservação patrimonial, legisladores, gestores e movimentos sociais de buscar iniciativas para a preservação do SUS de modo a articular memória, história e conquistas sociais, com ênfase nos diferenciais culturais e políticos que permeiam a construção do nosso sistema de saúde. Tal provocação se traduz em uma convocação à defesa do sistema público de saúde brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fernando Antônio da Silva. Coronavírus e conflito federativo: como a gestão da crise da pandemia afetou a relação entre a união e os entes federados, por meio do populismo autoritário, no contexto constitucional periférico do Brasil. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Niterói, RJ, v. 23, n. 3, p. 182-203, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/conflu.v23i3.49706>. Acesso em: 08 nov. 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. Conflitos federativos e a pandemia de Covid-19 no Brasil. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Dossiê Abrasco: pandemia de covid-19**. Abrasco, 2022. p. 270-275. Disponível em: https://materiais.abrasco.org.br/publicacoes-abrascao/?_gl=1*ya33gr*_ga*MzE1MDc1MDE3LjE2Nzc2OTgxOTE.*_ga_GKYKZEHV96*MTY5NTk5ODc1OS40LjEuMTY5NTk5ODc2MC41OS4wLjA. Acesso em: 28 set. 2023.
- BARIFOUSE, Rafael. Por que Brasil vacinou 88 milhões em 3 meses contra H1N1 e agora patina contra covid-19. **BBC News Brasil**, São Paulo, 17 abril 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56774966>. Acesso em: 08 nov. 2022.
- CÂMARA aprova título de patrimônio nacional da saúde pública para FIOCRUZ e Butantan. **Agência Câmara de Notícias**, 26 maio 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/764995-camara-aprova-titulo-de-patrimonio-nacional-da-saude-publica-para-fiocruz-e-butantan/>. Acesso em: 27 set. 2023.
- BRASIL. República Federativa. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Presidência da República Federativa. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 27 set. 2023.
- BRASIL. Presidência da República Federativa. **Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 27 set. 2023.
- BRASIL. Presidência da República Federativa. **Lei nº 12.864, de 24 de setembro de 2013**. Altera o *caput* do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/591312/publicacao/15616373>. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021) - Relatório Final**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 14.196, de 26 de agosto de 2021**. Cria o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, a ser concedido a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública, e o concede à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Butantan. Brasília, DF, 2021a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14196.htm. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. A coordenadora do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), do Ministério da Saúde, Daniela Salomão esclarece as dúvidas sobre critérios para a lista de transplantes do Brasil. @**minsaúde**. Reel em 28 de agosto de 2023. Disponível: <https://www.facebook.com/minsaude/videos/esclarecimento-sobre-a-lista-de-transplantes-no-brasil/6469484476464038/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

CALABRE, Lia. Diálogos sobre o patrimônio: estado e sociedade em ação. In: PINHEIRO, Adson Rodrigues S. **Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: IPHAN, 2015. p. 159-68. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural, v. 1).

CASTRO, Márcia. O SUS é de todos e todos usam o SUS. **Folha de São Paulo**, 10 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcia-castro/2023/09/o-sus-e-de-todos-e-todos-usam-o-sus.shtml#:~:text=A%20abrang%C3%Aancia%20do%20SUS%20e,%2C%20exames%2C%20interna%C3%A7%C3%B5es%20e%20transplantes>. Acesso em: 26 set. 2023.

COSTA, Ana Maria; VIEIRA, Natália Amélia. Participação e controle social em saúde. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012. v. 3. p. 237-271. Disponível em: <https://books.scielo.org/search/?lang=pt&index=tw&where=BOOK&q=saude+2030&filter%5Bpublisher%5D%5B%5D=>. Acesso em: 8 nov. 2022.

COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos C. Fome, desemprego, corrupção e mortes evitáveis: faces da necropolítica. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 555-562, 2021.

FAUSTÃO recebe alta médica após transplante do coração em SP: 'Missão agora é transformar o Brasil em campeão de doadores'. **Portal G1 e TV Globo**, 10 setembro 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/10/faustao-recebe-alta-medica-apos-transplante-do-coracao-em-sp.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2023.

FERNANDES, Gustavo Andrey de A. L.; PEREIRA, Blenda Leite S. Os desafios do financiamento do enfrentamento à Covid-19 no SUS dentro do pacto federativo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 595-613, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200290>. Acesso em: 08 nov. 2022.

GOMES, José Alves F; BENTOLILA, Silvia. Covid-19 no Brasil: tragédia, desigualdade social, negação da ciência, sofrimento e mortes evitáveis. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 349-359, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rps.v10i3.3595>. Acesso em: 09 nov. 2022.

GOMES, José Felipe de Freitas.; ORFÃO, Natália Halax. Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 131, p. 1199-1213, 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113118>. Acesso em: 08 nov. 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. *In*: GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. p.139-157.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

MASSAÚ, Guilherme Camargo; MAMEDE, Alex Jordan Soares Monteiro. O dever de solidariedade na pandemia da Covid-19: reflexões em ante a (in)constitucionalidade das medidas emergenciais. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí, RS, v. 10, n. 19, e12864, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2022.19.12864> Acesso em: 08 nov. 2022.

MENDES, Áquilas. A longa batalha pelo financiamento do SUS. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 987-993, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000400002>. Acesso em: 08 nov. 2022.

NARVAI, Paulo Capel. O coração de Faustão. **Blog A terra é redonda**. 29 de agosto de 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-coracao-do-faustao/>. Acesso em: 26 set. 2023.

OLIVEIRA, Ana Maria Caldeira; IANNI, Aurea Maria Zöllner; DALLARI, Sueli Gandolfi. Controle social no SUS: discurso, ação e reação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 8, p. 2329-2338, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n8/2329-2338/> Acesso em: 08 nov. 2022.

PADILHA, Alexandre. Fake news sobre o SUS não é brincadeira, meu! **@padilhando**. Reel em 28 de agosto de 2023.

PETRA, Priscila Cardia; BUENO, Flávia Thedim Costa; CHAGAS, Claudia Lopes Rodrigues; LAGE, Leandro dos Reis; PALÁCIOS, Marisa. Solidariedade pandêmica: respostas da sociedade diante da insuficiência estatal. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 27, n. 11, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.11052022>. Acesso em: 28 set. 2023.

PORTELA, Margareth Crisóstomo; REIS, Lenice Gnocchi da Costa; LIMA, Sheyla Maria Lemos (org.). **Covid-19**: desafios para a organização e repercussões nos sistemas e serviços de saúde. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557081587>. Acesso em: 08 nov. 2022.

SANGLARD, Gisele; COSTA, Renato da Gama-Rosa. Patrimônio cultural da saúde: uma década de reflexão e atuação sobre o campo. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 11, n. 20, p. 5-24, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/14952>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SEGRE, Roberto. Hospitais, arquitetura da linha da sombra: reflexão acerca do papel da arquitetura hospitalar na história mundial. **Resenhas online**, ano 12, fev. 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.134/4607> Acesso em: 25 set. 2023.

SENADO aprova criação do título de patrimônio nacional da saúde. **Agência Senado**, 04 de agosto de 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/senado-aprova-criacao-do-titulo-de-patrimonio-nacional-da-saude?_gl=1*x6m37t*_ga*ODYwODk5MTA3LjE2OTU4NjY4NDM.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5NTg2Njg0My4xLjEuMTY5NTg2Njg4NC4wLjAuMA. Acesso em: 27 set. 2023.

SERRES, Juliane Conceição Primon. Preservação do patrimônio cultural da saúde no Brasil: uma questão emergente. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1411-1426, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000400011>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SODRÉ, Lu. Ações de solidariedade durante pandemia deixam legado de esperança para 2021: apoio a populações mais vulneráveis impediu que a fome atingisse os lares brasileiros de forma ainda mais intensa. **Brasil de fato**, São Paulo, 31 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/31/acoes-de-solidariedade-durante-pandemia-deixam-legado-de-esperanca-para-2021>. Acesso em: 08 nov. 2022.

SOUZA, Elizabete Cristina Fagundes de. **Trilhas para reconhecimento e preservação do SUS como patrimônio cultural brasileiro**. 2022. Projeto de Pesquisa (Especialização em Cultura e Educação) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Brasil, 2022.

TEMPORÃO, José Gomes. Carta aberta do Ministro da Saúde. O enfrentamento do Brasil diante do risco de uma pandemia de influenza pelo vírus A (H1N1). **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 201-204, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742009000300001> Acesso em: 09 nov. 2022.

TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS. 50ª Sessão sobre Pandemia e Autoritarismo. **A responsabilidade do governo Bolsonaro pelas violações sistemáticas dos direitos fundamentais dos povos brasileiros perpetrados através das políticas impostas na pandemia de Covid-19**. 2022. Disponível em: <https://tpp.comissaoarns.org/pt-br/>. Acesso em: 09 nov. 2022.

TRABALHO INTERPROFISSIONAL E PRÁTICAS COLABORATIVAS EM SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

INTERPROFESSIONAL WORK AND COLLABORATIVE PRACTICES IN HEALTH DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Graciela Soares Fonseca¹

<http://orcid.org/0000-0001-9506-0409>

Bernarda Cesira Cassaro²

<http://orcid.org/0000-0002-2028-5467>

Emanoeli Rostirola Borin³

<http://orcid.org/0000-0003-1498-4760>

Maurício Lanzini⁴

<http://orcid.org/0000-0002-6685-9032>

Viridiane Klabunde Carabagialle⁵

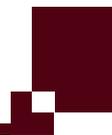
<http://orcid.org/0000-0001-8204-520X>

Carolina Rogel de Souza⁶

<http://orcid.org/0000-0002-7064-7040>

Fabiana Schneider Pires⁷

<http://orcid.org/0000-0001-6545-524X>



¹ Cirurgiã-dentista, Mestre e doutora em Ciências Odontológicas – Faculdade de Odontologia da USP. Docente do Curso de medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó-SC. E-mail: graciela.fonseca@uffs.edu.br.

² Enfermeira, Esp. em Centro Cirúrgico e Central de Materiais e Esterilização - Faculdade Inspirar. Enfermeira Assistencial - Hospital Regional do Oeste. E-mail: bernardaadm44@gmail.com.

³ Enfermeira, residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (PREMULTISF) da Escola de Saúde Pública (ESP) de Florianópolis-SC. E-mail: emanoeliborin@gmail.com.

⁴ Médico. Membro da Estratégia da Saúde da Família - Atenção Básica Prefeitura Municipal de Rondinha-RS, Médico hospitalista do Hospital Padre Eugênio Medicheschi, Rondinha-RS. E-mail: lanzinimauricio123@gmail.com.

⁵ Psicóloga, especialista em atenção oncológica - residência multiprofissional em atenção oncológica - ALVE, psicóloga clínica e psicanalista, professora docente do curso de psicologia e odontologia da UCEFF Faculdades – Chapecó-SC. E-mail: viridiane.carabagialle@unoesc.edu.br

⁶ Fonoaudióloga, Mestre em Ciências - Faculdade de Odontologia da USP - e doutora em Saúde Pública -Faculdade de Saúde Pública da USP. Docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC. E-mail: carolrogel@yahoo.com.br

⁷ Cirurgiã-Dentista, Mestre em Saúde Coletiva – Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, e Doutora em Ciências – Faculdade de Odontologia da USP – Docente do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: fabianaspres@gmail.com

RESUMO

Introdução: desde 2020, muito se tem discutido sobre a organização das práticas de saúde para enfrentamento da covid-19, incluindo a prevenção e recuperação das dezenas de sequelas atribuídas aos casos de doença na população. Diante desse contexto, é necessário desenvolver ações de vigilância epidemiológica de prevenção e promoção de saúde em conjunto com a Atenção Primária à Saúde. **Objetivo:** analisar o trabalho interprofissional e colaborativo na Atenção Primária à Saúde Atenção Básica frente aos agravos em saúde e a inter-relação com a pandemia de covid-19. **Metodologia:** estudo de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, desenvolvido em uma Unidade Básica de Saúde localizada em um município de médio porte do estado de Santa Catarina. Participaram do estudo trabalhadores, dos níveis superior, técnico e médio. A amostra foi definida, por conveniência, pelos dados coletados por meio de Grupos Focais. A análise foi realizada por meio da análise de conteúdo temática. **Resultados:** emergiram do material coletado as seguintes categorias de análise: concepções de interprofissionalidade e práticas colaborativas; a pandemia de covid-19 e o estímulo ao trabalho interprofissional; principais dificuldades enfrentadas para concretização do trabalho interprofissional durante a pandemia de covid-19. **Discussão:** a atuação multiprofissional foi vista como positiva, como forma de os profissionais conhecerem mais as demandas dos usuários e o trabalho dos demais colegas, ao passo que a sobrecarga de trabalho, por conta das grandes demandas geradas pela pandemia, comprometeu o trabalho colaborativo dentro e entre as equipes de saúde.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; pandemia; equipe de saúde; práticas colaborativas.

ABSTRACT

Introduction: Since 2020, there has been a lot of discussion about the organization of health practices to combat Covid-19, including the prevention and recovery of dozens of sequelae attributed to cases of the disease in the population. Therefore, it is necessary to develop epidemiological surveillance actions for prevention and health promotion in conjunction with Primary Health Care (PHC). **Objective:** to analyze interprofessional and collaborative work in PHC Primary Care in the face of health problems and the interrelationship with the Covid-19 pandemic. **Methodology:** Qualitative study, case study type, developed in a Basic Health Unit (UBS) located in a medium-sized municipality in the State of Santa Catarina. Workers at higher, technical and secondary levels participated in the study. The sample was defined by convenience, by data collected through Focus Groups (FG). The analysis was carried out using thematic content analysis. **Results:** The following categories of analysis emerged from the collected material: Conceptions of interprofessionalism and collaborative practices; The COVID-19 pandemic and the encouragement of

interprofessional work; Main difficulties faced in carrying out interprofessional work during the COVID-19 pandemic. Discussion: Multidisciplinary action was seen as positive, as a way for professionals to better understand the demands of users and the work of other colleagues, while work overload, due to the great demands generated by the pandemic, compromised collaborative work within and between health teams.

Keywords: Primary Health Care; Pandemic; Patient care team; Interdisciplinary practices.

INTRODUÇÃO

Diante da disseminação crescente da covid-19 por todos os continentes, que se iniciou em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o surto da doença como pandemia. Em decorrência dessa situação, a dinâmica econômica, social, política, sanitária e cultural em todo o mundo foi modificada e, em parte, novos arranjos para a atenção em saúde também se fizeram necessários, em especial, na atenção Primária em Saúde (APS) (Sarti *et al.*, 2020).

Desde 2020, muito se tem discutido sobre a organização das práticas de saúde para o enfrentamento da covid-19, incluindo a prevenção e a recuperação das dezenas de sequelas atribuídas aos casos de doença na população. Di Wu *et al.* (2020) realizaram estudos sobre alterações metabólicas e suas aparentes correlações com o desenvolvimento da covid-19, indicando que afetam todo o corpo, com reflexos desde o nível celular aos diversos sistemas orgânicos. Em um estudo sobre complicações agudas e crônicas da covid-19, Mônica Campos *et al.* (2020) destacam que os órgãos-alvo já relatados incluem pulmões, rins, fígado, trato gastrointestinal, alterações na cascata de coagulação e sistema hematopoiético, coração e sistema cardiovascular, além do cérebro e sistema nervoso central e outros órgãos. No cenário pandêmico ou transpandêmico, considerou-se necessário pensar e desenvolver ações de vigilância epidemiológica nos territórios com a APS, para as ações de prevenção e assistência e também para a vacinação (Carvalho; Lima; Coeli, 2020).

No Brasil, perante um debate intenso abrangendo a área acadêmica, política e econômica, existiu uma disputa sobre os modelos de atenção que deveriam ser adotados para cumprir com as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (Cabral *et al.*, 2020). As complicações da covid-19 variam de acordo com o grau de limitação e comprometimento da autonomia das pessoas, impactam na qualidade de vida e possivelmente no aumento da demanda pela atenção de média e alta complexidades (Campos *et al.*, 2020).

A distribuição e a organização dos serviços de saúde são pontos centrais na discussão sobre acesso e cobertura do SUS, pois a distância entre a localização da demanda e da oferta impõe dificuldades para a utilização desses serviços. Centros urbanos tendem a ofertar mais serviços, em diferentes níveis de complexidade, mas não garantem a integralidade por limitações, muitas vezes, de suas capacidades instaladas. Nesse processo, municípios

com menores áreas de influência tendem a não efetivar o atendimento, mesmo na atenção básica, por falta de recursos ou falhas de gestão/ineficiência (Machado; Lima, 2021). A cobertura espacial do SUS é essencial para o investimento e a reorganização da rede de saúde nas esferas municipal, estadual e federal, de forma a potencializar a complexa rede pública de saúde e mais bem estruturá-la para enfrentar os desafios que a pandemia de covid-19 impôs aos serviços e trabalhadores (Machado; Lima, 2021).

A APS, sendo a porta de entrada e a coordenadora do cuidado no SUS, tornou-se um pilar indispensável frente à situação pandêmica. Dessa forma, potencialidades inerentes à APS, como o conhecimento do território, a vinculação entre usuário e a equipe de saúde, a integralidade da assistência, a vigilância das famílias vulneráveis e o acompanhamento dos casos suspeitos e leves, são fundamentais neste contexto.

Ressalta-se que outros agravantes foram potencializados durante a pandemia de covid-19, como o comprometimento da saúde mental, o etilismo e a violência doméstica, impulsionados também pela fragilização econômica e social. Essas são questões que perpassam o trabalho e as ações no nível da APS (Sarti *et al.*, 2020).

O desenvolvimento de estratégias colaborativas para atender às demandas sociais e de saúde das pessoas tornou-se prioritário nos diferentes níveis de atenção da rede de saúde. A cooperação internacional, política, econômica e científica foi primordial para abordar os problemas decorrentes dessa crise. Além disso, a provisão de profissionais de saúde capacitados para trabalharem de forma interprofissional, parcerias intersetoriais e a melhoria da comunicação entre os níveis de atenção são relevantes para novos desenhos assistenciais, que incluam a carga global de doenças gerada pela covid-19. Do mesmo modo, a informação e a classificação das perdas econômicas e de saúde são necessárias para a reestruturação e realocação de recursos de forma a reduzir estes impactos (Fan *et al.* 2021). O objetivo, neste texto, é o de analisar o trabalho interprofissional e colaborativo na APS frente aos agravos em saúde decorrentes da pandemia de covid-19.

METODOLOGIA

O estudo, de abordagem qualitativa, foi desenvolvido em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada em um município de médio porte do Estado de Santa Catarina. Essa unidade de saúde conta com três equipes de saúde da família (ESF) e o apoio de uma equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), somando em torno de 40 profissionais, responsáveis por uma população adscrita de cerca de 12.000 pessoas. Para tanto, foram convidados trabalhadores que atuam nesse cenário, dos níveis superior, técnico e médio. A amostra foi definida, por conveniência, em função do aceite para participar. Os dados foram coletados por meio de Grupos Focais (GF) – um para cada equipe da UBS – conduzidos por um roteiro orientador construído intencionalmente a fim de permitir um debate participativo sobre as temáticas propostas e a construção de narrativas que respondam aos objetivos do estudo.

Foram organizados três GFs, um para cada equipe do serviço, com a participação de dois dos profissionais do NASF-AB em cada um deles. O objetivo dessa distribuição foi a garantia do caráter interprofissional do grupo e da discussão. Os diálogos e discussões foram audiogravados com o auxílio de diferentes dispositivos (notebooks, tablets e celulares) utilizados em conjunto, com o intuito de gerar um produto com boa qualidade que permitisse a transcrição com facilidade e sem grandes perdas.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática, definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa a obter, por meio de métodos pré-definidos, a descrição do conteúdo das mensagens, permitindo, dessa forma, a dedução dos conhecimentos e a atribuição de significados relacionados a essas mensagens. O ponto de partida dessa análise é o objeto empírico acerca de determinado tema que permite, com compreensão e interpretação, a obtenção de material teórico. Ainda, pode-se criar um ciclo que vai do empírico para o teórico e retorna do teórico para o empírico, dessa forma, enriquecendo os conteúdos da pesquisa (Minayo, 2010). O projeto foi submetido à análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sendo aprovado por meio do parecer número 4.301.348, de 26 de setembro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Emergiram do material coletado as seguintes categorias de análise: 1) concepções de interprofissionalidade e práticas colaborativas; 2) a pandemia de covid-19 e o estímulo ao trabalho interprofissional; 3) principais dificuldades enfrentadas para concretização do trabalho interprofissional durante a pandemia de covid-19.

CONCEPÇÕES DE INTERPROFISSIONALIDADE E PRÁTICAS COLABORATIVAS EM SAÚDE

A compreensão da fragmentação na assistência prestada à população frente à crescente complexidade das necessidades de saúde fez emergir a importância de uma abordagem ampliada e de uma prática interprofissional e colaborativa para melhorar o acesso e a qualidade da atenção à saúde (Peduzzi *et al.*, 2020). Na prática, para serem resolutivos e alcançar uma ação integral, os profissionais da ESF devem compreender conceitos úteis para o entendimento da prática interprofissional e colaborativa, tornando-se flexíveis e colaborativos (Escalda; Parreira, 2018).

Os GF foram iniciados a partir da pergunta norteadora: o que são interprofissionalidade e práticas colaborativas? Nos três grupos, foi notória a dificuldade dos participantes para conceituar essas duas questões, conforme as falas a seguir:

É que eu acho que a questão, o problema é que são termos que a gente não usa, ninguém tem conhecimento assim (P05-GF01).

É que nem tem como responder uma coisa que a gente não entendeu nem a questão (P09-GF01).

Interprofissionalidade, interprofissionalidade? (P12-GF01).

É uma pessoa que desenvolve várias profissões? (P12-GF01).

Não estou entendendo seus termos, por isso que estou de boca fechada (P12-GF01).

Na verdade, nunca tinha escutado isso aí, nunca tinha ouvido essa palavra (P12-GF01).

E que tem vários termos. O Interprofissional parece ser mais abrangente (P01-GF03).

Segundo Marina Peduzzi (2001), o trabalho em equipe de saúde é uma modalidade de trabalho coletivo que se desenvolve em encontros e diálogos frequentes entre pares, em busca das articulações necessárias de suas ações no ato de cuidar. O trabalho interprofissional, por sua vez, consiste no desenvolvimento de uma prática coesa entre profissionais de disciplinas distintas, pautada em reflexões e problematizações acerca da prática laborativa e operações articuladas e integradas para a execução de um trabalho capaz de responder às necessidades da comunidade (D'amour; Oandasan, 2005). Em suas falas, os profissionais demonstram desconhecimento de conceitos úteis ao desenvolvimento do trabalho em equipe, demonstrando uma desarticulação entre teoria e prática.

O trabalho interprofissional vem ganhando destaque junto às políticas públicas de saúde, especialmente no que se refere à educação interprofissional (Ceccim, 2018). Para alguns dos participantes, a noção de interprofissionalidade e práticas colaborativas aparece atrelada ao “trabalho em conjunto”, em que todos contribuem para a resolução dos problemas. Exemplos dessa compreensão podem ser verificados nos recortes a seguir:

Eu acho que é a gente poder discutir uma situação, onde todo mundo na equipe entenda que pode contribuir (P02-GF01).

As práticas colaborativas acho que é o que a gente faz e a gente não percebe. Às vezes, é o que vocês fazem, o que as agentes de saúde trazem, alguma questão de um paciente e aí a gente vai ver com o médico e vai tentar resolver (P05-GF01).

Trabalhar em mais de um profissional, juntos, que nem aqui (P01-GF01).

Eu achei que era o que nós estamos fazendo aqui, fazendo um pouco de tudo, às vezes, até médico nós tamo sendo (P09-GF01).

Um dos profissionais expressou um conceito de interprofissionalidade próximo ao que a literatura apresenta e atribui esse conhecimento à sua participação no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) que, em 2020, lançou um Edital temático sobre a interprofissionalidade:

A gente tem contato agora através do PET. Só que assim, nós somos um ou dois profissionais por unidade que faz o PET e é bem difícil a gente envolver uma equipe agora, com a visão interprofissional. Tem gente que não sabe nem o que é multiprofissional, que o nome parece que já te diz: multi, muitas profissões. Então, tu imagina o interprofissional, que é trabalhar junto, que é entender a profissão do outro, que é valorizar, que é respeitar, que é entender que todo mundo tem importância dentro da equipe, que todo mundo tem o seu trabalho, que precisa ser valorizado. A gente vê muito as Agentes de Saúde, elas são essenciais, mas às vezes elas não têm esse valor aqui dentro (P02-GF01).

Corroborando esse conceito, uma profissional que não integrou o PET-Saúde aponta as diferenças entre o multiprofissional e o interprofissional:

O multiprofissional seria um monte de pessoas e categorias diferentes, profissões diferentes, tudo na mesma sala. Como cada um trabalharia não teria necessariamente um trabalho integrado. Isso seria o multiprofissional. E o interprofissional seria como, na minha cabeça, parece que é a gente trabalhando junto, mas junto como uma equipe que integra e que consegue organizar todo o processo do paciente, por exemplo. O trabalho colaborativo ele parece ser além disso, mais ainda do que só interprofissionalidade (P01-GF03).

Para um dos profissionais, a dificuldade para conceituar a interprofissionalidade e as práticas colaborativas se deve ao distanciamento existente entre academia e serviços, no sentido de que o que se conceitua, em termos teóricos, nas universidades, apesar de presente nos serviços, não é percebido a partir dessas nomenclaturas, o que justifica o estranhamento apresentado pelos profissionais.

São termos muito técnicos da academia, que não é uma realidade nossa do dia a dia. Por exemplo eu, 11 anos de atuação, 12, 13 de formada, muita coisa muda, são coisas que, às vezes, é difícil você especificar porque é uma coisa que você pratica mas, você não sabe o termo técnico da coisa, principalmente, nesse ramo mais acadêmico, que é uma distância infinita, entre o trabalho do dia a dia nosso e essa coisa mais acadêmica de termos e coisara da [...] Não é que eu não acho que seja a nossa realidade, mas é que o termo em si não reconhecemos, as vezes, não é uma coisa usual nossa, não que a gente não pratique” (P05-GF01).

As diferenças presentes nas falas dos profissionais que participam do PET-Saúde e dos profissionais que não participam demonstram como o PET-Saúde, ao integrar ensino e serviço, contribui para a educação continuada e permanente dos trabalhadores da saúde. Ademais, o fato de não haver compartilhamento de questões trabalhadas no PET-Saúde com toda a equipe pode demonstrar falta de diálogo e de troca de experiências dentro da equipe, podendo perpetuar uma assistência fragmentada. O trabalho em equipe na saúde é um modo de organização das práticas para uma abordagem ampliada das necessidades em saúde, priorizando a integralidade como pilar (e princípio doutrinário) do SUS. Nessa perspectiva, ampliar o escopo das práticas profissionais no trabalho em saúde é fundamental para a qualidade na atenção à saúde (Brasil, 2017). Do mesmo modo, analisar a carga de doenças e a importância de uma metodologia que identifique o quanto a pandemia da

covid-19 impactou (e ainda tem efeitos) nas condições de saúde da população é crucial, a partir de aspectos como gravidade, duração, potencial de gerar complicações crônicas por faixa etária, sexo e local de ocorrência, para a reestruturação de práticas e de arranjos tecnológicos para o cuidado em saúde no SUS (Campos *et al.*, 2020).

A PANDEMIA DE COVID-19 E O ESTÍMULO AO TRABALHO INTERPROFISSIONAL

O trabalho interprofissional ocorre quando os profissionais da saúde – médico, enfermeiro, psicólogo, fisioterapeuta, técnico de enfermagem, terapeuta ocupacional, entre outros – conseguem trabalhar de forma grupal, compreendendo as especificidades de cada área, mas pensando como cada um consegue contribuir para o cuidado em saúde (Batista *et al.*, 2018). Os desafios derivados da pandemia da covid-19 reforçaram a importância do trabalho interprofissional e da prática colaborativa para tornar a atenção à saúde mais segura, efetiva e integral. Nessa prática, os profissionais, de forma colaborativa, realizam ações voltadas a tarefas consideradas comuns, as quais podem resultar em uma atenção de maior qualidade para atender às necessidades das pessoas, das famílias e da própria comunidade, levando em consideração o âmbito dos cuidados primários à saúde (D'Amour; Oandasan, 2005; Reeves, 2016).

Diante disso e da necessidade de novas formas de organização desses serviços, os participantes dos GF revelaram diversas percepções relacionadas ao trabalho interprofissional no contexto da pandemia. Dentre as contribuições, destaca-se o contexto pandêmico como um estímulo às práticas colaborativas, conforme os discursos que seguem:

As práticas colaborativas na pandemia, eu acredito que se fortaleceram muito, principalmente, no início porque todo mundo teve que sair da sua caixinha, da sua rotina para ajudar em tudo. Todo mundo teve que fazer monitoramento, todo mundo teve que aprender mexer na recepção, desde imprimir um exame de sangue até incluir um paciente, coisas que rotineiramente tu não tinha contato. Tu teve que ajudar porque a equipe ficou dividida, ficou metade de manhã, metade de tarde, então, tu tinha que dar uma mão. A gente teve que lidar com trabalho de colegas e isso hoje em dia, na prática diária, isso aí permite com que você saiba. Muitas vezes, economiza e ajuda no trabalho do colega. Porque venho aqui na frente, no lugar de dizer pro paciente 'ah, pede ali pra que te marque um retorno aqui 30 dias', tu vem, já marca o retorno, já alivia o trabalho de quem tá aqui na frente resolvendo outros problemas e tu sabe que uma coisa a mais e uma coisa a menos que tu tá aliviando. Acho que teve muita colaboração e todo mundo teve que mexer um pouco com o trabalho de todos. Quem não sabia da farmácia teve que ir pra farmácia, às vezes, ajudar em diferentes lugares do posto, diferentes papéis, meu ponto de vista (P07-GF02).

No cenário analisado, a organização do processo de trabalho foi modificada em função da pandemia. As três equipes de Estratégia de Saúde da Família foram divididas em dois turnos de trabalho: um das 07h às 13h e outro de 13h às 19h, ou seja, a UBS passou a funcionar em horário corrido, sem interrupções no almoço e estendendo o atendimento

até o período noturno. Os atendimentos ficaram restritos, inicialmente, às questões caracterizadas como urgência e o monitoramento dos casos de covid-19 confirmados no território de abrangência da UBS.

Nesse cenário, percebe-se que os profissionais de saúde tiveram de se adaptar à demanda existente no território de sua UBS. Por mais que alguns não tivessem conhecimento de determinadas práticas, foi necessário compartilhar conhecimentos e desenvolver habilidades que facilitassem o fluxo de trabalho nesse período e difundissem o trabalho interprofissional. Tal fato vai ao encontro dos resultados do estudo de Rodrigues e Lima (2021), realizado em uma UBS do Distrito Federal, que destaca a mobilização dos profissionais para adaptações na estrutura física e logística de atendimentos para que a unidade de saúde continuasse ofertando os cuidados rotineiros da APS de forma segura, tanto para os profissionais quanto para os usuários que a frequentam.

A despeito de todas as dificuldades que essa nova organização trouxe para o serviço – elas serão analisadas no próximo tópico –, os trabalhadores entendem que ela permitiu maior aproximação entre “seus fazeres”, com uma melhor compreensão das atribuições comuns e colaborativas no âmbito do trabalho em saúde, sobretudo porque os profissionais experienciaram o trabalho dos colegas:

Eu acho que uniu a equipe, dividiu, ficaram dois horários mas, quem ficou se uniu mais. Todo mundo tá ajudando, tá fazendo multi função, aprendendo. O médico tá agendando consulta, tá atendendo aqui na frente, a enfermeira tá fazendo várias coisas, agente de saúde tá atendendo lá na frente! Então, todo mundo trabalhando junto, a equipe bonita, unida. Claro, tem problemas, tem dificuldades mas, a gente se uniu, ficou mais próxima dos médicos, mais próximo das enfermeiras, mais próximo das auxiliares, do pessoal da farmácia e da coleta, da vacina. Eu acho que a equipe ficou mais unida (P05-GF02).

A pandemia deu essa quebra de paradigma da gente aprender a fazer o que o outro faz. Eu já tinha ficado na recepção em outros momentos por falta de funcionário, mas não tão frequente quanto eu fico agora. Eu tava pensando: ‘nossa, quantas vezes eu lá de dentro do meu consultório, atendendo, atendendo muito, ficava indignada com quem tava ali na frente, que passava um monte de paciente pra mim?’. E daí, você vim e ficar na posição do outro, no ponto de vista do outro, você vê que não é bem assim. Então, serviu pra aprender muito, mas antes a gente não tinha essa visão de saber o que todo mundo faz. Como que é ir na casa do paciente que as agentes de saúde vão, sabe? (P08-GF02).

Eu acho que o principal foi conhecer um pouco do trabalho do outro dentro da Unidade, porque antes cada um ficava mais no seu setor e não tinha conhecimento sobre o que o outro fazia. E a partir do momento que a gente teve que parar nossos atendimentos e ajudar um pouco cada um, a gente pode conhecer um pouco mais a função do outro e compreender muitas vezes porque ele está tão atarefado ou porque tem um pouco menos de tarefa. Entender como é isso dentro da Unidade. Então, acho que isso foi um ponto bastante positivo, porque a gente pode entender aquilo que o outro passa todos os dias no seu trabalho de ambiente específico. E não em toda a Unidade. Pra mim, ao meu ver, foi um dos pontos positivos que a gente pode ter durante esse momento diferente (P03-GF03).

Eu não tinha muita ideia de outras funções aqui dentro, a partir do momento que a gente teve que se dividir em várias funções, isso ficou muito mais claro para mim, muito mais fácil de entender (P03-GF03).

Um dos participantes apontou o contexto pandêmico como uma oportunidade para conhecer mais os usuários e as demandas que eles levam ao serviço:

Então, um tempo atrás eu já vinha ajudando na recepção, já entendia um pouco mais como era fora, porque ali na odonto ficamos o dia todo atendendo, é aquilo, volta e fica dentro da sala, fica sempre ali. Mas, a partir do momento que a gente saiu da sala, estamos conhecendo mais os pacientes também, a gente conheceu o que cada paciente necessita e precisa, porque além de estar aqui na recepção, a gente tem que entrar no prontuário para saber realmente o que o paciente precisa naquele momento e entender (P04-GF03).

Essa saída de dentro da sala, porque ali dentro do consultório era só abrir a porta e ‘bom dia’, paciente entrava e saía, não tinha relação de pessoa-pessoa, não que hoje tenha uma relação pessoal íntima, eu digo o fato de você conversar um pouco mais com o paciente, entender um pouco mais da situação, eu acho que isso é para vida da gente também (P04GF03).

As falas remetem ao conceito de clínica ampliada, que se constitui como uma prática de cuidado que busca humanizar o cuidado, visualizando o usuário do serviço de saúde como alguém integral, fugindo de uma padronização diagnóstica, considerando o sujeito dentro do local que ele ocupa (Carnut, 2017). Quando o participante fala sobre “ter uma relação ‘pessoa-pessoa’”, torna-se possível visualizar uma clínica de afetos, na qual não existe uma posição neutra e de hierarquia. Nessa visão, cada qual envolvido no cuidado traz aspectos de sua história e formação para que a integralidade em saúde seja alcançada da melhor forma possível, superando a clínica tradicional que foca unicamente no sintoma (Amaral; Escossia, 2021).

Para que a clínica ampliada se constitua, torna-se necessária a compreensão da prática do trabalho interprofissional, de modo que o cuidado não foque apenas em um cuidador – normalmente relacionado à figura do médico – e sim, que utilize conhecimento e técnicas de outras áreas, bem como tecnologias leves de saúde para sua realização (Fonsêca *et al.*, 2018).

A partir da fala a seguir, observa-se que os profissionais perceberam maior resolubilidade no serviço em decorrência do novo processo de trabalho adotado, que descentralizou a figura do médico:

Mas foi resolvido bem mais, eu acho, mais problema na pandemia do que antes. Chegavam aqui sem receita e era arrumado na hora, o médico atendia sempre com a agenda cheia, difícil mandar alguém pra casa, pra voltar em outro turno (P05-GF02).

[...] E aqui a gente tá numa ilha. Tá em um lugar aberto, e eu falar com o paciente, o acolhimento dele aqui na frente. Isso são coisas que a gente tem que adaptar e parece ser mais possível neste momento o qualifica. Essa experiência de agora me pareceu que é possível mudar algumas coisas (P01-GF03).

O trabalho colaborativo e interprofissional apoia-se na comunicação da equipe que precisa estar alinhada com as necessidades do usuário para que a demanda seja atendida de forma resolutiva.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA CONCRETIZAÇÃO DO TRABALHO INTERPROFISSIONAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

O trabalho em equipe surge como uma estratégia para redesenhar o trabalho e promover a qualidade dos serviços, considerando processos como: planejamento de serviços, estabelecimento de prioridades, redução da duplicação dos serviços, geração de intervenções mais criativas, redução de intervenções desnecessárias por falta de comunicação, redução da rotatividade etc. Apesar dos benefícios, algumas dificuldades e problemas vêm sendo identificados, tornando-se objeto de estudo, por exemplo, a intensa divisão social e técnica do trabalho na área da saúde, resultando em alta especialização e compartimentalização do saber (Pinho, 2016).

Nesse sentido, a pandemia da covid-19 também pode ser encarada como dificultadora do trabalho em equipe e do trabalho interprofissional, sendo que o principal obstáculo apontado pelos participantes está ligado à mudança no processo de trabalho, já citada no item anterior. Para eles, a divisão da equipe de saúde em duas deixou o serviço “desfalcado” em alguns momentos e interferiu nos vínculos estabelecidos entre os profissionais:

Na verdade, antes da pandemia a gente tinha uma equipe que era composta por médico, enfermeiro e agente de saúde. Agora, depois da pandemia, a gente continua, mas vamos supor as enfermeira e os médicos trocam de horário. Então, a gente vai, essa semana, eu fico a enfermeira da minha equipe, semana que vem, com outra. Depois da pandemia mudou muito. A gente tá todo relacionado com médico enfermeiro, mas pra quem que tiver na unidade naquele momento, ele que vai resolver o problema (P09-GF01).

Eu acho que há uma má divisão de profissional, porque na hora do maior pico, às vezes, a pessoa tá sozinha. Você tem que entrar e dizer: ‘oh, tu tem que reclamar porque não dá pra continuar assim mesmo’. Tem uma má divisão de profissional, entendeu? Tem muita gente num horário, tem pouca gente em outro. Sendo que o fluxo da unidade tem horas que é maior, é maior em um horário que se sabe que tem coleta, tem um monte de coisa, e daí fica uma pessoa só sozinha, eu não acho justo isso aí (P12- GF01).

É isso aí! Tem que dividir a equipe, divide completamente. Duas enfermeiras de manhã, duas enfermeiras de tarde. Quatro médicos, dois de manhã, dois de tarde. Porque a gente é dezoito e tem que ser nove de manhã e nove de tarde. O dia que falta uma, tem que fazer escala pra subir outra pro horário. O agente comunitário tem que suprir a necessidade do outro, a enfermeira que, às vezes, leva o posto nas costas (P12-GF01).

Eu não tô vendo a diferença entre trabalhar seis horas e ficar em casa e seis horas depois, se eu vejo um monte de gente se aglomerando aqui. Não tá diminuindo a quantidade de contaminação, trabalhar oito horas ou seis. Eu preferiria voltar às oito horas. Eu consigo me dividir, tem mais colegas, a gente consegue atender mais livre demanda. Eles param de reclamar lá na frente também que não tem médico, não tem consulta (P07-GF01).

A reunião de equipe é ferramenta comum a diversas áreas e profissões. Em se tratando da área da saúde e, mais especificamente, da ESF, as reuniões de equipe são momentos de

encontro para avaliação dos processos de trabalho e pressupõe uma comunicação dialógica – não só de opiniões mas também de planos de atendimentos individuais e coletivos –, com garantia de direitos, participação e controle social, reconhecida como dimensão imprescindível para pensar as diretrizes do SUS e suas articulações com o serviço, o meio universitário e a comunidade (Neves, 2018).

Nessa perspectiva, um estudo realizado por Adriano Belarmino *et al.* (2020) sobre práticas colaborativas para o enfrentamento da pandemia de covid-19 no Ceará demonstrou que reuniões da equipe de saúde, de apoio e administrativa culminam na melhoria da interação e comunicação intraequipe. Já fatores como a não interação entre equipe, o desalinhamento de condutas entre os profissionais e a comunicação ineficaz podem culminar em desfechos altamente negativos diante da pandemia, aumentando os custos do sistema de saúde, a morbidade e a mortalidade, dificultando a interação entre equipe e, conseqüentemente, corroborando o desalinhamento da linha de cuidado e da gestão do trabalho, ou seja, gerando falhas nos atendimentos (Belarmino *et al.*, 2020).

Os profissionais apontam a não realização de reuniões de equipe e as dificuldades de comunicação entre os profissionais durante os primeiros meses da pandemia, o que afeta o desenvolvimento do trabalho interprofissional:

A equipe é dividida em três, a gente tinha reunião de equipe, a gente tratava o assunto dos pacientes daquela equipe. Agora, a gente tá tendo uma reunião geral, mas não é uma coisa a equipe, não existe mais equipe, existe uma unidade de saúde com uma equipe só! Não tem mais três áreas, microáreas como nós tinha antes (P09-GF01).

Há quanto tempo, nós estamos sem reunião de equipe? (P01-GF03).

Antes, se o agente de saúde precisasse falar comigo, eu tava na minha sala, eu tinha tempo pra escutar. Agora, o agente de saúde quer falar comigo, eu tô na recepção, o telefone tá tocando, alguém tá me chamando ali, e eu, infelizmente, não consigo ter controle (P05-GF01).

A gente tinha as reuniões de equipe antes de começar a pandemia. A gente conseguia se reunir toda semana, eu e minha equipe, e conversar sobre os pacientes da área. Agora, eu mal consigo dar um tempo. Os pacientes também ficam desassistidos e fica ruim a comunicação também. É bem complicado (P07-GF01).

No rol das limitações, desponta ainda a suspensão de atividades essenciais para a garantia dos princípios da APS e, conseqüentemente, para o trabalho interprofissional, como as visitas domiciliares e atividades relacionadas à promoção de saúde e prevenção de agravos:

Me parece que a gente trabalhava mais integrado antes, hoje, o olhar que eu tenho é que talvez, a minha ideia anterior era como se fosse um mundo cor de rosa e não era tão lincado assim quanto que eu imaginei. Hoje, eu consigo ver melhor as trincas. A gente se aproximou, mas teve algumas outras situações que a gente também se afastou. Então, a questão da visita domiciliar que a gente conseguia ir e fazer interprofissional, agora, isso não existe mais. As visitas domiciliares são em menor número possível e normalmente vai o profissional que consegue ir (P01-GF03).

Quantas outras coisas trincadas a gente tem aqui dentro? A gente conhece muito o trabalho um do outro e isso pode ser muito bom, mas ao mesmo tempo, a gente também deixou de fazer o nosso trabalho, de uma certa forma, mais homogênea, como era antes. Aí me parece que todo dia a gente tá, a gente já apagava muito fogo, a gente não trabalhava na prevenção, a gente trabalhava apagando fogo, mas que agora a gente não tá nem conseguindo apagar esse fogo e o fogo que tinha há seis meses, quase oito meses, ele só piorou, ele só tá com mais gás e é isso (P01-GF03).

Nesse momento mais difícil, é possível visualizar que tá todo mundo cansado. Tá todo mundo sobrecarregado. E eu acho que faz parte do instinto humano quando se sente desse jeito, de evitar o máximo de coisas a fazer. Você já tem um monte de coisa pra fazer que não tem mais onde você colaborar. Então, é difícil ver uma situação assim, eu não consigo ver qual seria a solução colaborativa. Vocês imaginem, em tempos normais de oito horas de trabalho com 40 profissionais juntos já é puxado. Agora, você trabalhando seis horas, com metade da tua equipe, sendo que, seria ideal, ótimo, maravilhoso, que tivesse duas enfermeiras de manhã e duas de tarde. Teria que contratar mais uma. Dois médico de manhã, dois de tarde. Teria que contratar mais um, mas acredito que a secretaria de saúde não vai fazer um negócio desse, porque depois vão enfiar aonde essas pessoas? Terminou a pandemia, aí tem um monte de profissional ali que eles vão ter que demitir. Tudo gera custo, tanto contratar quanto demitir. A única coisa que eu vejo a solução é voltar às oito horas com a equipe toda. Não vejo outra possibilidade de solução, porque são seis horas que você trabalha, você chega em casa moída. Tem dias que eu chego em casa, se eu deitar no sofá eu não saio mais de lá! Que sobrecarrega a gente de uma forma emocional que não tem como descrever (P05-GF01).

Nos três GF, os profissionais apontaram a sobrecarga sentida por eles desde que a pandemia se instalou no município. Parte dessa sobrecarga, na visão dos participantes, deve-se à divisão da equipe, visto que, em um dos turnos, permaneciam menos profissionais, especialmente médicos e enfermeiros:

Eu to achando que é número de pessoas. Porque assim, quando eu tô à tarde, que o médico tá aqui à tarde, ele acaba tendo que dar conta da demanda inteira do posto. [...] Às vezes, não tem tempo, às vezes, eu tô realmente sobrecarregada. Tem tardes que não consigo ir ao banheiro. Eu acredito que isso acontece porque falta muito profissional à tarde. Mas, como que a gente vai lidar com isso se o pessoal de cima não tá mandando mais profissional? (P07-GF01).

No início, quando a gente tava atendendo só casos sintomáticos, a população não tava sendo atendida, tava bem legal! A gente conseguia ficar todo mundo meio que junto e resolvendo os problemas, tava bem. A partir do momento que começou o atendimento no geral, a demanda veio como normal, pra demanda que tá chegando, não existe pandemia mais. Elas tão vindo de forma normal. E a gente tá trabalhando em menos horas e menos profissionais. Então, os últimos quatro a cinco meses tão sendo tenebrosos. Por que as agentes de saúde tiveram que assumir uma outra responsabilidade que é ajudar a gente na recepção ali dos pacientes. Já foram feitas diversas mudanças. Primeiro, elas tinham que perguntar tudo, depois trazer pra gente, aí agora o paciente entra e a gente conversa que tá ali na recepção. Recepção vive faltando profissional, nunca tem por que é um afastado, um atestado. Então, eu já cheguei, como enfermeira, a ter que ficar na recepção atendendo telefone, atendimento de enfermagem, triagem, quatro, cinco coisas ao mesmo tempo. Então, tem momentos que a vontade é de sair correndo. Todo mundo tá passando por esse processo, alguns mais alguns menos, depende da visão de cada um. Então, nesse período de pandemia, eu não sei nem o que dizer. Falta funcionário e de manhã cedo não tem ninguém pra ficar na farmácia e na vacina, a vacina e a farmácia têm que fechar para fazer a coleta dos exames laboratoriais. Vai até umas oito e meia nove horas, dependendo da

demanda, por que a demanda continua igual. São de vinte a trinta e poucos pacientes pra tirar o sangue, como antes da pandemia, porém antes tinha quatro funcionários para fazer isso, agora tem duas, que ainda tão atendendo farmácia e vacina. Aí, os pacientes chegam e têm que esperar até as oito e meia da manhã pra pegar a medicação que já foi prescrita na consulta que começou sete horas da manhã. A vacina também chega, tem que esperar só depois das oito e meia e aí quem tá ali na frente, vai recebendo as pauladas (P05-GF01).

Emerge dos discursos a falta de profissionais em quantidade suficiente para as demandas do serviço de saúde, conforme o relato do profissional acima. Essa questão foi agravada com a pandemia.

Os profissionais ainda apontaram um incremento de novas atribuições, além daquelas derivadas da pandemia, como mais um motivo para a sobrecarga sentida por eles:

A secretaria tá mandando muita coisa pra gente como se fosse vida normal. 'Ah, tem que reavaliar paciente de aparelho de ouvido'. Agora que a gente tá sobrecarregado! Não é uma coisa urgente! E vão mandando mais pra Atenção Básica, pra gente se virar. Tem que preencher papel, tem que atender paciente, daí não tem agenda. Isso não existe, acho que é falta também de compreensão da secretaria de ficar mandando mais coisa pra gente fazer. Isso é bem complicado. Lá de cima parece que eles não tão entendendo o que tá acontecendo aqui embaixo (P07-GF02).

Tem muita coisa saindo da secretaria e vindo pra Atenção Básica. Por exemplo, planejamento familiar, antes, a clínica da mulher fazia todo o processo pra mulheres que gostariam de fazer laqueadura, vai vir pra unidade básica, teste do pezinho também é feito lá na clínica da mulher, vai vir pra unidade. Difícil! Feridas crônicas eu não tenho certeza se é boato ou se é verdade, mas tavam dizendo que não teria mais o setor, os ostomizados, feridas crônicas viriam pra Unidade Básica, fora a questão burocrática. Por exemplo, a mulher chega aqui na minha frente hoje e ela precisa de uma mamografia: eu tenho que abrir três sistemas pra um pedido de mamografia. Aí é equipamento que não funciona, a internet lenta, a impressora, muita coisa burocrática pra se resolver. Eu disse esses dias pras outras enfermeiras: eu me sinto assim só resolvendo pepino o dia inteiro, porque ninguém mais tem responsabilidade de nada e joga tudo na mão da Atenção Básica. O paciente não sabe das coisas, vem aqui imprimir o exame: 'quem que pediu o teu exame?' 'Foi especialista? Foi o clínico?' 'Não sei, se vire, olha aí, não tá aí no papel? Olha aí! Entra aí!' Então, para tudo, você tem que abrir prontuário de paciente, olhar quem que foi que pediu os exames, aí olhar se já tem SISREG, se já tem retorno, explica pro paciente: 'não, o papel do retorno você segurou pra trazer de volta quando o exame estivesse pronto' 'eu não tenho papel nenhum na minha casa!' É o dia inteiro resolvendo só pepino, abre o sistema oficial de comunicação e tu abre lá 'busca ativa: regulação pede pra buscar paciente que tem procedimento agendado e não conseguiu contato. Nossa agente de saúde telefonou atualizando o cadastro. Disseram que não conseguiram contato pra ela e que era pra nós, da Atenção Básica, entrar em contato com o paciente. Então, não sei, será que até eles entram em contato com o paciente ou é mais fácil só jogar pra Atenção Básica?' (P05-GF02).

Esse negócio da mamografia prejudica porque assim, eu tinha o hábito de todo ano, fazer para as pacientes todo ano mamografia. Não é uma recomendação do Ministério da Saúde, mas segundo a Sociedade Brasileira de Câncer de Mama, eles recomendam fazer anual, eu fazia isso. Agora, não dá tempo! As pacientes saem prejudicadas por que se eu for pedir todo ano de todas as pacientes, eu vou ficar só preenchendo SISREG, SISCAN e não vou parar. Então assim, prejudica os pacientes também toda essa burocracia que a gente tem que fazer. Eu não sei qual é a solução pra isso (P07-GF02).

Isso é uma falta de respeito com quem tá aqui trabalhando, tendo que fazer mais coisas ao mesmo tempo, tendo que atender outras coisas mais importante e essas coisinhas mínimas. Será que não tem uma pessoa que entre no cadastro? A gente procura nome de mãe, nome de pai, tio, primo, prima, todo mundo pra achar um encaminhamento, será que lá de cima eles não podem fazer a mesma coisa? (P06-GF02).

Eu me vi coagido a ter que assumir essa responsabilidade a mais. Claro, a gente se esforça porque sabe que se esse trabalho for mal feito ou falho, vão haver problemas pra saúde de outras pessoas que não é você, ou seja, outras pessoas podem pagar por sua negligência. Mas, mesmo assim, se tivesse mais suporte da secretaria quanto a essa questão, seria muito mais interessante (P06-GF03).

Em conjunto com as novas atribuições e a limitações para desempenhar as funções, os participantes evidenciaram problemas de estrutura física como limitantes para o trabalho interprofissional na APS no período da pandemia:

Nós somos a Atenção Básica, a gente é a porta de entrada e seria o primeiro contato com o paciente. Não é básica de básico, é base de base de fundamento. Seria ótimo a gente poder fazer tudo aqui, porque a gente sim tem o contato mais próximo, mas a gente precisa de mão de obra pra isso. Seria ótimo a gente poder atender os pacientes no telefone que agora com a pandemia foi estimulado os pacientes a fazerem aqui no telefone e a gente não tem condições porque o telefone nem sempre funciona e porque teria que ter uma pessoa o tempo todo só ali pra conseguir. Seria ótimo! Eu adoraria que a gente pudesse fazer isso, mas a gente precisa de profissional. A gente conseguiu até um telefone, a gente roteia a nossa internet do nosso celular pro celular do posto pra ter contato com dos pacientes. Eu desisti, eu não faço mais isso, não faço mais por que é dinheiro do meu bolso que tá saindo da minha internet que tá saindo. Eu saí de fora de férias, quando eu voltei, tinha 70 mensagens não lidas que não tem como a gente dar conta de lê e responder todo mundo, mas é maravilhoso a gente poder conversar com as pessoas ali, resolver mas tem que ter alguém ali só pra fazer isso porque como facilita pro paciente, ele vai procurar esse recurso, e daí você não tem o profissional que consiga ficar ali fazendo isso, seria ótimo que tudo viesse pro posto, que o pezinho viesse pra cá, que a ferida crônica viesse pra cá, mas a gente não tem nem estrutura física, a gente já tá com posto de saúde que tem mais de 15 mil habitantes com três equipes de saúde da família, o posto de saúde novo, que eu desses anos, eu nunca vi um posto de saúde que na época foi feito com um acabamento tão bom quanto esse, mas eles fazem já precário com 3 salas, aí se precisa aumentar não tem mais sala, tinha NASF já na época e não foi nem pensado no espaço pro NASF, na época que isso aqui foi construído já existia um NASF e a gente não tem espaço físico, as meninas não têm mais sala de agente de saúde, a gente tem que dividir sala (P05-GF02).

O sistema de informática do município tá uma vergonha! Telefone não funciona, impressora dentro da unidade não funciona. Os médicos têm que fazer receita, perde tempo. Já presenciei as pessoas saírem da consulta e têm que ficar esperando 5 a 10 minutos a impressora voltar a funcionar. Aí, tu liga, ninguém sabe, passa pra fulano, passa pro beltrano. Aí já tem mais um pouco de falta de respeito. A pessoa já tá desanimada e ainda vai trabalhar e não tem as ferramentas pra trabalhar. Tu vai fazer o cadastro, a pessoa não pode ser atendida aqui, ou vem de outro município e precisa o atendimento. Eu vou fazer o cadastro, eu não posso porque eu não tenho como desbloquear, eu não tenho como fazer nada porque a informática não tá valendo nada! (P12-GF02).

Meu computador estragou em fevereiro, eu fiquei seis meses sem computador no consultório. Só deu pra trabalhar porque a gente tava dividido, porque se tivesse todo mundo junto, seis meses sem um computador que é tipo onde você faz a consulta, com o sistema. É muito desanimador (P05-GF02).

Sabe-se que, devido à alta transmissibilidade do coronavírus, diversas medidas de segurança e prevenção foram recomendadas. Entre as pessoas com maior risco de desenvolver a infecção, estão os trabalhadores da saúde, devido ao contato muito próximo com pacientes sintomáticos. Daí a importância e a recomendação prioritária da utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelos profissionais da saúde (Soares *et al.*, 2020). Entende-se por EPI todo equipamento, complemento ou acessório, que se destina à proteção dos trabalhadores para sua segurança e saúde.

A esse respeito, outro fator dificultador foi o fato de haver uma demanda acima da capacidade inicial de produção dos EPI. Raphael Carvalho *et al.* (2020) descreveram em seus resultados de pesquisa que essa oferta insuficiente, associada à sobrecarga de exposição à covid-19 faz com que os profissionais de saúde sejam considerados uma população altamente vulnerável ao contágio. Nesse sentido, e em consonância ao contexto internacional e nacional, o cenário deste estudo também foi afetado com o desabastecimento e, por vezes, a baixa qualidade dos EPI aos quais os profissionais tinham acesso. Nos recortes de falas que seguem, a questão dos EPIs é explicitada pelos participantes:

Bem do começo, o fluxo de EPI não tava bem estabelecido. A quantidade de EPI não era suficiente e isso era uma das coisas que me deixava mais alucinada: 'ah, atrasou a entrega da máscara'. Como que a gente vai seguir trabalhando? Como que vamos manter em funcionamento, atendendo, se não chegou a máscara? Depois, tinha que trocar a máscara cirúrgica pra PFF2 e aí não vinha suficiente e parece que aquilo desmontava a gente porque era o período que a gente mais tinha medo (P04-GF02).

O pior que eu fiquei mais desesperada foi quando faltou, que não tavam entregando máscara, que eu não tinha pra fornecer pros profissionais que chegavam e eu queria assim, que afastassem todos os profissionais que tivessem em um grupo de risco (P08-GF02).

Algumas categorias profissionais, como a equipe de saúde bucal, afirmaram sentir-se ainda mais desprotegidas com relação aos EPIs em função das particularidades do atendimento odontológico:

A gente ali com paciente com aqueles sprays, a boca direto ali dentro e os EPI's não vinham e a gente sabia que pra ter uma cobertura, os EPI's tinham que ser bem superiores àqueles que tavam vindo. Na realidade, se a gente não tivesse o corpo fechado, a gente já tinha pego, eu acho, porque ali, do jeito que a gente tá trabalhando, a gente tá trabalhando praticamente normal, atendendo urgência e emergência. Mas, todo mundo que chega na porta diz que tá com dor de dente. A gente tá exposto, a gente tá na fogueira e se queimar vai queimar, porque não é isso aqui (apontando para a máscara no rosto) que vai segurar. Eu tô trabalhando com spray direto, com alta rotação direto, então, eu tô na loteria. Enquanto eu via as pessoas, pra fazer uma coleta, bota toda indumentária, eu tava ali abrindo dente (P06-GF02).

Além disso, por tratar-se de um vírus novo, pouco conhecido, as orientações relacionadas aos EPI foram mudando ao longo do processo. A fala que segue exemplifica essa questão:

Bem no começo, as agentes de saúde tinham que usar avental, era pra ter usado óculos, era pra usar essa máscara (PFF2), era pra usar luvas. Dali a pouco, não precisa mais da luva. Meu Deus! Mas, como que eu vou pegar o papel da pessoa sem uma luva? Dali a pouco, não precisava mais do avental, mas eu vou com uma blusa de manga. A gente mandou fazer os jalequinhos até pra nós. De medo que nós tínhamos no começo, mas daí assim foi bom até que na verdade deu uma tranquilizada pra gente poder trabalhar um pouco mais aliviada (P04-GF02).

As mudanças foram constantes também nos protocolos e nas orientações relacionadas ao manejo dos casos suspeitos e confirmados de covid-19, o que também configura uma dificuldade enfrentada pelos profissionais nesse período. A seguir, alguns recortes que ilustram essa situação:

Essa dificuldade a gente vem tendo desde o início da pandemia, muita troca de informação, uma coisa é hoje, dali uma semana não é mais, dali mais uns quinze dias é outra. Muita coisa mudou. No início da pandemia, eram 14 dias de atestado, agora são 10 dias de atestado. Aí, agora, o paciente que fez teste rápido e deu positivo e tá assintomático não é afastado. Então, tem coisas que você já nem sabe mais o que fazer, porque daí você vai ver jornal, vai ver artigo, a pessoa mesmo assintomática transmite a doença, aí o paciente faz o teste rápido deu positivo, mas tá assintomático não é afastado. Então é muita informação mudando o tempo todo que a gente nem consegue acompanhar e todo mundo, às vezes, se sente perdido com essas informações (P05-GF01).

Às vezes, duas vezes na semana, surgia uma nova orientação, uma mudança de protocolo e de fluxo e aí, a gente tentava se adaptar e acabava conversando muito mais por whatsapp e não podia parar, fechar a unidade pra se reunir, então, a gente ia fazendo conforme dava, mudava, dali na outra semana tinha que mexer de novo e reorganizar (P01-GF02).

Às vezes, o que era verdadeiro de manhã, não era de tarde (P06-GF02).

Nota-se, portanto, que as principais dificuldades encontradas para a concretização do trabalho interprofissional durante a pandemia de covid-19 foram aquelas relacionadas às fragilidades pré-existentes no próprio trabalho em saúde (falta de profissionais, estrutura física debilitada, má comunicação entre os diversos atores em saúde) e também aos novos desafios impostos pela pandemia (sobrecarga de trabalho, sobrecarga emocional, mudanças constantes de protocolos de acordo com novos estudos sobre a Sars-cov-2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em saúde tem sido objeto de estudo e reflexão por muito tempo, em diferentes países, em suas diversas conformações. Pensar sobre as necessidades em saúde que advêm de um período trans ou mesmo pós-pandêmico é um desafio para os serviços de

saúde, para pesquisadores e gestores, tanto na esfera local, ajustando protocolos e fluxos nas unidades de saúde e na rede de serviços, quanto na perspectiva macropolítica de formação e reestruturação de políticas de saúde.

As ações e o trabalho colaborativo, interprofissional, formam um conjunto de competências que pode oportunizar aos profissionais e à rede de serviços outras formas de abordar os problemas de saúde, tanto no nível coletivo, nos territórios, como no nível individual. Desse modo, é possível identificar necessidades de saúde próprias desse período histórico caracterizado pela carga global de doenças resultante de fatores contextuais, como desemprego e diminuição de renda, violências, isolamento social; e de fatores individuais, como adoecimento mental, complicações sistêmicas pós-covid, covid longa, entre outros agravos que crescem nos diferentes territórios no país.

Outros estudos sobre a APS e seu papel na rede de serviços, principalmente no cenário atual, são importantes para compreender de que forma as equipes de saúde poderão qualificar as ações, focando na resolução e no enfrentamento dos agravos. É importante fortalecer também a formação em saúde e as políticas públicas na direção de minimizar os impactos desse imenso problema de saúde pública; e ainda para que a rede pública de saúde possa mapear e compreender as complicações agudas e crônicas da covid-19 na população.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Mariane Marques Santos; ESCOSSIA, Liliana da. Por uma clínica de(s) território no contexto do SUS. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 31-40, abr. 2021. doi: 10.22409/1984-0292/v33i1/5782.
- BATISTA, Nildo Alves *et al.* Educação interprofissional na formação em saúde: a experiência da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, Santos, Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 1.705-1.715, 2018.
- BELARMINO, Adriano da Costa *et al.* Collaborative practices from health care teams to face the covid-19 pandemic. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 2, p. 1-5, 2020. doi: 10.1590/0034-7167-2020-0470.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Med.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete do ministro/16247-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017](http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete%20do%20ministro/16247-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017). Acesso em: 28 set. 2023.
- CAMPOS, Mônica Rodrigues *et al.* Carga de doença da COVID-19 e de suas complicações agudas e crônicas: reflexões sobre a mensuração (DALY) e perspectivas no Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/bHbdPzJBQxfwkwKWYnhccNH/?lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2023.
- CABRAL, Elizabeth Regina de Melo *et al.* Contribuições e desafios da Atenção Primária à Saúde frente à pandemia de COVID-19. **InterAm J Med Health**, p. e202003012, 2020.
- CARNUT, Leonardo. Cuidado, integralidade e atenção primária: articulação essencial para refletir sobre o setor saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 115, p. 1177-1186, 2017. doi: 10.1590/0103-1104201711515.
- CARVALHO, Marília Sá; LIMA, Luciana Dias de; COELI, Cláudia Medina. Ciência em tempos de pandemia. **Cadernos de saúde pública**, v. 36, p. e00055520, 2020. doi: 10.1590/0103-1104201711515.

CARVALHO, Raphael Salomão de *et al.* Utilização de equipamentos de proteção individual em época de COVID-19. **Global Academic Nursing Journal**, v. 1, n. 1, p. 1-7, jul. 2020. doi: 10.5935/2675-5602.20200006.

CECCIM, Ricardo Burg. Conexões e fronteiras da interprofissionalidade: forma e formação. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 1.739-1.749, 2018.

D'AMOUR, Danielle; OANDASAN, Ivy. A interprofissionalidade como campo da prática interprofissional e da educação interprofissional: Um conceito emergente. **Journal of Interprofessional Care**, v. 19, supl. 1, p. 8-20, 2005. doi: 10.1080 / 13561820500081604.

ESCALDA, Patrícia; PARREIRA, Clélia Maria de Sousa Ferreira. Dimensões do trabalho interprofissional e práticas colaborativas desenvolvidas em uma unidade básica de saúde, por equipe de Saúde da Família. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 1717-1727, 2018.

FAN, Chiao-Yun *et al.* Estimating global burden of COVID-19 with disability-adjusted life years and value of statistical life metrics. **Journal of the Formosan Medical Association**, v. 120, p. S106-S117, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0929664621002345>. Acesso em: 28 set. 2023.

FONSÊCA, Graciela Soares *et al.* Redesenhando caminhos na direção da clínica ampliada de saúde bucal. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 4, p. 1.174-1.185, 2018.

MACHADO, Carolina Silveira Rocha; LIMA, Ana Carolina da Cruz. Distribuição espacial do sus e determinantes das despesas municipais em saúde. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 52, n. 4, p. 121-145, 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/viewFile/1305/911>. Acesso em: 28 set. 2023.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NEVES, Teresa Cristina de Carvalho Lima. A reunião de equipe como propulsora de processos comunicacionais na Estratégia de Saúde da Família - ESE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 12., 2018, Rio de Janeiro. **Anais do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2018. v. 1, p. 1-2. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/38175/2/Teresa_Cristina_de_Carvalho_Lima_Neves.pdf. Acesso em: 9 mar. 2021.

PEDUZZI, Marina *et al.* Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, 2020. doi: 10.1590/1981-7746-sol00246.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 103-109, 2001.

PINHO, Maria Cristina Gomes de. Trabalho em equipe de saúde: limites e possibilidades de atuação eficaz. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 68-87, ago. 2016. Disponível em: <http://cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/582/364>. Acesso em: 09 mar. 2021.

REEVES, Scott. Porque precisamos da educação interprofissional para um cuidado efetivo e seguro. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, p. 185-197, 2016.

RODRIGUES, Graciene Paulino; LIMA, Rodrigo Luciano Bandeira. Adaptações em uma Unidade Básica de Saúde durante a pandemia de COVID-19: relato de experiência. **Health Residencies Journal HRJ**, v. 2, n. 10, p. 140-149, 2021.

SARTI, Tiago Silva *et al.* Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19? **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. e2020166, 2020.

SOARES, Samira Silva Santos *et al.* Pandemia de Covid-19 e o uso racional de equipamentos de proteção individual. **Revista Enfermagem Uerj**, v. 28, n. 1, p. 1-6, maio 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/50360/34044>. Acesso em: 25 mar. 2021.

WU, Di *et al.* Plasma metabolomic and lipidomic alterations associated with COVID-19. **National Science Review**, v. 7, n. 7, p. 1157-1168, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/nsr/article-pdf/doi/10.1093/nsr/nwaa086/38919023/nwaa086.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

A PANDEMIA DA COVID-19 E AS [ATRIBULADAS] RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO

Carlos Botazzo



Neste número da Cronos, entrevistamos os professores Paulo Sávio Angeiras de Goes, Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Diretor Acadêmico da Faculdade de Medicina de Olinda-FMO; e o professor Paulo Cesar Miguez de Oliveira, Reitor da Universidade Federal da Bahia.

O professor Paulo Goes é natural de Água Preta, Pernambuco, onde foi Secretário de Saúde em duas gestões (1997 e 2005-2006). Graduou-se em Odontologia pela UFPE, com Mestrado em Odontopediatria na mesma universidade. Fez Doutorado em Epidemiologia e Saúde Pública na *London University* em 2001. Coordena disciplinas na graduação em Odontologia e no Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente (UFPE). É líder do Grupo de Pesquisa em Planejamento, Gestão e Avaliação de Serviços de Saúde (Gestbucal). Foi Coordenador do Curso de Graduação e Chefe do Departamento de Odontologia Social da Faculdade de Odontologia de Pernambuco, Universidade de Pernambuco (UPE). Foi diretor de Desenvolvimento de Ensino da UFPE em 2014 e 2015 e Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos da UFPE entre 2015 e 2019.

O professor Paulo Miguez é natural de Salvador, Bahia. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1979; e, pela mesma universidade, fez seus estudos de Mestrado em Administração, em 1995; e o Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas, em 2002. É professor Associado do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da UFBA e pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e do Observatório da Economia Criativa. No IHAC, coordenou o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade de 2010 a 2012. Foi assessor especial do ministro Gilberto Gil e Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura entre 2003 e 2005. É Reitor da Universidade Federal da Bahia, tendo sido eleito e empossado para o quadriênio 2022-2026.

Tivemos, os editores deste número de Cronos, a rara felicidade de juntá-los nesta conversa instigante e a um só tempo potente. Eles discorreram sobre temas cruciais da contemporaneidade, como são as *fake news* e as problemáticas relações entre Ciência e Sociedade, sobretudo no que concerne à comunicação científica. Com mente aguda e linguagem franca, nesta entrevista, eles ofereceram reflexões críticas sobre questões urgentes que nos afetam nestas primeiras décadas deste, sem dúvida, atribulado século XXI. Boa leitura a todos e a todas.

Revista Cronos – *Se comunicação é a busca pelo comum, como afirma Milton Santos, em que medida um certo comum teria sido construído/comunicado durante a recente e ainda inacabada pandemia do Sars-cov no Brasil?*

Paulo Goes – De modo geral, a ciência se comunica mal. No caso brasileiro, esta questão se agrava, pois temos uma imprensa que age em bloco, de forma orientada e deliberadamente construída para deixar a todos alienados da realidade do ponto vista do concreto. E este fato se amplifica e aparece articulado com a inabilidade de instituições importantes, como são as universidades, em se comunicar com a sociedade. Veja bem que, quando falo em universidades, quero destacar que, salvo minoritárias exceções, todas contam com um enorme patrimônio a oferecer. Então, por que não se comunicam? Primeiro, porque essas instituições não se aliam com a sociedade na busca de soluções dos seus problemas, visto que os problemas sociais escassamente adentram os laboratórios e as salas de aula. E depois porque, lamentavelmente, estão mais voltadas em cumprir métricas impostas pela burocracia acadêmica, num círculo vicioso que, sim, as tornam instituições de reputação internacional, mas também afastadas da realidade social. Portanto, num cenário de pandemia, o meu questionamento é quem comunica o que e a quem? Cabe aqui ressaltar que, no início da pandemia no Brasil, nenhuma universidade chamou a atenção para o problema de que seria impossível saber onde estaríamos para enfrentar a covid, pois tudo indicava que o governo federal não o faria. E o nosso “corpo de baile”, quero dizer, nossa elite intelectual e científica não apresentou ao país nenhum alerta. Entre fevereiro e março de 2021, com a pandemia já claramente desenhada, a primeira nota com a proposição de medidas surge apenas em abril, na prestigiada *Revista Brasileira de Epidemiologia*, quando o Sars-Cov ganhava de 5 x 0 já no primeiro tempo.

Paulo Miguez – Concordo com o meu colega, em especial, quando ele chama a atenção para um problema central hoje na relação das universidades com a sociedade, que é a questão da comunicação, de se informar o que se faz dentro das universidades, os avanços científicos que são produzidos nos laboratórios e nos grupos de pesquisa. Acho que é um desafio que precisa ser enfrentado. Todavia, gostaria de realçar outra peculiaridade do problema, pois, entre nós, no Brasil, a ideia de “comum” experimenta, historicamente, um precário equilíbrio. De um lado, temos a disposição permanente para o “estar junto”, para o espírito comunitário, para o “comum”, fortemente presente nas tramas das classes populares, seja como estratégia para o enfrentamento das dificuldades do dia a dia resultantes da desigualdade crônica que experimentam, seja pela rica e encantadora algazarra com que, no espaço público das ruas, festejam fé e prazer, sagrado e profano. De outro lado, o que encontramos é a não menos permanente disposição das classes altas para o distanciamento, para o completo desprezo pelo que é público, para a busca incansável por uma pulseirinha vip, espécie de marca de origem que separa, que distingue daquilo que é “comum”. Aí vem o vírus, a pandemia. E, sim, você tem razão, de imediato, instala-se um “certo comum”. Um “certo comum”, mas, registremos, tão somente ancorado na fragilidade

da condição humana no embate com o vírus. De repente, somos todos a mesma coisa diante da ameaça da letal da pandemia: frágeis seres humanos. Seres humanos, todos, dependentes do sistema público de saúde, das UTIs e das enfermarias instaladas pelo poder público e que a todos tinham que receber. Sem distinção, ou seja, de nada valiam carteiradas, carteirinhas de plano de saúde, pulseiras vip. Mas, logo à saída dos centros de atenção à saúde instalados para receber os pacientes com covid, o sentido de “comum” ficava pra trás. Ou seja, no “pós-doença”, na convalescença, no imperativo do isolamento, nada do “comum”. Aqui, de novo e perversamente, a desigualdade foi (é) a marca. Aqui, de novo e sempre, a “distinção”, o ter ou não ter a pulseira vip se impôs como a regra histórica do cotidiano brasileiro.

RC – *A onda de negacionismos contemporâneos trouxe à tona um forte questionamento da ciência e seus produtos. Certas correntes do pensamento sempre questionaram formações paradigmáticas ou “ciência para resolver problemas”, com críticas consistentes ao modo de produção científica de tipo positivista ou neopositivista, voltado para os interesses centrais do capital. Como podemos conduzir críticas fundamentadas à ciência diante do obscurantismo que hoje predomina em círculos políticos e sociais bastante amplos? Como questionar sem incorrer no mesmo equívoco?*

PG – O grande desafio talvez fosse compreender que o bem comum a ser produzido pela ciência pudesse beneficiar a todos e não servisse apenas ao interesse do capital. Se pudessemos lançar uma luz para a ciência como problematizadora de questões importantes, como o desmatamento que afeta todos os biomas, mas particularmente o amazônico, além das questões de aculturação branca sofrida pelas populações remotas do semiárido e mesmo os povos ribeirinhos do Amazonas, isso sem falar da negação de direitos humanos a mulheres, ao povo negro e à população LGBTQIA+. Outro dia, eu me perguntava quantas questões a vida comum suscita, e o quanto nós, os cientistas, as ignoramos. O que acaba nos colocando em xeque para a discussão do cenário político no qual a ciência serve a interesses que aprisionam o ser humano e desrespeitam os direitos sociais, políticos e econômicos. Quando, para nós, se tornará um imperativo entender que foi o SUS que salvou o país da pandemia do Sars-Cov? Mas foi o SUS da assistência hospitalar ou o SUS estruturado para os modelos de vigilância e promoção de saúde? Me pareceu que APS, tão desestruturada que estava, correu para debaixo da cama. Onde estavam os ACS nesse processo? Outro exemplo, que me pareceu absurdo, foi a quantidade de *papers* produzidos sobre a covid-19. Passou-se a associar tudo com a covid; departamentos e áreas de conhecimento que nunca haviam sequer estudado a dinâmica, a etiologia e a distribuição na população de uma doença infecciosa passaram a publicar *papers* sobre a covid-19. Pois publicar, para nossa ciência, é uma norma e uma imposição. Nosso dilema: seria possível para a ciência vir-a-ser o balizador da sociedade na busca desse comum? Isso para além de alimentar o seu próprio complexo produtivo, constituído pela intrincada relação entre artigos, periódicos, bolsas etc.?

RC – *Professor Paulo Miguez gostaria de comentar?*

PM – Sim, é isso. Mas temos de levar em conta o ambiente cultural onde a ciência é produzida. O debate com os positivistas e neopositivistas compõe, de alguma forma, o ambiente da produção científica. A rigor, é um debate no campo da ciência feito por cientistas que pensam ciência de formas distintas. O negacionismo me parece algo de outro tipo. É algo mais perigoso porque desacredita a ciência como tal. Aqui, em tempos de obscurantismo, o questionamento não se dá quanto ao tipo de ciência que se quer, não está em jogo a quem deve servir a ciência. Os obscurantistas simplesmente negam a existência da ciência como um campo de atividade, negam a própria produção de conhecimento, costumam depositar em falsas perspectivas religiosas a solução dos problemas dos homens. Lá, dois cientistas de correntes de pensamento distintas debatem. Aqui, o (falso) pastor nega o cientista, o conhecimento.

RC – *Notícias falsas, injuriosas e caluniosas ou simplesmente com vistas a produzir desinformação ou certo caos informacional tornaram-se comuns como ferramenta política. Hannah Arendt, em ensaio publicado nos anos 1970, analisou o uso da mentira como ferramenta política, com base nos conhecidos informes sobre a Guerra do Vietnã, elaborados e difundidos pelo Departamento de Estado norte-americano e que depois foram denunciados como fraudulentos. Você poderia traçar um paralelo entre as fake news atuais e esta interpretação de H. Arendt?*

PG – Naturalmente que o paralelo pode ser estabelecido. Imagino que Arendt não tinha ideia do que seria esse cenário à luz das redes sociais contemporâneas e da comunicação em velocidade exponencial. Arranjos computacionais e robóticos são capazes literalmente de criar um universo, uma vida em paralelo. Aliás, com o metaverso imagino como a instrumentalização desse tipo de arranjo poderá interferir na vida cotidiana do povo deste país. Constatações simples podem ser feitas quando assistimos ou escutamos notícias à nossa volta e confrontamos com a realidade imediata, com a realidade que está posta. Some-se a isso o fato de que importantes campos do pensamento, como são a ética e mesmo as ciências jurídicas, têm sido deixadas de lado e ignoradas nesta discussão. Justo essas duas áreas que poderiam nos proteger e mitigar os males e prejuízos que podem ser trazidos por essa produção de realidade virtual! É assustador assistir a isso no dia a dia, esse ataque desenfreado que nos distancia do real, em praticamente todas as áreas da sociedade.

PM – A mentira, a falsa informação, os embustes sempre estiveram à disposição da luta política. Não precisamos ir longe. Foi assim com a propaganda nazista, por exemplo, na caracterização dos judeus, dos ciganos, etc., para a construção do que chamaram “solução final”. No Vietnã, os informes falsos foram um elemento-chave do Governo dos EUA na tentativa de convencer os norte-americanos sobre a necessidade da guerra. Não foi diferente quando, no início deste século XXI, os e, que mentiram lá atrás sobre o Vietnã – e sobre

tantos outros países, povos e governos – voltaram a mentir descaradamente anunciando ao mundo que o Iraque possuía armas de destruição em massa para aí ancorar a justificativa da invasão daquele país. O que muda, e muito, são as possibilidades de processar, divulgar, difundir as mentiras na cena contemporânea – para negar a ciência, para vencer uma eleição, para atacar a democracia. Agora, as sociotecnologias digitais da informação e comunicação e sua atuação em rede e em escala planetária tornam o problema das *fake news* ainda maior – o que nos coloca o imperativo de avançarmos na regulação das redes e das novas mídias, condição fundamental da defesa da democracia e que não quer, e não pode, por óbvio, significar o cerceamento da liberdade de expressão.

RC – *Uma última questão para encerrar. Como vocês interpretam os ativismos de resistência, tanto os populares nas comunidades quanto os de artistas e intelectuais na pandemia do Sars-cov? A cultura nos salvará? [podemos começar com o prof. Paulo Miguez]*

PM – Só a cultura (e a política) nos salva, nos salvará!!! Sem a produção de cultura, especialmente, sem as artes, a vida seria insuportável. Seria sem dia seguinte!! Daí que ativismos, seja para resistir, seja para fazer avançar, que venham das comunidades populares ou de artistas e intelectuais das classes médias, são muito bem-vindos, são sempre necessários. Não se pode é optar pelo enclausuramento exclusivista que impede a enriquecedora presença dos outros (que não os meus iguais) e recusa a contribuição milionária da diversidade.

PG – Sou um pouco pessimista em relação a isso, vejo de forma muito cética. Percebo um ativismo que vai aos poucos se transformando em virtual, e me parece sem controle e eficiência. Na medida em que até candidatos a cargos eletivos são avaliados pela capacidade de utilizarem redes sociais e a quantidade de likes e curtidas em páginas, o que esperar? Recebemos todos os dias links de abaixo-assinados em apoio a causas A ou B, mas não conseguimos enxergar onde está a ação prática, real, desse tipo de resistência. Assisto diariamente a colegas postando em suas redes infinitas mensagens de apoios à causa A ou B ou C; mas a vida deles continua inalterada, continua a mesma. Não há disrupção. Veja agora na guerra da Ucrânia: li outro dia que as forças invasoras bombardearam a capital e bombas acertaram um shopping e fiquei me perguntando o que pessoas de um país em guerra faziam num shopping? Como pode haver resistência se estamos levando a vida normal; se normalizamos posições políticas aberrantes, como acontece entre nós? Me parece fácil apoiar qualquer causa tomando um bom vinho, escutando as músicas favoritas e conversando amenidades com meus amigos prediletos. Em contrapartida, me chamaram a atenção as mobilizações feitas em comunidades, em alguns casos liderados pela CUFA. Essas mobilizações conseguiram salvar vidas na pandemia, criando canais confiáveis de doação e distribuição de alimentos e ajuda a pessoas de áreas vulneráveis. Sim, a cultura pode nos salvar, estou inteiramente de acordo com o professor Miguez, mas a cultura que faça o homem refletir sobre o meio em que vive; que o auxilie a compreender como propor e desenvolver dispositivos que façam a intermediação entre ele e o meio em que vive. A cultura tem esse papel, uma cultura que possa empoderá-lo, no sentido freiriano do termo.

IMAGENS BASTARDAS DE UM SANTO HÍBRIDO: APROPRIAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DA ICONOLOGIA DE SÃO SEBASTIÃO NA CULTURA VISUAL LATINO-AMERICANA

BASTARD IMAGES OF A HYBRID SAINT: APPROPRIATION AND SURVIVAL
OF THE ICONOLOGY OF SAINT SEBASTIAN IN LATIN AMERICAN VISUAL CULTURE

Dieison Marconi¹

<http://orcid.org/0000-0003-1883-652X>

RESUMO

Inspirado no método de montagem de Aby Warburg, este ensaio analisa as sobrevivências das iconologias clássicas de São Sebastião na cultura visual latino-americana. Desde o início do século XX, artistas de distintos contextos artísticos e culturais minoritários têm se apropriado das imagens barrocas e renascentistas de Sebastião para explorar, sobretudo, um conjunto sensível de temas e estéticas como homoerotismo, morte, trauma cultural e homossexualidades. Contudo, a pequena bibliografia existente a respeito das intermitências e reaparições de São Sebastião ao longo do último século e na contemporaneidade se deteve apenas em investigar contextos artísticos minoritários localizados na Europa e nos Estados Unidos. Tendo em vista essa lacuna, este estudo busca compreender como as iconologias clássicas de São Sebastião foram apropriadas e sobreviveram no trabalho de distintos artistas latino-americanos, desvelando um processo de inflexão iconológica que conecta e tensiona terrenos como religião, sexualidade, raça, colonialidade e processos de hibridação cultural. Para traduzir essas tensões estéticas e políticas, o ensaio explora a ideia de “imagens bastardas”.

Palavras-chave: imagens bastardas; hibridação cultural; cultura latino-americana; São Sebastião.

¹ Doutor em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor e pesquisador em regime de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). E-mail: dieisonmarconi@gmail.com

ABSTRACT

Inspired by Aby Warburg's montage method, this article analyses the survivals of classical iconologies of Saint Sebastian in Latin American visual culture. Since the early twentieth century, artists from distinct minority artistic and cultural contexts have appropriated Baroque and Renaissance images of Sebastian to explore, above all, a sensitive set of themes and aesthetics such as homoeroticism, death, cultural trauma, and homosexualities. However, the small existing bibliography regarding the intermittencies and reappearances of Saint Sebastian over the last century and in contemporary times has only stopped at investigating minority artistic contexts located in Europe and the United States. In view of this gap, we seek to understand how the classical iconologies of Saint Sebastian have been appropriated and survived in the work of different Latin American artists, revealing a process of iconological inflection that connects and tensions terrains such as religion, sexuality, race, coloniality, and processes of cultural hybridization. To better translate these aesthetic and political tensions, the article explores an idea of "bastard images".

Keywords: bastard images; cultural hybridism; Latin America; Saint Sebastian

INTRODUÇÃO

Como destaquei em artigos recentemente publicados (Marconi, 2020, 2022; Marconi; Almeida, 2022), dei início a esta investigação entre os anos de 2018 e 2019, quando realizava um período de estudo em Madrid, capital da Espanha. A seguir, reproduzo parte da descrição de como foi o processo de mapeamento das obras analisadas e o levantamento do estado da arte que deu origem a esta pesquisa. O referido trecho foi inicialmente publicado no artigo "A sobrevivência do santo que desmunheca: montagem e identificação de um *páthos queer* na iconologia de São Sebastião" (Marconi, 2022), que também apresenta alguns resultados do projeto:

Quando, em Madrid, dei início ao mapeamento das obras, eu já possuía um "museu imaginário" (Malraux, 1954) de algumas pinturas renascentistas e barrocas de São Sebastião. Também já conhecia algumas de suas apropriações declaradamente homoeróticas, a exemplo das fotografias realizadas pelo casal francês Pierre et Gilles e de filmes queer como *Sebastiane* (Derek Jarman, 1976). Sabia, também, que Sebastião era padroeiro da cidade do Rio de Janeiro (RJ), que dava nome a várias catedrais e igrejas pelo Brasil e que era considerado padroeiro das pessoas LGBT no Brasil e em Portugal. O conhecimento de tais fatos se justifica porque, apesar de ainda ser bastante incipiente, já existe uma literatura científica preocupada em compreender as constantes apropriações iconológicas de São Sebastião em contextos culturais e artísticos minoritários, a exemplo dos trabalhos do brasileiro Alexandre Santos (2016) e do português Isidro Souza (1999) (Marconi, 2022, p. 241)

Tanto Santos quanto Isidro se dedicam a compreender como a figura do santo cristão foi, especialmente ao longo do século XX, transformado em um ícone homoerótico entre artistas homossexuais, a exemplo do trabalho do próprio Derek Jarman. Ambos os autores buscaram

compreender a valoração do mártir cristão nas culturas queer e/ou na cultura das homossexualidades masculinas através do homoerotismo já evocado por suas imagens renascentistas e barrocas, bem como inspirados pela trágica biografia de São Sebastião. Isto é, uma biografia que, segundo os pesquisadores, se aproximaria das marcas de trauma e violência que costumam atravessar a história de vida de grande parte das populações de sexo/gênero dissidentes. Este também é o movimento teórico do pesquisador canadense Nikola Stepic (2016). Em sua pesquisa, Stepic está especialmente preocupado em compreender como a figura de São Sebastião foi empregada em duas peças teatrais: *Suddenly*, *Last Summer* do dramaturgo estadunidense Tennessee Williams, e *Lilies*, do dramaturgo canadense Michel Marc Bouchard. Além das peças teatrais, o trabalho de Stepic leva em consideração as respectivas adaptações cinematográficas (a primeira, dirigida por Joseph L. Mankiewicz em 1959; a segunda, dirigida por John Greyson em 1996) (Marconi, 2022, p. 241).

A conclusão à que chega o pesquisador é que São Sebastião exerceu, nos trabalhos analisados, tanto a função de formação de identidade homossexual quanto a função de ser um veículo de escape para uma “ansiedade homoerótica”. Nestas obras, Sebastião ainda encarnaria a produção da memória pessoal e cultural de sujeitos dissidentes, bem como personificava uma revisão historiográfica a partir de uma perspectiva situadamente estranha, oblíqua e queer, isto é, a reboque de uma história normativa. Além disso, no trabalho de Stepic, a figura sacrossanta de São Sebastião, divindade que Richard Dyer (2002) chegou a chamar de “jovem homossexual triste”, se aproxima da melancolia do príncipe em Walter Benjamin (1989), especialmente na medida em que codifica personagens gays melancólicos. (Marconi, 2022, p. 242)

Muito próximo do trabalho de Stepic (2019), o pesquisador britânico Ryan Kearney (2018) demonstrou que São Sebastião, santo que atuou como uma figura protetora contra as pestilências na Idade Média, retornou como um símbolo das comunidades queer durante a crise da AIDS (1980/1990) nos Estados Unidos e Europa –, época em que a AIDS era vulgarmente chamada de “peste gay” (Sontag, 2007). Desse modo, o autor se vale das obras de artistas como David Wojnarowicz e Ron Athey para argumentar que o martírio de São Sebastião agiu como um símbolo de restabelecimento comunitário durante um período de intensa “retórica anti-queer”. Este gesto reflexivo afasta o trabalho de Kearney da prerrogativa de que São Sebastião seria apenas um ícone gay e/ou queer em função de seu páthos homoerótico, sensibilidade que vinha sendo sugerida desde os trabalhos de Dominique Fernandez (2001) e de Jacques Darrulat (1998) (Marconi, 2022, p. 242).

Estas pesquisas aqui citadas são oriundas de uma intercessão entre os campos da História da Arte, dos Estudos de Gênero e também do campo da Teologia, sobretudo da Teologia Queer. E apesar de algumas distinções teóricas e metodológicas, todos esses trabalhos podem ser organizados em um grande grupo: são pesquisas hegemonicamente interessadas em analisar diferentes obras literárias e audiovisuais à procura de marcadores biográficos (individuais e comunitários) de seus realizadores, para que estes marcadores favoreçam uma comparação do trabalho autoral com a biografia e o martírio de São Sebastião. Com este escopo, os trabalhos perfazem duas direções principais: ou estão preocupados em compreender como a iconologia de São Sebastião foi mobilizada e atualizada no contexto da crise da AIDS ou se limitam a (re) apresentar Sebastião como “santo gay”, reproduzindo um conjunto de argumentos que articula biografia, erotismo, trauma cultural e homossexualidade (Marconi, 2022, p. 242).

Todos esses trabalhos investigam exclusivamente dois espectros geográficos e culturais: Estados Unidos e Europa ocidental. Isto é, trata-se de pesquisas que frequentemente investem esforços em compreender como algumas comunidades politicamente minoritárias no contexto estadunidense e europeu se apropriaram da iconologia de São Sebastião em diferentes momentos da história ocidental. Neste caso, é importante dizer que mesmo em trabalhos produzidos em

território brasileiro, como é o caso da pesquisa de Santos (2016), o que se persegue é a vinculação de São Sebastião com as homossexualidades masculinas na Europa ocidental na segunda metade do século XX (Marconi, 2022, p. 243).

Diante deste contexto lacunar, no qual a maior parte do conhecimento produzido a respeito da sobrevivência da iconologia de São Sebastião ainda está restrito a blogs, sites de notícias e exposições², proponho aqui uma mirada original. Primeiro, em função do próprio ponto de partida: um extenso mapeamento de produtos visuais e audiovisuais (de diferentes países, épocas e contextos culturais) que se apropriaram das iconologias clássicas de São Sebastião. Compreende-se este mapeamento como um ponto de partida original pois, de fato, as pesquisas até então existentes não constituíram um banco de imagens que permita visualizar de forma abrangente os deslocamentos, sobrevivências e intermitências destas iconologias ao longo da história e no seio das culturas (Marconi, 2022, p. 243).

Em segundo lugar, darei total atenção às sobrevivências da iconologia de São Sebastião no contexto latino-americano, tendo em vista que a produção artística e cultural na América Latina foi ignorada em todas as investigações que se dedicaram a escrutinar as apropriações da figura de Sebastião em práticas artísticas minoritárias. Neste caso, situar esta pesquisa no contexto latino-americano ofereceu problemas que não foram contemplados pelos trabalhos realizados no Norte global. Um exemplo desses novos problemas é o fato de que as apropriações da iconologia de São Sebastião na América Latina, além de ser variavelmente fomentada por artistas de raça, gênero e sexualidades dissidentes, ela igualmente subscreve uma tensão entre arte, colonialidade e processos de hibridação cultural (Canclini, 2011). Pois, neste caso, é preciso considerar que na América Latina, região onde ocorreram intensos processos de colonização europeia, as presenças fantasmáticas de São Sebastião também são um produto herdado dos “regimes de colonização e colonialidade” (Quijano, 2010), assim como são um produto herdado dos processos da “catequização cristã” de povos nativos desta região (Trevisan, 2018) (Marconi, 2022, p. 244).

Este recorte artístico e geopolítico me levou a compreender as imagens de São Sebastião na cultura visual latino-americana através de uma nova ferramenta teórica, a qual tenho chamado de “imagens bastardas”. Por que imagens bastardas? Primeiro, porque acredito que as apropriações latino-americanas de São Sebastião degeneram sua origem e natureza – são parcialmente herdeiras da “boa cultura” e/ou da “arte legítima” e, no entanto, dão conta daquilo que é impuro, contraditório, promíscuo e híbrido (Rincón, 2016). Segundo, porque elas garantem a sobrevivência (Didi-Huberman, 2013) da iconologia de São Sebastião justamente na medida em que recusam uma “racionalidade redentora da superação dialética ou da transcendência” (Bhabha, 2013, p. 57) e articulam elementos estéticos e políticos que são diversos, híbridos, conflituosos, às vezes até antagônicos ou oposicionais. Em outras palavras, as apropriações da iconologia clássica de São Sebastião providas em contextos latino-americanos ultrapassam uma oposição essencialista e são capazes de abrir, nos termos de Homi Bhabha (2013), um espaço de negociação e tradução –, o que talvez faça de Sebastião o sujeito que o escritor Salman Rushdie (1988) um dia chamou de “homem traduzido”. Esta operação que chamo aqui de imagens bastardas se inspira parcialmente do que o próprio Omar Rincón (2013) chamou de “culturas bastardas” e, mais amplamente, do que García Canclini chamou de “culturas híbridas” (2011). (Marconi, 2022, p. 244).

² Em 2004, no Kunsthalle Wien (Viena, Áustria), sob a curadora de Wolfgang Fetz e Gerald Matt, foi organizada a exposição “São Sebastião – Uma Esplêndida Prontidão para a Morte”. O texto de apresentação se referia a São Sebastião como “ícone sado-masô, dândi andrógino, guerreiro ambíguo, mártir enamorado da morte, encarnação mesma do sofrimento exemplar do artista, mix de vamp e narciso, patrono de soldados, homossexuais e pessoas que sofrem de doenças”.

Assim como Canclini e Rincón, ao pensar a sobrevivência iconológica de São Sebastião através dessa nova ferramenta teórica, estou menos interessado na hibridação em si e mais interessado nos processos de hibridação dessas iconologias, o que permite verificar, quase em um esforço filológico, suas singularidades, seus vínculos conflituosos, sua degeneração dos estilos, sua promiscuidade, suas proximidades e afastamentos, suas contradições e estranhezas familiares. Trata-se de me afastar de qualquer defesa de uma racionalidade purista e redentora da superação dialética entre imagens e culturas distintas, um argumento essencialista que me parece tão presente em algumas pesquisas apoiadas em perspectivas feministas, queer e decoloniais. No entanto, também não quero fazer das imbricações iconológicas de São Sebastião simples pseudomorfismos festivos da hibridação. Isto é, não apostarei nem na “homogeneização fundamentalista” e nem no “simples reconhecimento segregado/acrítico da pluralidade das culturas” (Marconi, 2022, p. 244).

Tendo reproduzido esse trecho, que se deteve em explicar o processo de mapeamento das obras e a revisão bibliográfica, cabe dar atenção à metodologia utilizada. Recorro, nesse caso, a uma estratégia que tem sido frequente em meus trabalhos (Marconi, 2020, 2021, 2022; Marconi; Almeida, 2022), pois, não por coincidência, esses mesmos trabalhos enxergam na montagem de diferentes visualidades e suportes uma proveitosa possibilidade de empreender uma história cultural das artes e das imagens. Desse modo, as imagens de São Sebastião que apresento não serão submetidas a uma análise exaustiva e meticulosa, mas reunidas e friccionadas com inspiração no trabalho de montagem de Aby Warburg (2013, 2015). Para tanto, eu me apoio, como já fiz outras vezes (Marconi, 2021, 2022; Marconi; Almeida, 2022), no argumento de que Aby Warburg torna-se superespectral em cada momento no qual invocamos sua presença como o santo protetor de uma série de escolhas teóricas e metodológicas, especialmente aquelas que buscam olhar para determinadas formas simbólicas que não param de sobreviver (Didi-Huberman, 2013; Marconi, 2022).

Para Didi-Huberman, Warburg é o santo protetor da história social da arte, das pequenas histórias, do antiformalismo, das coisas chãs, santo aliado da crítica feminista, também um santo aliado dessa perspectiva *queer* em que me situo. Imagino, então, a presença de “santo protetor” de Aby Warburg indo ao encontro de outro santo, ao encontro de um Sebastião também anacrônico e sobreposto por inúmeras temporalidades, ambos me sugerindo substituir o *modelo natural* dos ciclos de vida e morte, grandeza e decadência da história da arte, por um *modelo sintomal*. Um encontro que possibilita compreender o devir de São Sebastião como um conjunto de processos latentes, como um homem que retorna em latência impura, como um santo que reaparece traduzido, aquele que nunca é exatamente o mesmo, que figura intermitências e inflexões, e que sobrevive, apesar de tudo (Marconi, 2022).

Entre 1924 e 1929, Aby Warburg dedicou tempo e esforço para desenvolver um conjunto de procedimentos que buscava mostrar que a história da arte não tem uma origem ou começo absoluto, nem mesmo uma refundação sistemática e cronológica como fazia crer sua própria disciplina positivista. A história da arte seria, antes disso, um turbilhão

no rio da disciplina, “um momento-agitador depois do qual o curso das coisas haveria desviado profundamente, ou até se transformado” (Didi-Huberman, 2013, p. 27). Warburg produz, então, um Atlas de memórias. O Atlas Mnemosyne, como ele chamou, consiste em um enorme quebra-cabeça praticamente desprovido de texto escrito e composto por um conjunto de 63 pranchas (de um metro e meio por dois metros) que reúnem, cada uma, um grande número de fotografias de obras de arte e reproduções de materiais como livros, anúncios, mapas, recortes de jornais e revistas.

Desse modo, Warburg não apenas “coleccionava” imagens mas também reorganizava uma memória e uma história não cronológica da arte a partir da montagem. Warburg também costumava deslocar, alterar ou substituir as imagens nas pranchas, o que ratifica a despreocupação do historiador com os valores primordiais da história da arte ocidental como raridade, originalidade e cronologia. Isto é, há de se destacar que Warburg pensava por associação, era vultoso seu gesto de colocar imagens em relação para extrair delas algo novo que se manifestava justamente através da fricção visual, do contato, da junção, do choque, algo novo desse gesto que faria a história da arte se inquietar sem cessar.

Isso posto, pretendo me inspirar nesse “gesto de montagem” para colocar em relação, ou associação, um conjunto de imagens (pinturas, litografias, filmes, esculturas, fotografias etc.) de artistas latino-americanos como Frida Kahlo, José Leonilson, Glauco Rodrigues, Angel Zarraga, entre outros, com algumas obras europeias/clássicas de São Sebastião. Portanto, longe de buscar uma significação geral, ampla ou atemporal das sobrevivências das iconologias do sacrossanto nas artes e culturas latinas, investirei em um trabalho inquieto que busca “reconhecer, montar, desmontar e remontar esse conjunto de imagens a revés de toda pureza epistêmica, introduzindo uma dimensão do sensível, do diverso e do caráter lacunar de cada imagem” (Didi-Huberman, 2018, p. 19), que questiona a validade histórica de determinados símbolos e iconologias, que tensiona a ideia de autenticidade na história da arte e dá vazão aos engajamentos pessoais e coletivos com distintos espectros iconológicos.

UM SANTO QUE SOBREVIVE ENTRE INFIDELIDADES E ESTRANHEZAS FAMILIARES

Na gravura renascentista *The Martyrdom of St. Sebastian* (1699), de autoria do francês Nicolas Dorigny (1658-1746), e que atualmente se encontra em exposição no *The British Museum*, temos a seguinte configuração dramática do martírio de São Sebastião: o santo cristão está amarrado a uma cruz no centro da imagem. Mais acima, um anjo coloca uma coroa sobre sua cabeça. Ainda mais acima, vemos Jesus Cristo apoiado e anunciado por uma legião de anjos que tocam suas trombetas. Cristo se aproxima do corpo do santo em agonia e, do alto, ao olhar para o que acontece em solo terreno, seu olhar não só é benevolente como também anuncia e ratifica o destino de todo mártir: Sebastião sofre, assim como o próprio Cristo sofreu na cruz, mas vencerá a morte.

Ainda é possível notar, na parte inferior da gravura, um homem ajoelhado à esquerda recuperando arco e flechas que alvejaram o mártir; outros soldados e torturadores cercam o corpo do santo; também há mulheres em luto no primeiro plano. São muitos os personagens, acontecimentos e gestos que compõem essa ontológica cena do martírio de São Sebastião. Sua tessitura preto e branco lhe dá um tom fúnebre, ainda que não impeça de evidenciar certa beleza na fisionomia dos corpos e nos movimentos das roupas. Temos, sobretudo, um bololô vastamente reproduzido não apenas nas próprias iconografias renascentistas e barrocas como também nos gestos, traços e posições de corpos que foram apropriados em obras produzidas ao decorrer do século XX e na contemporaneidade, todas muito posteriores a essa peça produzida por Dorigny.

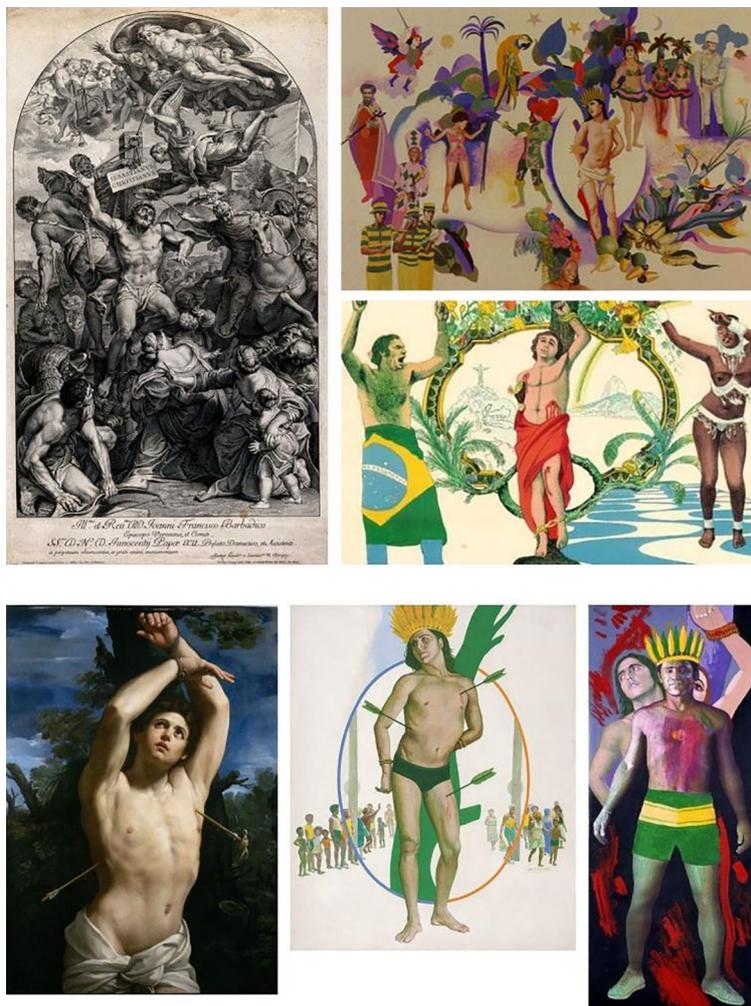
O pintor brasileiro Glauco Rodrigues, por exemplo, não necessariamente se apropriou especificamente dessa cena de martírio realizada por Dorigny. Ainda assim, dada a força com que a iconologia de São Sebastião se espalhou pelo Ocidente a partir das diástases da colonialidade e da catequização cristã e, posteriormente, em função da reprodutibilidade técnica e estética dessas figuras que não foi suficiente para sua dessacralização (Menezes, 2011), não é apressado argumentar que tais cenas fazem parte de um museu imaginário (Malraux, 1954) de diferentes populações e comunidades, incluindo a geração de pintores da qual Glauco Rodrigues fazia parte. Na verdade, ao longo de sua carreira como artista, Glauco Rodrigues realizou, entre pinturas, esboços e gravuras, mais de 100 obras sobre São Sebastião.

Em meio a essa centena de obras sobre o santo/soldado de origem europeia, a pintura *Abaporu* (1981) também apresenta o martírio de São Sebastião em meio a um bololô de personagens, gestos e acontecimentos. No entanto, nesse quadro do pintor brasileiro, personagens como Jesus Cristo, anjos, soldados, torturadores e mulheres devotas são substituídas por passistas de escolas de samba, pandeiristas e baianas. Na verdade, o martírio de São Sebastião, figura que ainda ocupa o centro da tela, parece acontecer em uma festa de carnaval. Durante esse evento, São Sebastião segue alvejado pelas flechas e exhibe seu corpo apolíneo, mas sua cabeça veste um cocar verde e amarelo.

Além disso, Glauco acrescentou em sua pintura elementos como flores e frutos tropicais, araras, coqueiros e morros que remetem à paisagem carioca e, ao fundo da tela, há um soldado que veste uma roupa verde desbotada. Todos esses elementos hipercoloridos pairam em um fundo branco, uma característica que, segundo o filme-biografia *Glauco do Brasil* (Zeca Brito, 2016), o artista manteve até o fim do período ditatorial, como se na fantasmagoria do branco opaco figurasse o desencantamento com o momento histórico em que se vivia. Além disso, enquanto Sebastião sangra em meio ao Carnaval, a presença do soldado vestido de verde também permite leituras a respeito de como a ditadura (que perdia força no início da década de 1980) se fazia presente de forma espectral. Glauco havia construído esse conjunto carnavalesco em fundo branco na pintura *São Sebastião do Rio de Janeiro*, de 1979. Nessa obra, o santo cristão também ocupa o centro da tela e, ao fundo, vê-se o Corcovado e a Baía de Guanabara quase se dissolvendo em traços opacos. À esquerda do santo alvejado e sangrando, um homem envolto em uma bandeira do Brasil grita com os punhos ao alto e, do lado direito, uma mulher negra samba, descalça, sobre as calçadas da zona sul carioca.

Em outra obra de Glauco, essa realizada em 1980, São Sebastião incorpora um homem indígena que chora com o olhar voltado para cima, como se também buscasse ver no céu o Jesus Cristo pintado por Dorigny. Para além do fundo branco, as cores que ainda ganham a tela em menor medida são o verde, o azul e o amarelo. Ao fundo, um conjunto de pessoas pretas e pardas, sobretudo mulheres e crianças, desloca-se pelo espaço. Já em *Meu Brasil Brasileiro* (1986), São Sebastião incorpora outro “arquétipo brasileiro”, mais especificamente um jogador de futebol usando cocar. Em ambas as obras, as referências ao Sebastião europeu (flechas, corpo branco alvejado, beleza apolínea) fazem-se presentes desde um jogo intercultural com adereços da cultura popular e/ou massiva do Brasil, dando a essa obra de Glauco Rodrigues uma expressão inautêntica, postiça ou mesmo bastarda.

Figura 1 - Montagem 1³



Fonte: autoria própria

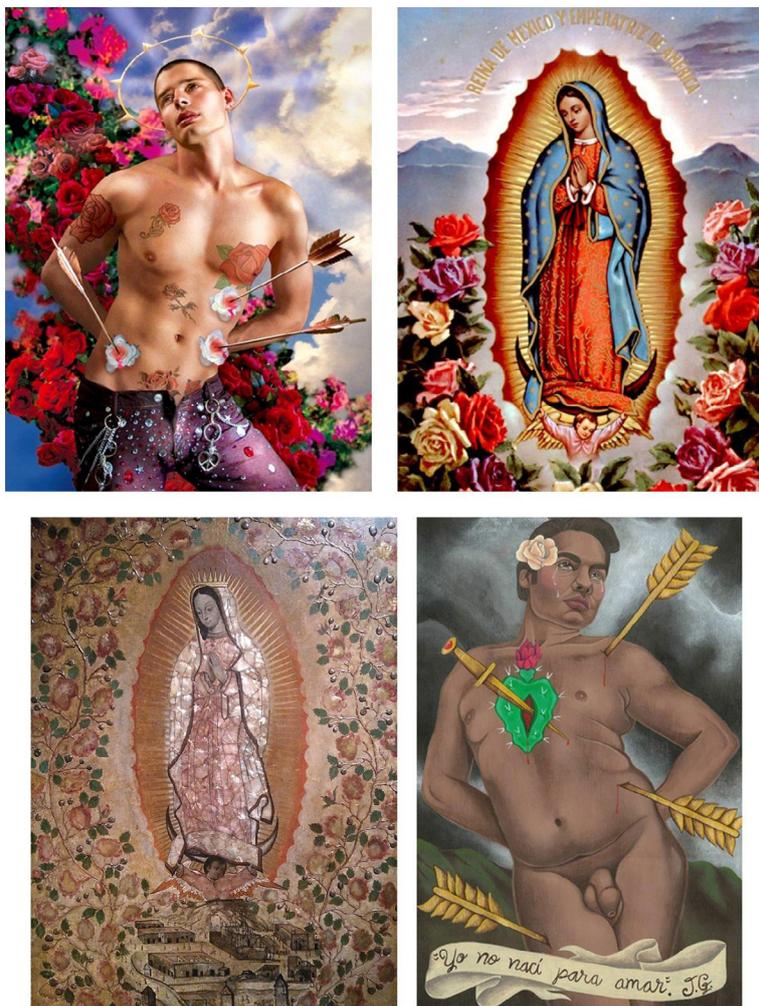
³ No topo da prancha, trata-se da obra *Martírio de São Sebastião*, de Nicolas Dorigny, 1699 (à esquerda); e *Abaporu*, de Glauco Rodrigues, 1981 (à direita). Logo abaixo, também de Glauco Rodrigues, reprodução da obra *São Sebastião do Rio de Janeiro*, de 1979. Mais abaixo ainda, à esquerda, reprodução da clássica obra de Guido Reni (*São Sebastião*, 1615/1616); ao meio, reprodução da obra *Oxossi/São Sebastião*, Glauco Rodrigues, 1992; e à direita, *São Sebastião* (1985), também de Glauco Rodrigues.

Embora muitas leituras possam ser feitas dessas obras, as quais, para alguns críticos, deveriam ser precisamente analisadas como expressões de uma “*pop art brasileira*” ou de uma “*pop art antropofágica*”, opto por outros termos que podem nos ajudar a compreender e constelar essas e outras obras latino-americanas na condição de imagens bastardas. Ao friccionar as imagens realizadas por Glauco Rodrigues junto às outras obras, sobretudo as clássicas como a de Dorigny, é evidente uma tensão criativa, estética e política que pode ser iluminada pela força híbrida e mitopoética do momento em que a iconologia cristã medieval, o progresso das técnicas miméticas da renascença e a dramatização do barroco europeu são apropriados e rasurados nesse e em outros trabalhos artísticos latino-americanos, terminando por se aproximar de uma estética *rasquache*.

Opto pelo *rasquache*, entre outras sensibilidades estéticas que contribuem para compreender a bastardização da iconologia de Sebastião, porque acredito que esse termo é mais capaz de descrever conjuntamente, nas palavras de Tomas Ybarra-Frausto (1989), a arte “*de los de bajo*”, ou dos menos favorecidos, os quais, neste texto, podem não apenas ser os sujeitos e artistas oriundos do Sul-Global mas também os artistas empobrecidos, negros, homossexuais e mulheres que compõem esta constelação latino-americana. Embora, no mundo das belas-artes, a ideia de uma sensibilidade *rasquache* ainda seja uma categoria conceitual não referenciada, ou pelo menos não tão bem referenciada como os movimentos expressionista e surrealista, por exemplo, segundo Ybarra-Frausto (1989), o *rasquache* (que em espanhol pode significar migalha, sobra, algo de pouco valor) diz respeito a uma sensibilidade artística *chicana* (mas não apenas) que se apropria de objetos descartados, reciclados, fragmentos considerados de mau gosto, de segunda mão, frugais, pobres, ou mesmo de objetos originariamente considerados pertencentes à *fine art*, mas que agora se inscrevem na cultura como imagens híbridas, populares, massivas ou hipercomercializadas, a exemplo do *Taco Bell Chihuahua*, dos objetos encontrados de Pepon Osório, da imagem da Virgem de Guadalupe estampada em camisetas de segunda mão ou das imagens vernáculas de *divino niño Jesus*.

Nesse caso, gostaria de me referir a uma ideia ampliada da sensibilidade *rasquache*, para que ela também possa descrever a tessitura bastarda dos trabalhos artísticos latino-americanos que estão inseridos nos circuitos e estratégias de apropriação, reversão e inversão de repertórios clássicos da iconologia de São Sebastião, especialmente em função dos processos de colonização e colonialidade que não se deram apenas em sua faceta jurídica, econômica e religiosa mas também artística e cultural. Desse modo, eu me refiro a um tipo de arte *rasquache* que inscreve não apenas a “*pop art tropical*” de Glauco Rodrigues mas também as peças nas quais o jovem artista colombiano Meduska faz São Sebastião se aproximar das sensibilidades vernáculas da figura da virgem de Guadalupe, das imagens vernáculas de Oxóssi (São Sebastião em algumas religiões afro-brasileiras), dos *retablos mexicanos* dos devotos de São Sebastião ou mesmo do trabalho dos fotógrafos franceses Pierre e Gillez que também se apropriam em tons homoeróticos das iconologias clássicas do sacrossanto e das estéticas *rasquache* presentes nas pinturas e esculturas da Virgem de Guadalupe.

Figura 2 - Montagem 2⁴



Fonte: autoria própria

Ao olhar para essas imagens em conjunto, acredito que é necessário dar atenção aos recursos disponíveis, isto é, aos repertórios icônicos, materiais, simbólicos, clássicos de São Sebastião que se tornaram objeto de sincretismo, de justaposição e de uma integração conflituosa na produção artística latino-americana, tendo em vista que o *rasquachismo* “é uma sensibilidade sintonizada com as misturas e a confluência, uma combinação do material já existente e a veia satírica, a manipulação de artefatos, códigos e sensibilidades de ambos os lados culturais” (Yabarra-Frausto, 1989, p. 29) que constitui determinados objetos artísticos. Penso, também, que a junção dessas imagens desvela um trabalho fronteiriço entre passado e futuro, pois são peças artísticas que não retomam a iconologia de São Sebastião como mera causa social de um passado colonizatório que, em última análise, também seria um “precedente estético”. São trabalhos, sobretudo, que “renovam”

⁴ No topo da prancha, reprodução da São Sebastião, de Pierre et Gilles, 2009 (à esquerda); à direita, reprodução vernacular da virgem de Guadalupe; abaixo, à esquerda, fotografia realizada por mim da obra Virgem de Guadalupe (1697), de Gonzáles Miguel, exposta no Museu da América, em Madrid, Espanha; ao lado, à direita, reprodução da obra *Yo no nací para amar*, de Meduska, 2020.

o passado artístico e fantasmagórico, bem como reconfiguram tal temporalidade em um “entrelugar contingente” que, ao deixar o passado sobreviver, também inova, hibridiza e polemiza a presença desse passado no presente.

Assim como fez Omar Rincón ao falar de culturas bastardas, quando olho para essas imagens em seus movimentos infíeis de associação, também tendo a concordar com o que o sociológico indo-britânico Homi K. Bhabha (2013, p. 19) chama de “perspectiva intersticial”, isto é, um trabalho que busca “a articulação das diferenças culturais” nos “espaços ‘in-between’ como lugares inovadores de colaboração e questionamento” (Bhabha, 2013, p. 18-19). Tal argumento também me chama a atenção porque, ao friccionar as distintas imagens de São Sebastião, bem como os diferentes sintomas e as distintas temporalidades que essas imagens mobilizam, não estou analisando apenas “o efeito do poder colonial” na produção artística latino-americana, mas, sim, uma “forma de agência, espaço ou lugar de tradução e hibridez, nem um nem outro, mas algo distinto” (Bhabha, 2013, p. 45) que permite visualizar o que tem de desgarre e do que não chega a fundir-se, a quebra e a mescla das iconologias organizadas por diferentes sistemas culturais, a desterritorialização dos processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros (Canclini, 2011).

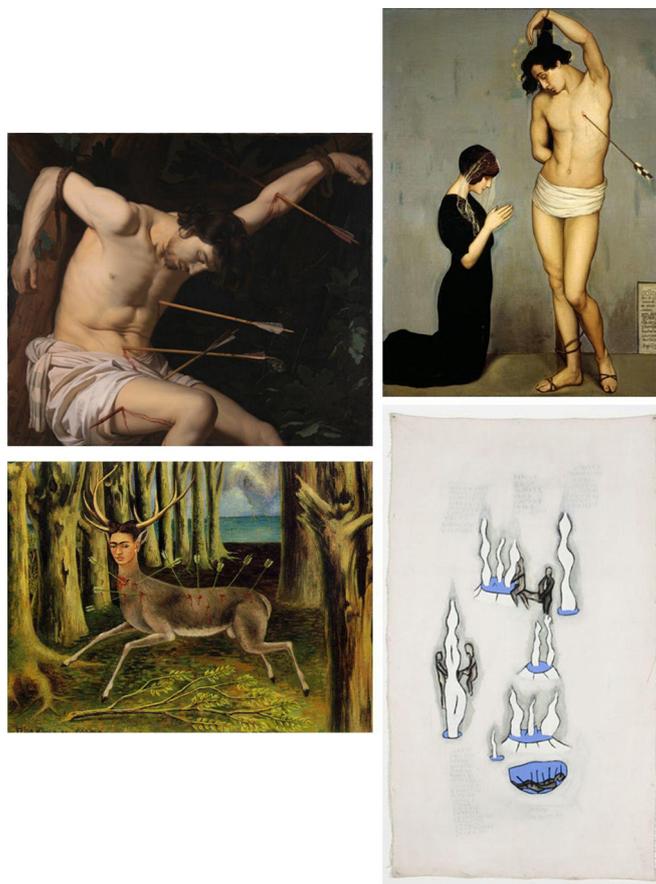
Tal sensibilidade *rasquache* também pode ser notada, ainda que em menor intensidade, no trabalho da pintora Mexicana Frida Kahlo, especificamente em uma de suas obras mais conhecidas, *O veado Ferido*, de 1946. Nessa obra, Kahlo constrói mais um de seus inúmeros autorretratos, nesse caso, um híbrido de animal e humano, macho e fêmea. O corpo do veado está alvejado por nove flechas. Sua perna direita frontal está levemente erguida, como se estivesse machucada ou em movimento. É fácil construir relações desses ferimentos com a vida pessoal da pintora mexicana, seja pelo que diz respeito ao acidente de automóvel que sofreu na adolescência e que a prejudicou fisicamente até o fim de sua vida, seja pelo seu amor por Diego Rivera e suas experiências homossexuais com outras mulheres. No entanto, o pescoço do veado, ou de Frida Kahlo, está em riste, seu rosto nos encara, demonstra pouca ou nenhuma expressão de dor; talvez apenas melancolia.

O *Veado Ferido* evoca, ainda, elementos que remetem às tradições religiosas europeias e latinas que fizeram parte da vida da própria pintora, que era filha de pai alemão e mãe mestiça. Na pintura, o veado está em uma floresta e, no chão, em primeiro plano, destaca-se um ramo. Enquanto o ramo reflete uma tradição popular mexicana de colocar um galho de árvore sobre os túmulos, as flechas remetem diretamente ao martírio do santo europeu. Diante dessa imagem, como propõe Didi-Huberman (2013), é preciso “alongar o tempo do olhar” para compreender que a sobrevivência de São Sebastião não se exprime como uma essência, um traço global ou um simples arquétipo, mas, ao contrário, como um “sintoma” (Benjamin, 1989) que desvela a tenacidade das coisas minúsculas, a exemplo do tensivo sincrético do ramo mexicano em primeiro plano com as flechas do santo europeu que atravessam o corpo do melancólico veado de Frida Kahlo.

Melancolia também é a “sensibilidade estética” (Lopes, 1999) que o brasileiro José Leonilson recobrou em sua obra *Pobre Sebastião* (1993). Feita de acrílico e lápis de cor sobre lona, o trabalho de Leonilson apresenta uma forma de *via crucis*, na qual o mártir cristão é carregado até uma espécie de túmulo que arde em chamas elevadas, ainda que, em primeiro plano, o corpo alvejado por flechas pareça estar imerso em um azul frio e

aquoso. Ao nos aproximarmos da obra, é possível ler palavras como medo, coragem, perigo, derrota, desejo. De modo geral, as obras de Leonilson investem, por meio de um repertório pessoal, subjetivo ou mesmo autobiográfico, na produção de pinturas, gravuras, desenhos e esculturas em que é possível verificar, a partir de uma perspectiva *queer*, uma constante encenação de uma sensibilidade melancólica, luto e perda que, entre outros fatores, materializa-se nas peças artísticas em função da experiência de desorientação (Ahmed, 2004), cultural e subjetiva que o artista sentia frente aos espaços e à cultura da heteronorma, desde as relações familiares, amorosas e profissionais até a maneira como buscou lidar com a infecção pelo vírus do HIV⁵ e a presença fantasmagórica da morte e da homofobia.

Figura 3 - Montagem 3⁶



Fonte: autoria própria

⁵ Desde a Idade Média, São Sebastião é cultuado como um santo que protege contra as pestes. No contexto em que a expansão da epidemia de HIV era chamada vulgarmente de “peste gay” e alguns discursos religiosos daquelas décadas afirmavam a proliferação da doença como um castigo de Deus contra a homossexualidade, houve um conjunto de artistas, sobretudo nos Estados Unidos, que se apropriou das imagens de São Sebastião para investir contra a política de morte que era autorizada pelo próprio Estado. Susan Sontag comenta que as doenças são geralmente usadas como metáforas do mal do qual a sociedade deveria se ver livre. Nesse caso, quando a epidemia do HIV/AIDS se expandiu especialmente a partir dos anos 1980 e, de início, acometeu especialmente homens gays, não tardou para que ela fosse vista como a expiação da culpa pelo sexo promíscuo, anormal e pecaminoso (Marconi, 2020).

⁶ No topo da prancha, à esquerda, fotografia realizada por mim da obra *Sebastião*, Gerrit Van Honthorst, 1623, exposta na Galeria Nacional, em Londres; ainda no topo da prancha, à direita, reprodução da obra *Oferta Votiva*, de Angel Zarraga, 1911; abaixo e à esquerda, o *Veado Ferido*, de Frida Kahlo, 1946; à direita, reprodução da obra *Pobre Sebastião*, de José Leonilson, 1993.

Ao me deparar com a obra de Kahlo, e, especialmente com o trabalho de Leonilson, tenho a impressão de que a sobrevivência da iconologia de São Sebastião não constrói, necessariamente, narrativas políticas triunfantes com histórias progressistas – muito presentes, inclusive, no excesso de positividade de alguns ativistas neoliberais. Trabalhos como esses se debruçam, muito mais, sobre uma experiência desorganizada do ponto de vista das normatividades de sexo/gênero, assim como dizem respeito a um trabalho que coaduna memórias traumáticas, melancólicas e fracassadas (Halberstam, 2020), especialmente ao mesclar a biografia do santo cristão com as experiências culturais e pessoais de artistas *queer* latino-americanos que viveram e criaram durante o século XX.

Nessa direção, o que venho chamando de imagens bastardas não diria respeito exclusivamente à hibridez, ao popular ou ao vernáculo, isto é, a artes e culturas que seriam como um “filho ou filha bastarda” de uma arte legítima, como é o caso do argumento de Rincón e Canclini, mas também estaria vinculado às “sensibilidades estéticas menores” (Ngai, 2005), a exemplo da melancolia (Lopes, 1999), do fracasso *queer* (Halberstam, 2020), do trágico (Benjamin, 2011), da pulsão de morte (Edelman, 2004) ou mesmo do enamoramento frustrado. Assim como Sebastião foi para o poeta espanhol Garcia Lorca um desses meninos pelos quais ele costumava “se perder em mares e corações”⁷, chegando a desenhar o mártir cristão sobre seus autorretratos, o santo cristão provavelmente significou para Leonilson um daqueles “rapazes que eram apenas paisagens bonitas em seu caminho”⁸. São Sebastião, Garcia Lorca e José Leonilson poderiam muito bem pertencer, ao lado de Caio Fernando Abreu, à linhagem dos “meninos delicados” (Chiara, 2018), aqueles rapazes que se queimaram num romantismo exaltado, mesmo quando superatuaram de *bad boys*.

Embora este parágrafo possa parecer mera retórica poética, os trabalhos reunidos neste estudo, especialmente no caso de artistas gays e bissexuais como Leonilson, Lorca ou mesmo o pintor mexicano Angel Zarraga⁹ – que buscou reproduzir São Sebastião em seus traços apolíneos –, ajudam a compreender o que esses homens gays, que viveram em épocas diferentes e em contextos culturais/históricos distintos, teriam em comum. É possível que David Halperin, a partir de seu livro *How To be gay* (2012), respondesse a esse tema dizendo que haveria entre eles muitas coisas distintas e muitas coisas semelhantes –, sendo que todas elas ultrapassariam o discurso essencialista de que a única coisa em comum seria a de que se trata de homens que se atraem sexualmente por outros homens. A hipótese de Halperin é mais criativa. Para ele, “ser gay” é uma prática intimamente vinculada à homossexualidade, porém, distinta dela. Como prática cultural, o “ser gay” é algo que pode ser instruído e aprendido, o que demonstra que nem

⁷ No poema Gacela X – De lá huida: “Muchas veces me he perdido por el mar, como me pierdo en el corazón de algunos niños”, presente no livro *Diván del Tamarit*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.

⁸ Esses caras [...] eles são apenas paisagens bonitas no meu caminho. Na voz de José Leonilson no filme *A Paixão de JL* (Carlos Nader, 2014).

⁹ Fascinado pelo nu masculino, como no caso de sua representação de São Sebastião no quadro *Oferta Votiva* (1911), Zarraga teve seu trabalho descrito como Guillermo Sheridan (2007), como “uma imagem rara e singular”. Contra o azul feminino de um céu vertical, desdobra-se o belo corpo do mártir luminoso, carne ardente e ferida pelo veneno de um ramo, porém com “o rosto extasiado de sua morte serena”.

todo homem homossexual será culturalmente gay (basta que ele não tenha passado por nenhum processo de iniciação).

Em contrapartida, segundo Halperin, algumas pessoas heterossexuais poderão ter, como de fato têm, uma forte identificação com as culturas gays, indicando que esses sujeitos se apropriam de um conjunto de sensibilidades estéticas e de um conjunto de práticas culturais: o *camp*; os musicais; a viadagem de antiquário; a música pop e suas divas; a *montação* e a cultura *drag queen*; o apelo estético da “afeminação”, da “afetação” e das “hiperfeminilidade”; o “*banheirão*” e o sexo em lugares públicos; o gosto por estéticas frívolas ou “menores”; o desapego de uma pretensiosa “cultura autêntica” e, também, a experiência da homossexualidade melancólica, caracterizada, nesse caso, menos como categoria médica/legal e mais como leve perspectiva de encarar a desorientação, a fugacidade do mundo e o peso de seus topos cristalizados e normativos (Lopes, 1999). Consciente disso, e ao menos no que diz respeito às experiências homossexuais no Ocidente e, mais especificamente no contexto latino-americano, é possível dizer que São Sebastião é um elemento sensível que fez e faz parte desse extenso repertório de gostos e gestos que podem contribuir para compreender o “ser gay” como uma prática estética e cultural vinculada à homossexualidade, mas não restrita a ela. Isso possibilita reunir um amplo conjunto de artistas gays e/ou queer que se aproxima de um santo que Richard Dyer (2002) chegou a nomear como “jovem homossexual melancólico”.

Entretanto, José Leonilson não foi o único artista gay brasileiro a ter se apropriado da figura mitológica de São Sebastião. No campo do cinema, por exemplo, é possível lembrar dos filmes do coletivo pernambucano Surto e Deslumbramento, os quais, reconhecidos por sua “furiosa frivolidade” (Prysthon, 2014), trouxeram até o momento Sebastião em três filmes: o longa-metragem a Seita (2015) e o curta-metragem Vênus de Nike (2020), ambos dirigidos por André Antônio Barbosa; e o curta-metragem *Virgindade* (2015), dirigido por Chico Lacerda. No primeiro, o santo cristão está inserido em uma festa que cultua um dandismo coletivo ou, ainda, um agrupamento de alegorias de corpos dissidentes que encontra um espaço e um momento para ser “plurais e singulares”. Em *Vênus de Nike*, também de André Antônio, Sebastião emerge misturado a outros corpos de homens gays que exploram um sem-número de fetiches sexuais, práticas bondage, dominação, sadismo e masoquismo (BDSM) e transas coletivas, misturando imagens de vídeos pornô com o clássico longa-metragem *Sebastiane* (1976), de Derek Jarman. Já no caso de *Virgindade* (2015), de Chico Lacerda, a figura do santo se imiscui em meio uma centelha de outros homens nus, assim como está envolvido em uma narrativa verborrágica do próprio diretor sobre suas experiências sexuais em locais públicos de Recife.

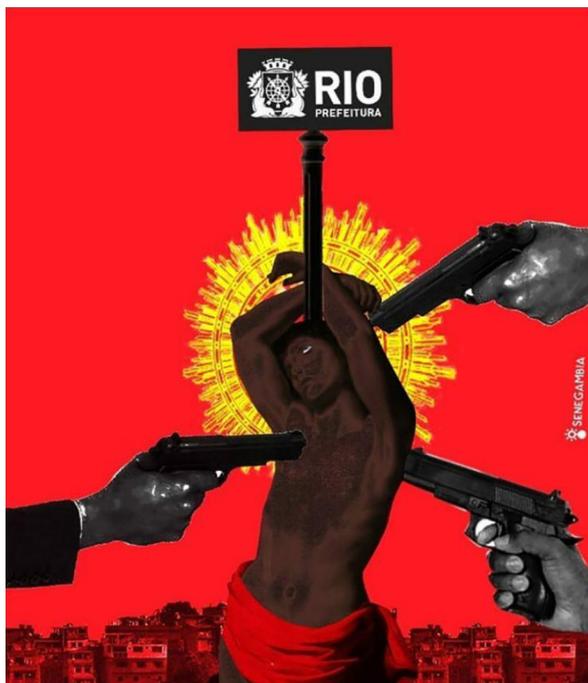
Os três filmes brasileiros dialogam, em alguma medida, com um amplo repertório cinematográfico transnacional que já se apropriou da iconologia clássica de São Sebastião, a exemplo do já citado *Sebastiane* (1976) do diretor britânico Derek Jarman e de outros filmes como *Saint* (Bavo Defume, 1997), *O Ornitólogo* (João Pedro Rodrigues, 2017), *Lilies* (John Greyson, 1996), *Saint Narcise* (Bruce La Bruce, 2020) e *Martyr* (Mazen Khaled, 2017). Desse modo, em seu conjunto, todos esses trabalhos tensionam, no comum

sensível e fracionado (Rancière, 2018), temas que historicamente já constituíram, ou ainda constituem, disputas narrativas e políticas, a exemplo das tensões históricas entre homossexualidade e religião (Foucault, 1988).

Essa tensão remete ao fato de que, se o consumo e a difusão da iconologia de São Sebastião em nosso imaginário é, por um lado, fruto de processos de colonização; por outro, ela também indica uma crítica irônica, frívola ou engajada contra os valores coloniais de raça, gênero e sexo que não adere à retórica do otimismo nacionalista anticolonial, não promete qualquer tipo de fantasia de um outro lugar, nem mesmo um esquecimento de nossa história compartilhada de relações de poder e exploração (Marconi, 2020). Ainda que esquecer possa ser necessário como estratégia contingente e provisória que rompe com a lógica da lembrança, como já defendeu Jack Halberstam (2020), ainda há muitas flechas que hoje impedem o total abandono de uma denúncia contundente. Por exemplo, quando as apropriações da iconologia de São Sebastião denunciam o genocídio de meninos negros nas mãos da polícia militar do Rio de Janeiro, tal como mostra uma das colagens mais recentes do artista brasileiro Luang Senegambia (2020).

Em sua obra, Senegambia se apropria de modo ambivalente da iconologia clássica do São Sebastião. Em um fundo vermelho, talvez saturado de sangue negro, o corpo branco e apolíneo do mártir europeu é substituído pelo corpo de um rapaz negro amarrado a um poste. A genitália do rapaz, geralmente coberta por um tecido branco em sua tradição europeia, dessa vez, é coberta por um tecido também da cor vermelha que, apesar desse mesmo tom, consegue se destacar do fundo em que uma favela carioca está manchada de vermelho. Enquanto nas clássicas figuras europeias são as flechas que miram e perfuram o corpo do santo, no trabalho de Senegambia, o corpo de São Sebastião negro é alvo de revólveres e balas patrocinadas pela capital e pelo estado fluminense. Não à toa, na ponta superior do poste em que o jovem São Sebastião negro está amarrado, vemos uma placa informando “Prefeitura do Rio de Janeiro”, cidade da qual São Sebastião é considerado padroeiro.

Figura 4 - Montagem 4¹⁰



Fonte: autoria própria

¹⁰ Obras de Luan Senegambia, ambas intituladas como São Sebastião (2020)

No Rio de Janeiro, as maiores vítimas de assassinato são homens negros com idade entre 15 e 30 anos, mortes que devem ser analisadas como parte do genocídio da população negra e como resultado da ação de um Estado que opera no modo necropolítico, em que o racismo é ferramenta ideológica para a produção de descartabilidade de corpos negros (Araújo; Souza; Silva, 2021). Em meio a esse caudaloso contexto de violência, alguns episódios de assassinato ou agressão de jovens negros que ganharam repercussão midiática são incorporados por Seneegambia em seus trabalhos. Em outra peça, por exemplo, o artista produz uma colagem que mescla as fotografias de um jovem negro¹¹ que, em 2014, na Zona Sul do Rio de Janeiro, foi espancado, deixado nu e preso a um poste por uma trava de bicicleta, junto aos outros símbolos que tradicionalmente remetem à iconologia clássica do mártir cristão.

Ao fundo da colagem, vê-se o texto da Lei Áurea, oficialmente Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que “extinguiu”, ao menos no papel, a escravidão no Brasil. No entanto, em primeiro plano, e contradizendo a lei que teria sido promulgada por Princesa Isabel, vemos esse jovem negro, agredido, sufocando com seu pescoço preso ao poste pela trava de bicicleta. Flechas atravessam o corpo do garoto que, humilhado, tenta esconder sua genitália com sua camiseta branca. Vestígios de um fato real e símbolos mitológicos se cruzam para denunciar, mais uma vez, não apenas a violência específica do caso em questão mas também o racismo como herança de um país escravocrata. Além do menino negro que incorpora São Sebastião, ou São Sebastião que incorpora o menino negro, a mesma peça de Senegambia apresenta policiais em rostos cadavéricos que agridem outras pessoas negras, todos casos de repercussão midiática.

São muitas as leituras possíveis diante de uma crítica tão contundente, no entanto, ao mesclar iconologia cristã e críticas ao racismo a partir da prática da colagem, o trabalho de Senegambia nos lembra, principalmente, que o cristianismo foi uma imposição colonial que instaurou uma das principais bases do racismo e da supremacia branca e que, desse modo, as diástases iconológicas de São Sebastião em território brasileiro trazem consigo as histórias do processo de invasão e colonização europeia, de catequização das comunidades indígenas, da proibição do culto religioso da população africana que aqui foi escravizada e, também, da perseguição de pessoas homossexuais durante a contrarreforma (Trevisan, 2018).

Ainda assim, Senegambia, ao utilizar a figura de São Sebastião, padroeiro da cidade do Rio de Janeiro, busca demonstrar que a população negra, assim como o próprio Sebastião, morre de forma injusta nas mãos de seus algozes. No trabalho do artista, identifica-se como o consumo e a apropriação de tradições iconológicas podem ser utilizados, conforme já havia dito Canclini nos anos 1990, como um recurso para lutar contra aqueles que, em nome da própria tradição, buscam defender discursos conservadores de diferentes

¹¹ Segundo informou a imprensa brasileira na época, o jovem foi atacado por um grupo de três homens, a quem chamou de “os justiceiros”. O rapaz foi espancado, levou uma facada na orelha, arrancaram sua roupa e o prenderam pelo pescoço em um poste. Bombeiros do Quartel do Catete atenderam a ocorrência de agressão e soltaram o rapaz. Ele foi levado para o Hospital Municipal Souza Aguiar. Mais informações em: Jovem negro é acorrentado nu em poste por grupo de ‘justiceiros’ <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/jovem-negro-e-acorrentado-nu-em-poste-por-grupo-de.html>

ordens, nesse caso, uma tradição de ordem racista. É com essa perspectiva racializada que o trabalho de Senegambia anacroniza o nosso presente, pois desvela a convivência de uma temporalidade impura (o Brasil escravocrata e o Brasil contemporâneo, o cristianismo como sustentáculo da supremacia branca e o a iconologia cristã agora utilizada como artefato artístico e político de crítica ao racismo). São esses os fragmentos, sintomas ou fulgurações (Didi-Huberman, 2018) que impedem de olhar para São Sebastião como objeto encerrado em si mesmo.

Para Canclini (2011), a hibridação não é sinônimo de fusão sem contradições, muito pelo contrário, ao se valer de distintos aparatos materiais e simbólicos, Senegambia demonstra que o que tenho chamado de imagens bastardas é, justamente, o que Rincón nomeia, inspirado em Michel de Certeau (1988), como aquelas conflituosas “marcas do fazer”, as “maneiras de praticar”, as “táticas” do cotidiano e as “inventivas dos mais fracos”, ou seja, formas de resistências móveis, instáveis, fluidas, às vezes contraditórias que se expressam no contexto da produção artística (Rincón, 2016). Além disso, o trabalho de Senegambia deixa ainda mais fecundo o argumento de que, quando a preocupação com a autenticidade deixa de se aplicar à produção artística do São Sebastião, as funções de algumas dessas obras de arte realmente se transformam. Como talvez expusesse Walter Benjamin (1989) ao se deparar com santinhos e outras figuras vernacularizadas, rasuradas ou apropriadas por grupos politicamente minorizados, em vez de essas obras fundarem-se no ritual religioso, elas passam a fundar-se em outra práxis: a política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, não procurei *ver com* essas imagens, isto é, dentro ou em companhia delas, nem *ver contra* elas. Busquei *ver entre*, pois acredito que é essa estratégia que de fato possibilitou entender mais os movimentos, deslocamentos, infidelidades, aproximações e afastamentos das iconologias abordadas. Trata-se de um *olhar* muito próximo do que Denilson Lopes efetiva em seu livro *No Coração do Mundo* (2012). Teria o mundo um coração que não fosse um entrelugar? Mas talvez tenha sido Homi K. Bhabha (2013) que mais bem descreveu essa estratégia de *ver entre*, pois busquei dar a ver não o exotismo do multiculturalismo ou da diversidade de culturas, mas, sim, a inscrição da diferença e da articulação do hibridismo iconológico *nas* culturas. Para isso, e como fez Bhabha, é necessário reforçar que o intercultural, isto é, esse fio cortante de tradução, de negociação, o entrelugar, é o que carrega o *fardo* do significado das culturas. É ele que permite, nas palavras do próprio autor, “vislumbrar histórias nacionais, antinacionais, do povo” e, assim, evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos” (Bhabha, 2013, p. 76).

Utilizo, então, o termo imagens bastardas não como um mero jargão que possa figurar ao lado de termos como “mestiçagem” (mescla de etnias), “sincretismo” (mescla de religiões) e “crioulização” (mescla de línguas), mas, sim, do modo como já pensou

Canclini (2011), isto é, essas categorias são insuficientes para nomear e explicar as modernas e contemporâneas formas de interculturalidade e processos de hibridação. Embora nessa afirmação Canclini não se refira, tão somente, às imbricações ou interculturalização da cultura artística, acredito que esse pensamento seja válido para descrever as imagens bastardas não como meros objetos, mas como processos de hibridação estética, política e cultural. Logo, são processos que incorporam a tensão da diferença e a contradição política em vez da simples negação provinciana (Bhabha, 2013), deixando emergir a energia inquieta, sobrevivente, revisionária e híbrida de um santo que sobrevive de forma traduzida e polêmica, entrelaçando tradições da pintura clássica europeia com as artes latino-americanas, resultando em um conjunto de imagens que são as “filhas bastardas” (Rincón, 2016) da “arte legítima” e que degeneram sua origem e natureza, circulando sensibilidades menores, estranhas, *queer*, promíscuas, doloridas.

Acredito, novamente me inspirando Homi K. Bhabha (2013), que uma crítica *queer* ou mesmo uma crítica pós-colonial no campo das imagens e da arte não são eficientes porque mantêm eternamente separados os termos do senhor e do escravo, do mercantilista e do marxista ou mesmo os termos de distintas “tradições estéticas”; penso, isso sim, que uma teoria crítica só pode ser realmente eficiente na medida em que ultrapassa as bases de oposição que estão dadas e que abra um espaço de negociação e de tradução que destrua as polaridades negativas para que possamos trabalhar com a real complexidade das diástases imagéticas.

Tem-se, então, uma extensa paisagem intercultural e transcultural na qual pesam os conflitos da diferença, das relações de poder e a impureza das misturas. Com essas imagens bastardas, compreendidas mais como processo e menos como objeto (Didi-Huberman, 2013), busquei descrever justamente essa operação, esse desempenho ou essa atividade do interatuar das imagens no contexto de uma história cultural da arte (Warburg, 2013, 2015). Assim, o termo “imagens bastardas” também contribui, a partir de uma perspectiva geográfica, histórica e cultural latino-americana não essencialista, para levar a cabo aquilo a que Aby Warburg não conseguiu dar sequência no seu contexto europeu entre guerras. Isto é, entender como o retorno latente e impuro de São Sebastião na cultura visual latino-americana contribui para a crítica ao historicismo (busca pela unidade do tempo) e também para a crítica ao esteticismo (busca pela unidade estilística) na história da arte.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- ARAÚJO, Verônica; SOUZA, Edinilza de; SILVA, Vera da. “Eles vão certeiros nos nossos filhos”: adoecimentos e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2021.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II: Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 2 fev. 2023.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2011.
- CHIARA, Ana Cristina. Afinidades eletivas. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 9-17, 2018.
- DARRIULAT, Jacques. **Sébastien: le renaissant**. Paris: Éditions de la Lagune, 1998.
- DE CERTEAU, Michel. **The practice of everyday life**. Berkeley: University of California Press, 1988.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente: história da arte em tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas ou Gaia saber inquieto: O olho da história, III**. Belo Horizonte: EUFMG, 2018.
- DYER, Richard. The Image of a Homosexual as a Sad Young Man. In: DYER, Richard. **The Culture of Queers**, New York: Routledge, 2002. p. 116–136.
- EDELMAN, Lee. **No future: queer theory and the death drive**. Durham, N.C.: Duke University Press, 2014.
- FERNANDEZ, Dominique. **L'amour qui ose dire son nom: art et homosexualité**. Paris: Éditions Stock, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I** – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GLAUCO do Brasil. Direção: Zeca Brito. Brasil, 2016. Vídeo. 90 min.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Recife: Cepe, 2020.

HALPERIN, David. **How to be gay**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

JESÚS, Martín-Barbero. Culturas Populares. *In*: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). **Términos críticos de sociología de la cultura**. Buenos Aires: Paidós, 2002. p. 49-69.

KEARNEY, Ryan; **Rubber Intercessions**: Saint Sebastian as Queer Communal Instigator during the AIDS Crisis. 2018. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa em História da Arte e Curadoria, Universidade de Birmingham, Birmingham, 2018.

LOPES, Denilson. **No coração do mundo**: paisagens transculturais. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

LOPES, Denilson. **Nós, os mortos**: melancolia e neobarroco. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1999.

MARCONI, Dieison. A sobrevivência do santo que desmunheca: montagem e identificação de um phatos queer de São Sebastião. **Revista Eco-Pós**. v. 25, n. 3, p. 240–265, 2022.

MARCONI, Dieison. O dia em que os dândis tomaram chá com Jacques Rancière: as relações entre polícia e política na perspectiva das estéticas dândis. **Mídia e cotidiano**, v. 15, n. 2, 2021.

MARCONI, Dieison. ALMEIDA, Gabriela. Trabalhar imagens, reparar o visível: a política da imagem como prática reparadora. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 29, p. 1-13, jan./dez. 2022.

MARCONI, Dieison. Notas introdutórias para uma genealogia das apropriações iconográficas de São Sebastião. *In*: INTERCOM: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 43., 2020. **Anais** [...]. 2020.

MENEZES, Renata de Castro. A imagem sagrada na era da reprodutibilidade técnica: sobre santinhos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 43-65, jul./dez. 2011.

- NGAI, Sianne. Our aesthetic categories: an interview with Siane Ngai. **Cabinet Magazine**, Canada, n. 43, 2012.
- NGAI, Sianne. The Cuteness of the Avant-Garde. **Critical Inquiry**, Chicago, n. 31, 2005.
- PRYSTHON, Ângela. **Utopias da Frivolidade**. Recife: Cesárea, 2015.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza e; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Ed. 34, 2018.
- RINCÓN, Omar. O popular na comunicação: culturas bastardas + cidadanias cerebrites. **Revista Eco Pós**, v. 19, n. 3, 2016.
- RUSHDIE, Salman. **The Satanic Verses**. London: Viking, 1988.
- SANTOS, Alexandre. Tensionamentos entre religião, erotismo e arte: o martírio de São Sebastião. Porto Alegre: **PPGAV/UFRGS**, v. 21, n. 35, maio 2016.
- SHÉRIDAN, Guillermo. “Aires de familia: Zárrega y yo”. **Letras Libres**, p. 95-97, fev. 2007.
- SONTAG, Susan. **Doença como metáfora** – AIDS e suas metáforas. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- STEPIC, Nikola. The Reproduction of Saint Sebastian as a Queer Martyr in Suddenly, Last Summer and Lilies. **Journal of Religion and Culture**, Quebec, v. 26, n. 1-2, 2016.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- WARBURG, Aby. **A renovação da Antiguidade pagã**: contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- WARBURG, Aby. **Histórias de Fantasmas para gente grande**: escritos, esboços e conferências. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- YBARRA-FRAUSTO, Tomás. **Rasquachismo**: a Chicano Sensibility. Durham: Duke University Press, 2019.

NEOLIBERALISMO E REFORMA DO ENSINO MÉDIO

NEOLIBERALISM AND SECONDARY EDUCATION REFORM

Gentil Lúcio dos Santos Júnior (UFRN)¹
<https://orcid.org/0000-0003-3870-9130>

Rafael Bruno da Costa Santos (UFRN)²
<https://orcid.org/0000-0001-9429-369X>



RESUMO

A recente reforma do ensino médio brasileiro reabriu o debate sobre o papel da escola na sociedade. Diante disso, este artigo busca entender como esse fenômeno se inscreve no contexto brasileiro. Mediante uma pesquisa bibliográfica, o estudo verificou que, para cada revolução nos modelos de produção, houve uma estrutura escolar correlata. É possível afirmar que houve uma reorganização do ambiente escolar para responder às demandas tanto do taylorismo-fordismo quanto do toyotismo. A recente reforma do ensino médio se inscreve nessa lógica, em meio a um forte programa de reestruturação produtiva, procurando readaptar os currículos escolares para fazer frente às demandas neoliberais de formação de mão de obra para um mercado de trabalho precarizado.

Palavras-chave: ensino médio; reforma; modelos de produção.

ABSTRACT

The recent Reform of Brazilian High School reopened the debate on the role of Schools in society. Therefore, this article seeks to understand how this phenomenon is inscribed in the Brazilian context. Through bibliographical research, it was found that, for each revolution in production models, there was a related school structure. It is possible to affirm that there was a reorganization of the school environment to respond to the demands of Taylorism-Fordism and those of Toyotism. The recent Reform of High School is part of this logic and, in the midst of a strong program of productive restructuring, it seeks to readapt school curricula to face the neoliberal demands for workforce training for a precarious labor market.

Keywords: high school; reform; production models.

¹ Mestre em Gestão de Processos Institucionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Gestão de Processos pela UFRN. E-mail: gentillucio@gmail.com.

² Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e membro do Grupo de Pesquisa Social (GPS-UFRN). E-mail: ufrn.rafaelsantos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O contínuo desenvolvimento do modo de produção capitalista requer uma incessante criação de novos saberes-fazer para responder às suas demandas. Consequentemente, à medida que novas tecnologias se afirmam, novas subjetividades vão sendo requeridas e constituídas. A escola, como espaço importante para a sociabilidade do indivíduo, é absorvida por essas mudanças e tende a se adaptar a elas. Diante disso, passa a se constituir como um *locus* que desempenha papel fundamental na produção e na reprodução de novas subjetividades. Embora o conceito de subjetividade englobe a totalidade de áreas que correspondem à vida de um indivíduo, para fins analíticos deste artigo, ela se circunscreverá apenas à esfera do trabalho.

Dito isso, é possível afirmar que, na sociedade fordista, houve uma escola “fordista”; da mesma maneira que, quando o toyotismo tornou-se o sistema de produção preponderante, a escola teve um papel importante na consolidação de uma subjetividade inerente a essa nova fase do desenvolvimento econômico. As subjetividades próprias do fordismo e do toyotismo são praticamente antagônicas: enquanto a primeira demanda um indivíduo/trabalhador com conhecimento parcelar, encerrado em uma estrutura rígida e muito hierarquizada, a segunda requer um indivíduo/trabalhador multifacetado, flexível e com conhecimentos sempre atualizados.

Cabe explicar que essas subjetividades surgem e se desvanecem em contextos históricos relativamente delimitados. O fordismo aparece, no período pós-guerra, em articulação com keynesianismo, em um processo de retroalimentação que dá ensejo à formação dos estados de bem-estar social. Por sua vez, o toyotismo, que ganha força a partir da década de 1980, é o modelo de produção majoritariamente ligado ao período de desmonte do estado de bem-estar social e da afirmação do neoliberalismo e da globalização.

Atualmente, é possível afirmar que os currículos escolares estão passando por mudanças que têm como objetivo a adaptação da escola ao modelo econômico neoliberal. O neoliberalismo é uma doutrina econômica que propõe a diminuição da participação do Estado na economia, tendo como base a mercantilização das relações sociais, pressupondo, assim, que os vínculos entre cidadão e Estado devem ser vistos como os de um consumidor frente a um prestador de serviços.

Nessa perspectiva, a educação passa a ser vista como uma mera mercadoria, e a prática educativa se rebaixa a mera produtora e reprodutora de mão de obra, com conhecimentos fragmentados que são suficientes para a inserção no mercado de trabalho, mas que estão aquém de uma formação integral e emancipadora. Forja-se, assim, um *novo ethos do trabalho* para atender às demandas dessa nova etapa do capitalismo.

Esse *ethos* está fortemente ligado à construção de um trabalhador capaz de se “adaptar” a uma sociedade na qual a possibilidade do desemprego, da marginalização e da exclusão está sempre em seu horizonte. Assim, para fazer frente a esses possíveis desfechos, esse novo trabalhador não pode mais contar com o Estado como garantidor do bem-estar da população, mas apenas consigo mesmo. Esse quadro é apenas um preâmbulo para os vários capítulos sobre o que representa o fenômeno da precarização do trabalho.

Com base na premissa de que o novo trabalhador deva ser um sujeito marcado por direitos e conhecimentos fragmentados, a escola pública tende a se tornar um ambiente voltado para a formação de uma mão de obra majoritariamente barata e descartável. Com isso, ela se inscreve em um contexto no qual os investimentos na qualidade do ensino devem ser “racionalizados”. Tem-se, então, um fenômeno em virtude do qual o mercado de trabalho precarizado serve de fundamento para a precarização da própria escola.

Foi em meio a esse contexto da precarização do trabalho que o currículo do novo ensino médio brasileiro foi reformado. Importante destacar que, nos últimos anos, no Brasil, vem se delineando um profundo processo de reestruturação produtiva, em virtude do qual o Estado foi tolhido de sua capacidade de investimento e as leis trabalhistas foram amplamente esgarçadas.

É a partir dessa realidade que este artigo busca compreender como uma nova escola está sendo constituída. A motivação da pesquisa parte do seguinte questionamento: qual seria o novo papel da escola na formação de uma subjetividade que está sendo inscrita em meio a esse novo contexto de reestruturação produtiva? Partindo desse ponto, este artigo também busca compreender sobre quais bases foi formulada a reforma do ensino médio brasileiro.

2. CENTRALIDADE DO TRABALHO DE SUA SUBJETIVIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA

A importância da categoria *trabalho* para a humanidade é uma construção histórica relativamente nova. Na Grécia antiga, a centralidade da vida era confirmada nas arenas pública e política, sendo o trabalho, primordialmente, uma obrigação dos escravos e das mulheres.

Talvez tenha sido Hannah Arendt a autora que mais bem descreveu o papel do trabalho na sociedade grega antiga. Em sua obra *A condição humana* (2007), a ideia de trabalho compreende as atividades englobadas pela *vita activa* que estão divididas em três grandes grupos: o labor, o trabalho e a ação. Pode-se dizer que cada uma delas tem um tipo de alteridade que ensinaria determinadas subjetividades. Além disso, esses grupos de atividades também ajudariam a definir o modo de organização da sociedade grega.

O labor, segundo Arendt (2007), diz respeito às atividades de reprodução da vida, estando adstrito à esfera privada, ou seja, à *oikos*. Pode-se dizer que o labor não é portador de alteridade, e, portanto, não ensina uma subjetividade emancipadora. Tem-se, desse modo, o *animal laborans*, aquele que trabalha apenas para a subsistência, sendo sua condição humana a da necessidade.

Já o trabalho propriamente dito é o ofício que produz objetos, artefatos ou mercadorias que podem ser vendidos ou trocados. Ao contrário do *animal laborans*, o *homo faber* tem uma posição na esfera pública, mas sem acesso à política. O *homo faber* viveria, assim, principalmente para a troca ou a venda de mercadorias. A sua vida giraria em torno

da ideia de utilidade (Arendt, 2007). A sua subjetividade, portanto, seria frágil, uma vez que ela seria fruto de uma alteridade mediatizada por objetos.

Por fim, a ação seria a condição humana da liberdade, da pluralidade e da singularidade. A ação, na qual o discurso também está inserido, é a única atividade em que não há mediação a partir de coisas ou mercadorias, permitindo uma exteriorização direta do ser humano. A esfera da ação humana é a esfera pública, principalmente, a política. Nessa perspectiva, o ser humano passa a ser definido como ser singular. Além disso, na ação, o homem é livre; enquanto no trabalho e no labor, não (Arendt, 2007).

Já no medievo, o trabalho era visto como castigo, como uma obrigação humana imposta como consequência a um suposto “pecado original”. A partir do século XIII, com São Tomás de Aquino, surge uma cosmovisão mais antropológica do trabalho na fé cristã. A ação humana passa a ser vista como uma realização das potencialidades para o engrandecimento da Obra de Deus. Como desdobramento dessa tese, o trabalho passa a ser fonte para a salvação “individual”. Daí em diante, o trabalho perde a sua relação com a expiação dos pecados e ganha uma aura de virtude. Porém, seu sentido volta-se exclusivamente para esse ideal, não havendo muito espaço para o lucro e a acumulação, que ainda eram vistos como pecaminosos (Sanson, 2004).

A mudança radical no *ethos* do trabalho aparece com a Reforma Protestante. Nela, desenvolveu-se uma ética voltada ao trabalho que, além de demonstrar virtude, sinalizava a possibilidade da salvação individual. Como o trabalho é o produto da ação humana, nesse contexto, surge um “ascetismo secular”. Segundo Weber, essa ascese intramundana protestante vai, ao longo dos anos, desprendendo-se do seu sentido religioso e dando lugar a uma racionalidade que enseja uma subjetividade voltada ao trabalho, uma ética que permite o florescimento e o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente (Weber, 2004).

O trabalho, que doravante terá uma conotação de virtude, de possibilidade de liberdade humana, passa a servir como justificativa para a ascensão da burguesia emergente. O humanismo renascentista dá centralidade à ação humana, abrindo caminho para um movimento de secularização dos costumes e, em seguida, permitindo a formação das doutrinas filosóficas liberais. Daí em diante, o trabalho ganha contornos que o assemelham à forma como ele é entendido contemporaneamente: uma mercadoria, que pode ser comprada e vendida, ficando sujeita às leis de oferta e de procura.

Karl Marx havia compreendido os problemas subjacentes ao trabalho sob essas condições. Para ele, o trabalho, no capitalismo, aliena os indivíduos do produto de seus esforços. O salário apareceria nesse processo como uma forma de mascarar as trocas desiguais realizadas entre trabalhadores e capitalistas (Marx, 2015). O conflito, no capitalismo, estaria sempre instaurado e a maneira de resolvê-lo seria por meio da subversão desse modo de produção.

Já Durkheim compreendeu o trabalho como base para a ordem social. Para ele, a divisão social do trabalho permitiria o desenvolvimento de uma sociabilidade tendente a uma maior coesão social (Durkheim, 2019a). Embora ele reconhecesse o conflito que a

sociedade de mercado trazia para as relações sociais e não procurasse uma saída radical para ele, ainda assim, não deixou de criticar esse modo de produção. Ele compreendia que o mercado, caso deixado sem qualquer tipo de regulamentação, levaria ao rebaixamento das relações morais e, por conseguinte, das relações sociais (Durkheim, 2019b).

Com o capitalismo, promove-se, assim, o surgimento de uma nova sociedade, bem como de novos saberes-fazeres que forjam novas subjetividades, as quais correspondem a cada etapa do desenvolvimento desse modo de produção. Ele ainda passaria por várias revoluções tecnológicas até chegar a um novo modelo econômico e político que se apresenta como um dos pontos centrais deste artigo: o neoliberalismo.

2.1 O NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

Até meados da década de 1960, o mundo parecia estar seguindo rumo a uma duradoura e positiva correlação de forças entre capital e trabalho. Os anos de 1950 a 1960 marcaram uma espécie de “acordo” entre empresários, trabalhadores e Estado, permitindo que a economia crescesse com pleno emprego – ao menos nos países centrais e nos EUA – e que houvesse aumentos médios dos salários. Entende-se essa conciliação como um momento de acomodação no pós-guerra, que tinha como objetivo a manutenção de um clima de paz interna e externa entre os países que haviam acabado de sair da Segunda Guerra Mundial. O único caminho, nesse contexto, era uma combinação adequada “entre Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade” (Harvey, 2005, p. 20).

Porém, ao fim da década de 1960, muitos desses países encontravam-se em meio a crises, enfrentando alto desemprego e inflação, além de problemas fiscais devido à perda de receitas provindas dos impostos para fazer frente aos gastos sociais ainda em ascensão. Nesse contexto, a conciliação entre capital e trabalho chega à sua ruptura e os interesses dos empresários se sobrepõem aos dos cidadãos. Segundo o pensamento dominante à época, era necessário pôr fim aos estados de bem-estar social, impondo políticas de cortes de gastos e diminuição de direitos, além de reformas gerenciais na administração pública. A esse conjunto de reformas deu-se o nome de neoliberalismo, numa referência aos princípios filosóficos e econômicos do liberalismo do século XVIII e XIX que estabelecem a centralidade da organização social no indivíduo e no mercado (Anderson, 1995; Boron, 2002; Harvey, 2005).

As décadas de 1970 até 1990 marcam a inserção dessas políticas no Brasil e no mundo. Nesse contexto de abertura econômica e diminuição do Estado, as políticas neoliberais, por um lado, definiram os limites para os gastos públicos do Estado, e, por outro, colocaram em curso um forte desmonte da legislação trabalhista. Deu-se, então, a abertura de um novo capítulo na história do trabalho: o da precarização.

Com o crescente esfacelamento da legislação trabalhista trazida pelo neoliberalismo, as relações de trabalho passaram a ser pautadas pela informalidade e pela flexibilidade,

nas atividades tanto intelectuais quanto manuais. Em um contexto no qual as empresas buscam maximizar lucros e diminuir custos, transfere-se para os

[...] trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a “flexibilização” crescente dos contratos de trabalho (Antunes, 2018, p. 37).

A terceirização ganha, então, centralidade na gestão empresarial e se afirma com base nos contratos temporários, fortemente flexíveis e pouco amparados pela legislação trabalhista. Além disso, as constantes oscilações geradas pelo mercado de trabalho colocam essa nova categoria de trabalhadores facilmente no desemprego.

Como uma espécie de véu que os impede de ver a realidade como ela é, surge a figura do “trabalhador-empendedor”, que, segundo Antunes (2018), aparece como uma mistura de *burguês-de-si-próprio* e *proletariado-de-si-mesmo*. Esse “novo empendedor” vale-se de uma verdadeira engenhosidade retórica para procurar esconder sua situação de assalariado.

Desenvolvendo suas atividades de forma precarizada, encontram-se os trabalhadores “temporários”, “part-time”, “uberizados”, “pejotizados”, “flexíveis”, como também os obrigados ao atingimento de metas em troca de recompensas financeiras. Submetidos à pejotização estão profissionais das mais diversas áreas, como “médicos, advogados, professores, bancários, eletricitas, trabalhadoras e trabalhadores do *care* (cuidadores)” (Antunes, 2018, p. 42).

O marco maior da uberização e da flexibilização do mercado de trabalho brasileiro ocorreu no ano de 2017, com a promulgação das reformas da legislação trabalhista. Essas reformas estavam inseridas em um plano maior de reestruturação produtiva, que envolvia congelamento das despesas públicas, privatizações e reforma do ensino médio, denominado “Uma Ponte Para o Futuro”. A reforma trabalhista foi efetivada por meio da Lei nº 13.467/2017, que alterou nada menos que 201 pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (Krein, 2018).

2.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO MODELO NEOLIBERAL

Embora pareça que a escola seja um lugar que priorize a produção do saber desinteressado e de uma atitude pretensamente desvinculada da eficiência econômica, ela não está alheia à sociedade e seus processos de mudança e conflitos. A escola evolui com a sociedade e se apresenta como sendo um fruto dela. No bojo das últimas revoluções dos sistemas de produção, a escola buscou responder a cada uma delas mediante a criação de certos *saberes-fazeres*. Quando se faz uma retrospectiva das duas últimas revoluções (taylorista-fordista e toyotista), pode-se compreender com mais clareza como a escola se organizou para fazer frente às demandas de cada uma delas.

Do começo do século XX até meados da década de 1960, o tipo de paradigma produtivo definido pelo capitalismo foi o da *escola da administração científica*, tendo como o seu maior expoente o engenheiro norte-americano Frederick Taylor. A ideia principal dessa escola estava baseada na racionalização do trabalho, definindo os tempos e movimentos corretos tanto para os trabalhadores como para os de suas ferramentas. Empiricamente, a maior expressão dessas ideias foi revelada nas linhas de montagem da Ford, no começo da década de 1910.

O taylorismo-fordismo marca também a necessidade de um novo trabalhador e, logo, de uma nova subjetividade. Diante desse novo modelo de produção, o trabalhador curioso e pensante devia ser preterido em detrimento de um homem obediente e capaz de entregar seu corpo inteiro ao trabalho, habilidades demandadas pelas indústrias. Ford, como bom protestante, atribuía um valor extremamente moral ao trabalho, acreditando em uma ética de combate ao absentismo e em uma devoção quase irracional ao trabalho, que não respeitava os limites da própria fábrica, atingindo até a esfera privada da vida dos indivíduos (Pinto; Antunes, 2018).

O tipo de educação definida pelo taylorismo-fordismo tem como principal vetor a produção e a reprodução de uma força de trabalho obediente, abster-se e nada criativa. A expressão máxima dessa educação se encontra nas escolas para formação técnica, as quais aplicavam uma abordagem de ensino ditada pela hierarquia rígida entre professor e aluno.

O modo de produção taylorista-fordista foi, inclusive, um facilitador da solidariedade entre os trabalhadores, com a criação e o fortalecimento dos sindicatos, pois o seu chão de fábrica, com um grande número de trabalhadores perfilados e realizando as mesmas operações, bem como a divisão hierarquizada entre trabalhadores e gerência induziram a organização sindical e o embate político. Esse tipo de organização quase que universalizada dos trabalhadores permitia, também, que eles se organizassem na sociedade civil, fortalecendo-os como classe e possibilitando uma correlação de forças entre capital e trabalho que permitiu o surgimento dos estados de bem-estar social.

O modelo taylorista-fordista marcou o momento glorioso do capitalismo (nas décadas de 1950 e 1960). O fordismo, como modelo hegemônico, foi capaz de responder positivamente às demandas de bons salários aos trabalhadores. Sua lógica de uma *produção empurrada* tinha como pressuposto a criação de novos mercados e de incutir nos indivíduos a ideia do cidadão como consumidor de produtos. Porém, com o advento do toyotismo – que rapidamente se adaptou aos interesses do neoliberalismo –, o taylorismo-fordismo não foi capaz de competir com as margens de lucros impostas por esse novo modelo, tendo sido gradativamente substituído (Pinto; Antunes, 2018).

O toyotismo, segundo Coriat (1994), surgiu em contexto histórico e social particular do Japão do pós-guerra. Trata-se também de sistema de produção desenvolvido em uma fábrica em particular, a Toyota. Três foram os determinantes estruturais para a formação desse sistema de produção: primeiro, a expansão da indústria automobilística do Japão do pós-guerra foi muito lenta, o que não permitiu desenvolvê-la com base em uma economia de escala. Fazia-se, então, necessário criar uma indústria enxuta e flexível, que oferecesse pequenas quantidades de variados tipos de veículos.

Segundo, no fim de década de 1940, a Toyota se encontrava em uma má situação financeira, o que a levou a contrair empréstimos, tendo como contrapartidas impostas a ela: 1) a separação entre distribuição e fabricação de veículos; 2) a redução do quadro de funcionários; e 3) o redimensionamento da produção às quantidades de veículos efetivamente vendidos. Tudo isso levou a Toyota a adotar uma série de medidas para responder a essas exigências. Essas medidas, que foram empregadas de forma exitosa e sistematizada, levaram à consolidação do toyotismo como sistema de produção (Coriat, 1994).

Terceiro, no começo da década de 1950, depois de uma batalha ganha contra o sindicato da indústria japonesa (que saiu quase destruído), houve um aumento de poder da empresa frente aos seus funcionários. Isso permitiu que ela pudesse implementar mudanças sem maiores resistências. Soma-se a isso o processo pelo qual foi se estabelecendo uma série de contrapartidas dadas pela empresa aos funcionários e sindicatos em troca do aumento da produtividade, o que possibilitou o surgimento de um novo modelo de remuneração (Coriat, 1994).

O toyotismo surgiu no Japão do pós-guerra em meio aos seus esforços de reconstrução econômica e foi também conhecido como *produção enxuta*, pois sua lógica é inversa à do fordismo. Ou seja, enquanto este procurava ofertar produtos pela geração de grandes estoques, aquele passava a produzir apenas quando demandado (Pinto; Antunes, 2018). Diferentemente de uma linha de produção com trabalhadores realizando apenas poucas atividades, o toyotismo parte para um *layout* majoritariamente desenhado em células, com uma força de trabalho multifuncional capaz de identificar e corrigir problemas sem que a produção seja interrompida.

Com isso, tornou-se necessária a formação de um novo trabalhador, e, mais uma vez, de uma nova subjetividade. As exigências de se fazer mais de uma tarefa ao mesmo tempo, além das habilidades analíticas para identificação e pronta correção de defeitos, demandou, nesse processo, um trabalhador pensante e criativo. Como a lógica do toyotismo é o da demanda, o trabalhador que está inserido nesse novo mundo do trabalho deve estar disposto a acrescentar ao seu repertório mais habilidades para atender às necessidades dos mais diversos tipos de produtos (Pinto; Antunes, 2018). A lógica do toyotismo leva a uma hipercompetitividade entre os trabalhadores, pois a organização em células de produção, o trabalho com base em metas, o salário flexível e a estrutura horizontalizada inibem os trabalhadores de desenvolver qualquer senso de solidariedade. Esse individualismo exacerbado também é transplantado para a arena pública, inviabilizando, quase que por completo, qualquer debate político em torno de bens comuns.

Pode-se dizer que hoje, em meio a um processo de reestruturação produtiva e inserida em uma racionalidade econômica na qual critérios como eficiência e produtividade perpassam boa parte da vida cotidiana, para os defensores do neoliberalismo, um novo modelo escolar só faria sentido se inserido numa lógica da produção de serviços que respondam às demandas da economia. Como a doutrina neoliberal necessita de certo *ethos*, isto é, de uma certa propensão para pensar e agir, a escola passa a se incumbir de produzir e reproduzir um “homem flexível” e um “trabalhador autônomo”, sendo eles, também, “as referências do novo ideal pedagógico” (Laval, 2019).

A nova atividade escolar, fruto de uma exacerbada racionalidade econômica, passa a se comportar como a de uma empresa, tendo o seu produto (a educação) medido na lógica de retorno sobre o investimento. Numa análise macro, a própria escola também passa a ser entendida como uma mera mercadoria, e os critérios para sua análise tornam-se aqueles do mercado. Estabelece-se, então, a ideia de uma gestão escolar eficiente tanto nos sistemas de ensino privados quanto nos públicos.

Em vez de buscar desenvolver um indivíduo capaz de se compreender no mundo, o tipo de indivíduo que uma escola neoliberal pretende formar é aquele que está “bem” inserido em uma realidade na qual o risco de exclusão e marginalização são constantes. Assim, o indivíduo criado sob essas condições deve assimilar as ideias de autodisciplina e autoaprendizagem, mas consciente de que essa *educação para o longo da vida* deve ser custeada por ele mesmo, aliviando o Estado, assim como as empresas, do custo desse eterno aperfeiçoamento (Laval, 2019).

Trata-se, portanto, de desvendar qual o conjunto de “crenças associadas à [nova] ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 42). Ou seja, retomando a proposição de Weber: qual seria hoje o “espírito do capitalismo”? Que ideias o capital mobiliza para manter a sua legitimidade e hegemonia? Como se move o capitalismo para manter as pessoas comprometidas e dar continuidade ao seu processo de acumulação? Se o seu “espírito” não se encontra mais na religião, tampouco na racionalização das organizações, onde se encontra? Doravante, de acordo com Boltansky e Chiapello (2009, p. 121), no “novo universo [do trabalho] tudo é possível, pois as novas palavras de ordem são criatividade, reatividade e flexibilidade”. As novas palavras de ordem do capital são as do engajamento, do desenvolvimento pessoal, da mobilização de competências, da empregabilidade, do empreendedorismo. Não é mais a organização que oferece o porto seguro aos trabalhadores; agora e, cada vez mais, as pessoas, os indivíduos é que são responsáveis pela sua inserção e manutenção laboral. A escola deve, então, incutir no indivíduo o *ethos* do autoaperfeiçoamento, da especialização, deixando-o, em seguida, entregue ao mercado a fim de que este possa comprar/adquirir as habilidades e competências para as quais tem demanda.

2.3 REFORMAS NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

A reforma do ensino médio brasileiro surge em meio a um amplo programa de reestruturação produtiva, tendo sido implementada na esteira da PEC do teto de gastos (Brasil, 2016) e do desmonte das leis trabalhistas. Tais modificações no ensino médio brasileiro trazem à tona um currículo que retira o caráter reflexivo da antiga Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB) para introduzir um ensino médio notadamente voltado ao aprendizado técnico (Ramos; Heinsfeld, 2017).

Nesse contexto, cabe fazer uma pequena menção ao paradigma de ensino anterior à reforma. Após a redemocratização do país, no período que se segue à promulgação da Constituição de 1988, foi promulgada, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/1996), que preconiza, para o ensino médio, a preparação básica para o trabalho e para a cidadania, intercalando uma base de conhecimentos voltada para o aprendizado contínuo, bem como para o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (Ramos; Heinsfeld, 2017).

Já o novo modelo de educação que o novo ensino médio institui é fortemente utilitarista. Isto é, trata-se de um modelo de ensino predominantemente voltado para elementos externos à educação e fortemente vinculados à economia. O Quadro 1, a seguir, exemplifica bem essa situação, ao comparar o currículo do antigo com o do novo ensino médio.

Quadro 1 – Comparativo entre as redações para o art. 36 nas Leis nº 9.394/1996 e 13.415/2017

Art. 36, Lei nº 9.394/1996	Art. 36, Lei nº 13.415/2017
<p>Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:</p> <p>I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;</p> <p>II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;</p> <p>III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição;</p> <p>IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.</p>	<p>Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a <i>possibilidade dos sistemas de ensino</i>, a saber:</p> <p>I – linguagens e suas tecnologias;</p> <p>II – matemática e suas tecnologias;</p> <p>III – ciências da natureza e suas tecnologias;</p> <p>IV – ciências humanas e sociais aplicadas;</p> <p>V – formação técnica e profissional.</p>

Fonte: Ramos e Heinsfeld (2017, p. 18295, grifo nosso).

O novo ensino médio é formado por duas partes: por uma base nacional comum (60% da carga horária total), como um currículo padrão para esse nível educacional, e por um itinerário formativo (demais 40% da carga horária), no qual o aluno deve escolher em que área de formação profissional ele irá se desenvolver. Os itinerários formativos estão separados em: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional (Piolli; Sala, 2020).

Ao optar por um dos itinerários formativos, o aluno passa a estudar especificamente o conteúdo das disciplinas referentes ao itinerário escolhido em detrimento de outros. Isso significa uma limitação no conhecimento disciplinar adquirido pelo estudante na escola, o que pode diminuir suas possibilidades de ingresso no ensino superior. Ainda nessa perspectiva, como afirmam Piolli e Sala (2020), ao escolher o itinerário formativo “formação técnica e profissional”, em que o conteúdo se volta exclusivamente para o desempenho de determinada atividade profissional, o estudante terá maiores dificuldades de adentrar à universidade, já que os processos seletivos para ingresso no ensino superior levam em consideração os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular, ministradas nas disciplinas da formação geral.

Dessa forma, o aluno que busca a inserção rápida no mercado de trabalho estará abrindo mão de uma formação com maior robustez, por meio da qual ele possa garantir o ingresso em um curso superior e, por conseguinte, ter maiores chances de realizar uma ascensão social. Vale ainda salientar que a definição do itinerário formativo não é vinculada somente às demandas dos alunos, mas ao que as estruturas das redes de ensino permitem ofertar. Ou seja, nem todas as escolas poderão ofertar todos os itinerários, o que limita ainda mais a formação do estudante.

Considere-se também que a implantação desse Novo Ensino Médio, em um contexto em que existe uma conjunção entre falta de infraestrutura e de pessoal docente das escolas públicas e déficit de educação, fruto de tal contexto, cria apenas uma falsa ideia de *escolha* para os alunos. Em verdade, ao optar por um dos itinerários formativos, o aluno estará apenas reafirmando aquilo que lhe restou para escolher.

Além disso, a retirada de boa parte da carga horária em algumas disciplinas, como filosofia e sociologia, estreita a possibilidade de formação do pensamento crítico, um dos alicerces para o desenvolvimento e a afirmação da cidadania. Como explicam Motta e Frigotto (2017), as reformas educacionais no Brasil sempre buscam legitimar os diferentes ciclos econômicos do capitalismo, e, no momento atual, há uma necessidade de flexibilização da mão de obra para um mercado de trabalho precarizado. Nesse contexto, os investimentos em educação passam a seguir a tendência de produção e reprodução de mão de obra barata e pouco protegida por leis trabalhistas, e a reforma do ensino médio brasileiro aparece, então, como uma maneira de adaptar o currículo escolar às demandas de mercado com vista à produção de uma subjetividade afeita ao neoliberalismo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou as modificações nas relações de trabalho no contexto neoliberal, bem como os seus impactos na formação de uma nova subjetividade, tentando, ainda, compreender as implicações desses dois fenômenos para os currículos escolares. Além disso, constatou que, para cada revolução nos modos de produção capitalista, há um tipo específico de *saber-fazer*. A escola, nesse contexto, torna-se um espaço (uma espécie de fábrica) para a produção e a reprodução de subjetividades que têm como objetivo responder às necessidades do mercado.

O modelo taylorista-fordista vem perdendo espaço para o toyotismo e agora para as mudanças do paradigma da revolução 4.0, implicando a necessidade do desenvolvimento de um novo tipo de subjetividade inerente a esse novo modelo de produção. O que antes era um trabalho parcelado, hierarquizado, com vínculo duradouro do empregado junto à empresa e marcado por uma relação trabalhista que assegurava direitos ao trabalhador, passa a ser um trabalho multifacetado, sem nexos claros de comando e obediência, com vínculos efêmeros entre os trabalhadores e as empresas e em um ambiente marcado por uma diminuta legislação trabalhista.

Sennett (1999) observa que o capitalismo de um mundo do trabalho hiperflexível não permite que se pense o dia de amanhã, nem que se definam bens comuns e superiores, pois tudo, a todo o tempo, está se desfazendo. A vida do fordismo era uma narrativa linear. Mas agora “não há longo prazo” (Sennett, 1999, p. 24). Encontramo-nos, diante disso, à deriva.

Dizer que “não há longo prazo” tem a ver com o diagnóstico do presente, em que a incerteza, o risco e a ironia dissimulada na forma de trabalho colaborativo – no seio do qual as pressões intergrupais fazem agora o trabalho da antiga autoridade hierárquica – constituem o conteúdo normativo dessa etapa do modo de produção capitalista. Em *A corrosão do caráter* (1999), Sennett explica que a flexibilidade e a constante adaptação no mundo do trabalho acabam por corroer a confiança e os laços sociais. Isso ocorre porque a dimensão do tempo é afetada de maneira substancial; o enunciado “não há longo prazo” pode também ser lido como estar em constante mudança, não se comprometer, como também não se sacrificar pelos outros. Essa perspectiva sombria para o presente pode ainda se agravar caso esse modo de sociabilidade adentre também as salas de aula. A escola, diferentemente do que se costuma pensar, não constitui um espaço de produção e reprodução de um conhecimento desinteressado. Na realidade, como foi analisado ao longo destas páginas, ela também existe para fazer frente às necessidades que o mercado de trabalho lhe impõe, o que leva, portanto, a uma luta política em relação aos conteúdos dos currículos das instituições de ensino.

Nota-se que as recentes reformas nos currículos do ensino médio aparecem como consequência dessas imposições. Assim, a Reforma do Ensino Médio brasileiro surge como parte de um projeto maior de reestruturação produtiva, no qual o Estado brasileiro teve tolhida a sua capacidade de realização de investimentos públicos, inclusive em educação.

Além disso, tal reforma acontece logo após o desmonte da legislação trabalhista, que introduziu a precarização no mercado de trabalho brasileiro. Trata-se, portanto, de um currículo que suprime a ideia de formação para a cidadania e implanta um ensino fortemente utilitarista. A ideia central dessa reforma é a formação de um trabalhador pronto para adentrar um novo mundo do trabalho: o mundo da precarização.

Os autores deste artigo não podem se furtar de afirmar que a esfera pública não pode se dobrar à racionalidade do mercado de trabalho (a essa racionalidade meramente instrumental), que reduz tudo a números frios, a critérios simplórios de eficiência e produtividade. A escola não pode ser uma empresa. Para o exercício da cidadania, é imperioso ter um cidadão capaz de analisar o mundo ao seu redor, que está além do mero mercado de trabalho. Diante disso, torna-se necessário revogar a reforma do ensino médio brasileiro e introduzir um novo currículo escolar que prepare os brasileiros para os mais diversos aspectos da vida em comunidade.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BOLTANSKY, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BORON, Atilio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acesso em: 05 de dezembro de 2022.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo Avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. 1. ed. Rio de Janeiro. REVAN/UFRJ, 1994.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins fontes, 2019a.
- DURKHEIM, Émile. **Lições de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2019b.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.
- KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo social**, v. 30, p. 77-104, 2018.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro 1**: Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 355-372, 2017.

PINTO, Geraldo Augusto; ANTUNES, Ricardo. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2018.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, n. 127, p. 69-86. 2020.

RAMOS, Flávia Regina Oliveira; HEINSFELD, Bruna Damiana de Sá Solón. Reforma do ensino médio de 2017 (Lei nº 13.415/2017): um estímulo à visão utilitarista do conhecimento. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2017. **Anais** [...]. 2017. p. 18284-18300.

SANSON, César. **Trabalho e subjetividade**: da sociedade industrial às sociedade pós-industrial. Natal: EDUFRN, 2004.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo : Companhia das Letras, 2004.

NISE QUE CURA, UM LEGADO A CELEBRAR

NISE THAT HEALS, A LEGACY TO CELEBRATE

Marcelo Calderari Miguel (UFES)
<http://orcid.org/0000-0002-7876-9392>



Com grandeza, Nise brilhou, farol sereno e claro,
Médica psiquiatra, seu legado é um tesouro raro.
Engenho de Dentro, terapia e arte a deslumbrar,
Caminhos sinuosos, horizontes audazes a explorar.

Contrapondo tratamentos cruéis, agressivos,
Ateliês de pintura, vozes vivas e expressivas.
Saúde mental, olhar singelo e profundo,
Bem-estar promovido, semente fértil, amor fecundo.

No Museu de Imagens do Inconsciente,
Obras de pacientes, poesias eloquentes.
Fundado por Nise, estudo e pesquisa entrelaçados,
Expressão e nobreza, sentimentos imortalizados.

No Brasil, florescem iniciativas de valor,
Cultura e saúde juntas, ardor que encanta e seduz.
Inclusão de grupos minoritários, prioridade essencial,
Acessos ampliados, rede social a revelar.

Políticas públicas, diversidade a nortear,
Museus, espaços de encontro, vitalidade a pulsar.
Saúde mental fortalecida, compromisso leal,
A mente se engrandece, colorida, sonho surreal.

Nise da Silveira, dedicação, luz a iluminar,
Seu trabalho inspira, conduz a admirar.
Cultura e saúde, harmonia em ação eficaz,
Empatia e inclusão, transformação sagaz.

CULTURA: TRAGÉDIA, GRANDEZA E NEGATIVIDADE

CULTURE: TRAGEDY, GREATNESS AND NEGATIVITY

Tadeu de Oliveira Silva (UFRN)¹

<http://orcid.org/0000-0001-8272-0746>

Anne Carolina Araújo de Maria (UFRN)²

<http://orcid.org/0000-0003-0123-6755>



O livro *A tragédia da cultura: cultura, grandeza negativa* apresenta textos do cientista social e filósofo alemão Georg Simmel (1858-1918) em sua primeira parte e, na sequência, texto do professor da Universidade de São Paulo (USP) e crítico de arte brasileiro José Teixeira Coelho Netto (1944-2022) sobre os conceitos de cultura relacionados à arte e às compreensões e aos desdobramentos analíticos dos autores sobre a tragédia da cultura, do sujeito e do objeto na arte. A obra conta com 144 páginas e foi publicada em 2020 pela editora Iluminuras, do Instituto Itaú Cultural, sendo o 21º volume da coleção *Os Livros do Observatório* da editora. A estrutura do livro é composta pelo texto *A tragédia da cultura*, publicado com o título original *O conceito e a tragédia da cultura*, de Georg Simmel, um ensaio feito pelo autor e publicado pela primeira vez em 1911, na obra *Filosofia da Cultura*, seguido do texto *Cultura, grandeza negativa*, de Teixeira Coelho.

O texto do crítico de arte é subdividido em várias seções, sendo elas *A cultura vista do lado de fora*; *O espírito em chave contemporânea*; *Simmel antecipa o homem sem qualidades e sem conteúdo*; *Quando a cultura é inútil*; *Inesperados aportes da tecnologia para a filosofia e a cultura*; *A cultura inimiga da cultura*; *Afogando em números - mesmo nos bem-intencionados*; *Cultura do excesso, cultura do nada*; *Trabalho da cultura: encarar a época*; *Os conteúdos de cultura contra a finalidade da cultura* e *Posfácio ao posfácio*.

A primeira parte, na qual está presente a obra de Simmel, apresenta as características fundamentais sobre a cultura a partir da discussão sobre o espírito humano. De acordo com o autor, esse espírito humano cria inúmeras formas que continuam a existir de modo independente a ele. Um conflito profundo entre a vida subjetiva – que é finita – e seus conteúdos, que permanecem válidos de forma indefinida.

¹ Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Ciências Sociais-Licenciatura pela mesma instituição de ensino. Graduado em Comunicação Social / Habilitação em Jornalismo pela Universidade Potiguar (UnP). E-mail: tadeudeoliveira_@hotmail.com.

² Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Potiguar (UnP). Especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Potiguar (UnP). E-mail: annecarolineamaria@gmail.com

Para Simmel, o significado específico da cultura só é alcançado quando os seres humanos incorporam em si algo que é exterior a esse desenvolvimento, quando o caminho do espírito passa por valores e avanços que não são eles mesmos animicamente subjetivos. O autor destaca que as formas objetivamente espirituais como a arte e moral, a ciência e os objetos formatados para fins específicos, a religião e o direito, a tecnologia e as normas sociais são estações pelas quais o sujeito precisa passar para ter o valor intrínseco especial, a sua cultura.

A cultura surge ao reunirem-se dois elementos: o espírito subjetivo e as criações espirituais objetificadas, exteriorizadas. No objeto, reúnem-se vontade e inteligência, individualidade e impulso anímico, potência e estado de ânimo dos espíritos parciais. Cultura é um tipo de perfeição individual que só pode ser alcançada por meio da incorporação de uma forma suprapessoal que se situa fora do sujeito.

De acordo com Simmel, os objetos criados pela cooperação entre muitas pessoas formam uma escala e degrau, dependendo da extensão com que sua unidade remonta à interação espiritual, unitária, reflexiva, de um indivíduo ou ao fato de ter sido obtida sem uma consciência de si mesma. Um exemplo é a cidade, construída não conforme um plano preexistente, mas de acordo com as necessidades e preferências aleatórias dos indivíduos. Partes que se relacionam com um todo.

Citando Marx (1818-1883), o autor destaca que o “caráter de fetiche” que Marx atribui aos objetos econômicos na era da produção de mercadorias é apenas um caso peculiarmente modificado do destino geral dos conteúdos culturais. É o destino inexorável dos elementos culturais o fato de que os objetos têm sua própria lógica de desenvolvimento como obras culturais humanas, desviando-se do rumo do desenvolvimento pessoal do espírito humano e fazem parte de um contexto de especialização abusiva, a verdadeira tragédia da cultura.

Simmel ressalta que as forças negativas direcionadas contra o ser surgem das camadas mais profundas desse próprio ser. Integra o conceito de cultura o fato de que o espírito cria um objetivo autônomo através do qual o desenvolvimento do sujeito segue seu caminho rumo a si mesmo. O desenvolvimento cultural coloca o sujeito para fora de si por meio da ausência de forma e de limites que chega ao espírito objetivo por força da quantidade numérica ilimitada de seus produtores.

O homem moderno está em uma situação problemática: enfrenta a sensação de estar cercado por uma infinidade de elementos culturais que não são insignificantes para ele, mas que não são significativos para ele de forma profunda. O homem não pode assimilá-los, mas também não pode rejeitá-los pois pertencem ao seu desenvolvimento cultural.

O autor compara o homem moderno com os primeiros franciscanos, que viviam independentemente de qualquer coisa que colocasse em risco seu desenvolvimento espiritual sob o lema *nihil habentes, omnia possidentes* (nada temos, tudo possuímos). O homem moderno vive sobrecarregado: *omnia habentes, nihil possidentes* (tudo temos, nada possuímos).

Para Simmel, a divisão do trabalho afasta o produto de cada um dos que contribuíram para a realização dele. Nesse contexto, a obra de arte é um valor cultural grande: é refratário a toda divisão do trabalho. O que foi criado preserva o criador do modo mais completo, mesmo com o desvio da finalidade da cultura.

Na parte da obra *Cultura, grandeza negativa*, Teixeira Coelho aborda o conceito de cultura a partir de sua tragédia mais visível. De acordo com o autor, a primeira tragédia da cultura é a presença dominante da antropologia do século XIX no território da política cultural, mais precisamente, o conceito de cultura descrito por Edward Tylor no livro *Primitive Culture*, de 1891.

Para Tylor, cultura é um conjunto complexo de fenômenos incluindo costumes, dança, conhecimento, lei, moral, arte, crenças e qualquer outras competências e hábitos que os seres humanos adquirem no âmbito da sociedade. Em resumo, de acordo com Teixeira Coelho, a partir da perspectiva de Tylor, cultura seria tudo.

Trata-se de uma visão que aborda apenas a exterioridade dos fenômenos, predominante no território da política cultural. Provocou o surgimento da noção de cultura material, o que produziu e produz estragos imensos, sendo um dos mais consideráveis a passagem da obra e cultura de arte da dimensão do espírito para a esfera do que pode ser medido e pesado.

Em diálogo teórico com os conceitos de Simmel presentes na primeira parte do livro, Teixeira Coelho apresenta a cultura como a reunião entre o espírito subjetivo e as criações espirituais objetificadas. Trata-se de um dualismo entre sujeito e objeto. O indivíduo deve interiorizar uma obra de arte e expressar exteriormente o que interiorizou. No entanto, o que se tem como realidade é que a cultura chega a um objetivo diferente de seu objetivo ideal.

A cultura carrega em si os germes de sua destruição. A ultraespecialização dos saberes e a divisão especializada do trabalho aumentam o aspecto quantitativo e numérico de forma predominante na cultura. A negatividade reside na eliminação do sujeito, que deveria ser o ponto de partida do compartilhamento da cultura, que se torna uma produção tecnocrática.

Dois planos de manifestação da cultura são apresentados: a cultura subjetivada e a cultura objetivada. A objetivada é a cultura visível na forma de salas de teatro, cinema, ópera, livros, igrejas, castelos e inúmeras e diversificadas formas. Cultura objetivada porque sai do espírito, da mente e tomou concretude e exterioridade. O caráter do ser cultivado surge quando a cultura objetivada é reincorporada de forma efetiva ao sujeito e se torna subjetivada, presente no espírito do sujeito, até quando ele mesmo é o autor da obra de arte.

Um exemplo da não subjetivação da cultura objetificada é a dos nazistas, simpatizantes e cúmplices do sistema totalitário, frequentavam concertos de música erudita e, na sequência, promoviam assassinatos, a barbárie contra quem eles considerassem adversário do Estado, da raça, da religião e do partido. Teixeira Coelho apresenta como o conceito de tragédia da cultura de Simmel atravessou o século XX em diálogo com as

obras de Roland Barthes, Max Weber, Theodor Adorno e Max Horkheimer e, também, com as concepções do filósofo Charles Sanders Peirce e de Karl Marx.

Obra que apresenta ao público brasileiro os conceitos de Simmel em diálogo com a realidade das políticas públicas em arte no país, *A tragédia da cultura: Cultura, grandeza negativa* contribui para a construção de uma bibliografia de Georg Simmel no Brasil, autor clássico das Ciências Sociais que, durante décadas, não teve suas perspectivas sobre o indivíduo e a sociedade colocadas em destaque.

A intersecção entre os textos de Simmel e o professor Teixeira Coelho proporciona uma via de interpretação para a situação do homem moderno e da cultura, contexto de profunda especialização em vários segmentos da sociedade. Em tempos de compartilhamento em massa das mais diversas formas de conteúdos, quando números de visualizações em vídeos e fotos e comentários são estabelecidos como parâmetros de “valor cultural”, os conceitos presentes no livro demonstram-se fundamentais.

REFERÊNCIA

SIMMEL, Georg; COELHO, Teixeira. **A tragédia da cultura:** Cultura, grandeza negativa. Tradução: Teixeira Coelho. São Paulo: Itaú Cultural, Iluminuras, 2020.

A POLÍTICA MACROECONÔMICA EM DESCOMPASSO: DO *BOOM* DOS GOVERNOS LULA AO CAOS PROLONGADO NO GOVERNO TEMER – UMA LEITURA DE VALSA BRASILEIRA DE LAURA CARVALHO

**THE MACROECONOMIC POLICY OUT OF STEP: FROM THE BOOM OF THE LULA
GOVERNMENT TO THE PROLONGED OF CHAOS IN THE TEMER GOVERNMENT –
A READING OF VALSA BRASILEIRA BY LAURA CARVALHO**

Hugo Feitosa Gonçalves (UFPI)¹
<http://orcid.org/0000-0001-6323-1648>

A partir de uma perspectiva institucionalista estruturalista histórica, Laura Carvalho (2021), em *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*, constrói uma metáfora referente à dança de origem europeia, mostrando em cinco capítulos os passos através dos quais a economia brasileira sai do ritmo e entra em descompasso com o desenvolvimento econômico. A obra trata do período entre os governos Lula (2003-2010) e o governo interino de Michel Temer (2016-2018), apresentando como tese central a crítica à mudança do regime de política macroeconômica durante o governo Rousseff (2011-2016), denominado pelo então governo de “Nova Matriz Econômica”. A autora denomina de “Agenda FIESP”, ressaltando que a mudança do regime pelo governo Rousseff teria sido, na verdade, a absorção por esse governo das demandas dos industriais de São Paulo, esses mesmos que iriam colocar os patos na Avenida Paulista poucos anos depois, pedindo a deposição da Presidente em crítica à condução da política macroeconômica que eles mesmos demandaram.

O golpe da “Agenda FIESP” sobre a continuidade do processo de crescimento econômico experimentado pelos primeiros governos Lula foi responsável, com a desaceleração da economia mundial – importante elemento, principalmente em se tratando de uma economia subdesenvolvida e dependente como a do Brasil –, pela perda de protagonismo do governo como indutor do crescimento econômico. Essa função foi entregue ao capital privado que, a partir das desonerações fiscais expandidas, em vez de conduzir a economia brasileira à continuidade do processo de crescimento, contribuiu para aumentar as taxas de lucro do setor privado sem compromisso com o investimento produtivo.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela UFCG; Mestre pelo PPGCS/UEPB; Doutor pelo PPGCS/UFRN; Professor Adjunto da UFPI.
E-mail: hugofg@live.com.

No primeiro capítulo, “O Milagrinho Brasileiro: um passo à frente”, a autora ressalta a conjuntura internacional que abrange os governos Lula, a qual denomina de “superciclo das *commodities*”, ou seja, o aumento dos preços das *commodities* exportadas pela economia brasileira (petróleo, minério de ferro e soja), puxado pelo crescimento da dinâmica econômica chinesa. Condicionado pelo cenário externo, mesmo mantendo o tripé macroeconômico do governo Cardoso, o governo Lula, a partir de finais do primeiro mandato, pratica uma política fiscal e monetária relativamente expansionista, com programas de estímulo ao setor de construção, buscando equacionar déficits sociais.

Para a autora, além das políticas de infraestrutura social e do cenário externo, a ampliação da política de transferência de renda e a política de reajuste real do salário mínimo foram fatores endógenos da ampliação da dinâmica econômica brasileira no período. Ela ressalta a crise de 2008 que, condicionada pela desregulamentação do mercado financeiro e pelo desemprego nos Estados Unidos, toma uma dimensão global, com queda nos preços das *commodities* e do fluxo de capital. No Brasil, a crise provoca uma fuga de capitais e, assim, uma desvalorização cambial, além de uma diminuição na dinâmica econômica interna puxada pelo cenário internacional. Porém, a desaceleração do produto interno brasileiro foi menor do que a média dos países da OCDE. Por quê?

Nesse momento, a política anticíclica do governo Lula trata de expandir a política fiscal, aumentando os gastos públicos em investimentos e assistência social, com desonerações fiscais do setor produtivo somadas à política monetária de aumento do crédito e diminuição da taxa de juros. Resumindo o primeiro capítulo, entre 2005 e 2010, a afirmação da obra é que foi o mercado interno, condicionado pela política macroeconômica, no primeiro plano, e o mercado externo, no segundo plano, que promoveram o período de maior crescimento econômico desde o chamado “milagre econômico brasileiro” (1968-1973), com o aumento do nível de emprego e da renda dos trabalhadores, diminuindo a informalidade do trabalho, com uma maior distribuição de renda do meio para a base da pirâmide social, sem o aumentar o endividamento externo. O crescimento foi concentrado em grande parte no setor de serviços de baixo valor agregado, além do aumento do poder do setor primário-exportador no produto interno brasileiro.

No segundo capítulo, intitulado “A Agenda FIESP: um passo ao lado”, a autora ressalta a mudança nos rumos da economia mundial e da política macroeconômica no primeiro governo Rousseff. No cenário internacional, destaca o fim do superciclo da *commodities*, resultado da desaceleração das principais economias mundiais (Estados Unidos e China) e pela crise da periferia europeia, acarretando o estancamento do crescimento dos preços da pauta de exportação brasileira, que vinham em progressão nos governos Lula e a queda desses a partir de 2014.

Nesse cenário, o primeiro governo Rousseff adota uma política anticíclica, de redução de danos para os empresários brasileiros, a qual o então Ministro da Fazenda, Guido Mantega, chamou de “Nova Matriz Econômica”, que viria ser denominada pela autora de “Agenda FIESP”. As diretrizes dessa agenda foram a manutenção da política de transferência de renda e de reajuste real dos salários, o estancamento do processo de crescimento dos

investimentos estatais, o aumento das desonerações fiscais para as empresas, a contenção dos preços públicos, principalmente de energia, a sustentação da oferta de crédito pelos bancos públicos, a flexibilização das metas inflacionárias, além da redução da taxa de juros e do *spread* bancário. Em virtude da substituição do Estado pelos empresários na condução da dinâmica econômica, com estímulos vindos do cenário externo, houve um processo de desaceleração econômica e dificuldades gradativas nas contas públicas.

O terceiro capítulo da obra em questão, “A Panaceia Fiscal: um passo atrás”, trata da crise desencadeada no segundo governo Roussef, realimentada por ele com o redirecionamento da política macroeconômica sob os ditames do neoliberalismo. Esse segundo governo é eleito com uma margem de apenas 3% dos votos válidos à frente do candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em meio a um cenário internacional ainda mais difícil, com o prolongamento da crise da periferia europeia, a queda nos preços das *commodities* e a diminuição da liquidez internacional.

Com o objetivo de equacionar o cenário desfavorável para a manutenção do governo, o Ministério da Fazenda passa a ser comandado pelos neoliberais Joaquim Levy (2015) e Nelson Barbosa (2016), os quais desencadeiam uma política fiscal austera, com a paralisia dos investimentos, a desregulação dos preços públicos e uma política monetária contracionista, aumentando a taxa de juros, além da proposta de desindexação do salário mínimo e uma reforma da Previdência Social. Os resultados espelharam o descompasso do governo com desenvolvimento econômico na tentativa de equacionar a instabilidade política. O Produto Interno Bruto (PIB) é retraído em mais de 3%, elevando o nível de desemprego e diminuindo a renda média do trabalho. Em 2015, a inflação alcança os dois dígitos, e o déficit primário, que tinha reaparecido em 2014, seguiu em crescimento. O aumento da taxa de juros impulsionou o crescimento da dívida pública, enquanto a balança comercial se tornou negativa dadas as circunstâncias externas. Todos esses resultados macroeconômicos impulsionaram o descontentamento dos empresários, com o apoio da classe média.

A autora afirma que os déficits primários do governo Rousseff em seus últimos anos foram provocados pelo cenário internacional recessivo e pelas desonerações fiscais em processo ascendente. Assim, refuta a tese neoliberal de que a austeridade fiscal e a diminuição dos custos fiscais para os empresários condicionariam a retomada dos investimentos, denominando essa tese não materializada no período de “fada da confiança”.

No capítulo quatro, “Acertando os Passos”, a autora enfatiza a crise do fim do superciclo das *commodities*, somada à frustração da “Agenda FIESP”, conduzindo à ruptura do apoio dos industriais de São Paulo ao governo Rousseff, que formaram o cenário econômico da crise que levaria à deposição da Presidenta Dilma Rousseff e à posse do então Vice-Presidente Michel Temer em 2016, marcando um novo período de aprofundamento da agenda neoliberal no Brasil.

No quinto e último capítulo, “Dançando com o Diabo”, a autora trata do período da implantação da agenda neoliberal no governo Temer, que tem como base a austeridade fiscal, fundamentada nos cortes dos investimentos públicos; e uma política de privatizações,

a partir da hegemonia da ideia, denominada pela autora de “fada da confiança”. Na prática, os déficits fiscais cresceram nesse período devido, entre outros fatores, ao acerto de contas com o *impeachment* e à sustentação do governo sob o Congresso Nacional.

Para a autora, a agenda neoliberal, que reascende politicamente no período do *impeachment*, passa a ser institucionalizada a partir da Emenda Constitucional 95/2016, com o discurso de ajustar as contas públicas para a retomada da confiança dos investidores, supondo que esses fossem os condicionantes da volta do crescimento econômico brasileiro. Na realidade, o objetivo central dessa agenda seria o desmonte do estado de bem-estar social garantido pela Constituição brasileira de 1988, aumentando a desvinculação do orçamento com as despesas obrigatórias dos gastos sociais. Portanto, a obra trata de ressaltar que, mesmo influenciado pelo cenário externo, foram os direcionamentos das políticas macroeconômicas dos governos brasileiros os condicionantes dos resultados socioeconômicos de cada período.

Resumidamente, a obra ressalta: as políticas fiscal e monetária relativamente expansionistas e as políticas de redistribuição de renda e salarial dos governos Lula como responsáveis por aquilo que foi chamado de “milagrinho” brasileiro dos dois últimos terços da década de 2000; o redirecionamento da política macroeconômica com a saída do governo da direção do processo de desenvolvimento econômico e a entrega dela ao capital privado a partir das desonerações fiscais, com a diminuição da taxa de juros e do *spread* bancário, que estimula a fuga de capitais e o aumento da taxa de câmbio, aumentando a taxa de lucro dos industriais, pressionando preços internos; a “Agenda FIESP”, no primeiro Governo Rousseff que, em meio ao cenário internacional desfavorável, promoveu o processo de crise econômico-política não contornada pela entrega da política econômica do segundo governo Rousseff aos neoliberais, acarretando o processo de *impeachment* da Presidenta; e a agenda neoliberal, a partir da ideia da “fada da confiança” no Governo Temer, que resultou na manutenção da crise econômica e fiscal.

REFERÊNCIA

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos. São Paulo: Todavia, 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: Prof. José Daniel Diniz Melo

Vice-reitor: Prof. Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Prof. Josenildo Soares Bezerra

Vice-diretora: Profa. Cândida Maria Bezerra Dantas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor-gerente: Prof. José Antonio Spinelli

Coeditora: Profa. Lore Fortes

Assistente Editorial: Letícia Carolina Oliveira de França

Auxiliares de Editoria: Geovane de Souza Almeida
e Marcelha Pereira da Silva.

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ “COVID-19: SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO”

Profa. Silvia Bastos (IS-SES-SP)

Prof. Carlos Botazzo (USP)

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Dantas, UFRN, Brasil

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

Gilmar Santana, UFRN, Brasil

José Antonio Spinelli, UFRN, Brasil

Karlla de Araújo Souza, UERN, Brasil

Lore Fortes, UFRN, Brasil

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, UFRN, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Amaury Cesar Moraes – USP

Boaventura de Sousa Santos – Universidade Coimbra – Portugal

Denise Machado Cardoso – UFPA

Edgar de Assis Carvalho – PUC-SP

Evaldo Vieira – USP

Jessé Souza – UFABC

João Emanuel Evangelista – UFRN

John D. Lemons – New England University – EUA

José Manuel Pureza – Universidade de Coimbra – Portugal

Maria da Conceição Almeida – UFRN

Mauro Koury – UFPB

Michel Zaidan Filho – UFPE

Teresa Sales – UNICAMP

Vincent de Gaulejac – Université Paris 7 – França

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFRN

Secretária: Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Revisora de Língua Portuguesa: Fabíola Barreto

Revisora de ABNT: Edineide Marques

Diagramador: Ian Medeiros

IMAGEM DE CAPA – Gigio Almeida

A Revista *CRONOS*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. O propósito da *CRONOS* é que, ao contribuir com a produção e difusão de material altamente qualificado, seja uma referência entre as Ciências Sociais brasileiras, e com forte entrada na América Latina e em outros continentes. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento transdisciplinar, e contará normalmente com uma entrevista realizada com um pensador da atualidade, uma sessão artístico-poética e resenhas.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRN,
v.1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000-.

Semestral

Descrição baseada em: v. 1, n. 1 (jan./jun. 2000)

ISSN Versão Impressa: 1518-0689 (até o volume 10: 2009)

ISSN Versão Eletrônica: 1982-5560 (a partir do volume 4: 2003)

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Epistemologia – Periódico. 3. Ensino
– Periódico. 4. América Latina – Periódicos. 5. Educação – Periódicos.
6. Antropologia – Periódicos.

CDU 301 (05)

CDD 300.05

CRONOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>
E-mail: cronospoggcs@gmail.com
NATAL, RN – BRASIL

NORMAS PARA SUBMETER ARTIGOS

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/about/submissions#authorGuidelines>

REVISÃO E ACABAMENTO

Secretaria de Educação a Distância da
UFRN – SEDIS

Fevereiro de 2024
